

BALANÇO GERAL 2024

SANTA CATARINA

Volume 1
Relatório Contábil de
Propósito Geral - RCPG

*Santa Catarina, um Estado
de oportunidades*



BALANÇO GERAL 2024

SANTA CATARINA

Jorginho dos Santos Mello
GOVERNADOR DO ESTADO

Marilisa Boehm
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Cleverson Siewert
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Augusto Puhl Piazza
SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Vera Lúcia Hawerth Santana
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**

SECRETARIA DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

BALANÇO GERAL DE 2024

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

DIRETORA

Vera Lúcia Hawerroth Santana

ASSESSORIA

Maria Luiza Seemann
Vagner Alonso Pacheco

GERÊNCIA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO BALANÇO

GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO

Rosangela Della Vechia (Gerente)
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Geraldo Catunda Neto
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira
Kely Cristina da Silva Truppel
Roberto Mosanio Duarte de Carvalho Junior

Foto: Marco Favero/arquivo SECOM



COLABORAÇÃO

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Cintia Fronza Rodrigues (Gerente)
Andréa Terezinha Vitali
Guilherme Cerutti Bueno
Jefferson Fernando Grande
Jorge Luiz Alves
Laizy da Silva
Loreni Pizzi
Raquel Costa Pereira
Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E GERENCIAIS

Heber Lima da Costa (Gerente)
Alice Luciane Rhoden
Márcio Studart Nogueira
Mário Wendhausen Gentil
Tatiana Borges

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Fernando Tagliaro Jahns (Gerente)
Elizabeth Salazar da Silva
Ivan Grave
Marcelo Inocência Pereira
Michele da Silva Espindola

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE SANTA CATARINA

Gilmar de Oliveira Amorim (Coordenador)
Gilceu Ferreira
Marcelo Fernandes Pedrosa

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL

Alexandra Furtado da Silva Dias
Alexandra Mara de Brito Mafra
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Luis Steffen

Arcangelo Felisberto
Arleny Jaqueline Mangrich
Bruno Hubacher da Costa
Cristiano Severo Martins
Dielis Heder Fiorentini
Elisa Mayer
Enalto de Oliveira Gondrige
Ercí Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Graziela Gesser
Gutemberg Salles Afonso
Ísis Paz Portinho
Ivana Kretzer Santos
Júlio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer
Patrick Estevão Imeton Pereira
Paulo Guilherme Orcioli Belvedere
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Valse
Sandro Medeiros Alves
Wilson Henrique Fetzner Filho

GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA

Graziela Luiza Meinheim

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS QUE COLABORARAM COM A ELABORAÇÃO DO BALANÇO

Assessoria de Comunicação - SEF
Diretoria de Administração Tributária - SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário - SEF
Diretoria do Tesouro Estadual - SEF
Grupo de Trabalho de Informações para a Prestação de Contas Anual do Governador, criado pela Portaria SEF nº 229/2023

REVISÃO TEXTUAL

Oficina do Texto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Nuovo Design

FOTOS DA CAPA

Agricultura: Aires Mariga/Epagri
Educação: Marina Simões/Ascom SED
Máquina: Ricardo Wolffenbüttel/arquivo SECOM
Navio: Anderson Gomes/Porto SFS
Saúde: Ricardo Trida/arquivo SECOM
Segurança: Roberto Zacarias/SECOM

INFORMAÇÕES

Gerência de Prestação de Contas do Governo
Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais
balancogeralsc@sef.sc.gov.br
(48) 3665-2684

Centro Administrativo do Governo
Rodovia SC-401, nº 4.600 - Km 15
Saco Grande II - Florianópolis - SC
CEP 88032-000



GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS



MENSAGEM DO GOVERNADOR

2024, UM ANO DE AVANÇOS HISTÓRICOS PARA SANTA CATARINA

O ano de 2024 consolidou Santa Catarina como um exemplo de compromisso com o desenvolvimento do Estado e o bem-estar dos catarinenses. Com muito trabalho e determinação, conseguimos aplicar na área da Saúde o maior percentual de toda a história: 15,8% da arrecadação, o que significa R\$ 1,5 bilhão acima do mínimo constitucional. Com esses recursos, reduzimos significativamente as filas de espera por consultas, exames e cirurgias, num esforço do Governo do Estado de tornar o sistema público mais eficiente e ágil para todos aqueles que precisam.

Essas medidas refletem nossa decisão de transformar a rede pública estadual em uma referência de qualidade e com serviços cada vez mais acessíveis aos cidadãos. Estamos cuidando das pessoas.

Outro grande destaque do último ano são os R\$ 4,4 bilhões em investimentos direcionados a obras e à aquisição de bens e equipamentos, o equivalente a quase o dobro da média histórica da última década.

Esses números extraordinários são fruto de um planejamento sólido e de uma gestão focada, desde o primeiro momento, na responsabilidade fiscal e na atenção às necessidades da população. Em 2023, quando implementamos o Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc), conseguimos uma economia de R\$ 1 bilhão no primeiro ano e a necessária

estabilidade financeira para aumentar o volume de investimentos em 2024.

Os resultados podem ser conferidos nas mais diversas áreas. O Programa Estrada Boa, por exemplo, destinou R\$ 2,6 bilhões para obras nas estradas, resultando na melhoria de 47 rodovias estaduais e na elevação de 50% delas à classificação de ótimas ou boas - um salto significativo frente aos 27% do ano anterior, segundo estudo da Fetranesc.

A meta para 2025 é ainda mais ambiciosa: chegar a cerca de 80% das rodovias em condições ótimas ou boas. Ao final do programa, teremos investido R\$ 3,5 bilhões nas nossas estradas, assegurando que Santa Catarina se firme como um modelo de logística para o Brasil, oferecendo uma infraestrutura que facilite o transporte de mercadorias e de pessoas de forma segura e econômica.

Na Educação, seguimos transformando vidas com iniciativas como o CaTec - Catarinense Técnico, que amplia as oportunidades de formação profissional para jovens da rede estadual, e com o ineditismo do Programa Universidade Gratuita. Este programa não apenas favorece o acesso ao ensino superior, mas pavimenta um futuro de igualdade para os nossos estudantes, trazendo ainda mais desenvolvimento para o nosso Estado.

Com o propósito de garantir mais igualdade e oportunidades, avançamos no final do ano passado ao lançar o Programa Casa Catarina. A partir de 2025, com a implantação do projeto, vamos apoiar milhares de famílias a terem uma moradia digna.

Essa série de avanços conquistados demonstra que uma gestão responsável, pautada pelo diálogo e eficiência, é essencial para superar desafios e criar oportunidades. Não nos acomodamos com padrões do passado - seguimos inovando e abrindo caminhos para o futuro de Santa Catarina.

Em 2025, nossa determinação será ainda maior. Com investimentos bem estruturados e, mais uma vez, ouvindo as necessidades da população, vamos continuar trabalhando para consolidar Santa Catarina como o melhor Estado do Brasil e um exemplo global de qualidade de vida, inovação e desenvolvimento sustentável.

Não tenho dúvida de que, em diálogo com a sociedade e com os demais Poderes, continuaremos a honrar a confiança dos catarinenses e a construir um futuro de ainda mais avanços e oportunidades.

Jorginho Mello

Governador do Estado de Santa Catarina

RESPONSABILIDADE FISCAL E INVESTIMENTOS PARA SANTA CATARINA CRESCER

Com as contas públicas equilibradas e os indicadores fiscais sob controle, Santa Catarina colhe os frutos de uma administração responsável e comprometida com o futuro do Estado. Enquanto o primeiro ano da gestão do Governador Jorginho Mello foi marcado pela necessária reorganização das finanças estaduais, 2024 consolidou os esforços promovidos pelo Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc), permitindo ao Governo do Estado fortalecer políticas públicas e ampliar investimentos que transformam a vida dos catarinenses.

Superado o cenário de incertezas financeiras do início da gestão, avançamos com medidas de incentivo ao setor produtivo, à atração de investimentos, à desburocratização e ao fortalecimento de serviços essenciais à população. Com critério e racionalidade, o Poder Executivo realizou investimentos expressivos em 2024, que somam mais de R\$ 4,4 bilhões, um salto de R\$ 1,5 bilhão comparado a 2023.

Esses recursos tiraram da gaveta projetos estruturantes, financiaram reformas de escolas e de hospitais, viabilizaram a compra de equipamentos e o reaparelhamento das forças de segurança estaduais. O valor investido em 2024 representa quase o dobro da média anual de investimentos realizados na última década (cerca de R\$ 2,3 bilhões).

Avanços significativos foram observados em programas estruturantes como o Universidade Gratuita, que concedeu mais de 41 mil benefícios de assistência financeira integral a estudantes de graduação em 2024. Com uma aplicação histórica de pouco mais de R\$ 6,4 bilhões em Saúde (15,8% da Receita Líquida de Impostos), o Estado também impulsionou a realização de cirurgias eletivas: foram 268 mil procedimentos, sendo 160 mil com internação e 108 mil oftalmológicos. Ou

seja, um crescimento de mais de 34% em relação a todo o ano de 2023. Na Infraestrutura, só o Programa Estrada Boa recebeu R\$ 2,6 bilhões em investimentos para modernizar e ampliar a malha viária do Estado.

Firme no propósito de traduzir a solidez fiscal em benefícios concretos para os catarinenses, o segundo ano de gestão do Governador Jorginho Mello totalizou R\$ 41,6 bilhões em despesas, um acréscimo de 13,1% em relação a 2023. Trata-se de uma escolha estratégica do Poder Executivo e que está em conformidade com o planejamento da administração em assegurar, sobretudo, maiores investimentos para o Estado.

É importante destacar que os investimentos realizados em 2024 representam quase um terço da fatia de crescimento percentual das despesas. E um quarto do percentual de crescimento tem relação com a progressão natural da folha de pagamento dos servidores. O outro montante corresponde à manutenção e ao custeio dos serviços públicos. Cabe observar que se fossem desconsiderados o aporte de recursos em ações como, por exemplo, o Programa de Valorização dos Hospitais e os repasses fundo a fundo para os hospitais filantrópicos – dois temas estratégicos para o Governo do Estado –, o crescimento dessas despesas seria em torno de 10%.

O ano de 2024 também se destacou pelo rigoroso controle sobre os gastos com a folha de pagamento do Executivo, que totalizou R\$ 21,81 bilhões. O crescimento das despesas com pessoal foi limitado a 5,7%, resultando em uma economia estimada em R\$ 800 milhões para os cofres públicos – a folha cresceu em ritmo médio de 9,4% entre 2015 e 2023. Caso esse ritmo tivesse sido mantido, os custos ultrapassariam R\$ 22,6 bilhões.

A gestão responsável e eficiente das contas garantiu em 2024 a conquista da nota máxima (A+) na avaliação da Capacidade de Pagamento dos Estados e Municípios (Capag), concedida pelo Tesouro Nacional. A nota foi bonificada com o adicional A+ porque o Estado também possui conceito A no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, o que fortaleceu ainda mais sua credibilidade perante investidores.

Sem que houvesse aumento de impostos por parte do Executivo estadual, o crescimento econômico em 2024 também atestou um desempenho expressivo na arrecadação. Santa Catarina somou R\$ 53,7 bilhões em receita tributária (considerando as transferências da União relacionadas ao IPI e

ao FPE), com crescimento real de quase 12% em relação ao ano anterior.

O Programa Recupera+ teve um papel importante nesse resultado, gerando uma arrecadação extra de R\$ 1,4 bilhão no ano. Não por acaso, o Recupera+ alcançou o status de maior programa de recuperação fiscal da história de Santa Catarina, com a adesão de quase 12 mil contribuintes – empreendedores que aproveitaram as condições especiais para colocar as contas em dia com o Fisco, voltar a ter crédito e crescer.

Com as atenções sempre voltadas a quem faz a roda da economia girar, o Governo do Estado contou com o apoio dos deputados catarinenses na aprovação de dois pacotes tributários enviados à Assembleia Legislativa de Santa Catarina para desburocratizar processos e garantir mais segurança jurídica aos negócios do Estado.

Também alcançamos mais uma marca significativa na atração de investimentos e incentivos a novos empreendimentos em 2024: 137 projetos foram contemplados nos programas Prodec e Pró-Emprego e com os chamados Tratamentos Tributários Diferenciados (TTDs). Em contrapartida ao apoio governamental, as empresas assumiram o compromisso de investir R\$ 8,3 bilhões e criar 53,6 mil empregos diretos e indiretos em Santa Catarina até 2028.

Outra conquista foi a concretização da primeira parceria público-privada da história de Santa Catarina, oficializada por meio da concessão patrocinada do Aeroporto de Jaguaruna pelos próximos 30 anos. Isso significa que o Governo do Estado vai assegurar uma série de melhorias operacionais e em infraestrutura no terminal aeroportuário do Sul do Estado, com um investimento que pode ultrapassar R\$ 70 milhões ao longo de três décadas.

Os resultados e as realizações de 2024 mostram que Santa Catarina está no caminho certo. Com responsabilidade fiscal e uma visão estratégica de longo prazo, o Governador Jorginho Mello e sua equipe projetam um futuro ainda mais promissor para o Estado, trabalhando para que os catarinenses tenham acesso a serviços públicos de excelência e investimentos estruturantes que impulsionam o desenvolvimento econômico e social de todas as regiões de Santa Catarina.

Cleverson Siewert

Secretário de Estado da Fazenda



MENSAGEM DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Nas páginas seguintes você é convidado a acompanhar a prestação de contas referente ao segundo ano do mandato do Governador Jorginho Mello. Esse dever institucional, previsto no art. 71, IX, da Constituição Estadual, materializa-se no Balanço Geral do Estado.

Os dados divulgados no Balanço Geral demonstram a situação das contas públicas ao final da gestão de 2024 e estão consolidados com as informações das execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes Executivo, Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário, assim como do Ministério Público.

Cabe à Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda elaborar, organizar e consolidar os dados oriundos dos diversos órgãos e das entidades da administração pública estadual, que se constituem nas unidades gestoras de execução dos recursos previstos no orçamento catarinense. Em Santa Catarina, os dados são extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), sistema oficial de gestão financeira do Estado. Além dos dados registrados no SIGEF, são apresentadas informações de outros sistemas estruturantes, como o Sistema de Arrecadação Tributária (S@T) e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). No capítulo Desempenho das Áreas, ressalta-se a colaboração de diferentes órgãos e entidades estaduais no fornecimento das informações, com o objetivo de propiciar uma visão integrada das ações desempenhadas pelo Governo. Portanto, compete a cada órgão e entidade a responsabilização pela fidedignidade, a consistência e a veracidade dos dados e das informações contidos neste Balanço Geral.

Quanto ao rigor técnico para organizar e apresentar esta prestação de contas anual, bem como para elaborar o conteúdo dos relatórios e demais demonstrativos, foram observadas as disposições legais e os normativos que disciplinam a matéria: Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional; e Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº TC-20, de 31 de agosto de 2015, que regulamenta a remessa de informações e de demonstrativos contábeis ao Tribunal de Contas do Estado.

O Balanço Geral do Estado de 2024 está dividido em quatro volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa. O Volume 1 - Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) contém informações de natureza administrativa, econômica, social, fiscal e orçamentária do Estado, assim como as demonstrações contábeis e suas notas explicativas. O Volume 2 - Anexos do Balanço compreende os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, bem como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-20/2015. O Volume 3 - Relatório de Atividades do Poder Executivo possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas governamentais e das ações prioritizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por fim, o Volume 4 - Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo traz uma análise sobre a execução dos orçamentos, conforme prevê o art. 47, parágrafo único, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e o art. 70 da Resolução nº TC-06/2001.

As informações do Balanço são apresentadas em linguagem clara e acessível, de forma que os cidadãos compreendam como os recursos estão sendo aplicados. Essa transparência é fundamental para que a população possa avaliar a eficácia das ações governamentais e exigir melhorias quando necessário.

Vale destacar que o Balanço Geral do Estado não se limita a uma extração pura e simples dos registros dos sistemas. Trata-se, na realidade, de um processo de transformação de dados brutos em informações úteis e relevantes, que demonstram como os recursos públicos, provenientes principalmente da arrecadação de impostos, foram aplicados e quais os resultados alcançados na gestão desses recursos. Tal abordagem reforça o compromisso da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais com a transparência ativa e com a instrumentalização do controle social. Assim, este documento constitui uma ferramenta primordial de transparência e de responsabilidade fiscal, que reflete a saúde financeira do Estado e embasa o aprimoramento contínuo da gestão pública.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compõem o Balanço reúnem informações inerentes à situação econômica e financeira de Santa Catarina, fornecendo indicadores que permitem avaliar o equilíbrio das finanças públicas. A prestação de contas do Governador do Estado é um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao promover transparência e responsabilidade na gestão pública, o Governo cumpre o seu dever legal e fortalece a confiança da população nas instituições públicas.

É importante também salientar que esta prestação de contas destina-se não apenas à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, mas, sobretudo, ao cidadão catarinense, como meio de transparência e diálogo com a sociedade. O engajamento da população nesse processo é vital: exercer o direito de questionar, opinar e participar ativamente da vida pública é um passo decisivo para que possamos construir um futuro mais próspero e sustentável, aproveitando todas as oportunidades que o Estado de Santa Catarina oferece.

Vera Lúcia Hawerth Santana
Contadora-Geral do Estado
Diretora de Contabilidade e de Informações
Fiscais

SUMÁRIO



16 GESTÃO ADMINISTRATIVA

18 SANTA CATARINA, UM ESTADO DE OPORTUNIDADES

20 GESTÃO ESTADUAL

22 Estrutura do Poder Executivo de Santa Catarina

26 Execução das Ações Previstas no Plano de Governo

38 ECONOMIA CATARINENSE

41 PRODUTO INTERNO BRUTO

43 COMÉRCIO EXTERIOR

44 Exportações Catarinenses

46 Importações Catarinenses

48 MERCADO DE TRABALHO

48 Estoque de Empregos

49 Registro de Empresas

50 Taxa de Desocupação



52 DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO

- 54 AGRICULTURA E PECUÁRIA**
- 59 ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA**
- 64 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**
- 67 CULTURA**
- 70 EDUCAÇÃO**
- 73 ESPORTE**
- 79 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO**
- 83 JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL**
- 88 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**
- 100 MEIO AMBIENTE E ECONOMIA VERDE**
- 106 PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS**
- 114 PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**
- 120 SAÚDE**
- 132 SEGURANÇA PÚBLICA**
- 141 TURISMO**

144 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

- 147 DE ONDE VIERAM OS RECURSOS ESTADUAIS DE 2024**
- 148 ONDE FORAM APLICADOS OS RECURSOS ESTADUAIS EM 2024**
- 149 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**
- 150 RECEITAS**
 - 154 Receitas Correntes
 - 165 Receitas de Capital
 - 166 Receitas Intraorçamentárias
 - 167 Participação dos Poderes e Órgãos nas Receitas do Estado
- 168 DESPESAS**
 - 171 Despesa Total Executada
 - 174 Pessoal e Encargos Sociais
 - 176 Manutenção dos Serviços Públicos
 - 180 Investimentos
 - 183 Dívida Pública
- 184 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
 - 184 Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores
 - 185 Despesas de Exercícios Anteriores
 - 185 Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2024
 - 186 Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - 2018 a 2023

SUMÁRIO



188 INDICADORES FISCAIS

192 INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

- 193 Despesa com Pessoal
- 195 Dívida Consolidada Líquida
- 195 Operações de Crédito
- 196 Garantias e Contragarantias
- 196 Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar
- 198 Resultado Nominal
- 198 Resultado Primário
- 198 Receitas e Despesas
- 199 Receitas e Despesas Previdenciárias

201 LIMITES CONSTITUCIONAIS

- 201 Saúde
- 202 Educação
- 203 Remuneração dos Profissionais da Educação Básica
- 203 Relação entre Despesas e Receitas Correntes

203 LIMITES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

- 204 Educação Superior
- 205 Ciência e Tecnologia
- 205 Emendas Individuais de Parlamentares
- 206 Educação Especial

208 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

210 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

214 BALANÇO FINANCEIRO

217 BALANÇO PATRIMONIAL

231 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

234 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

239 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

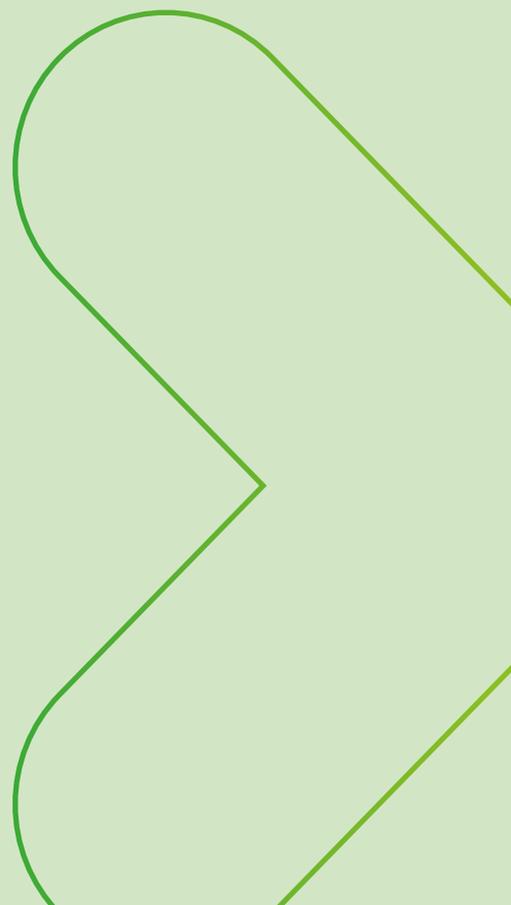


242 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 244 RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS**
- 246 BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
- 259 BALANÇO PATRIMONIAL**
- 328 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS**
- 332 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- 334 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- 336 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
- 339 BALANÇO FINANCEIRO**
- 340 OUTRAS NOTAS RELEVANTES**



346 BELEZAS E ENCANTOS DE SANTA CATARINA





GESTÃO ADMINISTRATIVA

Foto: Ricardo Wolffenbüttel/arquivo SECOM



SANTA CATARINA, UM ESTADO DE OPORTUNIDADES



É um estado que se destaca pelo desenvolvimento humano e econômico. Localizada na região Sul do País, próxima e com fácil acesso às maiores cidades da América do Sul, Santa Catarina tem atraído historicamente empreendedores de diversas origens.

1%
do território nacional

Área territorial
95.730,690 km²

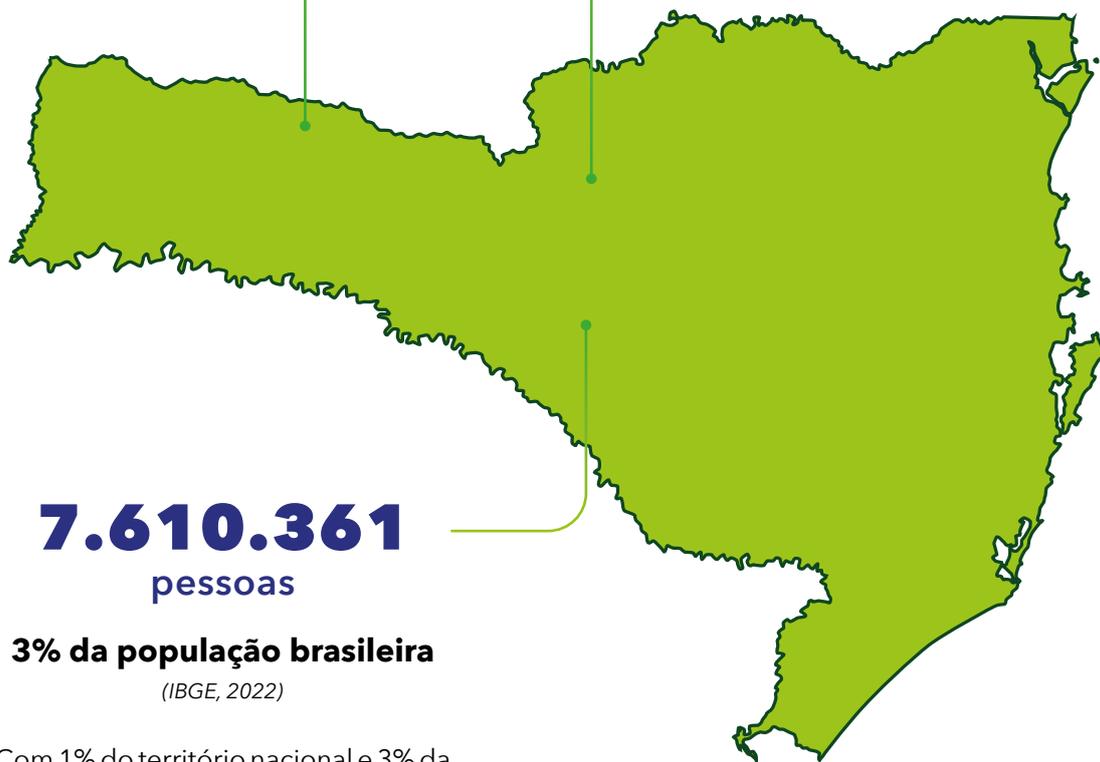
(IBGE, 2022)

A diversidade geográfica e humana do Estado é surpreendente para um território de apenas 95,7 mil km².

295
municípios

Capital:
Florianópolis

O Estado possui 295 municípios, seu povo é hospitaleiro, a natureza é generosa e há inúmeras oportunidades de crescimento.



7.610.361
pessoas

3% da população brasileira

(IBGE, 2022)

Com 1% do território nacional e 3% da população do Brasil, Santa Catarina é o 10º estado mais populoso entre as Unidades Federativas.

GESTÃO ESTADUAL

A gestão do ano de 2024 foi marcada por várias ações objetivando o desenvolvimento do Estado e o bem-estar dos catarinenses. Os resultados positivos do ano foram obtidos com muito planejamento, que contou com o trabalho de servidores qualificados, o contínuo aperfeiçoamento da administração tributária e o zelo com o gasto público. Assim, foi possível aprimorar o nível de prestação de serviços à população e investir em projetos prioritários.

Os resultados da boa gestão são observados na melhoria de importantes índices estaduais e no aumento dos investimentos em áreas prioritárias.

Em 2024 Santa Catarina se destacou como o segundo estado mais competitivo do País, de acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados.

Segundo estado mais competitivo do Brasil por 8 anos consecutivos

(Ranking de Competitividade dos Estados, 2024)

O Estado tem os melhores números de capital humano, impulsionados pela formalidade de mercado de trabalho e pela inserção econômica de jovens e adultos.

1º em Capital Humano

(Ranking de Competitividade dos Estados, 2024)

A ampla distribuição de renda, os baixos índices de mortalidade infantil e de famílias abaixo da linha da pobreza também garantem ao Estado a melhor avaliação nacional em sustentabilidade social.

1º em Sustentabilidade Social

(Ranking de Competitividade dos Estados, 2024)

Santa Catarina é o estado mais seguro para se viver e com a maior expectativa de vida do País, a qual supera os 80 anos. Segundo o IBGE, a média de expectativa de vida do catarinense é de 81,16 anos, sendo que as mulheres vivem em média 84,39 anos e os homens em torno de 77,95 anos. Os números de Santa Catarina - tanto de mulheres quanto de homens idosos - superam a média nacional, que é de 77,60 anos.

Estado mais seguro do País

(Ranking de Competitividade dos Estados, 2024)

Maior expectativa de vida do País

81,16 anos

Mulheres: 84,39 anos

Homens: 77,95 anos

(IBGE, 2024)

O bom desempenho da gestão das finanças catarinenses foi reconhecido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Em 2024 Santa Catarina conquistou a nota máxima (A+) na avaliação da Capacidade de Pagamento dos Estados e Municípios (Capag). O indicador analisa a condição do Estado de honrar compromissos financeiros assumidos na contratação de novos empréstimos. A nota inédita para Santa Catarina foi bonificada com o adicional A+ porque o Estado também possui nota A no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, dando ainda mais credibilidade à gestão catarinense diante dos investidores.

Nota A+
na Capacidade de Pagamento dos Estados e Municípios (Capag)
(Secretaria do Tesouro Nacional, 2024)

Nota A
no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal - Siconfi
(Secretaria do Tesouro Nacional, 2024)

Os bons resultados de Santa Catarina também se refletem na economia. O modelo econômico do Estado se caracteriza pela diversificação de atividades, força das empresas familiares de pequeno e médio porte, vocação exportadora, pujança agrícola, enorme potencial turístico e excelência em tecnologia e inovação.

A economia catarinense é a sexta maior do País, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 466,3 bilhões.

6º maior PIB nacional
R\$ 466,3 bilhões
(IBGE, 2022)

O volume de exportações de Santa Catarina cresceu 0,7% em 2024 e chegou à marca de US\$ 11,66 bilhões. O Estado foi responsável por 3,5% das exportações brasileiras e terminou o ano na décima posição entre os estados exportadores.

Exportações
US\$ 11,66 bilhões
(MDIC, 2024)

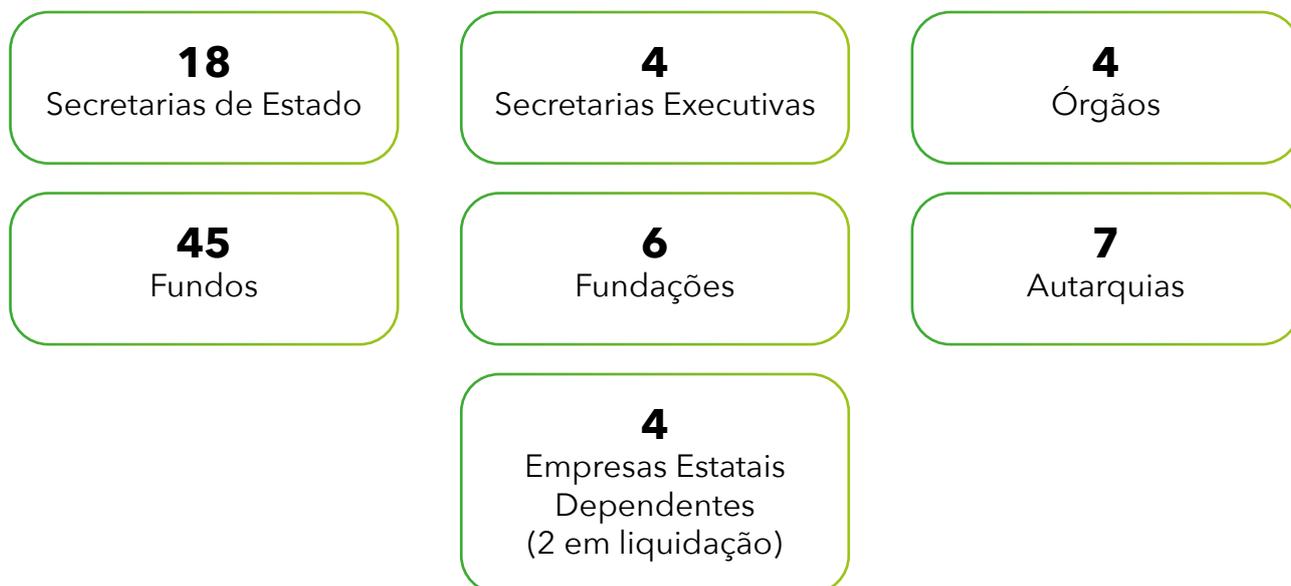
Santa Catarina importou US\$ 33,78 bilhões em 2024, o que representa 12,9% das importações brasileiras, consolidando-se como o segundo maior importador do País.

Importações
US\$ 33,78 bilhões
(MDIC, 2024)

Fazem parte da estrutura do Estado os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público.

O Poder Executivo de Santa Catarina é composto por 18 secretarias, 4 secretarias executivas, 4 órgãos, 6 fundações, 45 fundos, 7 autarquias e 4 empresas estatais dependentes (duas em liquidação).

ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA



Em 2024 o Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas Estadual deixou de fazer parte da estrutura do Poder Executivo e passou a integrar o Poder Legislativo, sendo vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme determina a Lei Complementar nº 823, de 11 de janeiro de 2023.

Confira a lista das entidades que compõem o Poder Executivo de Santa Catarina

18 Secretarias e 4 Secretarias Executivas:

Secretaria de Estado da Administração
Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
 Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca
Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família
Secretaria de Estado da Casa Civil
 Secretaria Executiva da Casa Militar
 Secretaria Executiva de Articulação Nacional
 Secretaria Executiva de Articulação Internacional
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Secretaria de Estado da Comunicação
Secretaria de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Fazenda

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviço
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde
Secretaria de Estado do Planejamento
Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias
Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil
Secretaria de Estado da Saúde
Secretaria de Estado da Segurança Pública
 Corpo de Bombeiros Militar
 Polícia Científica
 Polícia Civil
 Polícia Militar
Secretaria de Estado do Turismo

4 Órgãos

Controladoria-Geral do Estado
Gabinete do Vice-Governador
Defensoria Pública
Procuradoria-Geral do Estado

6 Fundações

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)
Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
Fundação Escola de Governo (ENA)
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

7 Autarquias

Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)
Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC)
Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC)

4 Empresas Estatais Dependentes

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Em liquidação:

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)

Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

45 Fundos

Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas (FMUC)

Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (InvestSaúde)

Fundo de Acesso à Justiça (FAJ)

Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (FADEP-SC)

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC)

Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)

Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais (FMPIO)

Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF)

Fundo de Melhoria da Polícia Civil (FUMPC)

Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM)

Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (FUMCBM)

Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina (Fundo de Terras)

Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais

Fundo em Capitalização (SC FUTURO)

Fundo em Repartição (SC SEGURO)

Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento (FUNJURE)

Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA)

Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais

Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)

Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR)

Fundo Estadual de Educação (Feduc)

Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (Fundo Social)

Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC)

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)

Fundo Estadual de Sanidade Animal (FUNDESA)

Fundo Estadual de Saúde (FES)

Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC)

Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC)

Fundo Estadual de Transição Energética Justa (FETEJ-SC)
Fundo Estadual do Idoso (FEI)
Fundo Estadual do Trabalho (FET-SC)
Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)
Fundo para Melhoria da Segurança Pública (FSP)
Fundo Patrimonial (FUNPAT)
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)
Fundo Rotativo da Penitenciária de São Pedro de Alcântara (FRSP)
Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis (FR-01)
Fundo Rotativo Regional do Médio Vale do Itajaí (FR-07)
Fundo Rotativo Regional do Planalto Norte (FR-08)
Fundo Rotativo Regional do Vale do Itajaí (FR-04)
Fundo Rotativo Regional Norte (FR-03)
Fundo Rotativo Regional Oeste (FR-06)
Fundo Rotativo Regional Serrano (FR-05)
Fundo Rotativo Regional Sul (FR-02)



Centro Administrativo Governador Casildo João Maldaner
Foto: Jonatã Rocha/SECOM

EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

SAÚDE

1. Fila Zero

- **Objetivo:** zerar a fila remanescente de cirurgias eletivas, estimada em 105.340 pacientes referentes ao período anterior a 31/1/2023.
- **Prazo:** 31/12/2024.
- **Situação:** concluído.
- **Avanços:** o Estado de Santa Catarina vem trabalhando para reduzir as filas de espera por cirurgias eletivas, ampliando a capacidade de atendimento por meio da expansão de serviços já existentes e da criação de novos serviços. A adoção da Tabela Catarinense tem sido um diferencial nesse processo, pois estabelece remuneração acima dos padrões do SUS e garante pagamentos condizentes com a execução efetiva dos procedimentos. Esse incentivo financeiro tem motivado um maior engajamento das unidades hospitalares, resultando em uma redução significativa do tempo de espera para determinadas cirurgias eletivas.

Embora não tenha sido possível zerar a fila de pacientes cadastrados antes de 2023 devido a desafios como a dificuldade de localização de parte dos pacientes, a migração de alguns para a rede privada ou até mesmo a desistência de procedimentos, todos os casos foram formalmente contatados pela Secretaria de Estado da Saúde, sendo atendidas 89% das pessoas que estavam na fila desde antes de 31/1/2023. Assim a meta estabelecida foi atingida, uma vez que todos os pacientes receberam acompanhamento contínuo das equipes de saúde para avaliação e direcionamento de suas necessidades cirúrgicas.

2. Saúde Perto de Você

2.1. Hospitais de Referências:

- **Objetivo:** transformar 21 dos 173 hospitais custeados pelo Estado em referências regionais para cirurgias e atendimento de emergência.
- **Prazo:** 31/12/2024.
- **Situação:** concluído.
- **Avanços:** o programa superou sua meta original em 143%. Inicialmente, planejava-se implementar ações em 21 unidades hospitalares, mas, entre 2023 e 2024, as iniciativas foram expandidas para 30 unidades vinculadas às Habilitações de Serviços de Alta Complexidade. Esse avanço transformou a dinâmica da saúde em Santa Catarina, reduzindo o tempo de deslocamento dos pacientes e descentralizando os serviços tradicionalmente concentrados nos grandes centros urbanos.

Com o projeto finalizado, a meta de 30 unidades hospitalares foi atingida, consolidando todas as ações previstas no ciclo 2023-2024.

2.2. Modernizar e Equipar os Hospitais Filantrópicos

- **Objetivo:** modernizar e equipar os hospitais filantrópicos que estão no Programa de Valorização dos Hospitais para atendimento de pequena e média complexidade.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** ao todo, 150 Unidades Hospitalares estão incluídas no programa, das quais 113 (74% do total) já foram beneficiadas com repasses financeiros via convênios. Esses recursos são direcionados à modernização de infraestruturas, aquisição de equipamentos e ampliação da capacidade de atendimento, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Até 2024 foram celebrados cerca de 177 convênios, assegurando a injeção estratégica de recursos em hospitais prioritários em todas as regiões do Estado.

3. Carretas da Saúde

- **Objetivo:** aproximar o atendimento de saúde da população, garantindo acesso a serviços especializados em regiões com menor cobertura de unidades fixas. Para isso, serão disponibilizadas duas unidades móveis de saúde para atendimento em oito macrorregiões de regulação do Estado. As estruturas itinerantes terão consultas com multiprofissionais, exames de imagiologia, bem como ações integradas de educação e prevenção.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em planejamento.
- **Avanços:** a Secretaria de Estado da Saúde está em processo de negociação com parceiros estratégicos para execução dessa ação, adequando os serviços e modernizando os equipamentos para levar atendimento a todas as regiões catarinenses.

EDUCAÇÃO

4. Universidade Gratuita

- **Objetivo:** conceder benefício de assistência financeira integral a estudantes de graduação regularmente matriculados em instituições de educação superior mantidas por fundações ou autarquias municipais universitárias ou por entidades sem fins lucrativos de assistência social.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** no período de 2023/2024, o Programa Universidade Gratuita concedeu mais de 46 mil benefícios de assistência financeira integral a estudantes universitários, alcançando 18 municípios em 15 instituições de ensino do Estado.

5. Escola Cívico-Militar

- **Objetivo:** implantar o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares em 21 escolas de Santa Catarina até 2026.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares já foi implantado em 10 unidades escolares entre 2023 e 2024. A expansão do programa ocorrerá de forma gradativa, com a implantação em mais 5 escolas em 2025 e 6 escolas em 2026.

Escolas com o programa já implantado até 2024

1. EEB Prof. Ângelo Cascaes Tancredo (Palhoça)
2. EEB Profa. Emérita Duarte Silva e Souza (Biguaçu)
3. EEB Profa. Irene Stonoga (Chapecó)
4. EEB Cel. Pedro Christiano Feddersen (Blumenau)
5. EEB Jaldyr Bhering Faustino da Silva (São Miguel do Oeste)
6. EEB Joaquim Ramos (Criciúma)
7. EEB Henrique Fontes (Tubarão)
8. EEB Cora Batalha da Silveira (Lages)
9. EEB Ildefonso Linhares (Florianópolis)
10. EEB São José (Herval d'Oeste)

6. Catarinense Técnico - CaTec

- **Objetivo:** ampliar a oferta de vagas no ensino técnico profissionalizante em 100 mil matrículas na rede pública e por meio de parcerias com outras entidades de ensino técnico.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** em 2024 foram efetuadas mais de 30 mil matrículas em cursos técnicos da rede pública e de entidades parceiras. Os cursos do CaTec estão presentes em 412 unidades escolares catarinenses.

Os cursos técnicos são oferecidos de forma concomitante ou integrada ao ensino médio tanto nas escolas da rede pública quanto nas dependências das empresas contratadas em diversas regiões do Estado.

INFRAESTRUTURA

7. Estrada Boa

- **Objetivo:** aumentar os investimentos em manutenção e modernização das Rodovias Estaduais, elevando o estado de conservação das rodovias pavimentadas em nível BOM/ÓTIMO de 27% para 73%. A iniciativa visa garantir melhores condições de tráfego e segurança, impulsionar a economia e fortalecer a infraestrutura de Santa Catarina.
- **Prazo:** 30/6/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** a malha rodoviária estadual abrange 6.296,9 km, sendo 5.168,2 km (82,08%) pavimentados e sob responsabilidade do Estado.

O Programa Estrada Boa destinou R\$ 2,6 bilhões para obras viárias em 2024, resultando na melhoria de 47 rodovias estaduais, das quais 50% alcançaram a classificação ótima ou boa.

8. Logística

8.1. Modal Ferroviário

- **Objetivo:** investir no sistema ferroviário para ampliar a oferta de novas rotas e interligar as já existentes, melhorando a logística estadual com ênfase nos transportes de contêineres e na integração da cadeia logística aos portos catarinenses.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:**

Já foram contratados e estão sendo elaborados os projetos ferroviários dos seguintes trechos:

- » Projeto Executivo da ferrovia dos portos: Araquari-Navegantes, com extensão estimada de 62 km.
- » Projeto Básico do Corredor Ferroviário de Santa Catarina, no segmento Correia Pinto-Chapeco, com extensão estimada de 319 km.

Com os projetos finalizados, o Governo do Estado pretende atrair parceiros interessados em investir nas ferrovias catarinenses.

Outra ação em curso é o Projeto de Lei do Sistema Ferroviário de Santa Catarina, fundamental para que o Estado autorize a concessão de novos trechos ferroviários.

8.2. Modal Portuário

- **Objetivo:** atrair investimentos para ampliar a atuação dos portos catarinenses, aumentando a eficiência logística e fortalecendo a integração entre os diferentes modais de transporte.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.

- **Avanços:** estão em andamento tratativas com o Governo Federal visando atrair investimentos para os portos de Santa Catarina.

Investimentos vêm sendo realizados para melhorias nos portos catarinenses, com destaque para a ampliação do canal de acesso às embarcações nos portos de São Francisco e Itapoá, o projeto de recuperação, reforço e ampliação do porto de Imbituba e também a reestruturação do canal de acesso do porto de Laguna.

8.3. Modal Aeroviário

- **Objetivo:** expandir a atuação dos aeroportos do Estado abrangendo projetos relacionados a abertura do tráfego aéreo, modernização da infraestrutura aeroportuária, concessão do aeroporto de Jaguaruna, incentivos fiscais para o setor da aviação, revisão e atualização do plano aeroviário (PAESC).
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** estão em andamento projetos voltados para melhorias na infraestrutura dos aeroportos de Santa Catarina. Como parte dessa iniciativa, os aeroportos de Forquilha, São Joaquim e Dionísio Cerqueira foram reabertos, além de terem sido realizadas melhorias nos aeroportos de Caçador e Blumenau. Também em 2024 foi concluída a primeira parceria público-privada da história do Governo catarinense, que concedeu a administração do aeroporto de Jaguaruna à iniciativa privada.

Em 2024 Santa Catarina passou a contar com 24 aeroportos na rede estadual, três a mais do que em 2023. Foram solicitadas para o Estado as outorgas dos aeroportos de Itapiranga, Rio Negrinho e Pinhalzinho.

Adicionalmente, foi criada a Lei nº 18.827/2024, que visa fomentar o transporte aéreo regional em Santa Catarina por meio da redução do ICMS do querosene de aviação, incentivando a expansão e a modernização da infraestrutura aérea no Estado.

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

9. Safra Garantida

- **Objetivo:** implantar um programa estadual de subsídio da taxa de adesão ao seguro, o Proagro Mais SC, voltado aos agricultores familiares, com o intuito de fomentar a cultura de prevenção de riscos da produção agrícola.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** o programa foi lançado em 17 de dezembro de 2024, na cidade de Xanxerê, com meta de beneficiar 56 mil agricultores familiares nos próximos dois anos, cobrindo 282 mil hectares de área segurada. A iniciativa busca injetar aproximadamente R\$ 3,4 bilhões na economia catarinense e disponibilizar R\$ 84 milhões em subsídios para a taxa de adesão ao seguro.

10. Mais Verde

- **Objetivo:** incentivar a conservação de florestas nativas em pequenas propriedades rurais por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), visando garantir a manutenção de serviços ecossistêmicos, mitigar os efeitos das mudanças climáticas e promover a sustentabilidade no campo. A meta é alcançar até 100 mil hectares de áreas conservadas, beneficiando cerca de 20 mil propriedades em um período de 2 anos.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em planejamento.
- **Avanços:** o Programa Mais Verde está sendo reestruturado, com revisão e atualização da Política Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais. A iniciativa visa contemplar pequenos proprietários rurais de todos os municípios catarinenses que comprovem práticas de preservação florestal, conforme critérios técnicos e legais preestabelecidos. O programa tem como objetivo incentivar e recompensar a conservação ambiental no Estado, promovendo a sustentabilidade nas áreas rurais.

11. Saneamento

- **Objetivo:** ampliar a cobertura de esgotamento sanitário de 26% para 50% nos 192 municípios atendidos pela CASAN através de obras e investimentos próprios, e também por meio do Programa Esgotamento Sobre Rodas e de parcerias público-privadas (PPP).
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em planejamento.
- **Avanços:** proposta em planejamento, aguardando aprovação do Governo para iniciar a execução das ações previstas.

TECNOLOGIA

12. Tecnologia e Inovação

- **Objetivo:** expandir de 12 para 21 os Centros de Inovação e Tecnologias em todas as regiões catarinenses, visando modernizar os serviços públicos e impulsionar a transformação digital.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** Santa Catarina já possui 15 Centros de Inovação em operação nos seguintes municípios: Lages, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Chapecó, Florianópolis, Joinville, Videira, Caçador, Itajaí, Criciúma, São Bento do Sul, Brusque, Rio do Sul e Tubarão.

Além disso, está prevista a implantação de mais 9 centros até 2026 nas cidades de Araranguá, Campos Novos, Concórdia, Maravilha, São Miguel do Oeste, Mafra, Xanxerê, Curitibanos e São Lourenço do Oeste.

13. Na Palma da Mão

- **Objetivo:** disponibilizar o acesso digital a todos os serviços públicos do Estado até 2026 por meio do Portal Único de Serviços, consolidando um Governo Digital totalmente integrado que simplifique processos e melhore a experiência dos cidadãos.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** o Portal do Cidadão, acessível pelo celular, está em fase de finalização. A ferramenta centralizará todos os serviços públicos em uma única interface digital, garantindo praticidade e redução de burocracia para a população.

Estão sendo realizados os ajustes finais para o lançamento oficial do programa, que ocorrerá em conjunto com as demais fases da transformação digital do Governo de Santa Catarina.

14. Campo Conectado

14.1. Sinal Bom

- **Objetivo:** o Programa Sinal Bom visa universalizar o acesso à internet em todo o território catarinense por meio de duas frentes estratégicas: expansão da cobertura móvel e ampliação da rede de banda larga fixa, com instalação de novas antenas e extensão da infraestrutura de fibra ótica. A meta é garantir 100% de conectividade no Estado, eliminando desertos digitais e promovendo inclusão tecnológica para todos os cidadãos.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em planejamento.
- **Avanços:** o programa está em fase de elaboração, com estudos voltados para a ampliação da infraestrutura de antenas de telefonia móvel, priorizando o acesso nas áreas rurais e nas rodovias catarinenses.

Está sendo avaliada a viabilidade financeira de lançamento de edital público de fomento direcionado a operadoras de telecomunicações interessadas em expandir a infraestrutura de antenas de banda larga em Santa Catarina. Paralelamente, outras tecnologias também estão em estudo para aprimorar a conectividade no Estado.

Quanto à rede de fibra ótica, estão em discussão mecanismos para reduzir os custos operacionais da infraestrutura, incluindo a criação de linhas de crédito específicas para os pequenos provedores, além de outros incentivos ao setor.

14.2. Energia Elétrica Trifásica

- **Objetivo:** modernizar a infraestrutura elétrica rural do Estado por meio da substituição de 500 km de redes monofásicas por trifásicas, melhorando a cobertura e a oferta de energia para os produtores rurais catarinenses. Além disso, o programa inclui a instalação de cabos protegidos em trechos críticos da rede de distribuição, reduzindo a susceptibilidade a interrupções causadas por intempéries e pela interferência da vegetação na rede.
- **Prazo:** 30/1/2025.

- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** a Celesc já concluiu 496 km de rede rural trifásica, com os últimos 4 km em fase final de implantação. A iniciativa beneficiou 12,3 mil propriedades rurais em mais de 100 municípios e resultou na implantação de 6,5 mil postes.

EMPREENDEDORISMO

15. Pronampe Santa Catarina

15.1 Pronampe Mulher

- **Objetivo:** fomentar o empreendedorismo feminino em micro e pequenas empresas de Santa Catarina através de concessão de subsídio integral dos juros de empréstimos realizados na Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC). Com um investimento de R\$ 20 milhões, a iniciativa busca apoiar 990 empreendedoras, injetando cerca de R\$ 99 milhões na economia catarinense.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** até dezembro de 2024, o programa beneficiou 1.328 empresas lideradas por mulheres, superando a meta inicial em 134%. Com um total de R\$ 100 milhões em operações contratadas, sendo R\$ 20 milhões destinados a subsídios, a iniciativa já alcançou 180 municípios catarinenses.

O programa também contribuiu para a manutenção de mais de 4 mil empregos e beneficiou 12 mil pessoas indiretamente.

15.2 Pronampe Inovação

- **Objetivo:** impulsionar o empreendedorismo inovador em micro e pequenas empresas estaduais por meio de concessão de subsídio de 50% sobre os juros de empréstimos contratados no BADESC, beneficiando 1.635 empreendedores e injetando cerca de R\$ 365 milhões na economia de Santa Catarina.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** a Lei nº 18.807, de 21 de dezembro de 2023, e o Decreto nº 507, de 15 de março de 2024, instituíram o Programa Estadual de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinense. Atualmente, aguarda-se a definição do processo de operacionalização das linhas de crédito subsidiado em parceria com o BADESC. Os resultados esperados incluem a geração de mais de 1.500 novos empregos e a movimentação de R\$ 365 milhões na economia catarinense.

15.3. Pronampe SC

- **Objetivo:** fomentar o empreendedorismo das micro e pequenas empresas de Santa Catarina através de concessão de subsídio de 40% sobre os juros de empréstimos contratados no BADESC, no valor de R\$ 40 milhões. O programa visa beneficiar 4.700 empreendedores, injetando cerca de R\$ 464 milhões na economia de Santa Catarina.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** até dezembro de 2024, o programa apoiou 2.179 empresas, atingindo 47% da meta inicial. Foram contratados R\$ 238 milhões em empréstimos, com R\$ 20,6 milhões em juros de subsídios. A iniciativa já alcançou 228 municípios catarinenses.

O programa também contribuiu para a manutenção de mais de 7 mil empregos e beneficiou 19 mil pessoas indiretamente.

15.4. Pronampe Rural

- **Objetivo:** estimular o desenvolvimento dos sistemas produtivos das propriedades rurais e pesqueiras do Estado de Santa Catarina, visando elevar a produtividade e a competitividade através da concessão de subsídio financeiro de juros a agricultores familiares e pescadores para operações de crédito de até R\$ 100 mil por beneficiário, sob uma taxa contratada máxima de 3,0% a.a.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** até dezembro de 2024, o programa beneficiou 5.733 agricultores, atingindo 57% da meta prevista, com um total de R\$ 360 milhões alavancados na economia e R\$ 6,1 milhões em subsídios. A iniciativa já alcançou 255 municípios de Santa Catarina.

SOCIAL

16. Casa Catarina

- **Objetivo:** promover o acesso à moradia por meio de políticas públicas de investimentos e subvenção, no valor de R\$ 420 milhões de subsídio habitacional, com 34.175 mil famílias beneficiadas.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** o Programa Casa Catarina foi instituído pela Lei nº 19.156, de 20 de dezembro de 2024, e está em fase final de regulamentação, com elaboração de cartilhas de orientação aos cidadãos e demais providências para que possa ser operacionalizado.

No entanto, o programa já apresenta resultados em parceria com os municípios através de transferências especiais para a construção de moradias, com mais de 600 famílias atendidas e investimento total de R\$ 17 milhões.

A parceria com os municípios está em fase de aprimoramento, com a elaboração de um novo modelo de transferência de recursos que contempla projetos de engenharia-padrão desenvolvidos pelo Governo do Estado. Esses projetos garantirão mais qualidade e agilidade, reduzindo prazos e custos para as prefeituras. O objetivo é acelerar a entrega de moradias a famílias em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente em regiões com alto déficit habitacional.

17. Centro de Atendimento à Pessoa Idosa

- **Objetivo:** implementar as atividades do Centro de Atendimento à Pessoa Idosa e fortalecer os municípios que fornecem esses serviços nas 8 macrorregiões estaduais.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em planejamento.
- **Avanços:** projeto em fase de planejamento, com estudos para definição de critérios de apoio aos municípios. Entre as ações em análise estão aquisição de equipamentos, veículos adaptados de transporte e também construção de novos centros.

18. Emprego na Pista

- **Objetivo:** conceder a primeira habilitação, mudança de categoria da CNH e regularização para exercício de atividade remunerada como mecanismo de inclusão social e ascensão profissional. O programa tem como meta beneficiar 30 mil candidatos até 2026, com um investimento de R\$ 42 milhões.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** o programa já foi lançado e atualmente está em fase de preparação para a publicação dos editais de chamamento público, com previsão de lançamento para o primeiro trimestre de 2025.

SEGURANÇA PÚBLICA

19. Trabalho pela Responsabilização

- **Objetivo:** ampliar oportunidades de trabalho e capacitação profissional no sistema prisional catarinense, com a criação de 3.889 vagas laborais (dentro e fora dos presídios) até 2026.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** foram lançados e homologados 8 editais de chamamento público para novas parcerias privadas voltadas a atividades laborais no sistema prisional. Além disso, há previsão de lançamento de mais 16 editais, os quais possibilitarão a abertura de 1.920 novas vagas, alinhadas ao planejamento estratégico do programa.

Para viabilizar e acelerar a iniciativa, a Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social (SEJURI) firmou acordo com a Celesc para solucionar problemas de infraestrutura elétrica em algumas unidades, garantindo condições adequadas para a ampliação das parcerias.

Ao final de 2024 Santa Catarina contava com 8.221 detentos envolvidos em atividades laborais, o que representa aproximadamente 33% da população privada de liberdade, consolidando os esforços para a reintegração social por meio do trabalho.

20. Mulher Mais Segura

- **Objetivo:** intensificar o combate aos crimes contra a mulher por meio da ampliação da rede de Delegacias Especializadas da Mulher e da expansão do Programa Protetores do Lar.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.
- **Avanços:** o programa prevê a implantação de 70 Salas Lilás nos municípios de Santa Catarina. Até janeiro de 2025, 33 unidades já foram instaladas, atingindo 47% da meta.

Além disso, o Programa Protetores do Lar promoveu ações de conscientização sobre violência doméstica e familiar, impactando 3.315 adolescentes em 112 unidades escolares.

21. Valorização da Polícia

- **Objetivo:** implantar, em parceria com as corporações da Segurança Pública, um programa de valorização profissional com ajustes salariais e recompor o efetivo operacional com a realização de novos concursos.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** concluído.
- **Avanços:** foram investidos cerca de R\$ 135 milhões na aquisição de veículos, armamentos e embarcações. Além disso, o auxílio-alimentação passou por revisão, e foi efetuada a compra de novos fardamentos. Há também a previsão de um reajuste salarial de 21,5% para profissionais da Segurança Pública.

Em 2024 a segurança catarinense também foi reforçada com o ingresso na Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) de 615 soldados e 61 cadetes, aprovados no último concurso público.

TURISMO

22. Turismo

- **Objetivo:** ampliar a divulgação nacional e internacional dos eventos turísticos, culturais, religiosos e esportivos de Santa Catarina.
- **Prazo:** 31/12/2026.
- **Situação:** em execução.

- **Avanços:** o calendário de eventos turísticos foi lançado durante a divulgação da Nova Marca do Turismo SC em 2023, impulsionando a promoção do potencial turístico do Estado. A iniciativa fortalece a comercialização de produtos turísticos catarinenses em âmbito nacional e internacional, por meio de ações estratégicas de divulgação e promoção do Destino Santa Catarina em eventos, feiras e road shows, consolidando o turismo como um setor econômico estratégico.

Investimentos na realização e na promoção de eventos turísticos fortaleceram o setor e impulsionaram o desenvolvimento econômico em 2024. Como reflexo desses investimentos, mais de 186 mil vagas de emprego foram ativadas, e 58 mil novas empresas foram abertas.

Além disso, o turismo internacional registrou um crescimento expressivo com a chegada de mais de 495 mil visitantes estrangeiros, o que representa um aumento de 71,7% em relação a 2023. Esses avanços classificam Santa Catarina como um dos principais destinos turísticos do Brasil, evidenciando o impacto positivo das estratégias adotadas.

Informações mais detalhadas sobre a execução dos projetos previstos no Plano de Governo são apresentadas no Capítulo **Desempenho das Principais Áreas de Governo** e também no **Projeta SC**, o Portal de Gestão de Projetos do Governo do Estado de Santa Catarina (<https://www.projeta.sc.gov.br>).



ECONOMIA CATARINENSE



Foto: Marco Favero/arquivo SECOM

ECONOMIA CATARINENSE

O ano de 2024 foi marcado pela continuidade dos conflitos bélicos na Ucrânia e em Israel. Além das preocupações humanitárias e das incertezas quanto aos impactos no comércio internacional, o temor de que os conflitos pudessem se estender para outros países do Oriente Médio acabou se tornando realidade.

Nos Estados Unidos (EUA), tivemos a definição da eleição presidencial, e o risco de uma guerra comercial ganhou destaque com a imposição de tarifas sobre importações oriundas de determinados países. O Federal Reserve (Fed), banco central americano, iniciou seu ciclo de redução de juros apenas em setembro. Em tese, a queda dos juros nos EUA tem um enorme potencial para influenciar outros bancos centrais a também diminuir suas taxas de juros.

Ao longo dos primeiros dois quadrimestres de 2024, a economia brasileira cresceu acima das projeções, impulsionada, entre outros fatores, pela redução das taxas de juros. O Brasil começou o ano dando continuidade ao ciclo de cortes de juros iniciado em 2023, e na reunião de maio foi atingido o menor patamar de 2024 (10,5%). No entanto, na reunião de setembro, o Banco Central brasileiro fez um movimento contrário ao dos EUA, elevando a taxa básica de juros, que encerrou o ano em 12,25%.

A inflação oficial do País é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA acumulou alta de 4,83% em 2024, percentual acima do teto da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (4,50%) e superior à inflação de 2023 (4,62%).

Em 2024 o dólar à vista atingiu o maior valor nominal de fechamento desde a criação do Plano Real, ultrapassando pela primeira vez a marca de R\$ 6,00 no encerramento de uma sessão.

A economia brasileira enfrentou grandes desafios ao longo do ano. O setor agrícola foi bastante impactado por fatores climáticos adversos, como estiagem, queimadas e chuvas volumosas em algumas regiões. Os estragos de maior notoriedade ocorreram na região Sul do País, onde os prejuízos foram significativos.

Nos mercados internacionais, os preços das commodities, principalmente as agrícolas, tiveram uma alta brusca com o início dos conflitos na Ucrânia e a retomada da economia mundial no período pós-pandemia. No entanto, posteriormente, passaram a desacelerar. O risco de uma recessão mundial seguiu no radar com a menor demanda chinesa.

De acordo com a última divulgação definitiva do PIB nacional, referente a 2022, a economia catarinense segue na sexta posição entre as maiores do País. Mesmo diante de um cenário econômico internacional incerto, Santa Catarina se mostrou bastante resiliente em 2024, despontando como um dos estados de maior crescimento no cenário nacional. Com uma economia diversificada e competitiva, o Estado se manteve entre as unidades da Federação com os melhores indicadores socioeconômicos do Brasil.

O setor de serviços é o maior do Estado e se destaca na geração de vagas de trabalho. Por outro lado, a agricultura catarinense teve retração na produção, sendo afetada por fenômenos climáticos como excesso de chuvas e calor excessivo, além da redução da área cultivada em algumas regiões. Em contrapartida, a pecuária registrou mais um ano de expansão, com destaque para a produção de frangos. Destaque também para a indústria catarinense, que no acumulado de 2024 registrou um forte crescimento de 7,7%, quando a produção nacional teve expansão de 3,1% no mesmo período. A produção industrial de Santa Catarina foi a que mais cresceu, ficando em primeiro lugar no ranking dos estados pesquisados pelo IBGE.

As exportações catarinenses cresceram 0,7% em relação ao ano anterior, enquanto as importações atingiram um recorde histórico, representando um crescimento de 17,4% quando comparado com 2023.

A geração de novas vagas de trabalho formal teve um avanço expressivo em 2024. Santa Catarina foi o quinto estado que mais criou empregos no País, alcançando uma taxa de desocupação de 2,7%.

Um grande desafio para a economia catarinense em 2025 será manter o crescimento diante de um cenário de real desvalorizado e de taxas de juros em alta.

PRODUTO INTERNO BRUTO

Os dados definitivos do Produto Interno Bruto (PIB) são publicados em média dois anos após o ano de referência. A última apuração oficial é de 2022, quando houve continuidade da recuperação econômica iniciada no período pós-pandemia.

O IBGE, em conjunto com os governos estaduais, estima o PIB dos estados e do Distrito Federal. Em Santa Catarina, a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) é a responsável pelas estimativas do PIB e a fonte das análises econômicas estaduais apresentadas a seguir.

Em 2022 o PIB catarinense foi de R\$ 466,3 bilhões, alta de 1,8%. O PIB brasileiro atingiu R\$ 10,1 trilhões, crescimento em volume de 3,0% na comparação com 2021.

A participação de Santa Catarina na economia nacional reduziu de 4,8% para 4,6% entre 2021 e 2022. No entanto, quando considerada a série histórica iniciada em 2002, o Estado registrou o segundo maior acréscimo de participação (0,9%) no PIB do País, ficando atrás somente do Mato Grosso (1,2%).

Apesar da queda de participação na comparação anual, o Estado catarinense se manteve no posto de sexta maior economia nacional, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Santa Catarina fechou 2022 com o quinto maior PIB per capita¹ do País, com R\$ 61.274,40 (a média nacional foi de R\$ 49.638,29).

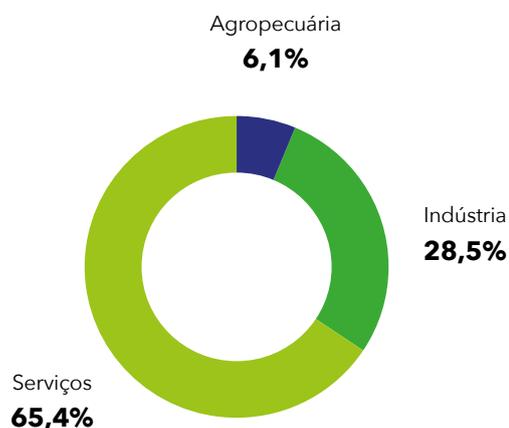
1 O PIB per capita de Santa Catarina é a soma do PIB dividida pela população do Estado.

ANO	SANTA CATARINA - PIB TOTAL		PIB PER CAPITA
	PREÇO CORRENTE (R\$ MILHÕES)	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	PREÇO CORRENTE (R\$)
2012	191.795	1,7	30.046
2013	214.512	3,5	32.334
2014	242.553	2,4	36.056
2015	249.080	-4,2	36.526
2016	256.755	-2,0	37.154
2017	277.270	4,0	39.603
2018	298.227	3,7	42.149
2019	323.264	3,8	45.118
2020	349.275	-2,9	48.159
2021	428.571	6,8	58.400
2022	466.274	1,8	61.274

Fonte: IBGE

Santa Catarina
6º maior PIB nacional
IBGE (2022)

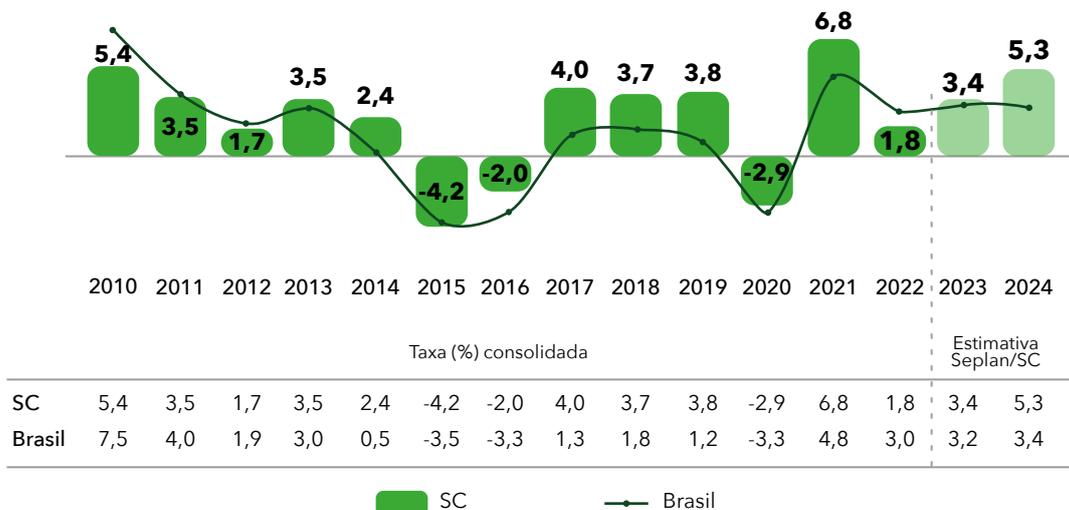
Composição do Produto Interno Bruto de Santa Catarina em 2022 (último dado oficial do IBGE)



Fonte: IBGE (2022)

A Seplan projeta um crescimento de 5,3% para a economia catarinense no ano de 2024, enquanto o IBGE estima uma expansão de 3,4% para o PIB brasileiro no mesmo período.

Variação do Produto Interno Bruto

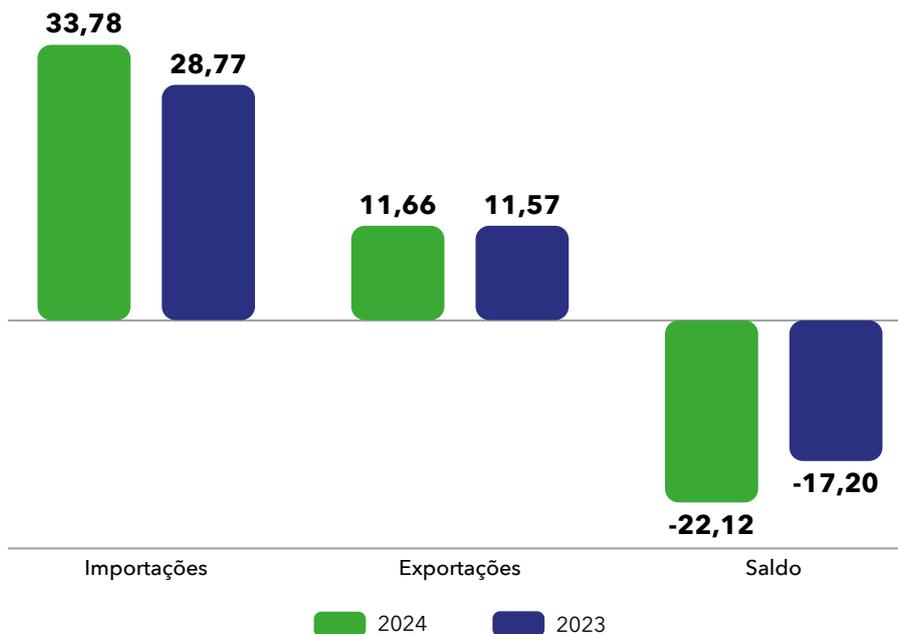


Fonte: Seplan/SC e IBGE/Contas Nacionais e Trimestrais

COMÉRCIO EXTERIOR

Em 2024 as importações catarinenses (US\$ 33,78 bilhões) mais uma vez superaram as exportações (US\$ 11,66 bilhões), resultando num déficit de US\$ 22,12 bilhões. Santa Catarina tem tido saldo deficitário da balança comercial desde 2009.

Balança Comercial de Santa Catarina (US\$ bilhões)



Exportações Catarinenses

As exportações catarinenses totalizaram US\$ 11,66 bilhões em 2024, um crescimento de 0,7% em relação a 2023. O Estado foi responsável por 3,5% das exportações brasileiras e terminou o ano como o décimo maior exportador nacional.

A via marítima foi a mais utilizada nas transações do comércio exterior catarinense, concentrando 81,7% das exportações e 85,6% das importações. Do total exportado, 60,3% dos produtos saíram pelos portos de São Francisco do Sul (34,4%) e de Itajaí (25,9%).

Santa Catarina

**US\$ 11,66 bilhões
exportados em 2024**

**10º maior exportador
do País**

VIA	EXPORTAÇÕES EM 2024		IMPORTAÇÕES EM 2024	
	US\$	ANÁLISE VERTICAL	US\$	ANÁLISE VERTICAL
Marítima	9.517.863.451	81,7%	28.922.959.175	85,6%
Rodoviária	1.740.023.315	14,9%	2.378.579.550	7,0%
Aérea	371.384.372	3,2%	2.471.502.302	7,3%
Demais vias	26.005.914	0,2%	3.317.884	0,01%
TOTAL	11.655.277.052	100,00%	33.776.358.911	100,00%

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 17 jan. 2025

Produtos da indústria de transformação responderam por 91,9% das exportações catarinenses em 2024. As demais exportações foram compostas por produtos agropecuários (6,7%), produtos da indústria extrativista (0,3%) e outros itens (1,1%).

O produto de maior destaque nas exportações foi a carne de frango, seguida pela carne suína, que registrou um incremento de 8,1% em relação a 2023. Vale ressaltar também os geradores elétricos, que ocuparam a terceira posição entre os produtos mais exportados por Santa Catarina, com um crescimento anual de 20,5%.

Conforme se observa na figura seguinte, os seis principais produtos exportados representaram 50,2% do total das exportações estaduais no ano.

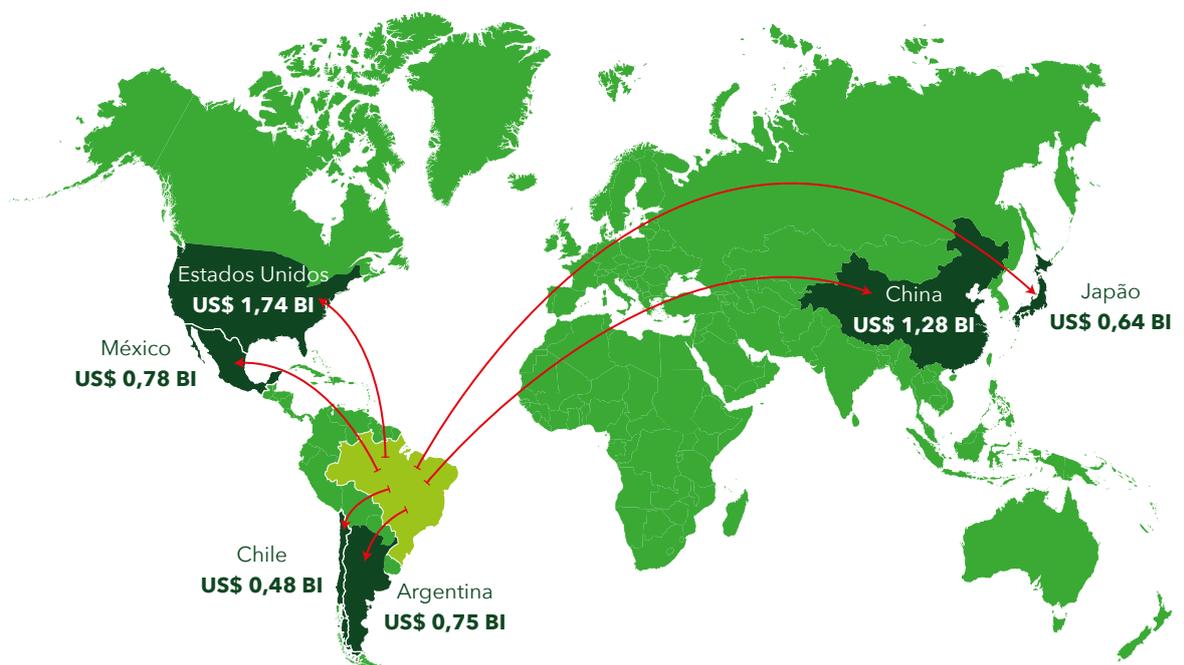
Principais Produtos Catarinenses Exportados em 2024



Os principais destinos das vendas catarinenses foram Estados Unidos (15,0%), China (11,0%), México (6,7%), Argentina (6,4%), Japão (5,5%) e Chile (4,1%). Juntos, esses seis países responderam por 51,2% de tudo o que foi exportado em 2024, enquanto os demais destinos representaram os 48,8% restantes.

Principais Destinos das Exportações Catarinenses em 2024

Valor total exportado
US\$ 11,66 bilhões



Estados Unidos | 15,0%

China | 11,0%

México | 6,7%

Argentina | 6,4%

Japão | 5,5%

Chile | 4,1%

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 17 jan. 2025

Importações Catarinenses

As importações catarinenses alcançaram US\$ 33,78 bilhões em 2024, correspondendo a 12,9% das importações brasileiras e consolidando Santa Catarina como o segundo maior estado importador do País. Na comparação com 2023, o volume importado registrou um expressivo crescimento de 17,4%.

A maior parte das importações catarinenses entrou no Estado pela via marítima (85,6%), seguida pelas vias aérea (7,3%) e rodoviária (7,0%). Os portos de São Francisco do Sul (39,7%) e de Itajaí (30,0%) foram os mais utilizados para essas operações.

Assim como ocorre nas exportações, as importações catarinenses foram majoritariamente de produtos da indústria de transformação (96,4%). Já os produtos agropecuários (1,8%), da indústria extrativista (1,3%) e outros (0,5%) complementaram as importações de 2024. Percebe-se uma grande diversificação nos produtos importados, sendo que os cinco de maior participação representaram 15,0% das importações totais. Destes, o cobre ocupa a primeira posição, com 4,3% das importações, seguido por válvulas e tubos (2,8%), matérias plásticas (2,7%), partes e acessórios dos veículos automotivos (2,6%) e fios têxteis (2,6%).

Quanto à origem dessas importações, seis países responderam por 67,4% das importações do Estado em 2024: China (43,3%), Estados Unidos (6,6%), Chile (6,3%), Alemanha (4,5%), Argentina (4,3%) e Índia (2,5%).

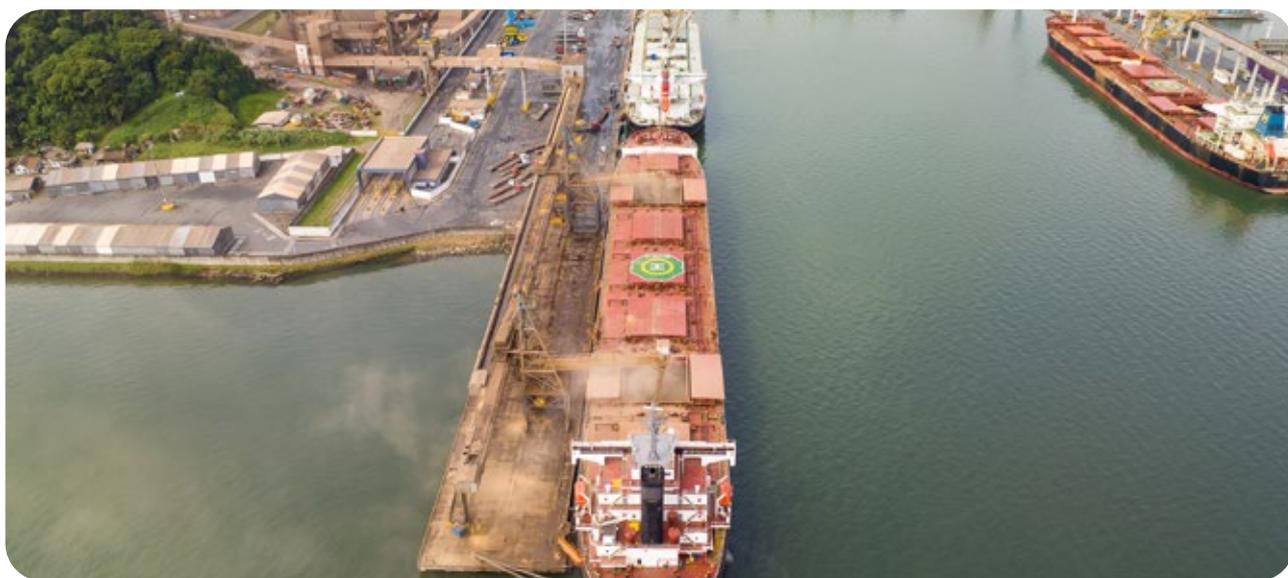
Santa Catarina

**US\$ 33,78 bilhões
importados em 2024**

**2º maior importador
do País**

Cobre

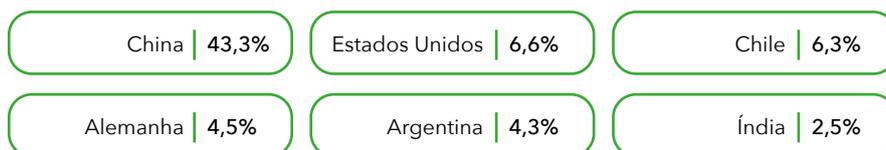
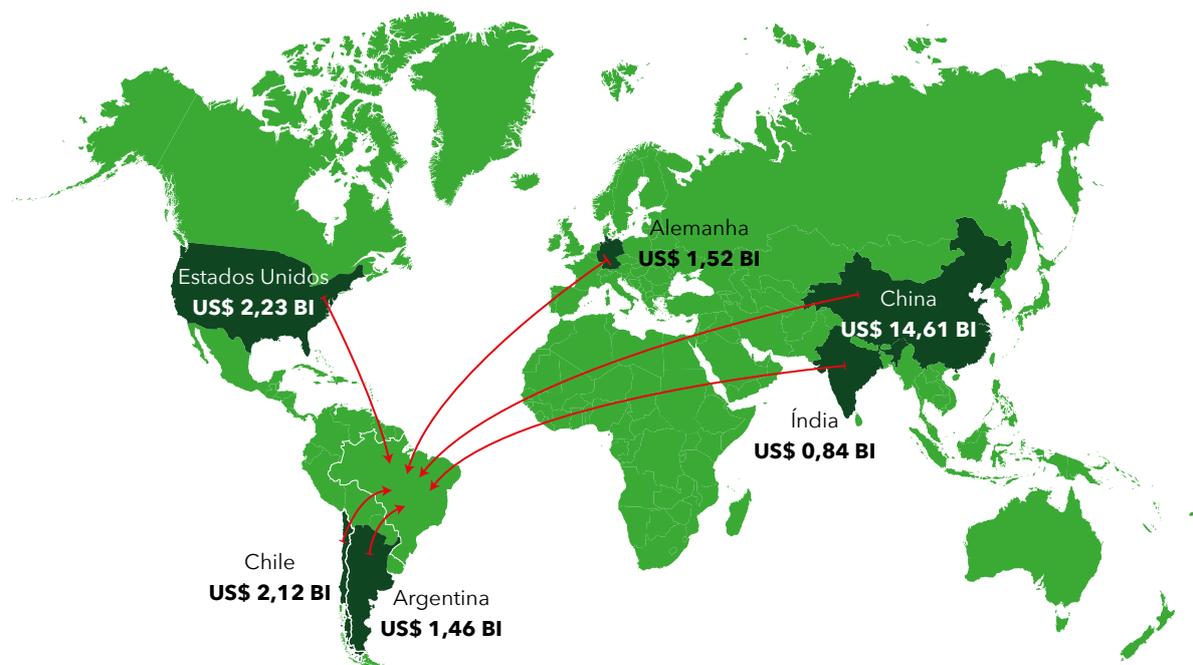
**Produto mais importado por
Santa Catarina em 2024**



Porto de São Francisco do Sul
Foto: Jonatã Rocha/arquivo SECOM

Principais Origens das Importações Catarinenses em 2024

Valor total importado
US\$ 33,78 bilhões



Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 17 jan. 2025

MERCADO DE TRABALHO

Em 2024 o mercado de trabalho mostrou uma expressiva criação de vagas em Santa Catarina.

Estoque de Empregos

No encerramento do ano, Santa Catarina tinha 2.568.418 trabalhadores empregados, um acréscimo de 6,7% em relação a 2023. O setor de serviços é o que mais emprega no Estado, e ao final de 2024 contava com 1.041.578 trabalhadores (40,6% do total). A indústria é o segundo setor estadual em número de trabalhadores (31,1%), seguida pelo comércio (21,2%), pela construção (5,3%) e pela agropecuária (1,9%).

Trabalhadores por Atividade Econômica em Santa Catarina em 2024

ATIVIDADE ECONÔMICA	TRABALHADORES	REPRESENTATIVIDADE %
Serviços	1.041.578	40,6%
Indústria	798.917	31,1%
Comércio	543.335	21,2%
Construção	136.831	5,3%
Agropecuária	47.749	1,9%
Não Identificado	8	0,0003%
TOTAL	2.568.418	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Painel de Informações do Novo CAGED (Dezembro/2024)

Observa-se que 10 municípios concentraram 48,4% dos postos de trabalho catarinenses no ano de 2024: Joinville (9,5%), Florianópolis (8,8%), Blumenau (5,4%), São José (5,4%), Itajaí (4,8%), Chapecó (4,1%), Criciúma (3,1%), Jaraguá do Sul (2,9%), Palhoça (2,2%) e Balneário Camboriú (2,2%).

O Estado encerrou 2024 com um saldo positivo de 106.392 novos empregos formais, o que representa um avanço de 70% quando comparado com o saldo de 62.665 registrado ao final de 2023.

Admissões, Desligamentos e Saldo de Empregos em 2024

SETOR	ADMITIDOS	DESLIGADOS	NOVOS POSTOS DE TRABALHO CRIADOS
Serviços	688.185	633.005	55.180
Indústria	433.863	408.889	24.974
Comércio	386.517	366.495	20.022
Construção	131.191	125.059	6.132
Agropecuária	43.506	43.430	76
Não Identificado	13	5	8
TOTAL	1.683.275	1.576.883	106.392

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Painel de Informações do Novo CAGED (Dezembro/2024)

Os setores de serviços, indústria e comércio lideraram a criação de novas vagas em Santa Catarina, respondendo por 51,9%, 23,5% e 18,8% das vagas criadas, respectivamente.

As pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos preencheram 53,6% das novas vagas. No tocante ao nível de instrução, a maioria dos postos de trabalho foi preenchida por pessoas com ensino médio completo (59,9%) e incompleto (19,8%).

Registro de Empresas

Em 2024 Santa Catarina tinha 1.223.059 empresas ativas, de acordo com o Mapa de Empresas do Governo Federal, cuja fonte é a base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Ao longo do ano foram abertas 251.482 empresas e fechadas 128.297.

Total de Empresas Ativas

1.223.059

Microempresas

1.052.522

86,1%

Empresas de Pequeno Porte

78.883

6,4%

Outras Empresas Ativas

91.654

7,5%

Empresas Ativas por Natureza Jurídica

Empresário Individual

721.640

59,0%

Sociedade Limitada

484.438

39,6%

Demais Empresas

16.981

1,4%

Fonte: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapade-empresas> (24-01-2025)

No que tange à constituição e à extinção de empresas no Estado, observa-se um aumento tanto do número de empresas abertas como fechadas, resultando num saldo anual positivo de 123.185 novas empresas. Esse resultado superou o de 2023, quando o saldo das empresas constituídas deduzido das extintas foi positivo em 114.683.

Mapa de Empresas de Santa Catarina



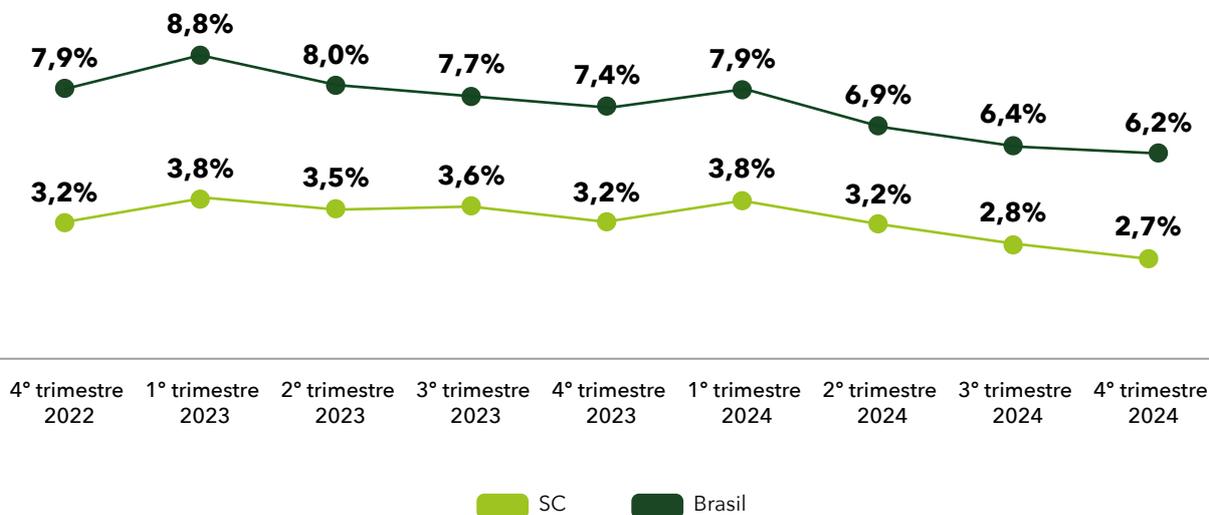
Fonte: Gov.br/Empresas & Negócios/Mapa de Empresas - atualizado em 24 jan. 2025

Taxa de Desocupação

Santa Catarina encerrou o quarto trimestre de 2024 com uma taxa de desocupação de 2,7%, mantendo-se entre os estados com os menores índices de desemprego do País. A média nacional foi estimada em 6,2%. Na comparação anual, a taxa estadual era de 3,2% no quarto trimestre de 2023 e alcançou 2,7% no mesmo período de 2024.

2,7%
de desemprego
Segunda menor taxa de desemprego do País no quarto trimestre de 2024

Taxa de Desocupação



Fonte: IBGE/PNAD Trimestral

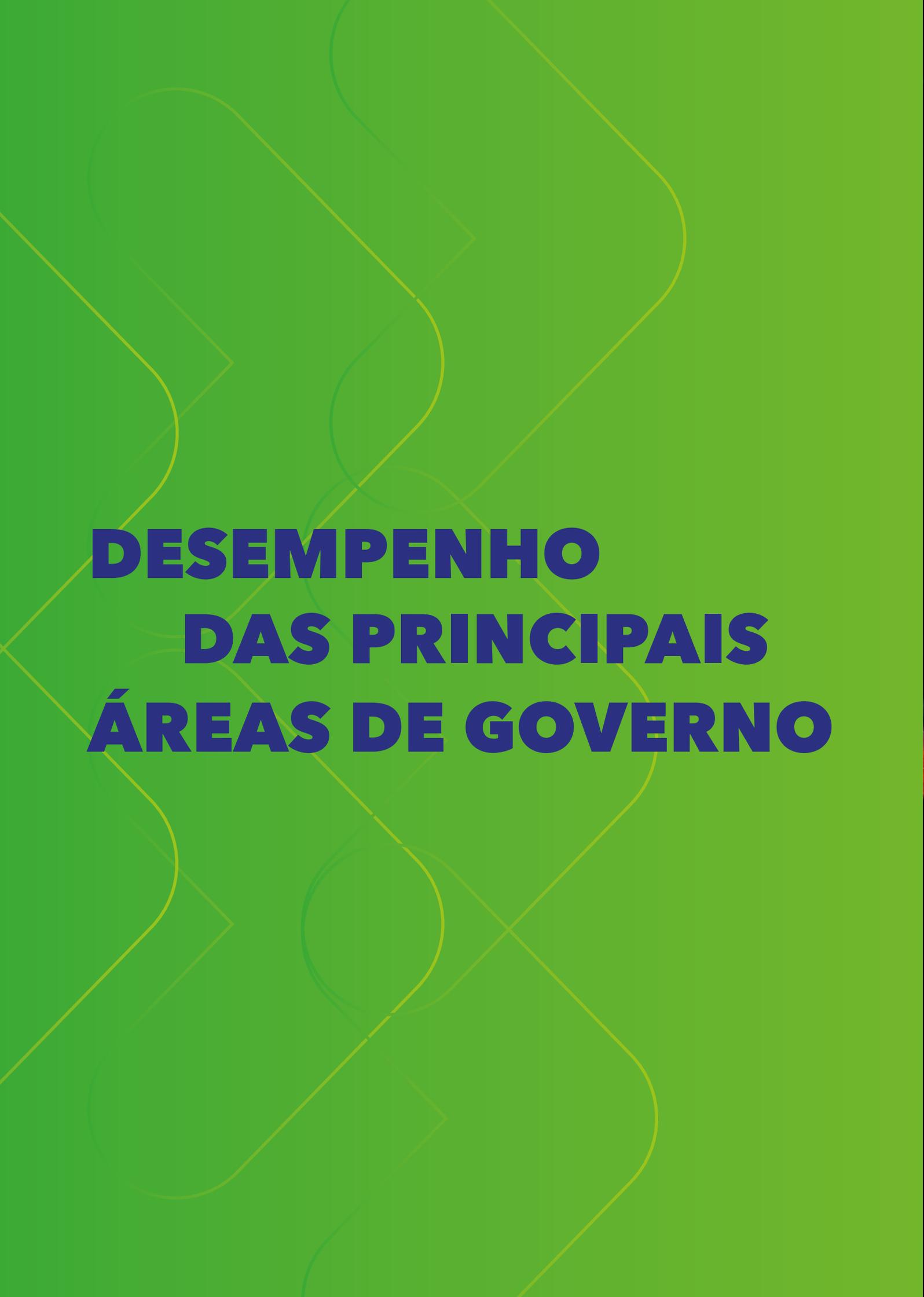
Em 2024 Santa Catarina registrou 362 mil pedidos de seguro-desemprego, uma queda de 1,2% na comparação com o ano anterior (366 mil).

No quarto trimestre de 2024, o percentual de empregados com carteira assinada no Brasil era de 73,4% dos empregados do setor privado. Santa Catarina ocupa a primeira posição entre os estados, com 87,9%, seguida por São Paulo (81,2%) e Rio Grande do Sul (79,9%).

Santa Catarina é o estado com a menor taxa de informalidade do País, com um percentual de 25,6% (38,6% nacional).



Foto: Maurício Vieira/arquivo SECOM

The background is a vibrant green color. Overlaid on this are several thin, yellow lines that form a complex, abstract pattern of overlapping shapes, including circles, squares, and irregular polygons. The lines are thin and create a sense of depth and movement.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO



ESCALA DO TEATRO
BOLSHOI
NO BRASIL

ESCALA DO TEATRO
BOLSHOI

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Santa Catarina ocupa uma excelente posição no ranking nacional em diversos produtos, graças ao alto nível tecnológico aplicado nos seus sistemas de produção. A atuação do setor público agrícola catarinense, composto pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária e suas empresas vinculadas (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri), tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento e na sustentabilidade da agricultura do Estado.

POLÍTICAS DE APOIO AO PRODUTOR RURAL

Em 2024 foram concedidos incentivos a 78.663 produtores rurais por meio dos seguintes programas: Financiamentos ao Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Santa Catarina - Financia Agro SC; Programa Estadual de Conservação, Recuperação e Manejo do Solo e Água - Água no Campo SC; Programa Estadual de Subvenção de Juros - Pronampe Agro SC; Programa de Fomento para Atendimento Emergencial às Propriedades Rurais e Pesqueiras de Santa Catarina - Reconstrói SC; Programa de Formação e Apoio ao Desenvolvimento Socioeconômico de Jovens e Mulheres dos Meios Rural e Pesqueiro de Santa Catarina - Jovens e Mulheres em Ação; e Programa Terra Boa. Além disso, 780 produtores receberam indenização pelo abate sanitário de animais.

O Programa Água no Campo SC apoiou 1.567 projetos com a aplicação de R\$ 52,78 milhões em 2024 para captação, armazenagem e uso de água em propriedades rurais, transformando o cenário de escassez hídrica em um ambiente produtor e armazenador de água.

Para apoiar a cadeia produtiva de leite, o Governo do Estado lançou em 2024 o Programa Leite Bom SC, que concede financiamentos e incentivos fiscais ao setor. Por meio do Financia Leite SC, 1.632 produtores foram beneficiados com mais de R\$ 50 milhões em recursos estaduais para aplicação na melhoria dos processos produtivos no setor leiteiro.

Produtores Rurais Beneficiados com os Programas/Ações de Investimentos

PROGRAMA	PROJETO	PRODUTORES BENEFICIADOS	
		2024	2023
Investe Agro SC e Pronampe Agro SC	Pagamento de subvenção de juros de financiamentos bancários (3%, 5% e 6%)	12.693	22.801
	Subvenção de juros - Programa Armazenar	52	60
Prosolo e Água SC e Água no Campo SC	Prosolo e Água SC	1.567	1.134
Fomento Agro SC e Financia Agro SC	Cadeias produtivas agrícolas, pecuárias, aquícolas e pesqueiras	1.576	1.048
	Financia Leite SC	1.632	-
	Agregação de valor e empreendimentos coletivos	109	122

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

PROGRAMA	PROJETO	PRODUTORES BENEFICIADOS	
		2024	2023
Jovens e Mulheres em Ação	Projeto Realiza	177	200
	Conecta Jovem e Flor-e-SER	442	349
Reconstrói SC	Reconstrói SC	1.632	741
Terra Boa	Incentivo à produção	58.783	64.706
Indenizações	Indenizações de animais abatidos por questões sanitárias	780	935
Total		79.443	92.096

Fonte: Diretoria de Cooperativismo e Desenvolvimento Rural - SAR

Ações Realizadas em Pesquisa e Extensão Rural - Epagri

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Projetos de pesquisa	381	424
Publicações, inclusive trabalhos científicos e de pesquisa	621	688
Adoção de tecnologias e cultivares	123	122
Agricultores e pescadores capacitados	29.332	34.571
Agricultores e pescadores que receberam assistência técnica e extensão rural	129.750	129.795
Organizações e cooperativas que receberam assistência técnica	3.465	3.844

Fonte: <https://sistemas.epagri.sc.gov.br/portal/>. Acesso em: 9 dez. 2024



Sistema de criação de bovinos de leite com produção baseada em pastagens perenes



Encontro Estadual de Jovens que passaram por capacitações
Fotos: Aires Carmen Mariga/Comunicação da Epagri

CIDASC

A CIDASC executa ações de sanidade agropecuária, fomentando o agronegócio catarinense e o desenvolvimento das cadeias produtivas, garantindo a excelência sanitária dos rebanhos e das lavouras do Estado. Suas atividades são divididas em três principais áreas técnicas: Defesa Sanitária Animal (DSA), Defesa Sanitária Vegetal (DSV) e Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal, com atuação também na Educação Sanitária. Cada uma delas contribui de alguma forma com as políticas públicas de saúde e com o crescimento das atividades agropecuárias. Em 2024 foram inscritas 17 novas agroindústrias no Serviço de Inspeção Estadual (SIE), totalizando 479 estabelecimentos ativos registrados no SIE. Além disso, 18 novos estabelecimentos aderiram ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI), com um total de 138 estabelecimentos catarinenses inseridos nesse sistema. No ano também foram concedidos 133 Selos de Identificação Artesanal - Selo ARTE, que validam produtos genuinamente artesanais e característicos das regiões catarinenses para comercialização em todo o território nacional, totalizando 255 certificações no Estado.

Para assegurar a saúde única, foram realizadas mais de 10.600 ações fiscalizatórias e mais de 4.500 análises laboratoriais, garantindo a segurança alimentar e a qualidade dos produtos fabricados nos estabelecimentos registrados.

Foram oferecidos 26 cursos técnicos em 55 turmas da Fundação Escola de Governo (ENA), alcançando um total de 4.963 certificados emitidos.

A vigilância epidemiológica realiza ações de fiscalização, monitoramento, controle e erradicação de focos de doenças em animais de produção que podem impactar a saúde da população. Em 2024 foram realizadas 403.030 fiscalizações de trânsito.

Para um efetivo monitoramento e prevenção de doenças, a CIDASC também realiza o controle do trânsito de animais e o cadastro de rebanhos. No ano foram registradas 1.398.099 Guias de Trânsito Animal (GTA) e fornecidos 1.313.439 brincos de identificação individual para rastreabilidade de bovinos e bubalinos.

Santa Catarina atingiu a marca de 3.477 propriedades rurais certificadas como livres de brucelose e tuberculose.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Exames de brucelose e tuberculose	1.088.781	1.297.000
Atividades de fiscalização de produtos de origem animal	10.200	7.057
Fiscalizações pelo Departamento de Sanidade Animal	403.030	432.000
Fornecimento de brincos para a rastreabilidade de bovinos e bubalinos	1.313.439	1.288.000
Registro de Guias de Trânsito Animal para transporte de animais	1.398.099	1.358.000
Certificados emitidos pela capacitação de profissionais atuantes na área de alimentos vinculados ao setor agropecuário	4.963	5.365
Inspeções de pragas	7.050	3.395
Fiscalização de comércio de insumos agrícolas	3.719	3.410
Amostras para análise de resíduos de agrotóxicos	803	857

Fonte: CIDASC

O sistema de Defesa Sanitária Vegetal (DSV) atua no monitoramento, na vigilância, na inspeção e na fiscalização da produção, do comércio e do trânsito de vegetais ou produtos dessa origem que possam ser veiculadores de pragas, sendo Santa Catarina livre de *Cydia pomonella* e de moko da bananeira.

Em 2024 foram fiscalizados 3.719 comércios de insumos agrícolas e coletadas 370 amostras para controle de qualidade de sementes, das quais 26,75% apresentaram inconformidades.

Foram realizadas 1.333 fiscalizações sobre o uso de agrotóxicos em propriedades em todo o Estado. Além disso, mais de 7 mil inspeções de pragas e mais de 2 mil fiscalizações relacionadas à sanidade vegetal foram efetuadas, incluindo unidades de produção, unidades de consolidação e vazios sanitários.

O Selo de Conformidade CIDASC (SCC) chegou, em 2024, a 17 empresas certificadas e 13 em processo de certificação. A CIDASC classificou um total de 218.698,59 toneladas de produtos de origem vegetal no ano. São finalidades na certificação: a otimização de processos para redução do desperdício, inclusive de recursos naturais, visando a sustentabilidade; a elevação do padrão de qualidade e segurança dos produtos alimentares; e a saúde coletiva.

Em capacitação, a CIDASC trabalhou com 7 instituições de ensino técnico e superior, 3 escolas de nível médio e 79 escolas de ensino fundamental. Um total de 3.200 educandos receberam orientações e capacitações voltadas para saúde única (300 no Programa Sanitarista Acadêmico, 200 no Programa Jovem Inspetor e 2.700 educandos no Programa Sanitarista Júnior).

PROGRAMA TERRA LEGAL

Pensando na cidadania e na inclusão dos agricultores, em 2024 o Programa Terra Legal entregou a documentação para regularização fundiária de 5.359 estabelecimentos do meio rural. O programa contou com um investimento de mais de R\$ 325 mil.



Selo ARTE
Foto: CIDASC



Isca de identificação de pragas
Foto: Jaqueline Vanolli



Fiscalização de agrotóxicos
Foto: Jaqueline Vanolli

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E FLORESTAL

Na área de Desenvolvimento Sustentável e Florestal foi finalizado o Inventário Florestal de Florestas Plantadas (IFFP) do Estado de Santa Catarina, com um investimento no valor de R\$ 498.000,00.

DESENVOLVIMENTO DA MARICULTURA E PESCA

A maricultura e a pesca representam setores vitais para a economia, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões costeiras como Santa Catarina. Nesse contexto, está sendo desenvolvido o Sistema de Gestão da Maricultura (SIGMA), que visa proporcionar uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas, através da coleta, análise e monitoramento de dados relevantes sobre as atividades de maricultura e pesca. O SIGMA não apenas facilita a gestão eficaz dos recursos marinhos, mas também promove a transparência, a rastreabilidade e a sustentabilidade no setor. Para o desenvolvimento da maricultura e da pesca foram implementados serviços essenciais para a sustentabilidade e a segurança ambiental do setor:

1. *serviço de coleta, transporte e análise laboratorial de amostras de água do mar;*
2. *serviço de levantamento batimétrico e sonográfico das zonas de maricultura;*
3. *serviço de medição de correntes marinhas na Baía da Ilha de Santa Catarina;*
4. *serviço de coleta, transporte e análise de amostras de sedimento marinho e água do mar para determinação da concentração de metais pesados (mercúrio, arsênio, cádmio e chumbo) e Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs).*

Ao longo de 2024, foram colocadas em prática medidas voltadas ao desenvolvimento do setor, com ações que promovem saúde, qualidade de vida e estudos biológicos, e incentivos como a subvenção de óleo diesel para embarcações de pesca industrial e artesanal no Estado.

Para amenizar os impactos econômicos causados pelo fenômeno da maré vermelha, Santa Catarina liberou uma linha de financiamento emergencial para os maricultores. Além disso, o Estado facilitou o acesso a financiamentos para pescadores e aquicultores através do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural.

Premiações da Área:

Prêmio Nacional de Expressão de Ecologia. 30ª Revista Expressão.

- » *Agricultura Regenerativa em Ação*
- » *Terraceamento no Oeste de Santa Catarina: Protegendo o Solo e Armazenando Água*



ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família tem por finalidade gerir, em âmbito estadual, as políticas públicas relacionadas à assistência social, aos direitos humanos, à segurança alimentar e nutricional e à habitação. Compete a esse órgão a formulação e a coordenação das diretrizes de cada uma dessas políticas, incluindo a supervisão de seus respectivos Conselhos de Direitos e Conselhos Setoriais.

COBERTURA DA REDE E ATENDIMENTOS REALIZADOS AOS MUNICÍPIOS PARA APOIAR TECNICAMENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Esse atendimento refere-se a ações de apoio técnico e monitoramento que o Estado oferece aos municípios para garantir a execução adequada da política de assistência social. A cobertura diz respeito à presença e à distribuição de equipamentos, serviços, programas e projetos no território, indicando a disponibilidade de atendimento à população.

DESCRIÇÃO	2024	2023
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)		
Quantidade de equipamentos - CRAS	401	399
Número de municípios que possuem CRAS e/ou são cobertos pela PSB	295	295
Número de apoio técnico aos municípios com demanda da Proteção Social Básica	943	810
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)		
Quantidade de equipamentos - CREAS	104	102
Número de municípios que possuem CREAS e/ou são cobertos pela PSE	261	173
Número de apoio técnico aos municípios com demandas da Proteção Social Especial - CREAS	701	580
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)		
Quantidade de equipamentos - Centro POP	9	8
Número de municípios que possuem Centro POP e/ou são cobertos pelo Serviço Especializado em Abordagem Social e/ou para Pessoas em Situação de Rua	102	108
Número de apoio técnico aos municípios com demanda da Proteção Social Especial/Centro POP	115	20

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

DESCRIÇÃO	2024	2023
CENTRO DIA PARA IDOSOS		
Quantidade de equipamentos - Centro Dia para Idosos	2	2
Número de municípios que possuem Centro Dia para Idosos e/ou são cobertos pelos Serviços de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e Idosas	168	70
Número de apoio técnico aos municípios com demanda da Proteção Social Especial/Centro Dia para Idosos	19	9
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO		
Quantidade de equipamentos - Acolhimento Institucional e/ou Família Acolhedora (Governamentais)	374	195
Número de municípios que possuem serviços de acolhimento e/ou são cobertos pelos Serviços de Acolhimento Institucional e/ou Família Acolhedora	174	198
Número de apoio técnico aos municípios com demanda da Proteção Social Especial/Serviços de Acolhimento	618	500

Fonte: Diretoria de Assistência Social - DIAS/SAS - Mês de referência: outubro de 2024



CRAS do município de Cerro Negro
Foto: Helena Marquardt - ASCOM SAS



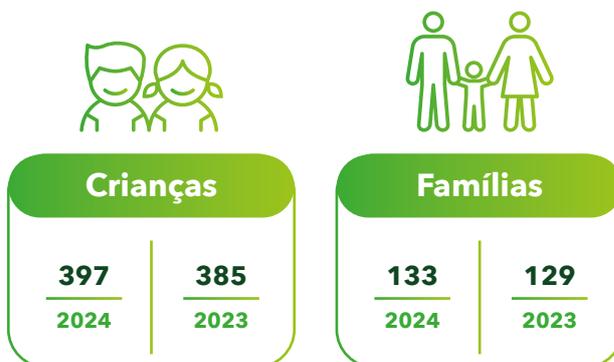
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
Foto: divulgação Prefeitura de Balneário Gaivota

BENEFÍCIO DE GESTAÇÃO MÚLTIPLA

Benefício financeiro concedido a cada nascido com vida proveniente de uma mesma gestação múltipla com número igual ou superior a 3 nascituros, inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais e com renda per capita de até 75% do salário mínimo vigente.

O valor atual do benefício por criança é de R\$ 566,35, que será pago até a data em que as crianças completarem 18 anos, conforme a Lei nº 18.327/2022. Site: GEBEN/DIAS/SAS.

Número de beneficiados

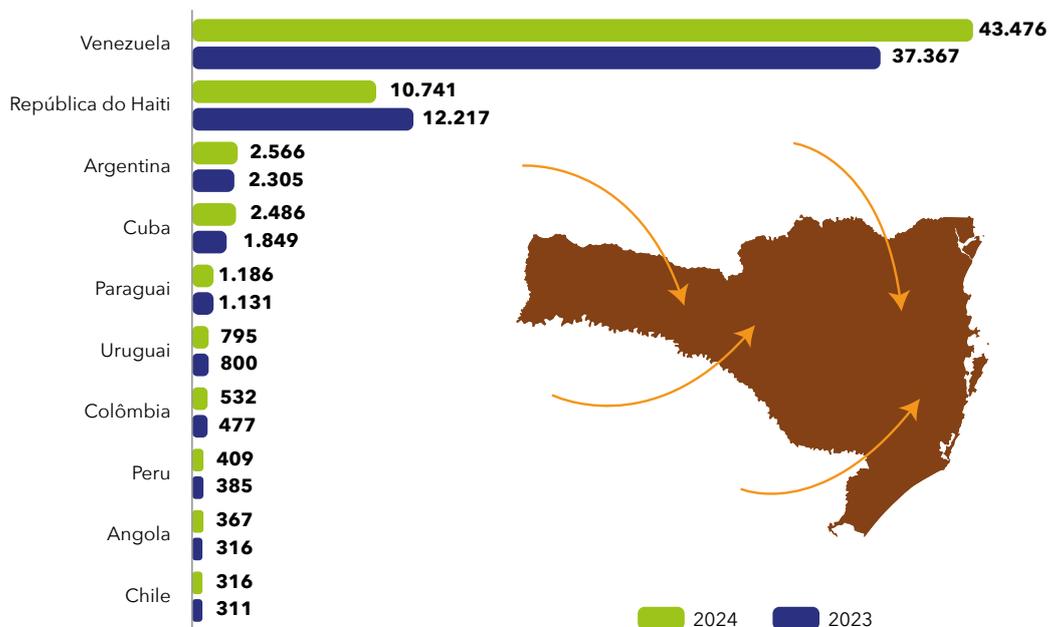


Fonte: Diretoria de Assistência Social - DIAS/SAS - Mês de referência: dezembro de 2024

IMIGRANTES EM SANTA CATARINA

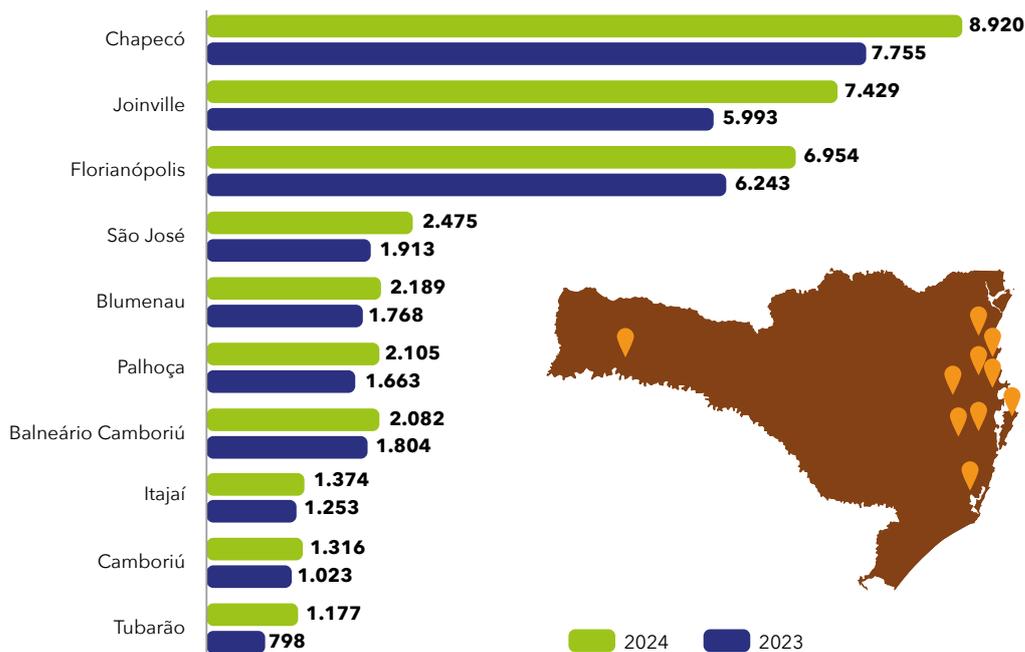
Principais Países de Origem dos Imigrantes em Santa Catarina

Entre 2000 e 2024 o Estado recebeu 153.459 imigrantes vindos de diversos países. Em 2024, o número de imigrantes recebidos foi de 70.422, o que representa um aumento de 18,1% em relação ao ano de 2023 (59.614).



Fonte: Cadun - dezembro de 2024

Imigrantes por Municípios de Destino - Lista dos 10 Primeiros Municípios para Onde se Destinaram mais Imigrantes em Santa Catarina



Fonte: Cadun - dezembro de 2024

SEGURANÇA ALIMENTAR - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra alimentos da agricultura familiar com doação simultânea destinada à rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica. Site: CSAN/SAS



Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
Foto: Ricardo Wolffenbüttel/arquivo SECOM

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	2024	2023
Número de municípios contemplados	130	16
Número de instituições receptoras	506	157
Número de agricultores fornecedores	1.470	341

Fonte: SISPA - dezembro de 2024

DISQUE 100 E 180



Número de denúncia de violência contra a mulher

3.629	357
2024	2023

Fonte: Ouvidoria SAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS + PERTO DE VOCÊ



Capacitações nas 8 macrorregiões, atendendo 295 municípios, sobre a utilização dos recursos do SUAS de forma assertiva. O Plano de Contingência de Assistência Social - PLANCON AS, ação pioneira no País, visa instrumentalizar os municípios em atendimento às situações de calamidade e emergência. Por meio do cofinanciamento estadual, recursos são repassados aos 295 municípios, com base na execução de serviços e de portes municipais.



SAS + Perto de Você

PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR

40 municípios atendidos, 120 casas entregues.



Programa de Habitação Popular
Foto: Natália A. Lisboa

DIREITOS HUMANOS

O Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e o Fundo Estadual do Idoso (FEI) lançaram editais de chamamento público. No âmbito do FIA, foram selecionados 85 projetos de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e 63 de órgãos governamentais, sendo executados em 2024 mais de R\$ 29 milhões* dos R\$ 42 milhões previstos nos editais.

O FEI foi criado em 2019, mas até 2023 só havia recebido recursos sem executá-los. Em 2024, com os dois editais lançados, contemplou 42 OSCs e 49 órgãos governamentais, totalizando mais de R\$ 35 milhões* dos R\$ 40 milhões previstos nos editais.

Destaca-se, ainda, que o FIA destinou um aporte financeiro de R\$ 1,47 milhão ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).



Fundo da Infância e Adolescência de Santa Catarina - FIA/SC
Arte: Helena Marquardt - ASCOM SAS



Fundo Estadual do Idoso de Santa Catarina - FEI/SC
Arte: Gabriela Nicolini - ASCOM SAS

* Conforme errata encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado por meio do Ofício SEF/DCIF nº 44/2025.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Estado, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI), tem o objetivo de fortalecer o setor tecnológico bem como implementar políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico de Santa Catarina a partir da inovação.

PROGRAMA SC MAIS INOVAÇÃO

O SC Mais Inovação é uma iniciativa voltada para a criação de um ecossistema de inovação robusto e dinâmico, capaz de gerar novas oportunidades de negócios e empregos qualificados. Seu objetivo é aumentar a competitividade do Estado, promovendo a colaboração entre empresas, universidades, centros de pesquisa e governo, além de estimular o surgimento de soluções inovadoras em áreas estratégicas, como tecnologia, saúde, sustentabilidade e agronegócio.

A meta do Programa SC Mais Inovação é gerar mais de 30 mil empregos no setor de tecnologia e inovação até 2026 e aumentar a participação do segmento no PIB estadual de 7,5% para 10% até o final do último ano da atual gestão do governo.



Evento de lançamento do Programa SC Mais Inovação na Acate, em Florianópolis.
Foto: Mateus Alcântara/SCTI

SC GAMES

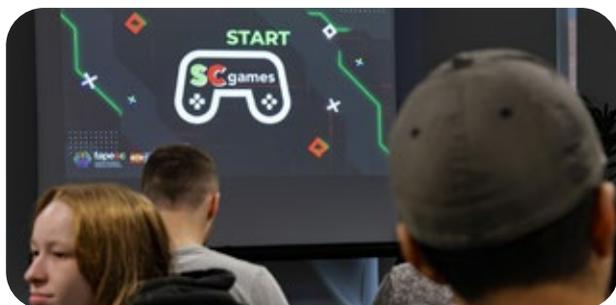
Impulsionou o setor de games e entretenimento digital em Santa Catarina por meio de ações estratégicas voltadas ao mercado catarinense e à formação de profissionais da área.

Em 2024 a SCTI inaugurou, em parceria com o Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (CIASC), o espaço físico do Projeto Novos Talentos, destinado a oferecer aulas presenciais de game design e programação para crianças e adolescentes. Durante o ano, 53 alunos foram capacitados presencialmente, enquanto outros 146 cursaram a modalidade EAD do projeto.



Aula sendo ministrada no espaço do Programa Novos Talentos, no CIASC.
Foto: Mateus Alcântara/SCTI

Também em 2024 uma parceria entre a SCTI e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) resultou no lançamento do edital Start SC Games, com o objetivo de fomentar e impulsionar o mercado de desenvolvimento de jogos no Estado.



Evento de lançamento do Edital Start SC Games, parceria entre SCTI e FAPESC
Foto: Ricardo Wolffenbüttel/arquivo SECOM

SC NA PALMA DA MÃO

Com o intuito de aprimorar as soluções disponibilizadas ao cidadão por meio do governo digital, o projeto tem como objetivo desenvolver ainda mais o Portal de Serviços sc.gov.br, com vistas a torná-lo o canal principal para oferta de serviços públicos, além de acessível em dispositivos móveis, permitindo que os usuários encontrem uma ampla variedade de serviços e funcionalidades em um único lugar.

Em 2024 o projeto avançou com a construção da plataforma piloto, que permitiu a integração interna com mais serviços estaduais e com o login do gov.br.

SCTEC - PROGRAMA FORMANDO PROFISSIONAIS PARA O FUTURO



O SCTEC visa qualificar pessoas na área da tecnologia e realizar a aproximação desses talentos com as vagas existentes no Estado de Santa Catarina. Serão 70 mil pessoas impactadas

pelos formações em 18 municípios estratégicos, contemplando todas as mesorregiões do Estado.

REDE CATARINENSE DE CENTROS DE INOVAÇÃO

Em 2024 foram promovidas ações voltadas ao desenvolvimento de atividades que consolidam o ecossistema de inovação de Santa Catarina, envolvendo empresas, academia, sociedade civil e governo. Uma parceria entre a SCTI e a FAPESC possibilitou a publicação de três editais, com o objetivo de fomentar e fortalecer a estrutura e as atividades dos centros de inovação:

- *Edital de apoio a eventos de inovação para fomentar a realização de eventos de inovação, empreendedorismo e tecnologia pelos Centros de Inovação (20 eventos realizados);*
- *Edital de apoio à implantação de escritórios de projetos (15 centros contemplados);*
- *Edital de apoio à operação da Rede Catarinense de Centros de Inovação para investimentos nas estruturas e atividades dos centros (15 centros contemplados).*

No mês de abril de 2024 foi inaugurado o espaço físico do Centro de Inovação de Criciúma e Região (CRIO), que conecta empresas, startups, instituições acadêmicas e governo para promover o desenvolvimento sustentável e a inovação. O CRIO faz parte da Rede Catarinense de Centros de Inovação, uma iniciativa do Governo do Estado para que Santa Catarina se destaque no cenário nacional e internacional.



Centro de Inovação de Criciúma (CRIO) inaugurado em abril
Foto: João Paulo Borges/SCTI

No dia 19 de dezembro de 2024 aconteceu a inauguração do Centro Regional de Inovação de Tubarão - Sigma Tech Park. A obra foi construída pelo Estado, em parceria com a Prefeitura de Tubarão.

SINAL BOM

Implantação de rede e melhorias na internet em comunidades rurais do Estado. Com a execução de investimentos na implementação de rede e acesso à internet (múltiplas soluções), o projeto busca viabilizar a conectividade no meio rural e em comunidades sem cobertura de operadoras. Essa iniciativa é uma forma de Santa Catarina fomentar o desenvolvimento do seu agronegócio. No ano o planejamento e a estruturação do projeto passaram por evoluções, além de ocorrer uma mudança de nome, de Campo Conectado para Sinal Bom. As evoluções se deram em alguns aspectos, como o alinhamento com operadoras capacitadas e interessadas em oferecer o serviço de conectividade. O planejamento também passou a incluir questões jurídicas relacionadas à legalidade do incentivo estadual para antecipação de compromissos das operadoras junto à Anatel. Em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento, está sendo elaborado um mapa de Santa Catarina, que servirá como base para identificar as regiões que necessitam da instalação de antenas para garantir a cobertura.

SUMMIT CIDADES 2024



Stand do Governo do Estado no Summit Cidades 2024
Foto: Mateus Alcântara/SCTI

A SCTI esteve presente no evento que evidenciou a relevância do ecossistema de inovação e tecnologia em Santa Catarina e no Brasil. Com um stand conjunto com o CIASC, a SCTI possibilitou a aproximação do setor público com o ecossistema de tecnologia e inovação, além de divulgar ações e oportunidades do Estado.

STARTUP SUMMIT 2024

A SCTI participou do mais importante evento de inovação e tecnologia do País. O Governo de Santa Catarina foi representado em um stand com parceria da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina. Essa parceria permitiu a divulgação das informações referentes aos planos e programas da gestão estadual para o desenvolvimento do setor.



Stand do Governo do Estado no Startup Summit 2024
Foto: Mateus Alcântara/SCTI

MODERNIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA CATARINENSE (PRODEC)

O PRODEC passou a fomentar a neointustrialização e o desenvolvimento sustentável, com a inclusão de medidas voltadas à inovação. A atualização foi publicada no Diário Oficial do Estado em 13 de setembro de 2024. Desde então, foram incorporados ao programa itens financiáveis pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), além de ser regularizada a criação de um Comitê Técnico de avaliação de projetos, composto pela SCTI, o CIASC e a ACATE.

CULTURA

Santa Catarina é um estado plural em muitos sentidos, e isso se reflete especialmente nas suas manifestações culturais. A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) é o órgão responsável pela preservação, o incentivo e a difusão do patrimônio cultural do nosso Estado. Tem como missão, preservar, fomentar e difundir o patrimônio cultural e as práticas e processos artístico-culturais, por meio de políticas públicas, de forma ética e transparente, assegurando a cultura como direito fundamental para o exercício da cidadania.

DESTAQUES

Em 2024 foi iniciado um amplo trabalho de revitalização e reparos nas casas sob administração da FCC. O projeto abrangeu as instalações físicas dos imóveis que abrigam equipamentos culturais, priorizando medidas essenciais para a preservação e a manutenção desses bens. Entre as ações realizadas estão a restauração do Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) e a reforma do telhado do Centro Integrado de Cultura (CIC), que possibilitou a reabertura do espaço expositivo do Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) com a mostra Sou Catarina, a qual conta, por meio da arte, a história da padroeira do Estado.

Outra ação de destaque em 2024 foi o Santa Catarina Canta - Festival Sertanejo, que teve como objetivo descobrir, impulsionar e dar oportunidade a novos talentos da música catarinense. Para a realização do evento, foram promovidas etapas classificatórias, nas quais cantores foram selecionados para participar da grande final, em Florianópolis. A final contou com show de cantor de renome nacional e revelou 19 talentos catarinenses - 13 adultos e 6 crianças, com 3 vencedores em cada categoria (1º, 2º e 3º lugares). O Santa Catarina Canta - Festival Sertanejo iniciou em junho e encerrou em novembro de 2024.

O site da FCC registrou um crescimento expressivo: conforme o Google Analytics, o número de visualizações passou de 162 mil em 2023 para 280 mil em 2024.

No Museu Histórico de Santa Catarina/Palácio Cruz e Sousa foi aberta a exposição de longa duração intitulada Federalismo - A Revolução que abalou Santa Catarina.

Outro marco do ano foi a sanção da Lei nº 19.044/2024, que institui o Programa Cem Cópias Sem Custo, cujo objetivo é incentivar a produção literária e cultural no Estado a partir da publicação mínima de 100 exemplares de livros ou trabalhos acadêmicos sem custo para os autores.

CULTURA EM NÚMEROS

ESPAÇO	LOCALIZAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	MÉDIA DE PÚBLICO	
			2024	2023
Teatro Ademar Rosa	Centro Integrado de Cultura - Av. Governador Irineu Bornhausen, nº 5600 - Agrônômica - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/tar-teatro-ademir-rosa	162.409	130.000
Teatro Álvaro de Carvalho (fechado desde janeiro de 2024 para obras)	R. Marechal Guilherme, nº 26 - Centro - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/tac	-	21.000
Teatro Pedro Ivo (fechado desde março de 2024 para obras)	Rod. SC-401, Km 15, nº 4600 - Saco Grande II - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/tpi-teatro-pedro-ivo	1.250	45.000
Museu da Imagem e do Som (MIS/SC)	Centro Integrado de Cultura - Av. Governador Irineu Bornhausen, nº 5600 - Agrônômica - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/mis	12.900	1.500
Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC)	Praça XV de Novembro, nº 227 - Centro - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc	48.300	41.000
Casa dos Açores - Museu Etnográfico	Rod. Governador Mário Covas, s/nº - Balneário São Miguel - Biguaçu	https://cultura.sc.gov.br/espacos/casadosacores	9.754	11.300
Casa de Campo Governador Hercílio Luz	R. Romanos Goedert, nº 428 - Taquaras - Rancho Queimado	https://cultura.sc.gov.br/espacos/casadecampo	7.200	6.500
Cinema do CIC - Sala Gilberto Gerlach	Centro Integrado de Cultura - Av. Governador Irineu Bornhausen, nº 5600 - Agrônômica - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/cic/cinema	13.508	13.000
Biblioteca Pública de Santa Catarina	R. Tenente Silveira, nº 343 - Centro - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/biblioteca	105.000	90.000
Biblioteca de Arte & Cultura	Centro Integrado de Cultura - Av. Governador Irineu Bornhausen, nº 5600 - Agrônômica - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/cic/biblioteca-de-artes	2.005	1.800
Galeria do Artesanato	R. Conselheiro Mafra, nº 148 - Centro - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/galeria-do-artesanato	48.550	36.000
MASC (Reaberto em 25/11/2024)	Centro Integrado de Cultura - Av. Governador Irineu Bornhausen, nº 5600 - Agrônômica - Florianópolis	https://cultura.sc.gov.br/espacos/masc	3.683	-

Dados até 10 de dezembro de 2024

Fonte: FCC

PRINCIPAIS PROGRAMAS/ PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS DO ESTADO	DESCRIÇÃO	NÚMERO DE PROJETOS CONTEMPLADOS	
		2024	2023
Programa de Incentivo à Cultura	O Programa de Incentivo à Cultura (PIC) visa o fomento de projetos culturais catarinenses por meio de apoio, valorização e difusão de manifestações culturais dos artistas catarinenses, conforme a Lei nº 17.942/2000.	209	152
Editais Cocali - Comissão Catarinense do Livro	Aquisição de obras nos gêneros de literatura, literatura infantojuvenil, biografia e história, publicadas em formato impresso ou digital, de autores catarinenses ou residentes há mais de dez anos em Santa Catarina.	20	-
Prêmio Catarinense de Cinema	Premiação de projetos inscritos nas modalidades de Produção (que inclui longa-metragem, curta-metragem, obra seriada e curta-metragem infantojuvenil) e de Difusão (voltada a festivais de cinema e cineclubes).	34	151

Fonte: FCC - Dados até 10 de dezembro de 2024

PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS DO ESTADO	DESCRIÇÃO	PARTICIPANTES EM 2024
Santa Catarina Canta - Festival Sertanejo	O festival teve como objetivo principal valorizar os talentos musicais locais, proporcionando oportunidades e visibilidade para novos talentos catarinenses na música sertaneja.	50.000
Comemorações do Bicentenário da Imigração Alemã	Como parte das comemorações do Bicentenário da Imigração Alemã no Brasil (1824-2024), a FCC, por meio da Comissão do Programa de Comemoração do Bicentenário da Imigração Alemã, promoveu exposições e apresentações culturais.	2.000
Conferência Estadual de Cultura	O evento, realizado em janeiro de 2024, teve como objetivo debater políticas culturais com ampla participação popular, propor diretrizes para os Planos de Cultura e definir orientações prioritárias para a área.	1.200

Fonte: FCC - Dados até 10 de dezembro de 2024



Museu Histórico de Santa Catarina - Palácio Cruz e Sousa foi um dos espaços mais visitados em 2024, apresentando a exposição sobre a Revolução Federalista.
Foto: Márcio H. Martins



Santa Catarina Canta - Festival Sertanejo, evento realizado pela primeira vez em 2024 e que percorreu todas as regiões do Estado.
Foto: Tóia Oliveira

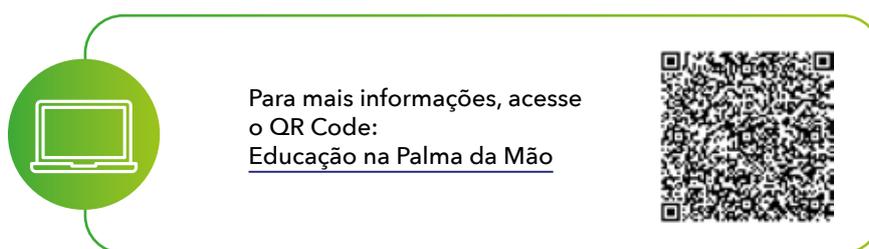
EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Uma educação de qualidade promove a igualdade social, fortalece a democracia e amplia o exercício da cidadania. Assim a educação do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED) apresentou, em 2024, avanços importantes, como a realização de concurso público, a descompactação da tabela salarial dos professores, a criação do Programa Catarinense Técnico (CaTec), o crescimento do Programa Universidade Gratuita e a ampliação do Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares.

EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

ENSINO SUPERIOR	2024	2023
Graduação (bolsas semestrais)		
Programa Universidade Gratuita	41.706	4.556
FUMDES	13.042	3.402
UNIEDU - Bolsas de Graduação - Arts. 170 e 171 da CE	25.218	53.634
Pós-Graduação (alunos beneficiados por ano)		
UNIEDU	604	1.560

Fonte: SED/Painel Educacional com base no SISGESC/Data de referência: 10/2/2025



REDE ESTADUAL DE ENSINO	2024	2023
Total de unidades escolares*	1.053	1.053
Escolas novas abertas que iniciaram o atendimento no ano de referência	-	1
Professores efetivos	13.474	13.788
Professores ACTs	39.046	33.735
Demais servidores efetivos	4.756	4.807

Fonte: SED/Painel de Matrículas com base no SISGESC/Data de referência para o total de escolas ativas: 30/9 do ano observado
*Não foram contabilizadas as unidades descentralizadas da educação de jovens e adultos, pois são vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos, computados como unidades escolares.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	2024	2023
Anos iniciais do ensino fundamental	109.980	112.124
Anos finais do ensino fundamental	173.068	173.246
Ensino médio*	219.439	217.953
Educação profissional concomitante e subsequente ao ensino médio	9.809	4.663
Educação de jovens e adultos (EJA)	20.452	21.885

Fonte: SED/SISGESC/Data de referência: 31/5 do ano observado

*O ensino médio inclui matrículas do ensino médio propedêutico, do magistério e do ensino médio integrado à educação profissional.

QUANTIDADE DE TURMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	2024	2023
Anos iniciais do ensino fundamental	5.010	5.161
Anos finais do ensino fundamental	7.088	7.119
Ensino médio	8.482	8.507
Educação profissional concomitante e subsequente ao ensino médio	506	265
Educação de jovens e adultos (EJA)	5.275	4.816

Fonte: SED/SISGESC/Data de referência: 31/5 do ano observado

UDESC - ENSINO SUPERIOR	2024	2023
Quantidade de alunos - Graduação	12.164	10.506
Quantidade de alunos - Mestrado	1.398	1.059
Quantidade de alunos - Doutorado	968	770
Quantidade de cursos - Graduação	54	60
Quantidade de cursos - Mestrado	35	34
Quantidade de cursos - Doutorado	21	15

Fonte: UDESC em 24/10/2024

FCEE	2024	2023
Quantidade de alunos	31.205	29.088
Professores efetivos	924	1.033
Professores ACTs	1.313	1.676

Fonte: FCEE em 23/10/2024

ALUNOS BENEFICIADOS	2024	2023
Alimentação escolar*	300.877	285.600
Transporte escolar	145.645	152.780

Fontes:

Alimentação escolar: SED/Diretoria de Ensino/Gerência de Alimentação Escolar/Dados referentes aos meses de agosto de 2023 e 2024

Transporte escolar: SED/Assessoria de Articulação com os Municípios - Datas de referência: 30/9/2023 e 23/10/2024

*A alimentação escolar é ofertada a todos os 518.484 estudantes da rede estadual.

DESTAQUES

A SED promoveu uma série de ações essenciais para valorizar os profissionais e melhorar a educação pública ao longo de 2024. Entre as iniciativas destacam-se:

- *concurso público: realização de um concurso público que contou com mais de 75 mil inscritos;*
- *descompactação da tabela salarial dos professores: medida que garante reajustes salariais aos professores efetivos do quadro de servidores da educação. O objetivo principal é adequar a remuneração de acordo com o tempo de serviço e a qualificação profissional, promovendo uma valorização justa e necessária dos docentes.*
- *expansão do Programa Universidade Gratuita: o Programa concedeu mais de 41 mil benefícios a estudantes de ensino superior em 2024, ampliando o acesso à educação para um maior número de jovens.*
- *criação do Programa Catarinense Técnico (CaTec): com a criação do programa em 2024, o número de estudantes matriculados em cursos técnicos da rede estadual de Santa Catarina saltou de 12 mil para mais de 30 mil, o que representa um aumento de 150% nas matrículas. Essa iniciativa possibilita que os alunos concluem o ensino médio com diploma e obtenham certificação técnica;*
- *implantação do modelo de escola cívico-militar: a EEB São José, em Herval d'Oeste, passou a adotar o modelo de escola cívico-militar, ampliando o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares de Santa Catarina para dez escolas estaduais desde o seu início, em 2023.*
- *lançamento do aplicativo FCEE Digital: a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) lançou o aplicativo FCEE Digital, que facilita o credenciamento e a emissão das carteiras de identificação do autista e do passe livre intermunicipal para pessoas com deficiência. Esse sistema marca o início de uma nova era de acessibilidade em Santa Catarina, simplificando o acesso e garantindo a inclusão digital de forma prática e segura. A novidade também permite o credenciamento e a emissão digital da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia, visto que indivíduos com essa condição passaram a ser reconhecidos como pessoas com deficiência após a sanção da Lei Estadual nº 18.928/2024, tendo acesso a diversos benefícios sociais.*
- *Na alimentação escolar, o Projeto Hortas do Saber oferece uma formação integral além da escola, promovendo a saúde, a autonomia e o autocuidado dos estudantes. O projeto é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR) e a SED. A SAR disponibiliza pacotes de sementes de hortaliças às escolas estaduais, que as cultivam nas hortas escolares. O programa busca ampliar a conscientização sobre os cuidados com o meio ambiente, além de incentivar práticas saudáveis e sustentáveis de alimentação nutricional.*



No Projeto Hortas do Saber, a SAR distribui pacotes de sementes de hortaliças às escolas estaduais, que realizam o cultivo nas suas hortas.

Foto: Ricardo Trida/SECOM

ESPORTE

Por meio da Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), que tem o propósito de organizar, desenvolver e fomentar o esporte amador do Estado, Santa Catarina executa os programas, os projetos e as ações da Política Pública Estadual do Esporte.

BOLSA-ATLETA

O Programa Bolsa-Atleta Estadual, instituído pela Lei nº 18.335, de 6 de janeiro de 2022, é destinado aos atletas e paratletas praticantes do esporte educacional, aos atletas de alto rendimento em modalidades olímpicas e paralímpicas, e aos atletas e paratletas praticantes das demais modalidades constantes do calendário anual da Fesporte.

Para mais informações,
aponte a câmera do
celular para o QR Code:



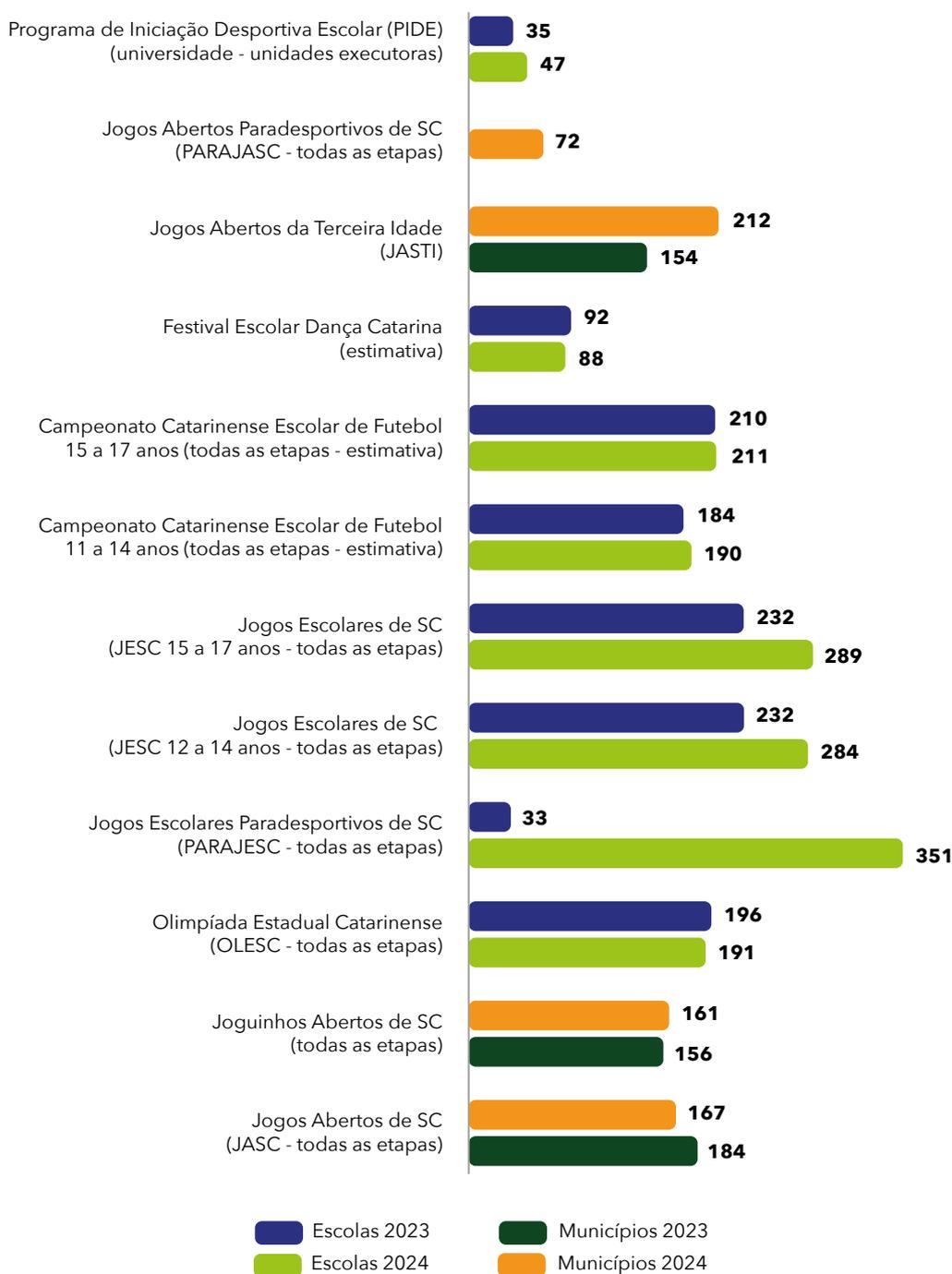
Em 2024 o Programa Bolsa-Atleta beneficiou 850 atletas de Santa Catarina, totalizando R\$ 7,39 milhões pagos nas seguintes categorias:

CATEGORIAS	ATLETAS CONTEMPLADOS	
	2024	2023
Escolar Nacional	163	155
Escolar Internacional	3	3
Nacional Sub-18	230	194
Nacional 18+	345	416
Internacional Continental	85	64
Internacional Mundial	16	11
Olímpico ou Paralímpico	8	12
Total	850	855

Fonte: Sistema Placarsoft - 24 de outubro de 2024

ESPORTE EM NÚMEROS

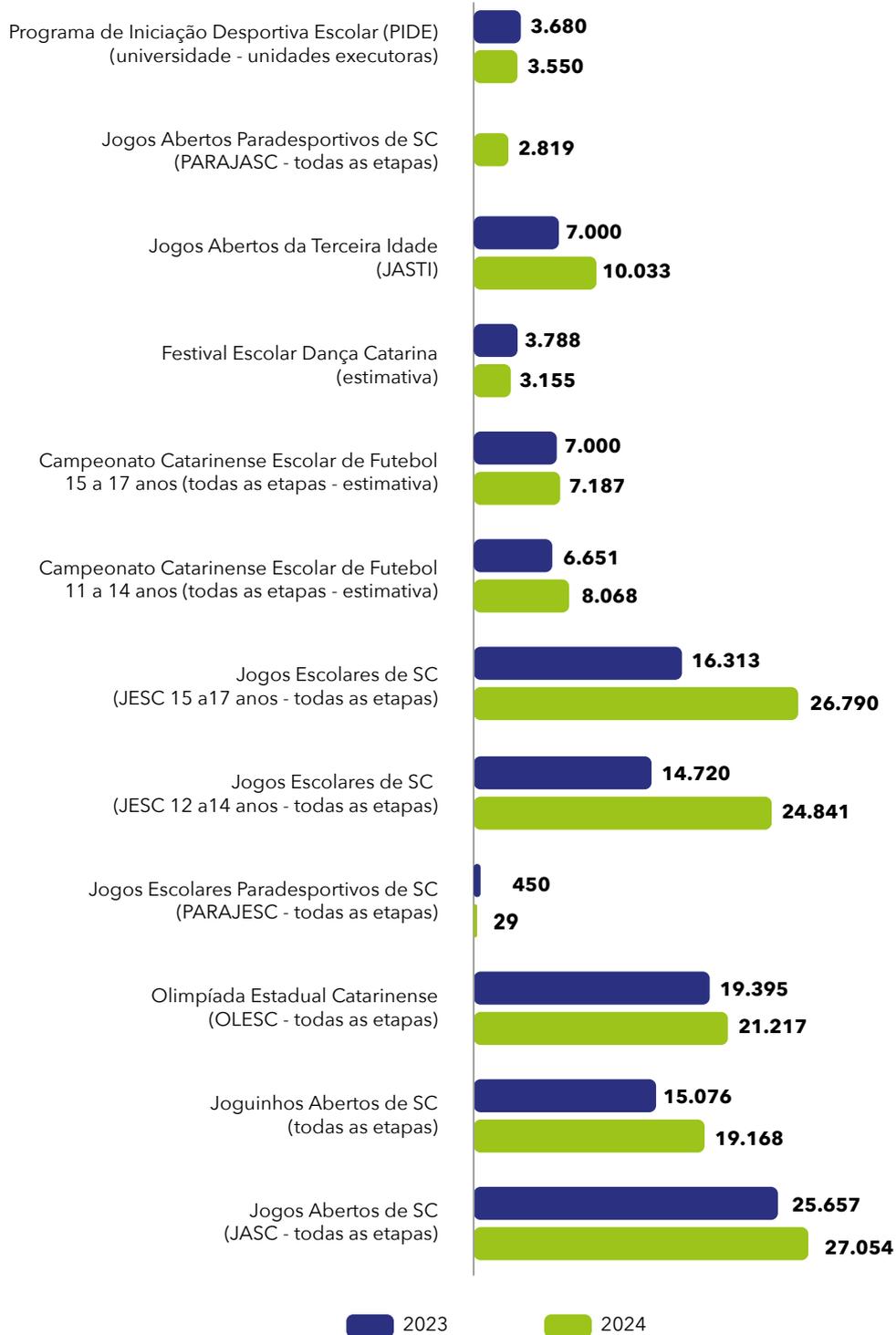
Quantidades de Equipes



Fonte: Sistema Placarsoft - 24 de outubro de 2024

Nota: nos eventos de esporte educacional, as equipes representam escolas; já nos eventos de esporte de rendimento, as equipes representam municípios. No caso do PIDE, as equipes representam universidades, e não escolas.

Quantidades de Participantes



Fonte: Sistema Placarsoft - 24 de outubro de 2024

Nota: as equipes do PIDE representam Universidades, e não Escolas.

DESTAQUE PARA ALGUNS EVENTOS REALIZADOS EM 2024



OLESC - Maravilha, Pinhalzinho e Saudades
Fotos: Guilherme Brazzalle



Atletas da modalidade Voleibol - Etapa Estadual
Foto: Luiz Brasil

PARAJESC - SELETIVAS DAS PARALÍMPIADAS ESCOLARES



Competição da modalidade Bocha Paralímpica nas seletivas estaduais das Paralímpiadas Escolares
Foto: Wilian Scheffer Santos - arquivo pessoal

JASTI 2024



Disputa da modalidade Canastra Masculina JASTI
Foto: ASCOM/FESPORTE



Equipe de Joinville, 3ª colocada na modalidade Voleibol Adaptado JASTI
Foto: ASCOM/FESPORTE

JOGOS DA JUVENTUDE - JEJS

- Etapa Nacional realizada em João Pessoa-PB.
- Delegação catarinense: 210 atletas, 30 técnicos, 1 fisioterapeuta, 3 oficiais e 1 chefe de delegação
- Quadro geral de medalhas: 18 ouros, 13 pratas e 15 bronzes
- 2º lugar geral nos Jogos da Juventude

Medalhas de Santa Catarina por Modalidade

MODALIDADE	OURO	PRATA	BRONZE
Atletismo	1	4	2
Badminton	2	-	-
Basquete	-	2	-
Ginástica Artística	-	-	2
Handebol	1	-	-
Judô	-	-	3
Natação	6	4	3
Taekwondo	7	-	-
Tênis de Mesa	1	1	1
Tiro com Arco	-	-	1
Vôlei de Praia	-	1	-
Voleibol	-	-	1
Wrestling	-	1	-

Quadro de Medalhas

CLASSIFICAÇÃO	NOME	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
1	São Paulo	57	32	37	126
2	Santa Catarina	18	13	15	46
3	Rio de Janeiro	15	23	22	60
4	Paraná	13	17	32	62
5	Rio Grande do Sul	13	13	16	42

Fonte: <https://resultados.jogosdajuventude.org.br/medals/all>



Equipe de Handebol Masculino - Campeão dos Jogos da Juventude

Fotos: Lucimar Pereira Dias - Arquivo pessoal



Equipe de natação masculina vice-campeã geral dos Jogos da Juventude

JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS - JEB's

Etapa Nacional realizada em Recife-PE



Atletas da modalidade Vôlei Feminino no JEB's
Foto: Marcelo Sagebin da Cunha - Arquivo pessoal



Foto: ASCOM/FESPORTE - Arquivo pessoal



Foto: ASCOM/FESPORTE - Arquivo pessoal

PARALIMPÍADAS ESCOLARES

A delegação foi composta por 149 atletas e 70 membros da comissão técnica, totalizando 219 pessoas, sendo a terceira maior delegação do evento.

A equipe catarinense obteve a segunda colocação geral pelo terceiro ano consecutivo, consolidando-se como uma das principais referências no paradesporto escolar nacional.

Paralimpíadas Escolares 2024

SC

2ª Colocação Geral
pelo 3º ano consecutivo



Equipe do Basquete em Cadeira de Rodas
3º colocado



Equipe Catarinense de Judô



Atleta Ana Elisa, representante de Santa Catarina na seleção brasileira de jovens
Fotos: Wilian Scheffer Santos - Arquivo pessoal

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

A Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviço (SICOS) tem como objetivo impulsionar a economia de Santa Catarina por meio de programas de incentivo ao investimento, linhas de crédito para empresas e desburocratização. Além disso, a SICOS formula políticas de apoio à geração de emprego e fomento da renda. Também estão no escopo da SICOS ações de proteção ao consumidor por meio do PROCON e do IMETRO-SC.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA CATARINENSE (PRODEC)

O PRODEC concede incentivo, postergação de impostos, implantação ou expansão de empreendimentos industriais com o objetivo de gerar renda e emprego para a sociedade catarinense. Até dezembro de 2024, 41 projetos de empresas foram aprovados pelo Conselho Deliberativo do PRODEC, um aumento significativo em relação aos 29 projetos aprovados em 2023.



Programas de incentivo ao investimento, como o PRODEC, são apresentados para empresários do Oeste catarinense. Outubro/2024
Foto: Divulgação/SICOS

PROGRAMA ESTADUAL DE SUBVENÇÃO DE JUROS (PRONAMPE SC)

O Pronampe SC tem como objetivo fomentar o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Estado, além de elevar a produtividade e a competitividade da economia catarinense. Esse objetivo é alcançado por meio da concessão de subsídios financeiros para pessoas jurídicas de micro e pequenas empresas ou empresas de pequeno porte que não se enquadram nas demais modalidades do Pronampe (Inovação ou Mulher). O limite de empréstimo é de R\$ 150 mil, e o Estado subsidia 40% dos juros.

Até dezembro de 2024 foram celebrados 2.179 contratos enquadrados no programa.

Fonte: BADESC

PROGRAMA ESTADUAL DE SUBVENÇÃO DE JUROS (PRONAMPE MULHER)

O Pronampe Mulher visa fomentar o empreendedorismo feminino, elevando a produtividade e a competitividade da economia de Santa Catarina. O programa concede subsídios financeiros para pessoas jurídicas de micro e pequenas empresas ou empresas de pequeno porte que tenham sócia administradora mulher e participação feminina superior a 20% das cotas ou maior que 50% do capital social. O limite máximo

de empréstimo é de R\$ 100 mil por empresa. Foram 1.328 contratos enquadrados no programa até dezembro de 2024.

Fonte: BADESC

JURO ZERO

O Programa Juro Zero apoia a base da economia catarinense com empréstimos de até R\$ 5 mil, limitados em até dois empréstimos por CNPJ. Esse valor é disponibilizado sem juros para microempreendedores individuais (MEIs). Em 2024 foram atendidos 20.990 MEIs, ao passo que em 2023 o programa beneficiou 11.498 MEIs. (Fonte: BADESC. Dados de janeiro a outubro de 2024)

SC BEM MAIS SIMPLES

Este programa fomenta o empreendedorismo e simplifica a abertura de novas empresas em Santa Catarina. Até 2023 eram 109 municípios atendidos, número que cresceu para 149 municípios em 2024. (Fonte: SICOS. Dados até 17/12/2024)

EMPREGO E RENDA

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) implanta serviços e agências de emprego em todo o País. Em outubro de 2024, o SINE realizou um feirão de empregos em Florianópolis. Nesse ano, até 9 de dezembro foram registrados 202.603 atendimentos, com 84.701 encaminhamentos para vagas de trabalho. Em 2023 foram mais de 317 mil atendimentos. (Dados até 9/12/2024)



Feirão de empregos em Florianópolis
Foto: Divulgação/SICOS

ARTESANATO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em outubro de 2024 artesãos de Santa Catarina participaram de uma feira nacional no Ceará, com apoio do Governo do Estado. Ao longo do ano, quase 200 artesãos foram atendidos, e a participação em feiras e eventos gerou uma movimentação superior a R\$ 370 mil.



Foto: Divulgação/SICOS

PROCON/SC

NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS PELO PROCON/SC		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Autos de Apreensão	38	96
Autos de Notificação	290	748
Autos de Interdição	4 (parcial)	79
Autos de Constatação	22	56
Atendimentos	67.940 (até outubro)	75.572
Índice de Resolutividade	85% (até outubro)	91%

Fonte: PROCON/SC



Equipe do PROCON fiscaliza produtos vendidos no comércio catarinense.
Foto: Divulgação/PROCON

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC)

Registra e dá publicidade aos atos constitutivos, alterações e extinções de empresários, empresas individuais de responsabilidade limitada, cooperativas e sociedades empresárias no Estado de Santa Catarina. Além disso, concede e cancela matrícula de leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais. Também arquiva os atos das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio, promovendo o assentamento dos usos e das práticas mercantis.



A JUDESC atua na área de registros, atos constitutivos, alterações e extinções.

Foto: Divulgação/JUDESC

Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO-SC)

Tem como missão garantir à sociedade catarinense segurança e confiabilidade nas relações de consumo, promovendo a leal concorrência por meio da metrologia e da avaliação da conformidade.



Fiscalização do IMETRO-SC verifica brinquedos durante Operação Criança Segura. Outubro/2024.

Foto: Divulgação/IMETRO-SC

Conselho Estadual de Combate à Pirataria (CECOP)

O CECOP tem como finalidade realizar estudos e coordenar ações direcionadas ao combate do comércio ilegal, da sonegação fiscal e dos delitos contra a propriedade intelectual em Santa Catarina.



Reunião ordinária do Conselho Estadual de Combate à Pirataria (CECOP) discute ações futuras.

Foto: Divulgação/SICOS

Destaques dos Órgãos Vinculados

ÓRGÃO	2024
JUCESC (Fonte: Observatório da JUCESC. Dado de 15/12/2024)	1.475.007 empresas ativas
IMETRO-SC (Fonte: IMETRO-SC. Dados até dezembro de 2024.)	232.810 verificações
	34.346 exames realizados
	15.298 ações de fiscalização
Conselho Estadual de Combate à Pirataria (CECOP) (Fonte: Secretaria do CECOP/SC)	Palestrante como instituição convidada em 5 eventos
	Realização de 4 cursos de formação para agentes públicos que atuam na fiscalização de produtos falsificados
	Atuação conjunta em 3 ações de fiscalização e apreensão de mercadorias falsificadas
	Participação como entidade avaliadora dos projetos de Santa Catarina inscritos no Prêmio Nacional de Educação Fiscal

OUTROS DESTAQUES

PROGRAMA ENERGIA BOA

Está em andamento na SICOS a operacionalização do Programa Energia Boa, que visa interligar Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) à rede elétrica. Até dezembro, contabilizam-se 120 propostas recebidas de empresas privadas para adesão ao projeto. O programa está em fase de operacionalização, com reuniões de alinhamento realizadas com a Celesc, a SEF, o IMA e outros órgãos para poder iniciar os investimentos.

PEACESC

A SICOS também está avançando na operacionalização da Política Estadual de Apoio às Cooperativas de Energia Elétrica de Santa Catarina (PEACESC), que concede incentivos fiscais para as cooperativas que investirem na rede de energia elétrica. Há 16 projetos sendo protocolados na SICOS, os quais passarão por análise técnica nos próximos meses para, na sequência, efetivar as primeiras concessões de incentivo fiscal.

JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social (SEJURI), obteve muitos avanços e resultados positivos em 2024 no sistema prisional e socioeducativo catarinense, o que evidencia o compromisso do Governo com a ressocialização, a segurança e a garantia dos direitos fundamentais.

A implementação das políticas de execução penal e socioeducativas no Estado tem reconhecimento nacional, especialmente pelas ações de ressocialização e socioeducação, fruto de esforços coordenados para enfrentar os complexos desafios dessa área.

ATIVIDADE LABORAL E RESSOCIALIZAÇÃO

O Estado de Santa Catarina se destaca quando o assunto é o trabalho dos internos do sistema prisional. No ano de 2024 foram firmados Termos de Parceria Laboral com as Secretarias de Estado da Saúde e da Educação, no âmbito do Programa de Governo intitulado Trabalho pela Liberdade, cujo objetivo é a prestação de serviços, como reforma e limpeza de escolas, hospitais, entre outros, utilizando a mão de obra das pessoas privadas de liberdade (PPL).



Oficina Laboral no Complexo Penitenciário da Região de Curitiba
Foto: SECOM

Ao final de 2024 Santa Catarina contava com mais de 8 mil detentos envolvidos em atividades laborais, o que representa aproximadamente 33% da população privada de liberdade, superando a média nacional de 19% de acordo com dados da

Secretaria Nacional de Políticas Penais. O trabalho de ressocialização realizado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social, tem colocado Santa Catarina em destaque no cenário nacional.

EDUCAÇÃO NA SEJURI

A educação básica para pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado é viabilizada por meio de um Termo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social e a Secretaria de Estado da Educação. Em 2024, estavam matriculados na educação básica 4.354 pessoas em situação de prisão, o que corresponde a 16,26% dos detentos do Estado.

Ainda, através do Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Educação, foi implantado o Programa Despertar pela Leitura, que conta com a participação de 37,93% das pessoas privadas de liberdade, o que corresponde a 10.157 participantes.

Ao todo, 14.511 internos do sistema prisional participam de atividades educacionais (educação básica e Programa Despertar pela Leitura), o equivalente a 54,20% das pessoas em situação de prisão.



Detentos realizando a prova do Encejeja PPL/2024
Foto: SEJURI/Divulgação

Santa Catarina também é referência quando o assunto é ressocialização no sistema prisional. No ano, 12.598 detentos do sistema prisional catarinense realizaram o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade ou sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade (Encejeja PPL).

A SEJURI também oferta a possibilidade de ensino superior em estabelecimentos penais, uma iniciativa fundamental para promover a ressocialização e a reintegração social das pessoas privadas de liberdade.

PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Como alternativa à prisão, o Programa Centrais de Penas e Medidas Alternativas e Apoio ao Egresso - que possui atualmente 11 Centrais de Penas e Medidas Alternativas instaladas nas Comarcas de Florianópolis, São José, Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Laguna, Lages, Jaraguá do Sul e Palhoça - mantém o autor da infração penal cumprindo medida alternativa em contato com a família e na sua comunidade. Dessa forma, o Estado não deixa de responsabilizar os infratores, objetivando a não reincidência criminal, e ainda evita o aumento do excesso populacional no sistema carcerário. Até setembro de 2024, o programa contava com 4.166 processos ativos de Prestação de Serviços Comunitário (PSC) e 3.313 processos ativos do regime aberto.

RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Em 2024 Santa Catarina alcançou uma taxa de 100% de matrícula e frequência escolar regular entre adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas graças às ações estaduais de ressocialização.

A escolarização é um dos princípios fundamentais da medida socioeducativa e consiste na obrigatoriedade da oferta do atendimento escolar de todas as etapas da educação básica. Nas unidades socioeducativas catarinenses, essa oferta é viabilizada através da articulação com a rede escolar de atendimento local.

No ano também foram oferecidos trabalho, cursos profissionalizantes, oficinas e atividades ocupacionais aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O Estado ainda investiu mais de R\$ 380 mil na capacitação profissional dos internos por meio de cursos de qualificação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC), com a meta de atingir 316 capacitações.



Cursos profissionalizantes
Foto: SEJURI/Divulgação

ACADEMIA DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

A Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS) promoveu, ao longo de 2024, uma série de eventos voltados para o aperfeiçoamento dos servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social.

Foram realizados 174 cursos de capacitação para os servidores da Polícia Penal, 28 treinamentos para o Setor de Armamento e Tiro (SAT), e 21 cursos para os colaboradores do Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE), totalizando 223 cursos de capacitação continuada, com a participação de mais de 4 mil servidores.



Capacitação de servidores
Foto: SEJURI/Divulgação

INVESTIMENTOS

Em 2024 foram investidos R\$ 50 milhões na criação de aproximadamente 900 novas vagas em novas unidades prisionais no Estado. No ano, entrou em operação a unidade do semiaberto de Tubarão, com 446 vagas, e também foi inaugurada a Penitenciária Industrial de São Bento do Sul, com 420 vagas.



Penitenciária Industrial de São Bento do Sul
Foto: SECOM

Visando garantir a segurança dos servidores, mais de R\$ 2 milhões foram destinados à aquisição de 1.100 coletes balísticos. Além disso, três novas viaturas adaptadas para o transporte de apenados foram adquiridas, com um investimento de R\$ 720 mil.



Aquisição de viaturas adaptadas para o transporte de apenados
Foto: SEJURI

Santa Catarina ainda investiu mais de R\$ 1 milhão na aquisição de equipamentos para captação e gravação visual, sonora e comunicação dissimulada. Esses equipamentos serão utilizados exclusivamente pela Diretoria de Inteligência da Polícia Penal, o que demonstra o compromisso do Estado em reforçar as estruturas de segurança e inteligência.

JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM NÚMEROS

CAPITAL HUMANO	NÚMERO DE EFETIVOS		NÚMERO DE TEMPORÁRIOS		
	ANO	2024	2023	2024	2023
Terceirizados				997	997
Quadro técnico		183	169	846	1.074
Agentes de segurança socioeducativos		608	618	199	215
Policiais penais		3.261	3.316	458	492

Fonte: GEPES/SAP - 25/10/2024

POPULAÇÃO PRISIONAL	2024	2023
Internos em regime fechado	15.756	14.445
Internos em regime semiaberto	6.356	5.964
Internos presos provisórios	4.802	4.350
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	348	337
Monitorados ativos com o uso de tornozeleira eletrônica	3.420	3.282
Internos estudando	4.354	3.940
Programa Despertar para a Leitura	10.157	9.796
Internos trabalhando	8.221	8.000

Fonte: SAP

TIPOS DE UNIDADES PRISIONAIS E SOCIOEDUCATIVAS	"O QUE É?"
Penitenciária	Unidades destinadas aos internos com condenação penal
Presídio	Unidades destinadas aos internos provisórios
Colônia penal	Unidade de caráter industrial e agrícola
Centros socioeducativos	Centros destinados aos adolescentes em conflito com a lei
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Unidade destinada aos internos com problemas psiquiátricos

Fonte: DPP/SAP - 25/10/2024

TIPO/REGIONAL (QUANTIDADE DE UNIDADES - ESTRUTURA 2024)	PRESÍDIO	HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA	PENITENCIÁRIA	PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA	PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL	UNIDADE DE SEGURANÇA MÁXIMA	TOTAL
Grande Florianópolis	4	1	1	2				8
Sul	5			3				8
Norte	4					1		5
Vale do Itajaí	4			1				5
Serrana e Meio-Oeste	5			1		1	1	8
Oeste	8				1	1		10
Médio Vale do Itajaí	4					1		5
Planalto Norte	4							4
Total de Unidades	38	1	1	7	1	4	1	53
Total de Vagas	9.754	72	682	5.924	1.132	2.947	106	20.617
Número de Internos	13.543	68	596	7.164	1.373	4.179	27	26.950

Fonte: CIDE/DPP/SEJURI - 21/10/2024

UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS 2024	Nº DE UNIDADES	VAGAS	Nº DE INTERNOS
Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE)	11	392	297
Centros de Atendimento Socioeducativo Provisórios (CASEP)	5	97	22
Casas de Semiliberdade	4	48	29
Total	20	537	348

Fonte: DEASE/Coordenação Técnica de Vagas - 31/10/2024

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O Estado, no ano de 2024, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina (SIE), teve como um dos seus principais focos o Programa Estrada Boa, destinado à requalificação e recuperação da malha rodoviária estadual. O programa visa garantir a segurança e a eficiência das vias estaduais através de ações abrangentes de pavimentação, restauração e revitalização, além de manutenções, preventivas e corretivas contínuas, com vistas a promover o desenvolvimento regional e facilitar o fluxo de pessoas e de mercadorias.

A SIE é responsável, ainda, pela regulação do transporte intermunicipal de passageiros, garantindo que o serviço seja prestado com qualidade e segurança aos usuários, o que reforça a integração entre as cidades e a mobilidade no Estado.

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE EM NÚMEROS

Santa Catarina realizou em 2024 avanços significativos em obras de restauração rodoviária e repassou recursos por meio de convênios com foco no desenvolvimento urbano e na melhoria da mobilidade regional, destacando-se:

Obras de Restauração Rodoviária

SC-120: Lebon Régis a Curitibaanos

Obra essencial para a conectividade entre os municípios da região, a restauração da SC-120 visa revitalizar a estrutura viária e garantir a segurança dos motoristas.



Fonte: Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP)

SC-160: Bom Jesus do Oeste a Pinhalzinho

A restauração deste trecho fortalece o tráfego local e regional, apoiando o desenvolvimento econômico e a integração das comunidades.



Fonte: Coordenadoria Regional Extremo-Oeste

SC-477: Canoinhas à BR-116 via Major Vieira

Esta obra contempla a restauração de um eixo importante de ligação, promovendo o escoamento da produção e facilitando o transporte intermunicipal.



Fonte: Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP)

SC-283: Chapecó ao Acesso a Arvoredo

Concluída em 2024, a restauração da SC-283 entre Chapecó e o acesso a Arvoredo representa uma importante entrega de infraestrutura para a região Oeste, beneficiando tanto o transporte local quanto o comercial.



Fonte: Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP)

Construção do Elevado Heinz Schulz em Joinville

Visando desafogar o trânsito e melhorar a circulação urbana, o Elevado Heinz Schulz, entregue em 2024, é uma obra de destaque que proporciona maior fluidez e segurança no tráfego da região de Joinville.



Fotos: Jonatã Rocha/SECOM

Convênios para Desenvolvimento Urbano e Mobilidade

Alargamento da Praia de Jurerê em Florianópolis

Em parceria com o município, este convênio visa a revitalização da área costeira, com o objetivo de promover o turismo e preservar a faixa de areia, fortalecendo a infraestrutura turística de Florianópolis.



Fotos: Tiago Ghizoni/SECOM

Construção do Elevado da Bandeira em Chapecó

Este convênio, firmado com o município de Chapecó, destinou-se à construção de um novo elevado que atenderá a crescente demanda por infraestrutura e facilitará o fluxo de veículos na região central da cidade.



Fotos: Jonatã Rocha/SECOM

Nova ponte na Lagoa da Conceição em Florianópolis

Um projeto que busca solucionar gargalos no tráfego e promover maior mobilidade e segurança, a construção da nova ponte da Lagoa da Conceição é resultado de um convênio estratégico para a capital.



Fotos: Tiago Ghizoni/SECOM

Essas obras e convênios refletem o compromisso do Estado em proporcionar aos catarinenses uma infraestrutura moderna e segura, beneficiando diretamente a mobilidade, o turismo e a economia local nas suas diversas regiões.

RODOVIAS

A malha rodoviária estadual abrange 6.296,9 km, dos quais 5.168,2 km (82,08%) estão pavimentados e sob responsabilidade do Estado.

Situação da malha rodoviária de Santa Catarina em 2024 (em km)

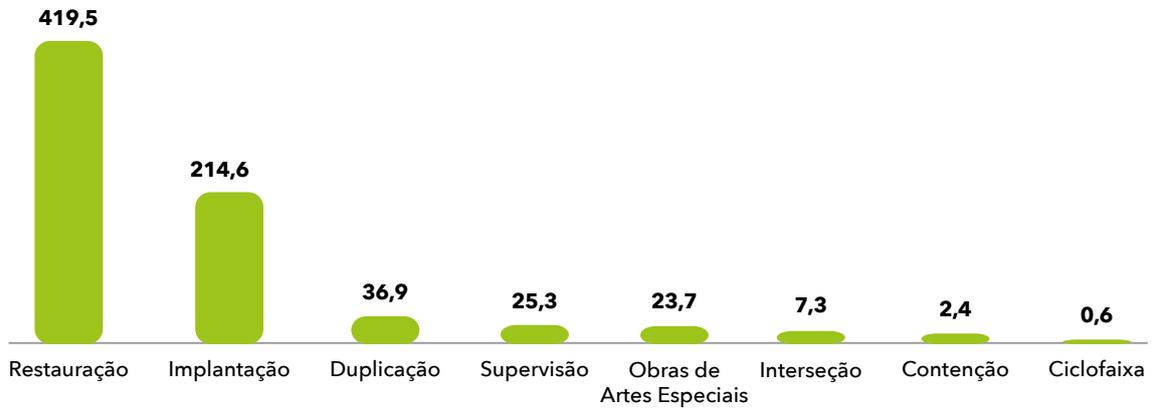
SITUAÇÃO DE REDE	NÃO PAVIMENTADA	EM OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO	PAVIMENTADA		
			PISTA SIMPLES	EM OBRA DE DUPLICAÇÃO	PISTA DUPLA
Estadual Coincidente*	90,5	-	627,7	-	31,0
Estadual	625,5	384,2	4.190,3	12,3	46,6
Acessos, anéis, contornos e arcos estaduais	24,1	4,4	229,5	-	30,8
Total	740,1	388,6	5.047,5	12,3	108,4

Fonte: Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – Sistema Rodoviário do Estado de Santa Catarina

*Rodovias Estaduais Coincidentes são rodovias existentes sob jurisdição estadual, cujo traçado segue a diretriz definida pelos pontos de passagem de uma rodovia federal planejada, conforme estabelecido no Sistema Nacional de Viação (SNV).

No gráfico a seguir são apresentados os números que resumem as ações em obras estruturantes, resultando em um investimento de mais de R\$ 705 milhões em 2024 para obras e de R\$ 25 milhões para supervisões.

Investimentos em Implantação, Ampliação e Restauração de Rodovias (R\$ milhões)



Fonte: Diretoria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura



Obras de arte especiais - Viaduto de Guarimir - antes e depois



Implantação da SC-465 entre Macieira e Arroio Trinta



Duplicação da SC-445 entre Içara e Criciúma - antes e depois
Fotos: Coordenadorias Regionais da SIE

RELAÇÃO DE OBRAS EM 2024

EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA	INICIADAS	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDAS EM 2024
Obras de Implantação Rodoviária	4	17	-
Obras de Restauração e Aumento de Capacidade	2	12	1
Obras de Artes Especiais (OAE)	-	2	3
Interseção	1	-	-
Obras de Contenção	1	-	1
Ciclofaixa	-	1	-
Total	8	32	5

OBRAS EM ANDAMENTO EM 2024

REGIÃO	PROGRAMA	OBRA	INVESTIMENTOS EM 2024 (R\$ MILHÕES)
Extremo-Oeste	Financiada	Aumento de capacidade da Rodovia SC-283, trecho Águas de Chapecó-Palmitos	10,96
Extremo-Oeste	Recursos Próprios	Restauração SC-305, trecho São Lourenço do Oeste (entroncamento SC-157)-Campo Erê	27,05
Extremo-Oeste	Recursos Próprios	Restauração da SC-160 - entroncamento Acesso Bom Jesus do Oeste até a BR-282 em Pinhalzinho	84,06
Extremo-Oeste	Recursos Próprios	Pavimentação da SC-492, trecho São Miguel da Boa Vista-Romelândia	15,69
Extremo-Oeste	Recursos Próprios	Ponte sobre o rio Macuco no Km 227.057 da Rodovia SC-283, município de Itapiranga	0,78
Litoral	Financiada	Pavimentação da SC-281, trecho São Pedro de Alcântara-Angelina	7,65
Meio-Oeste	Financiada	Implantação e pavimentação da SC-451, trecho Frei Rogério-Fraiburgo	4,27
Meio-Oeste	Financiada	Restauração da SC-150, trecho Piratuba-Capinzal	78,37
Meio-Oeste	Financiada	Implantação e pavimentação da SC-465, trecho Macieira-Arroio Trinta	13,87
Meio-Oeste	Financiada	Restauração da SC-355 - entroncamento da BR-282, em Catanduvas, até Jaborá	5,79
Meio-Oeste	Recursos Próprios	Implantação e pavimentação da SC-452, trecho Abdon Batista-Vargem	25,58
Norte	Recursos Próprios	Restauração da SC-477, trecho Canoinhas (entroncamento BR 280)-Monte Castelo	101,46
Norte	Recursos Próprios	Obras de Arte Especiais na BR-280, trecho Guaramirim-Jaraguá do Sul	18,00

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

REGIÃO	PROGRAMA	OBRA	INVESTIMENTOS EM 2024 (R\$ MILHÕES)
Norte	Recursos Próprios	Implantação e pavimentação da SC-414, trecho Luiz Alves-SC-108	15,87
Norte	Recursos Próprios	Restauração de trecho da Rodovia SC-340, entroncamento BR-280 em Porto União-Distrito de Santa Cruz do Timbó	7,95
Norte	Recursos Próprios	Reabilitação e duplicação da Rodovia SC-108, trecho Guaramirim-Massaranduba	11,10
Oeste	Financiada	Implantação e pavimentação da SC-156, trecho São Domingos-Divisa PR/SC	18,09
Oeste	Recursos Próprios	Restauração da SC-120, trecho Lebon Régis-Curitiba (entroncamento SC-451)	101,01
Oeste	Recursos Próprios	Restauração da SC-283, trecho Concórdia-entroncamento para Arabutã	1,28
Oeste	Recursos Próprios	Restauração da SC-283, trecho Seara-entroncamento com o acesso a Arvoredo	3,60
Oeste	Financiada	Pavimentação da SC-350, trecho Abelardo Luz-Passos Maia (lotes 1 e 2)	25,36
Planalto	Recursos Próprios	Pavimentação da SC-370, trecho Urubici-Grão-Pará (Serra do Corvo Branco)	15,31
Planalto	Recursos Próprios	Pavimentação da SC-370, trecho Rio Rufino-Urubici e contorno de Urubici	8,59
Sul	Financiada	Pavimentação da SC-108, trecho Jacinto Machado-Praia Grande	10,60
Sul	Recursos Próprios	Implantação e pavimentação da SC-290 (Serra do Faxinal), trecho Praia Grande-Divisa SC/RS	17,82
Sul	Recursos Próprios	Pavimentação do Anel Viário de Criciúma (Finalização do Segmento 3)	0,66
Sul	Recursos Próprios	Pavimentação da Rodovia Monsenhor Quinto Davide Baldessar, SC-443	11,35
Sul	Recursos Próprios	Duplicação da SC-108, trecho Urussanga-Criciúma e Contorno de Cocal do Sul	1,71
Sul	Recursos Próprios	Duplicação da SC-445, trecho BR-101-Içara-Criciúma-Lote 1	14,88
Sul	Recursos Próprios	Pavimentação SC-437, trecho Aratingaíba-Cidade de Imaruí (entroncamento SC-436-Santuário Albertina Berkembrock)	0,34
Sul	Recursos Próprios	Pavimentação Asfáltica da Rodovia SC-437, trecho Pescaria Brava-divisa com Imaruí (Siqueiro)	5,02
Sul	Recursos Próprios	Pavimentação da SC-435, trecho São Bonifácio-São Martinho	1,21
Sul	Recursos Próprios	Ciclofaixa em Garopaba	0,60
Vale	Financiada	Restauração da SC-110, trecho Pé da Serra (para Jaraguá do Sul)-Pomerode	8,31
Vale	Financiada	Pavimentação da Rodovia SC-281, trecho Ituporanga-Atalanta	21,09

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

REGIÃO	PROGRAMA	OBRA	INVESTIMENTOS EM 2024 (R\$ MILHÕES)
Vale	Recursos Próprios	Interseção na Rodovia SC-486, trecho Antônio Heil (BR-101-Brusque)	7,70
Vale	Recursos Próprios	Viaduto na Rua Guilherme Scharf, SC-108, trecho acesso norte de Blumenau-OAE	1,85
Vale	Recursos Próprios	Implantação e pavimentação da SC-108, trecho acesso norte de Blumenau	6,44
Vale	Recursos Próprios	Pavimentação do contorno viário de Rio das Antas	1,48

Fonte: SIE/SC

OBRAS CONCLUÍDAS EM 2024

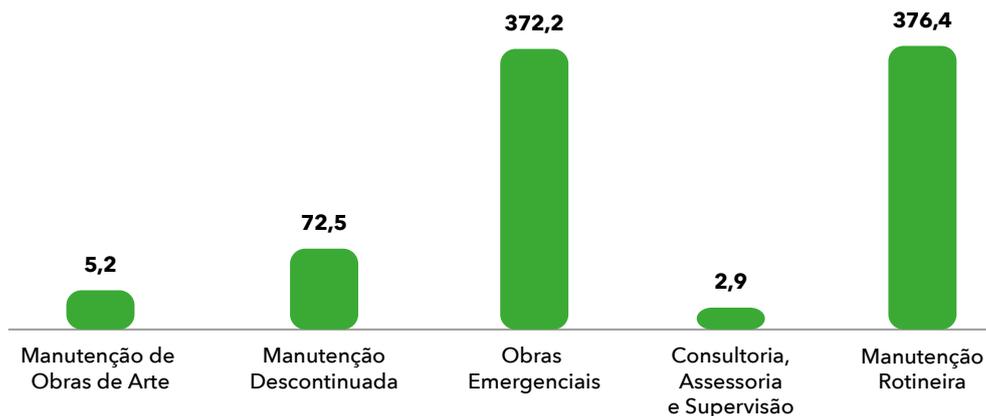
REGIÃO	PROGRAMA	OBRA	INVESTIMENTOS EM 2024 (R\$ MILHÕES)
Litoral	Recursos Próprios	Passarela para pedestres localizada no acesso a Ratones SC-401, entroncamento SC-402 (p/Jurerê)-entroncamento acesso Santo Antônio de Lisboa-OAE	0,08
Norte	Recursos Próprios	Elevado do Acesso Industrial de Joinville SC-418 entre o Eixo Hans Dieter Schmidt com a Edgar Meister à Rua Dona Francisca-OAE	3,39
Oeste	Financiada	Restauração da SC-283, trecho Chapecó-entroncamento Arvoredo	11,47
Oeste	Recursos Próprios	Pavimentação da SC-484, trecho Guatambu-Caxambu	0,17
Vale	Recursos Próprios	Contenção na Rodovia de acesso a Imbuia, trecho Imbuia-entroncamento com a SC-350, no Km 404+037 (para Ituporanga)	2,45

Fonte: SIE/SC

INVESTIMENTOS EM MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E OBRAS EMERGENCIAIS DE RODOVIAS

Em 2024 a SIE investiu mais de R\$ 829 milhões em manutenção, conservação e obras emergenciais nas rodovias estaduais.

Investimentos em Manutenção, Conservação e Obras Emergenciais em Rodovias (R\$ milhões)



Fonte: SIE/SC

Os gastos com manutenção e conservação de rodovias no ano de 2024 foram intensificados devido aos desafios climáticos. Em outubro e novembro de 2023, chuvas torrenciais provocaram danos significativos em diversas regiões do Estado, fato que exigiu obras emergenciais para restabelecer a segurança e a mobilidade nas rodovias estaduais. Essas intervenções incluíram recuperação de pavimentos danificados, reparos em pontes, bueiros e drenos, além de obras de contenção para evitar novos deslizamentos e erosões nas rodovias mais afetadas. Os eventos climáticos inesperados levaram a um aumento expressivo dos investimentos estaduais para assegurar que as principais rotas de transporte e acesso não fossem comprometidas, protegendo assim o tráfego e o transporte de mercadorias em todo o Estado.

Investimentos em Obras Emergenciais

R\$ milhões

COORDENADORIA REGIONAL	CONTRATADO	EXECUTADO
Litoral Centro	19,30	19,29
Meio-Oeste	50,34	45,57
Norte	3,65	3,20
Planalto	136,59	114,08
Sul	63,81	45,37
Vale	146,45	144,64
Total	420,13	372,15

Fonte: SIE/SC

Nota: valores incluídos nas tabelas de obras apresentadas anteriormente.



Conservação da Rodovia SC-418 em Joinville.
Foto: Coordenadoria Regional Norte



Conservação
Foto: Coordenadoria Regional Sul



Obra emergencial da Rodovia SC-108 em Angelina
Foto: Coordenadoria Regional Litoral Centro



Obra Emergencial na Rodovia SC-110 em Urubici
Foto: Coordenadoria Regional Planalto



Obra Emergencial na Rodovia SC-370 em Grão-Pará
Foto: Coordenadoria Regional Sul



Retirada das passarelas da Ponte Colombo Salles
Foto: Diretoria de Operações/SIE



Revitalização da SC-350 em Santa Cecília
Foto: Coordenadoria Regional Meio-Oeste



Sinalização da Rodovia SC-157 em Chapecó
Foto: Coordenadoria Regional Oeste



Sinalização no Posto da Polícia Militar Rodoviária, Rodovia SC-114, em Paineira
Foto: Coordenadoria Regional Planalto



Obra Emergencial na Rodovia SC-340 em Dona Emma
Foto: Coordenadoria Regional Vale



Obra Emergencial na Rodovia SC-350 em Taió
Foto: Coordenadoria Regional Vale



Obra Emergencial na Rodovia SC-340 em Witmarsum
Foto: Coordenadoria Regional Vale



Obra Emergencial na Rodovia SC-486 em Botuverá
Foto: Coordenadoria Regional Vale

OBRAS CIVIS

Em 2024 foram desembolsados mais de R\$ 75 milhões em obras civis e hidráulicas dos órgãos e das entidades do Estado. Além de fiscalizar os contratos de obras, a SIE também presta assessoria técnica aos órgãos estaduais, atuando nas atividades relacionadas às obras civis e hidráulicas. A seguir, alguns exemplos dessas obras realizadas:

Nº DO PROJETO	OBRAS CIVIS	VALOR PAGO EM 2024 (R\$ MILHÕES)
534/2022	Construção de um novo prédio para sete Centros de Atendimento da Fundação Catarinense de Educação Especial	11,38
332/2019	Ampliação do Presídio Masculino de Tijucas	2,91
3145/2022	Implantação e construção de rede de coleta de esgoto para interligação de edificação da Costeira do Pirajubaé em Florianópolis	1,13
884/2019	Reforma do Sistema elétrico, lógico, luminotécnico, cênico e de climatização do Teatro Álvaro de Carvalho (TAC)	1,15
644/2023	Ampliação das salas de recepção da Maternidade Carmela Dutra, do Hospital Infantil Joana de Gusmão e do Hospital Regional de São José	2,65

Fonte: SIE/SC

Nota: esses desembolsos contemplam diversos órgãos do Estado e não representam necessariamente despesas da SIE.

TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

Significativos avanços foram alcançados na gestão do Transporte Intermunicipal de Passageiros com a implementação dos Sistemas de Bilhetagem Eletrônica e Georreferenciamento. Com esses sistemas em funcionamento, o Governo do Estado passa a ter acesso a dados completos sobre a operação das linhas regulares, permitindo uma gestão mais eficiente e oferecendo suporte para o planejamento da futura licitação do sistema de transporte.

LICITAÇÕES

Em 2024 a SIE obteve grande sucesso em seus processos licitatórios, concluindo 164 licitações e homologando um total de R\$ 1,68 bilhão para a execução de obras e projetos em diversas áreas estratégicas. Por meio de uma gestão eficiente e cuidadosa dos recursos públicos, essas licitações geraram uma economia de R\$ 240 milhões (aproximadamente 14%), o que teve um reflexo importante para os cofres do Estado.



Fonte: Gerência de Licitações e Contratos – SIE/SC

MEIO AMBIENTE E ECONOMIA VERDE

VERDE

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE) foi criada com a missão de construir um futuro econômico mais sustentável para Santa Catarina. Uma das suas principais atribuições é a elaboração de políticas públicas voltadas à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais do Estado. Além disso, é competência da SEMAE o fomento de programas, projetos e ações que assegurem o cumprimento dos requisitos legais relacionados ao meio ambiente.

Em 2024 foram firmados acordos de cooperação com o Centro Brasileiro de Assistência aos Estados e Municípios (CEBRAM) e com a Geonoma, empresa atuante no segmento de serviços ambientais e combate às mudanças climáticas. Esses acordos visam a realização de estudos de viabilidade e estruturação de projetos para inserção do Estado no mercado de carbono voluntário.

INVENTÁRIO FLORÍSTICO FLORESTAL DE SANTA CATARINA (IFFSC)

Celebração dos acordos de cooperação com o Centro Brasileiro de Assistência aos Estados e Municípios (CEBRAM) e com a empresa Geonoma, para realização de estudo de viabilidade e estruturação de projetos para inserção do Estado no mercado de carbono voluntário.

O Estado deu continuidade à gestão do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC). O objetivo do Governo é prosseguir com o IFFSC, por meio do 3º Ciclo, em conjunto com a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Esse ciclo iniciou em julho de 2022 e encerra em abril de 2027.



UMA ABORDAGEM PRELIMINAR DA ECONOMIA VERDE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Foi efetuado um estudo preliminar para orientar o Estado na tomada de decisões e no fomento das atividades econômicas em busca da sustentabilidade. A ideia é evidenciar a contribuição dos diferentes setores para a Economia Verde. O estudo apresenta os resultados sobre o impacto da Economia Verde em Santa Catarina, revelando que o setor gerou mais de R\$ 67 bilhões em renda e quase 775 mil empregos. Esses números destacam a relevância das práticas verdes na economia estadual e evidenciam o crescimento das atividades voltadas para a mitigação das mudanças climáticas e para a preservação ambiental.



OUTORGA E CONTROLE DE RECURSOS HÍDRICOS

No ano de 2024 foram efetuados 2.558 atos regulatórios relacionados às emissões de outorga e controle dos recursos hídricos. Destes, 910 referem-se a autorizações para perfuração de poços, 168 a dispensas de outorga, 1.021 a declarações de uso insignificante (volumes considerados pequenos para a emissão de outorga) e 459 a outorgas de direito de uso dos recursos ou preventivas.

As barragens de usos múltiplos desempenham diversas funções, como abastecimento público, irrigação, usos industriais e de contenção de cheias. No tocante às questões de segurança, a SEMAE monitora 37 barragens classificadas pela Lei de Segurança de Barragens como de alto risco. Os empreendedores envolvidos já foram notificados sobre a obrigatoriedade de realizar inspeções regulares, e a equipe interna da SEMAE fez vistorias em todos os 37 empreendimentos. Os resultados compõem o Relatório Estadual de Segurança de Barragens de Usos Múltiplos de 2024.

Na gestão em curso, foi realizado o 4º Webinar de Segurança de Barragens, que contou com a presença de mais de 140 participantes e proporcionou a troca de experiências entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, destacando a atuação do órgão fiscalizador de segurança de barragens durante as cheias no estado gaúcho. Entre os temas abordados destacaram-se as estruturas extravasadoras, vertedouro e dissipadores de energia hidráulica, com foco nas mudanças climáticas. No evento, a SEMAE/SC apresentou o Panorama da Fiscalização de Barragens de SC em 2024.

A fila de outorga baixou de 4.500 processos para 3.315, tendo uma redução de quase 1.200 processos em apenas 2 meses.



Mais informações podem ser obtidas através dos seguintes links:

<http://siout.aguas.sc.gov.br/#/inicio>

<https://www.aguas.sc.gov.br/outorga-inicial/outorga-home>

<http://www.cadastrobarragens.sc.gov.br/controleBarragens/>

PROGRAMA CATARINENSE DE INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (EMPRESAS SUSTENTÁVEIS)

Tem o objetivo de capacitar microempresas e pequenas empresas para melhorar seu desempenho nas áreas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG), além de atuar na mitigação das emissões de gases de efeito estufa e no impacto à biodiversidade, oferecendo 80 horas de consultoria individual.





No período de 2023 e 2024, 103 micro e pequenas empresas foram atendidas e receberam o Selo Rumo ao ESG. As empresas que concluíram o processo de consultoria

em 2024 foram certificadas, enquanto aquelas reconhecidas em 2023 e que demonstraram evolução nos compromissos assumidos nos últimos 12 meses foram contempladas com a recertificação.

Também foram realizados 28 episódios do Sustencast (com mais de 680 mil visualizações), um videocast focado na divulgação de casos

inspiradores de empreendedores catarinenses que enxergam a sustentabilidade como eixo central em seus modelos de negócio.

Nos episódios do videocast são abordadas diversas práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) e as jornadas de cada empreendedor para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades em seus negócios.

Em 2024 também foi lançado o Radar ESG, um autodiagnóstico orientado para as empresas, com uma avaliação inicial sobre o estado atual da maturidade em sustentabilidade, além de um convite para aprofundar as dimensões da sustentabilidade no modelo de negócios.

PROGRAMA QUALIDADE DO AR DE SANTA CATARINA

Para estimar o impacto das emissões veiculares, industriais, queimadas e naturais na qualidade do ar do Estado foram elaborados modelos de qualidade do ar com atualização de base de dados e planejamento de protótipo de sistema de gestão, incluindo medidas de controle e alerta para a poluição atmosférica.

Assim, são detectados potenciais locais com elevadas concentrações de poluentes, o que indica a necessidade de monitoramento nessas regiões do Estado.

A avaliação da variabilidade temporal e espacial da concentração de poluentes em Santa Catarina, identificando as principais fontes e os poluentes em cada região, juntamente com a elaboração de



múltiplos mapas e figuras sobre as concentrações de poluentes, meteorologia e emissões atmosféricas no Estado, constatou a seguinte situação: a maioria das emissões de poluentes atmosféricos causa impacto local/regional e imediato. Os resultados mostram a necessidade urgente de se elaborar um plano de gestão da qualidade do ar e desenvolver uma rede de monitoramento.

REPORTE DAS AÇÕES NA MAIOR PLATAFORMA MUNDIAL DE SUSTENTABILIDADE E APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA



Ocorreu o 6º Ciclo de Respostas do Estado no Programa CDP States and Regions, ocasião em que foram apresentados os monitoramentos das ações relacionadas a recursos hídricos, florestas e mudanças climáticas, com o objetivo de aumentar a capacidade adaptativa e minimizar perdas e danos relacionados à mudança do clima. Foram realizadas palestras para aperfeiçoar o planejamento e a implementação de políticas públicas em adaptação e a apresentação de um estudo com 84 medidas de adaptação climática para os municípios catarinenses.



Algumas das medidas de adaptação climática apresentadas aos municípios catarinenses são:

Cidades: expandir áreas verdes com soluções baseadas na natureza, como reflorestamento e plantio de árvores, visando a diminuição das ilhas de calor, a redução do escoamento superficial da água e o aumento da absorção de águas das chuvas;

Agricultura: fomentar sistemas agroflorestais e desenvolver sementes adaptadas às restrições hídricas, extremos de temperatura e pragas;

Zona costeira: manter ou restaurar a faixa de restinga e dunas para proteção da orla; mapear áreas de risco de inundação e erosão costeira;

Indústria: investir em reúso, dessalinização e fontes alternativas de obtenção de água e energia;

Transporte e logística: recuperar/conservar encostas próximas a rodovias; implementar soluções técnicas que confirmam maior proteção e resiliência, como sistemas de drenagem;

Biodiversidade: recuperar matas ciliares e proteger nascentes para a preservação dos cursos hídricos.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE ÁGUA (QUALIÁGUA)

Durante o ano de 2024 foram realizadas coletas trimestrais para análise de 23 parâmetros de qualidade da água em 65 pontos no Estado de Santa Catarina. Os resultados são publicados no site da SEMAE e em boletins trimestrais de qualidade da água. Além disso, os dados são enviados semestralmente para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

GERENCIAMENTO COSTEIRO

O ano de 2024 também foi marcado pela realização do Primeiro Seminário de Obras Estruturais e Não Estruturais para proposição de um modelo de fluxo de informações e operacionalização das obras realizadas na costa catarinense. O evento teve como foco o enfrentamento às mudanças climáticas e, conseqüentemente, aos eventos extremos delas decorrentes.

Para verificar os conflitos de uso na Baía da Babitonga foi formalizada uma parceria com a Udesc tendo em vista a execução do ConSAB, um diagnóstico dos conflitos socioambientais de uso do solo nos municípios às margens da baía. O projeto teve início em 2024, com previsão de término em 2026. Até o momento foi realizada a revisão da legislação ambiental pertinente ao uso e à ocupação do solo nos 6 municípios contemplados no projeto: Itapoá, Garuva, Joinville, Araquari, Balneário Barra do Sul e São Francisco do Sul.



CAPACITAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1º Ciclo de Palestras SEMAE & GTEAs

O objetivo desse primeiro ciclo é capacitar os integrantes dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental (GTEAs) para atuarem como multiplicadores ambientais em suas respectivas regiões hidrográficas, promovendo o planejamento e a implementação de ferramentas de gestão ambiental. O ciclo de capacitação abordou temas estratégicos e atuais.

Status dos eventos de capacitação:

- *Etapas de Estruturação de Projetos - concluído em dezembro de 2023;*
- *O Papel da Educação Ambiental como Instrumento de Políticas Públicas Ambientais e Climáticas - realizado em fevereiro de 2024;*
- *SBN (Soluções Baseadas na Natureza): Conceitos e Aplicações para Enfrentar a Crise Climática e Ambiental - realizado em abril de 2024;*
- *Florestas Secundárias e Impactos das Mudanças Climáticas - realizado em junho de 2024;*
- *A Importância do Oceano e seu Papel Essencial no Cotidiano de Todos - realizado em agosto de 2024; e*
- *Programa "Penso, Logo Destino" - realizado em outubro de 2024.*



Campanha Dezembro Verde

Campanha de combate ao abandono de animais, com foco na conscientização da população. A mensagem foi amplamente divulgada em todo o Estado de Santa Catarina pelos meios de comunicação, como rádio e TV.

Agosto Verde Claro - Mês da Conscientização e Prevenção da Leishmaniose e Demais Zoonoses

A campanha Agosto Verde Claro aborda iniciativas educativas e preventivas com vistas a fomentar discussões e outros eventos relacionados às políticas públicas de vigilância e de controle da leishmaniose. Outro enfoque da campanha é respaldar as atividades de prevenção e combate à leishmaniose realizadas pela sociedade civil, bem como disseminar os avanços científicos e técnicos associados à prevenção e ao enfrentamento da doença.

CONSEMA

Além do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC), atualmente no Estado há 145 municípios exercendo o licenciamento ambiental de âmbito local (municipal), conforme relação disponível no site do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) - <https://www.semae.sc.gov.br/consema>.

Na prática, a competência entre o Estado e os municípios para licenciar atividades ou empreendimentos que utilizem recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental deve seguir a tipologia definida nas Resoluções CONSEMA nºs 250/2024 e 251/2024.



PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS

A Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) tem como objetivo principal implementar políticas públicas estaduais voltadas à modernização, segurança e eficiência da infraestrutura de transporte. Com foco no desenvolvimento econômico e na integração regional, busca aprimorar os serviços de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário, garantindo uma logística mais ágil e confiável, que impulse o crescimento sustentável e melhore a qualidade de vida da população por meio de um sistema de transporte de alta performance e acessível.

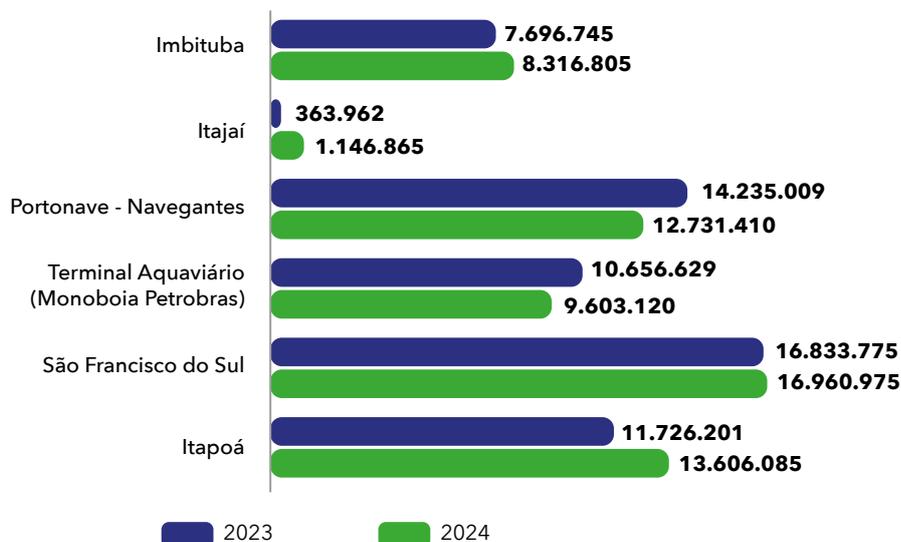
PORTOS

Santa Catarina tem 2 portos privados (Itapoá e Portonave), 13 terminais de uso privado (TUPs) e 4 autoridades portuárias (Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Laguna). A autoridade portuária é responsável pela administração, operação e regulamentação de um porto público. Ela gerencia a infraestrutura, coordena as operações e garante que todas as atividades portuárias sejam realizadas com segurança, eficiência e em conformidade com as regulamentações ambientais e logísticas.

O Estado possui 3 portos delegados administrados pela SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar Invest SC) - São Francisco do Sul, Imbituba e Laguna -, os quais tiveram sua administração e gestão transferidas do Governo Federal para os governos estaduais. Esse modelo de delegação é regido pela legislação portuária brasileira, permitindo que a responsabilidade pela administração portuária seja assumida pela autoridade local, que fica encarregada da operação, manutenção, desenvolvimento e expansão dos portos, sob a supervisão e regulamentação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do Ministério dos Portos e Aeroportos.



Movimentação dos Portos (em toneladas)



Fonte: Movimentação de janeiro a dezembro de 2023 e 2024 segundo dados da Antaq obtidos em 12/3/2025.
<https://web3.antag.gov.br/ea/sense/movconteiner.html#pt>

Outros destaques

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) teve o procedimento de manifestação de interesse (PMI) lançado. Dos três estudos apresentados, um foi escolhido pela comissão de avaliação e está aguardando a fase recursal para dar sequência ao processo de concessão em 2025.

O porto de São Francisco do Sul foi o mais premiado entre os portos públicos do Brasil em 2024, junto com o de Paranaguá, recebendo três troféus do Ministério de Portos e Aeroportos. O porto conquistou o primeiro lugar em duas categorias: "Aumento percentual no volume de carga movimentada" e "Maior aumento na movimentação de granel sólido". Além disso, ficou em segundo lugar na categoria "Melhores notas do Índice de Gestão da Autoridade Portuária (IGAP)", ao lado do porto de Imbituba.

Atualização e adequação dos levantamentos hidrográficos e do projeto executivo para a dragagem do canal a montante do porto de Itajaí com estudo financeiro para manutenção e execução.

Plano Estadual de Logística e Transporte (PELT) é um projeto estratégico que visa o desenvolvimento sustentável e eficiente da infraestrutura de transporte no Estado, com horizonte até 2050. O PELT-SC engloba a análise e o planejamento dos principais modais de transporte, como rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo e dutoviário, com o objetivo de criar uma rede logística que atenda de maneira mais eficaz as necessidades econômicas e sociais catarinenses. O plano está em fase de elaboração pela Infra S.A.

Retificação e alargamento do canal de acesso da Baía da Babitonga e dos portos de São Francisco e Itapoá - aguardando aprovação do Ministério dos Portos e da Antaq.

AEROPORTOS

Em 2024 Santa Catarina passou a contar com 24 aeroportos na rede estadual, três a mais do que em 2023. Foram solicitadas para o Estado catarinense as outorgas dos aeroportos de Itapiranga, Rio Negrinho e Pinhalzinho.

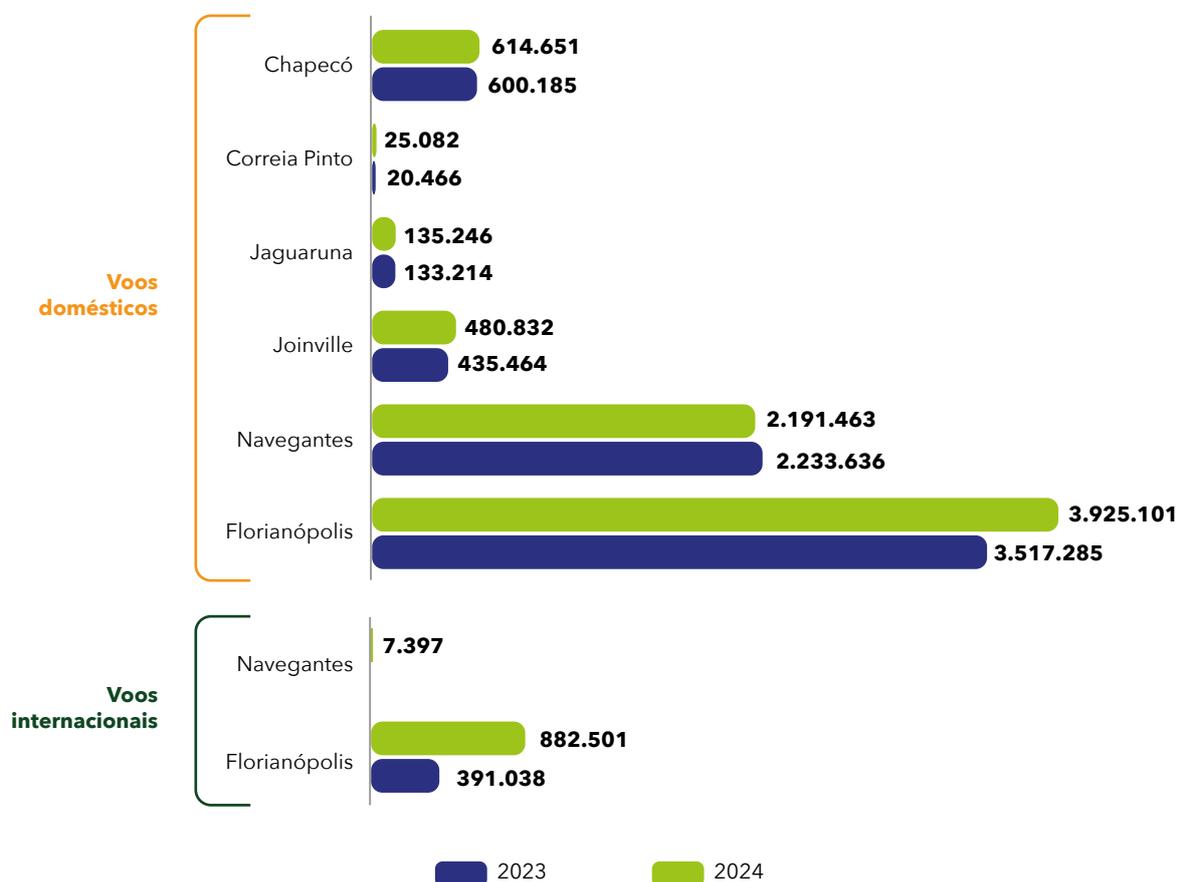
Dos 24 aeroportos públicos do Estado, 19 estão outorgados para Santa Catarina (17 subdelegados ao município e 2 administrados diretamente pelo Estado: Correia Pinto e Jaguaruna), 1 foi outorgado diretamente ao município de Caçador (por meio de convênio firmado entre o município e a União) e 4 foram concedidos à iniciativa privada (Florianópolis, Navegantes, Joinville e Chapecó).

Ainda em 2024, foi finalizado o processo licitatório de concessão do Aeroporto de Jaguaruna na modalidade de parceria público-privada. A assinatura do contrato de concessão pelo prazo de 30 anos está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2025.



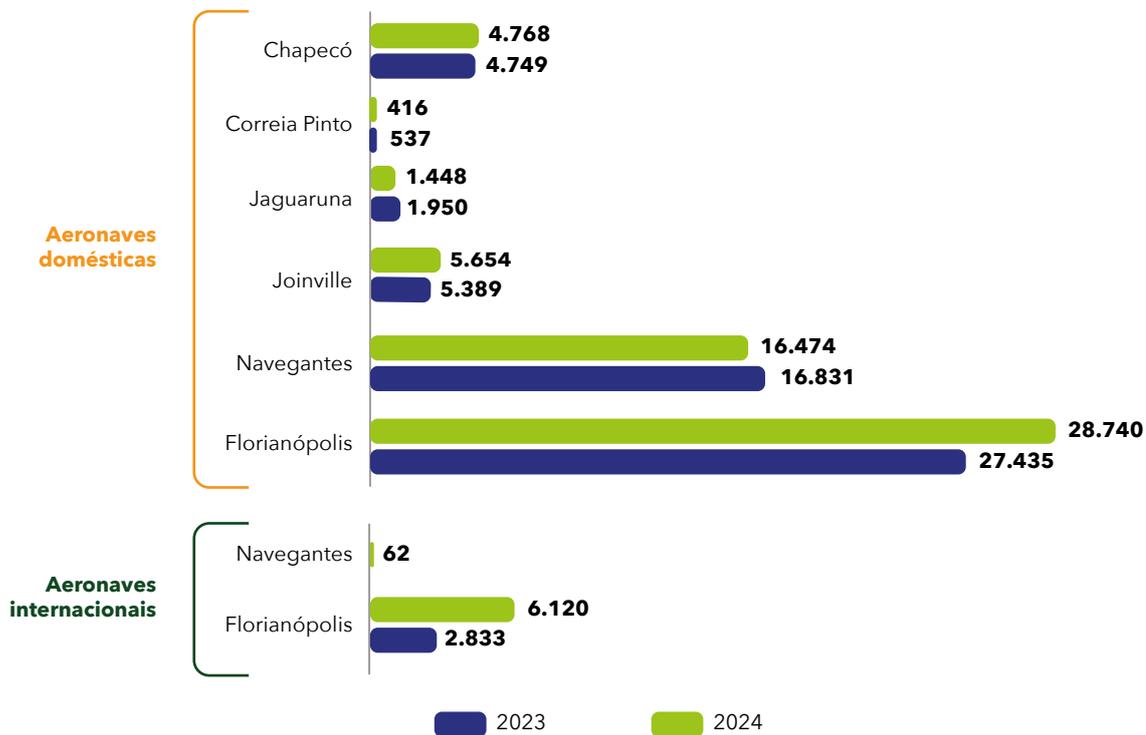
MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NO ESTADO

Movimentação de Passageiros por Aeroporto



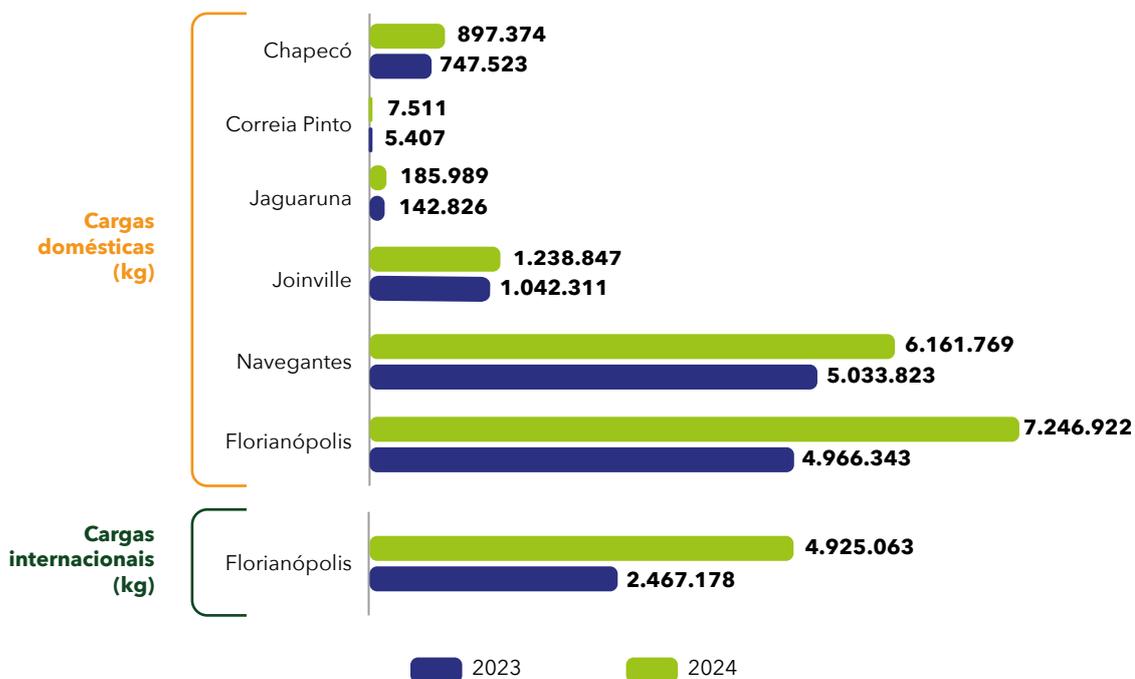
Fonte: Ministério de Portos e Aeroportos, Secretaria Nacional de Aviação Civil e Agência Nacional de Aviação Civil. Movimentação de janeiro a dezembro de 2023 e 2024 segundo dados do Labtrans/ANAC obtidos em 13/3/2025. <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Movimentacao/Desempenho>

Movimentação de Aeronaves por Aeroporto



Fonte: Ministério de Portos e Aeroportos, Secretaria Nacional de Aviação Civil e Agência Nacional de Aviação Civil. Movimentação de janeiro a dezembro de 2023 e 2024 segundo dados do Labtrans/ANAC obtidos em 13/3/2025. <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Movimentacao/Desempenho>

Movimentação de Cargas por Aeroporto



Fonte: Ministério de Portos e Aeroportos, Secretaria Nacional de Aviação Civil e Agência Nacional de Aviação Civil. Movimentação de janeiro a dezembro de 2023 e 2024 segundo dados do Labtrans/ANAC obtidos em 13/3/2025. <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Movimentacao/Desempenho>

Outros destaques

Atualização do Plano Aeroviário do Estado de Santa Catarina (a última atualização foi em 1989)

Incentivo ao desenvolvimento da aviação regional por meio da adoção de benefício fiscal com redução na alíquota do ICMS sobre o querosene de aviação

Finalização das obras de infraestrutura e reabertura ao tráfego dos aeroportos de São Joaquim e Dionísio Cerqueira, que estavam fechados há mais de 15 anos

Execução de obras de revitalização do pavimento nos aeroportos de Joaçaba, Forquilha, Blumenau e Caçador

Implantação de novo cercamento nos aeroportos de Três Barras, Lontras, Lages, Blumenau e Forquilha

Suporte técnico aos municípios na condução de processos junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e ao Comando da Aeronáutica (COMAER)

Desenvolvimento e acompanhamento de indicadores de desempenho e processos da Gerência de Aeroportos (GEAER)

Implantação de auxílios à navegação aérea nos aeroportos de Joaçaba, Lages, Jaguaruna e Forquilha

Elaboração do projeto e contratação de obra para ampliação e reforma do terminal de passageiros do aeroporto de Correia Pinto

Supervisão e fiscalização dos contratos de operação e manutenção dos aeroportos de Jaguaruna, Correia Pinto e Forquilha

Renovação dos termos de subdelegação com os municípios

Formatação e acompanhamento do processo licitatório para a parceria público-privada do aeroporto de Jaguaruna (em curso)

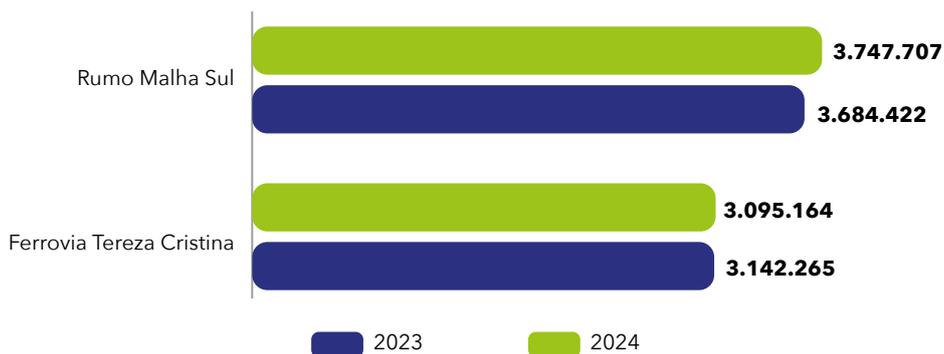
Interação com as operadoras dos aeroportos concedidos e operadores aéreos nacionais na condução do processo de ampliação da oferta de voos regulares no Estado de Santa Catarina

FERROVIAS

Conforme a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Santa Catarina possui as seguintes malhas ferroviárias em operação: Ferrovia Tereza Cristina (EF-488), o trecho Mafra a São Francisco do Sul (EF-485) e o Tronco Sul (EF-116).



Movimentação de Cargas por Malhas (em Toneladas)



Fonte: movimentação de janeiro a dezembro de 2023 e 2024 segundo dados do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário (SAFF/ANTT) obtidos em 13/3/2025. <https://saff.antt.gov.br/Account/Login/?ReturnUrl=%2f>

Outros destaques

Continuidade na elaboração do Projeto Básico do Corredor Ferroviário de Santa Catarina, no segmento Chapecó-Correia Pinto, com extensão aproximada de 319 km (Lote 1)

Continuidade na elaboração do Projeto Executivo da Ferrovia dos Portos, no segmento Navegantes a Araquari, com extensão aproximada de 62 km (Lote 2)

Reuniões periódicas do Grupo de Trabalho de Ferrovias - GTFER para tratar de temas de interesse com representantes dos diversos modais

Contratação da elaboração do Plano Estadual de Logística nos Transportes (PELT) para embasar tecnicamente as decisões na contratação dos projetos de novos lotes ferroviários

Contratação de consultoria técnica para dar suporte na fiscalização dos contratos ferroviários dos lotes 1 e 2

PREMIAÇÕES DA ÁREA

Santa Catarina é o estado mais vitorioso no Prêmio Portos + Brasil 2024, conquistando um total de seis troféus: dois primeiros lugares e quatro segundos lugares. A premiação destaca a movimentação, os resultados financeiros e a gestão de todos os portos brasileiros em nove categorias diferentes.



- *Crescimento da movimentação total dos portos públicos (Porto de São Francisco do Sul)*
- *Crescimento da movimentação de granel sólido (Porto de São Francisco do Sul)*



- *Melhores notas no Ranking do Índice de Gestão da Autoridade Portuária (portos de Imbituba e de São Francisco do Sul)*
- *Crescimento da movimentação de contêineres (Porto Itapoá)*
- *Crescimento da movimentação de granel líquido (Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul)*

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Em 2024 a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC) redirecionou sua atuação, reforçando as ações de proteção à população de Santa Catarina. A gestão foi marcada por ações concretas para a redução de riscos de desastres e para o fortalecimento da resiliência ante esses eventos adversos. A construção de obras de contenção, drenagem e outras intervenções de infraestrutura tem sido essencial para prevenir enchentes, deslizamentos e outros eventos que ameaçam a segurança das famílias catarinenses.

PROTEÇÃO LEVADA A SÉRIO

O Programa Proteção Levada a Sério reúne um conjunto de ações, planos, estudos, projetos e obras voltados para a prevenção e a mitigação de desastres em Santa Catarina.

Com foco na proteção contra riscos de desastres naturais, o programa promove a implementação de medidas estruturais e não estruturais. Entre as ações executadas destacam-se:

- *Melhoramento fluvial em Rio do Sul (etapa 1): desassoreamento dos rios e limpeza das margens no trecho urbano do município de Rio do Sul, abrangendo aproximadamente 8,2 km.*
- *Melhoramentos fluviais em Rio do Oeste: foi concluída a licitação para a obra de melhoramento fluvial no município de Rio do Oeste, no Alto Vale do Itajaí, destinada à remoção de sedimentos ao longo de 7,8 km.*



Monitoramento hidrológico no Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres da SDC em Florianópolis
Foto: ASCOM/SDC



Desassoreamento em trecho urbano de Rio do Sul
Foto: ASCOM/SDC



Parte do trecho licitado em Rio do Oeste
Foto: ASCOM/SDC

Os trabalhos de modernização da Barragem Sul, no município de Ituporanga, estão em andamento. O contrato prevê a recuperação operacional dos equipamentos hidromecânicos e das galerias de concreto, além da restauração das comportas C2, C4 e C5. Já a Barragem Oeste, em Taió, passa por intervenções corretivas para o aumento da segurança de sua operação.



Área a jusante da barragem de contenção de Ituporanga
Foto: ASCOM/SDC



Galeria da barragem de contenção durante obras de modernização
Foto: ASCOM/SDC

PROGRAMA SC RESILIENTE

Trata-se de uma iniciativa importante para Santa Catarina e objetiva fortalecer a resiliência do Estado diante de eventos climáticos extremos e de outros desastres naturais. A missão do Banco Mundial, que ocorreu entre os dias 2 e 6 de dezembro, teve como principal finalidade detalhar aspectos técnicos e definir estratégias para a implementação eficaz do programa. A Carta Consulta, aprovada em setembro pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), garantiu o financiamento para que o Estado pudesse desenvolver ações de adaptação e mitigação.

O programa tem como foco ações de proteção em Santa Catarina, abrangendo desde obras de infraestrutura até o fortalecimento da rede de monitoramento e alerta. Também inclui ações educativas e de aumento da resiliência dos entes municipais, bem como a realização de estudos técnicos em todas as bacias hidrográficas do Estado.



Missão do Banco Mundial recebida na SDC
Foto: ASCOM/SDC

MONITORAMENTO E ALERTA

A SDC coordena e opera o Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta, responsável pelo monitoramento em tempo real das condições meteorológicas, hidrológicas e geológicas no território catarinense. A rede de monitoramento, em constante expansão, conta com quatro radares meteorológicos próprios (localizados em Araranguá, Chapecó, Lontras e Joinville), além de 42 estações de monitoramento hidrometeorológico.



Monitoramento meteorológico
Foto: ASCOM/SDC



Estação de monitoramento em instalação no município de Presidente Getúlio
Foto: ASCOM/SDC

No exercício de 2024, foram gerados os seguintes produtos:

PRODUTO	QUANTIDADE
Laudos Meteorológicos	31
Notas Meteorológicas	108
Avisos Meteorológicos	211
Alertas Meteorológicos	2742
Alertas com Envio de SMS	1104
Notas Hidrometeorológicas (SDC/ Epagri)	4
Fórum Climático Catarinense	11
Boletim Hidrometeorológico	12
Reunião - Boletim de Gestão de Riscos	99

Fonte: SDC



Santa Catarina é pioneira em nova tecnologia de alerta à população
Foto: ASCOM/SDC

Os Avisos indicam a aproximação de condições meteorológicas adversas, com potencial para causar danos. Os Alertas referem-se à aproximação de condições capazes de gerar danos e são emitidos em três níveis (amarelo, laranja ou vermelho), de acordo com a gravidade. Já as Notas não estão relacionadas a risco direto, são documentos que descrevem as condições recentes e as previsões para os próximos dias.

EDUCAÇÃO EM DEFESA CIVIL

O Programa Defesa Civil na Escola (PDCE) tem desempenhado um papel fundamental na formação de estudantes e professores em práticas de prevenção e resposta a desastres naturais e emergências. Em 2024 o PDCE alcançou um público significativo, atendendo 53 mil estudantes de 893 escolas em 238 municípios, o que demonstra sua ampla abrangência e relevância no Estado. Além disso, o programa promoveu a capacitação de 1.730 professores por meio de cursos especializados, ampliando o alcance das ações de proteção e defesa civil no ambiente escolar. A criação de 178 Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil foi outro marco importante, pois esses núcleos atuam como centros de disseminação de informações e práticas de segurança para a comunidade escolar, fortalecendo a rede de proteção e contribuindo para a conscientização sobre riscos.

Essas ações são fundamentais para preparar as futuras gerações e a comunidade escolar a lidar com situações de emergência, garantindo maior segurança e resiliência diante de desastres naturais.

INOVAÇÃO EM PROCESSOS DE AQUISIÇÃO

A aquisição de 22 viaturas operacionais foi realizada por meio de um processo inovador no setor público. A frota anterior foi entregue como parte do pagamento, resultando em uma economia significativa de quase R\$ 3 milhões para os cofres públicos. Essa prática otimiza os recursos públicos, permitindo uma renovação mais ágil e econômica da frota.



Novas viaturas entregues às Coordenadorias Regionais de Defesa Civil
Foto: ASCOM/SDC

TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS

Por meio de convênios e transferências especiais, a SDC repassou mais de R\$ 15 milhões diretamente a municípios para a realização de obras de prevenção e reconstrução de infraestruturas públicas afetadas por desastres.

MUNICÍPIO	OBJETO	REPASSE EM 2024 (R\$ MILHÕES)
Abelardo Luz	Construção de uma ponte na localidade de Capão Grande	2,53
Armazém	Entroncamento das margens do rio Capivari	1,38
Aurora	Construção de 20 cabeceiras de ponte em pedra lousa	0,60
Blumenau	Contenção de encostas das ruas Caçapava e Otília Passold	0,80
Forquilha	Desassoreamento no rio Sangão (Etapa I)	2,00
Grão-Pará	Construção da Ponte Divo Debiasi	2,20
Grão-Pará	Construção e recuperação de cabeceiras e pontes de concreto/madeira	0,80
Grão-Pará	Reconstrução do muro do cemitério municipal	0,47
Imaruí	Reconstrução de pontos atingidos por desastre	0,35
Orleans	Reconstrução de pontes	2,00
Orleans	Construção de ponte de concreto no bairro Coloninha	2,00
Porto Belo/Itapema	Lançamento de ponte metálica sobre o rio Perequê	0,11
Rio Fortuna	Construção e recuperação da Ponte Celito Kuhnen	0,39
Total		15,63

Fonte: SDC

RESPOSTA A DESASTRES



Danos causados por vendaval em Sombrio
Foto: ASCOM/SDC

Em 2024 os municípios catarinenses decretaram situação de emergência em 107 ocasiões devido a eventos adversos. Os desastres registrados foram classificados de acordo com o tipo de evento, com a seguinte distribuição:

TIPO DE DESASTRE	EVENTOS
Chuvas intensas	65
Doenças infecciosas virais	23
Enxurradas	3
Deslizamentos	1
Granizo	6
Transporte rodoviário de produtos perigosos	1
Tornados	1
Estiagem	1
Vendavais	6
Total de decretos municipais de situação de emergência	107

Fonte: SDC

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA



Entrega de itens de assistência humanitária
Foto: ASCOM/SDC

Visando apoiar as comunidades afetadas e mitigar os impactos dos eventos, 17 municípios foram atendidos com a entrega de itens de assistência humanitária no ano de 2024.

APOIO AO RIO GRANDE DO SUL

Entre maio e junho de 2024, com o desastre histórico que se abateu sobre o Rio Grande do Sul, a SDC atuou de forma ativa, enviando equipes especializadas e equipamentos ao estado vizinho. A SDC intermediou a logística de distribuição de doações de Santa Catarina, incluindo mais de 800 mil litros de água, 15 mil fraldas, 50 toneladas de ração animal e mais de duas toneladas de doações diversas.



Posto de Comando e equipes da SDC em ação no Rio Grande do Sul
Foto: ASCOM/SDC

RESTABELECIMENTO E RECONSTRUÇÃO

Em 2024 foram instalados 40 kits de transposição de obstáculos em todas as regiões do Estado. Construídos em concreto, os kits possibilitam o restabelecimento das condições de trafegabilidade em áreas atingidas por desastres.

Foram também instalados 63 kits de transposição metálicos, além de outros 44 entregues, o que corresponde a uma movimentação de mais de 290 mil toneladas de material.



Instalação de kit de transposição de concreto
Foto: ASCOM/SDC



O Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), implementou diversas iniciativas estratégicas no exercício de 2024. Entre as ações de destaque estão o Programa de Valorização dos Hospitais, o Programa Estadual de Cirurgias Eletivas, o Programa Saúde Digital, a ampliação da doação efetiva de órgãos e de transplantes, o fortalecimento da Assistência Farmacêutica, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), o Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco, o enfrentamento de endemias, o Programa de Integridade e Compliance, a ampliação dos serviços de alta complexidade hospitalar, a abertura e habilitação de novos leitos de UTI e os investimentos na rede hospitalar.

SAÚDE EM NÚMEROS

Cirurgias eletivas por macrorregião de saúde de SC

MACRORREGIÕES	2024	2023	TOTAL
Foz do Rio Itajaí	12.556	10.078	22.634
Grande Florianópolis	20.706	20.724	41.430
Grande Oeste	21.785	16.164	37.949
Meio-Oeste	14.812	12.415	27.227
Norte/Nordeste	32.570	24.954	57.524
Serra	4.747	3.064	7.811
Sul	27.739	20.377	48.116
Vale do Itajaí	25.052	17.193	42.245
Total de Cirurgias Eletivas - Hospitalares	159.967	124.969	284.936
Cirurgias Oftalmológicas Eletivas	108.407	74.755	183.162
TOTAL DE CIRURGIAS ELETIVAS (Hospitalares + Oftalmológicas)	268.374	199.724	468.098

Fonte: SISREG, janeiro de 2025. Período pesquisado: janeiro/2023 a dezembro/2024

FILA DE ESPERA DE CIRURGIAS ELETIVAS

O Estado de Santa Catarina vem trabalhando para reduzir as filas de espera por cirurgias eletivas através da ampliação da oferta de procedimentos em serviços já existentes e da abertura de novos serviços. A implementação da Tabela Catarinense tem qualificado ainda mais a oferta, pois garante o pagamento de procedimentos com valores acima da Tabela SUS e a remuneração em conformidade com a execução das cirurgias. Como resultado, observa-se um maior envolvimento das unidades hospitalares na realização desses procedimentos, o que tem diminuído significativamente o tempo de espera por alguns procedimentos cirúrgicos eletivos.

Outra estratégia implementada no decorrer do exercício foi a implantação do Sistema Agenda Cirurgia, que assegura o cumprimento das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A iniciativa prioriza o cuidado ao usuário, promovendo transparência entre os diferentes entes do Estado de Santa Catarina. Dessa forma, a Secretaria de Estado da Saúde reafirma o seu compromisso com o cuidado à população catarinense.

DOAÇÃO E TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS

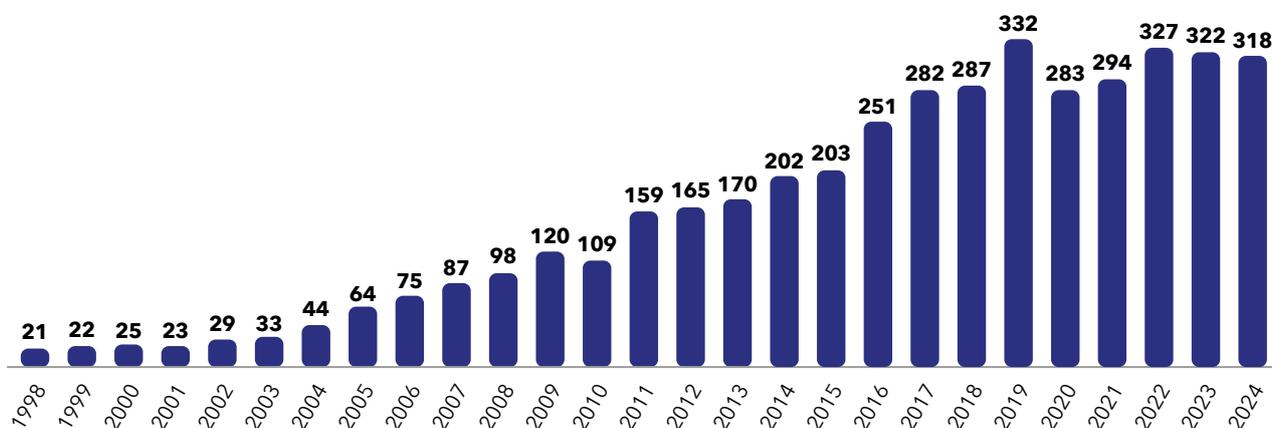
Consolidado como referência no cenário nacional, o Estado adota as melhores práticas no Sistema Estadual de Transplantes na busca contínua por resultados superiores em doação e transplante de órgãos e tecidos. O objetivo é propiciar aos pacientes que necessitam de um transplante mais qualidade e o menor tempo de espera possível por um órgão ou tecido.

DOAÇÕES E TRANSPLANTES	2024*	2023
Doações de órgãos realizadas	318	322
Transplantes realizados	1.543	1.713

*Dados referentes ao exercício 2024 (janeiro a setembro)

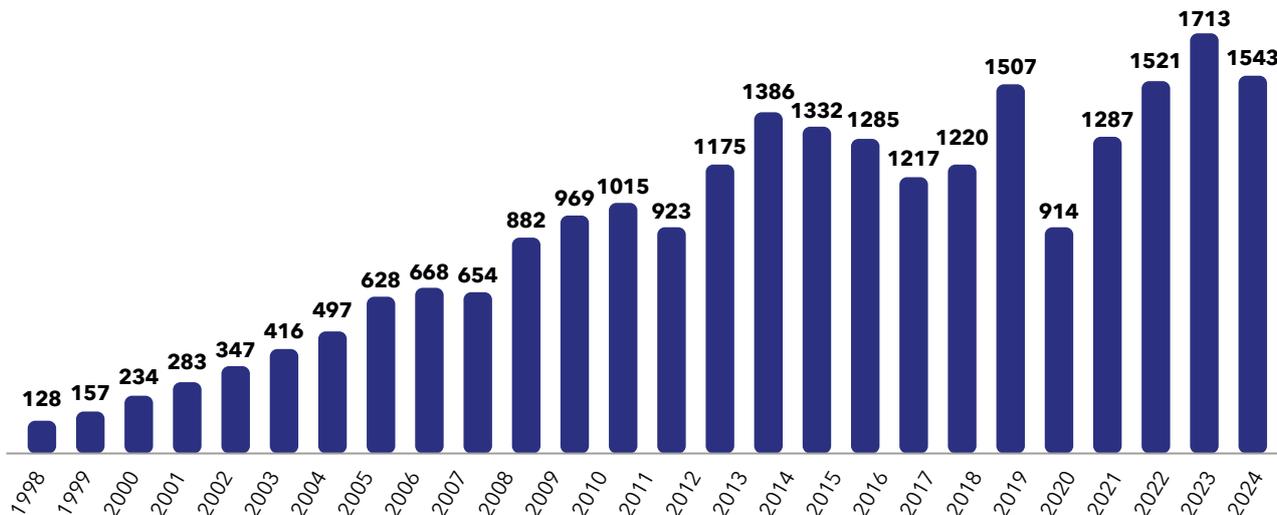
Fonte: Sistema Nacional de Transplantes - dados coletados em 10/1/2025

Doadores Efetivos - Pacientes com Morte Encefálica



Fonte: Sistema Nacional de Transplantes - dados coletados em 10/1/2025

Transplantes Realizados em Santa Catarina



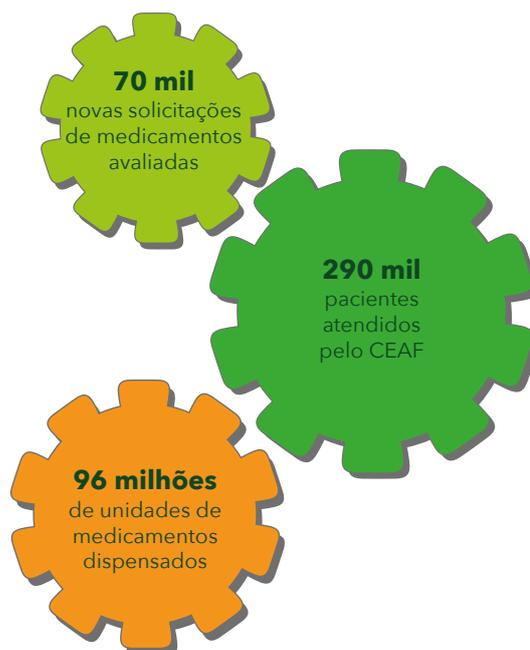
Fonte: Sistema Informatizado do Sistema Nacional de Transplantes - dados coletados em 10/1/2025

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A Assistência Farmacêutica é prestada por meio da distribuição de medicamentos do Componente Especializado, do Estratégico e do Básico, sendo uma estratégia que visa promover e recuperar a saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Os medicamentos são fornecidos de forma descentralizada nos 295 municípios do Estado.

COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (CEAF)

No período de janeiro a dezembro de 2024 foram avaliadas 70 mil novas solicitações. Nesse mesmo período, 290 mil pacientes foram atendidos com um elenco de 161 diferentes medicamentos, perfazendo 96 milhões de unidades de medicamentos dispensados.



Fonte: Diretoria de Atenção Farmacêutica - SES/2024

PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

A Secretaria da Saúde contou com um quadro de 13.500 servidores no ano de 2024, assim distribuídos:

PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE	2024	2023
Profissionais da saúde (médicos) - Efetivos e ACTs	2.481	2.577
Profissionais da saúde (enfermeiros) - Efetivos e ACTs	1.751	1.766
Profissionais da saúde (técnicos de enfermagem) - Efetivos e ACTs	4.897	4.880
Outros profissionais da saúde - Efetivos e ACTs	2.707	2.774
Servidores administrativos - Efetivos e ACTs	1.464	1.565
Servidores administrativos - Terceirizados	200	248

Fonte: Base de dados do SIGRH. Período pesquisado: setembro/2023 e janeiro/2025

PRODUÇÃO - UNIDADES PRÓPRIAS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS)

PRODUÇÃO DAS UNIDADES PRÓPRIAS E OS	2024*	2023
Atendimentos em ambulatório	872.286	865.196
Atendimentos em emergência	892.225	812.599
Total	1.764.511	1.677.795

(*) Para o ano de 2024 foram considerados os meses de janeiro a novembro.

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Acesso em: 16 jan. 2025

HOSPITAIS	2024*	2023
Hospitais administrados pelo Estado - Próprios	13	13
Hospitais administrados por Organizações Sociais	7	6

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Acesso em: 16 jan. 2025

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192

No SAMU, a SES é responsável pelas Centrais de Regulação das Urgências (CRU) e pelas Unidades de Suporte Avançado (USA). Atualmente a frota do SAMU é composta por 27 USAs terrestres, 7 aéreas e 8 Centrais de Regulação. Esses números representam um acréscimo de 5 unidades avançadas em relação a 2023. No serviço SC Inter-Hospitalar são 7 ambulâncias de transporte que atendem as macrorregiões de saúde, sendo 2 na Grande Oeste, 1 no Meio-Oeste, 1 no Norte/Nordeste, 1 na Serra, 1 no Sul e 1 na Grande Florianópolis, com um acréscimo de 2 unidades na comparação com 2023.



Serviço aeromédico do SAMU



Frota de ambulâncias do SAMU 192
Fotos: ASCOM/SES

QUANTIDADE DE UNIDADES DE SUPORTE AVANÇADO POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE	2024	2023
Grande Oeste	4	3
Meio-Oeste	5	4
Serra	3	2
Foz do Rio Itajaí	3	2
Vale do Itajaí	4	4
Grande Florianópolis	6	6
Sul	4	3
Norte/Nordeste	5	5
Total	34	29

Fonte: Diretoria de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (DAPM), 2024

NOVAS AMBULÂNCIAS DO SERVIÇO SC INTER-HOSPITALAR	2024
Grande Oeste (São Miguel do Oeste)	1
Meio-Oeste (Joaçaba)	1

Fonte: Diretoria de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (DAPM), 2024

PROTOCOLO CATARINENSE DE ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

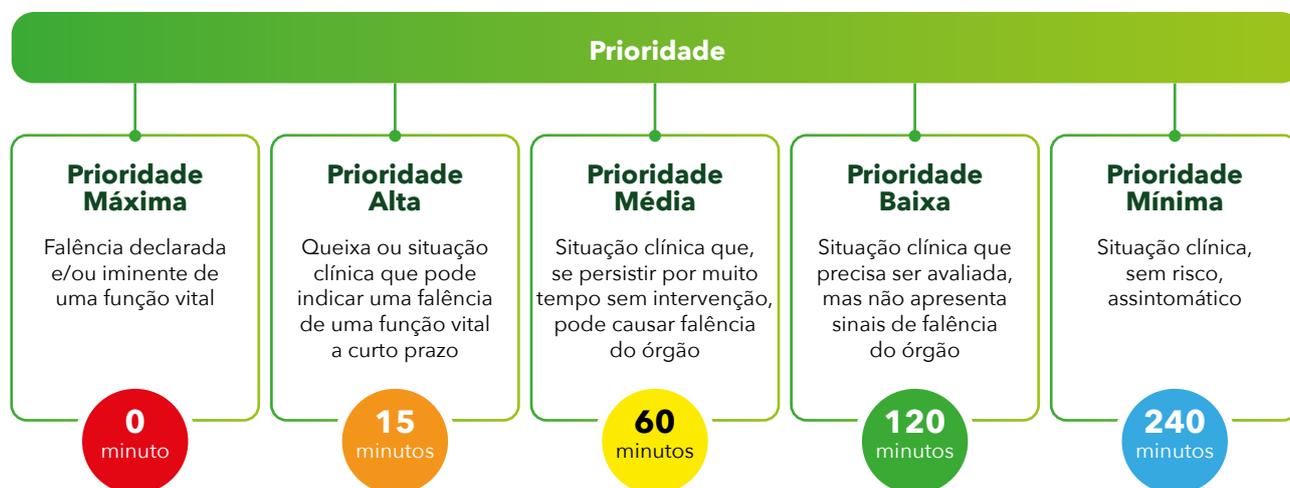
O Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco (PCACR) foi definido pela Deliberação nº 335/CIB/2023 como o instrumento a ser adotado no Estado de Santa Catarina, visando instrumentalizar o profissional classificador para avaliar e estratificar pacientes com maior grau de sofrimento, agravo à saúde e potencial de risco. Esse protocolo qualifica e humaniza as Emergências Hospitalares e os prontos atendimentos.

Para que pudesse ser implantado nas emergências hospitalares e nos prontos atendimentos, foi desenvolvido o aplicativo do PCACR, que orienta o profissional, conforme seu raciocínio clínico e avaliação, na classificação de risco do usuário de forma mais segura e precisa. O aplicativo também permite a interoperabilidade com diversos sistemas de informação em saúde (como o prontuário eletrônico), garantindo proteção de dados sensíveis e agilidade no processo.



Protocolo catarinense de acolhimento com classificação de risco. – 2. ed. – Florianópolis: SES/SC, 2023. ISBN 978-85-62522-19-2

Fonte: Santa Catarina. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Urgência e Emergência



Fonte: Santa Catarina. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Urgência e Emergência. Protocolo catarinense de acolhimento com classificação de risco. – 2. ed. – Florianópolis: SES/SC, 2023. ISBN 978-85-62522-19-2

QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA COM PCACR IMPLANTADO	2024	2023
Grande Oeste	30	-
Meio-Oeste	14	-
Serra	8	2
Foz do Rio Itajaí	11	4
Vale do Itajaí	19	3
Grande Florianópolis	14	6
Sul	22	4
Norte	17	4
Total	135	23

Fonte: Gerência de Atendimento Pré-Hospitalar Fixo (GEAPF) da Superintendência de Urgência e Emergência (SUE), dados obtidos em 13 de janeiro de 2025

COMBATE ÀS ENDEMIAS

A Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE/SC), em conjunto com as Gerências Regionais de Saúde, desempenha um papel crucial no combate às endemias em todo o Estado de Santa Catarina. Essas unidades são responsáveis pelas atividades de assessoria e supervisão técnica, tendo como objetivo acompanhar, orientar e capacitar as equipes municipais nas ações de vigilância e controle do *Aedes aegypti*.

QUANTIDADE DE AÇÕES NO COMBATE A ENDEMIAS	2024	2023
Grande Oeste	611	840
Meio-Oeste	272	261
Serra	76	73
Foz do Rio Itajaí	80	90
Vale do Itajaí	232	238
Grande Florianópolis	100	79
Sul	97	117
Norte	155	165
Total	1.623	1.863

Fonte: Sistema Vigilantos®, dados atualizados em 13/1/2025

PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE

O Programa de Integridade e Compliance da SES tem como objetivo fortalecer a governança e demonstrar o compromisso da gestão pública com a ética, a transparência e a prevenção de fraudes e corrupção na saúde. Busca promover uma cultura de integridade, melhorar a eficiência dos serviços públicos e mitigar riscos identificados pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC).

Entre as ações principais do programa destaca-se a implementação do Plano de Integridade e Compliance para o biênio 2023-2024, que contempla 45 medidas para lidar com 21 riscos prioritários. O Núcleo de Integridade e Compliance, criado pela Portaria nº 1.241, foi designado para coordenar as atividades do programa.



Mais informações:

<https://saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/programa-de-integridade-e-compliance-da-ses>



Link do Programa Cuidar de Quem Cuida:

<https://www.saude.sc.gov.br/index.php/noticias-geral/14669-ses-lanca-programa-cuidar-de-quem-cuida-sc>

O Programa Cuidar de Quem Cuida, desenvolvido pela Corregedoria de Estado da Saúde e que compõe o rol de ações do Programa Integridade e Compliance, visa valorizar e cuidar dos profissionais da SES, estimulando um ambiente de trabalho saudável.

O Projeto Gestor Referência, parte dos programas Integridade e Compliance da SES e Cuidar de Quem Cuida, também lançado em 2024, capacita os líderes da SES para desenvolver e conduzir melhor suas equipes. O primeiro evento do programa ocorreu no Teatro do CIC, reunindo mais de 700 servidores da área da saúde e representantes de outras secretarias do Governo.

Como parte dessa iniciativa, foi elaborada a Cartilha do Servidor da Saúde, um guia com informações sobre os direitos e deveres dos servidores amplamente divulgado nas unidades da SES, incluindo hospitais e macrorregiões.



Link do evento Gestor Referência:

<https://www.saude.sc.gov.br/index.php/noticias-geral/15390-gestor-referencia-evento-destaca-compromisso-com-a-melhoria-da-gestao-em-saude>



AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR: HABILITAÇÃO CATARINENSE DE ALTA COMPLEXIDADE

Considerando o número de procedimentos com maior tempo de espera nas Centrais de Regulação Macrorregionais e a necessidade de aprimorar normas e procedimentos para as habilitações em alta complexidade, a SES habilitou unidades para atendimento em Alta Complexidade em áreas como ortopedia, cardiologia e cirurgia bariátrica, com o intuito de reduzir o tempo de espera desses pacientes.

QUANTIDADE DE SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR	HABILITADOS VIA ESTADO		HABILITADOS VIA MINISTÉRIO DA SAÚDE	
	2024	2023	2024	2023
Grande Oeste	1	3	-	1
Meio-Oeste	1	1	1	2
Serra	-	2	1	-
Foz do Rio Itajaí	-	2	-	2
Vale do Itajaí	-	5	4	4
Grande Florianópolis	3	1	9	-
Sul	1	3	3	2
Norte	-	5	2	5
Total	6	22	20	16

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde, 10 de janeiro de 2025

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DOS HOSPITAIS

A publicação da Portaria SES nº 277, de 5 de abril de 2023, teve como finalidade ampliar a rede hospitalar catarinense e melhorar o acesso e a qualidade dos serviços ofertados à população por meio de incentivos propostos. Nesse contexto, foi aprovada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) a Deliberação nº 745/2023, de 7 de dezembro de 2023. Esse documento cria e implementa o Programa de Valorização dos Hospitais para o ano de 2024, estabelecendo novos critérios para o repasse de recursos financeiros estaduais aos hospitais. O objetivo é ampliar o acesso aos serviços ofertados, de acordo com o porte hospitalar e as necessidades regionais.

QUANTIDADE DE ENTIDADES BENEFICIADAS POR MACRORREGIÃO	2024	2023
Grande Oeste	32	24
Meio-Oeste	25	15
Serra Catarinense	9	8
Foz do Rio Itajaí	8	4
Vale do Itajaí	25	20
Grande Florianópolis	11	6
Sul	23	20
Planalto Norte e Nordeste	17	12
Total	150	109

Fonte: DAES - Controle de Impacto PVH 2024 - janeiro/2025

ABERTURA E HABILITAÇÕES DE NOVOS LEITOS DE UTI

A SES vem ampliando as habilitações de leitos de UTI adulto, neonatal e pediátrica na rede própria e contratualizada, com o objetivo de garantir o atendimento dos pacientes em tempo oportuno, registrando 84 novos leitos habilitados em 2024.

NOVOS LEITOS HABILITADOS POR MACRORREGIÃO	2024	2023
Grande Oeste	-	10
Meio-Oeste	-	10
Serra	6	18
Foz do Rio Itajaí	30	2
Vale do Itajaí	10	129
Grande Florianópolis	30	20
Sul	8	45
Norte	-	25
Total	84	259

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde, 13 de janeiro de 2025

INVESTIMENTO NA REDE HOSPITALAR PRÓPRIA (OBRAS E REFORMAS)

Em 2023 e 2024 foram realizadas ações de investimento e recuperação da infraestrutura das unidades próprias da SES, incluindo a elaboração e a contratação de projetos, além de obras de modernização, reformas e ampliações.

A Rede Hospitalar Própria recebeu um investimento total de R\$ 21,51 milhões nesses dois anos. Desse valor, R\$ 9,34 milhões foram aplicados em 2023 e R\$ 12,17 milhões em 2024, representando um aumento de 30,22% nos investimentos no segundo ano. Esses recursos permitiram otimizar a infraestrutura hospitalar, garantindo um atendimento mais eficiente e de qualidade à população.

Entre as obras entregues em 2024 destacam-se:

1. *Hospital Regional de São José (HRSJ): inauguração de uma nova sala de espera, abertura de 25 novos leitos na emergência e modernização do sistema de aquecimento;*
2. *Maternidade Carmela Dutra (MCD): inauguração de uma nova sala de espera;*
3. *Hospital Governador Celso Ramos (HGCR): realização de reformas na emergência;*
4. *Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG): reformas na enfermaria e no ambulatório, além de uma nova sala de espera e abertura de novos leitos, ampliando a capacidade de atendimento;*
5. *Instituto de Psiquiatria (IPQ): reforma da 3ª enfermaria, proporcionando melhores condições para os pacientes atendidos.*



Sala de observação do HGCR



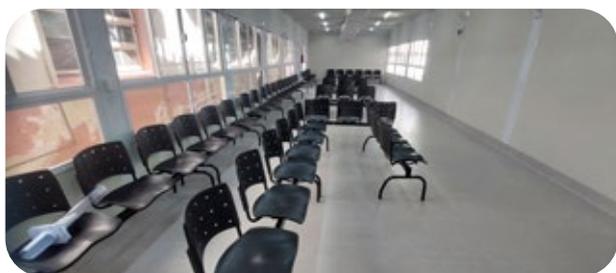
Emergência do HGCR



Sala de Espera do HRSJ



Sala de Espera do HIJG



Sala de Espera da MCD
Fotos: ASCOM/SES

PREMIAÇÕES DA ÁREA:



- **Prêmio Gestão de Indicadores de Qualidade para a melhoria da qualidade da medicina intensiva e a segurança dos pacientes no Brasil - UTI Adulto, concedido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB) (SUH - Hospital Nereu Ramos);**
- **Certificado de Selo UTI Eficiente pela Epimed Solutions, concedido pela AMIB (SUH - Hospital Nereu Ramos);**
- **Certificado de Alta Conformidade nas Práticas de Segurança do Paciente (SUH - Hospital Nereu Ramos);**
- **1º lugar nas realizações de cirurgias eletivas no Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas (PNRF), avaliado semestralmente (SUR);**
- **Excelência em Audiologia, prêmio concedido pela Academia Brasileira de Audiologia no 39º Encontro Internacional de Audiologia (SUR - Serviços em Saúde Digital).**

SEGURANÇA PÚBLICA

As instituições que compõem a segurança pública do Estado de Santa Catarina são: a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP); a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC); o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC); a Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC); e a Polícia Científica de Santa Catarina (PCISC).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

PROGRAMA BEM-TE-VI DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO	2024	2023
Câmeras cadastradas	6.500	6.304
Câmeras ativas	5.228	5.033
Câmeras em funcionamento	4.701	4.514
Municípios com câmeras	147	147

Fonte: SSP/SC, períodos de 1º/1/2023 a 31/12/2023 e 1º/1/2024 a 31/12/2024 - <https://bi.ssp.sc.gov.br/sense/app/fcb3cbe-57b-4-4411-894b-6ea9de069d02/sheet/JkNCQ/state/analysis>

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC)

ESTRUTURA	2024	2023
Servidores efetivos na atividade-fim	8.004	7.907
Servidores efetivos na atividade-meio	1.267	1.173
Unidades	58	58
Viaturas adquiridas no ano	272	133
Armamentos adquiridos no ano	483	375

Fonte: Viaturas: Sistema GAX (Sistema de Gestão de Frota do Estado de Santa Catarina); Armamento: Planilha de controle interno CMB/PMSC no período de 1º/1/2024 a 31/12/2024 - Consulta em 9/1/2025; Efetivo: SIGRH/PMSC no período de 1º/1/2024 a 31/12/2024 - Consulta em 13/1/2025

PROGRAMAÇÕES OPERACIONAIS	2024	2023
Rondas	141.626	71.150
Policiaamentos	96.033	107.036
Operações	225.963	165.102
Fiscalizações (apenados/protetivas)	10.567	10.191
Veículos recuperados	5.481	6.050

Fonte: BI SADE/ACI PMSC no período de 1º/1/2024 a 31/12/2024 - Consulta em 9/1/2025

OCORRÊNCIAS	2024	2023
Mandados de prisão cumpridos	7.615	6.978
Termos circunstanciados	21.622	28.808
Boletins confeccionados	261.728	264.913
Prisões em flagrante - (Boletim de Ocorrência/Prisão e Apreensão)	31.043	31.989

Fonte: BI SADE/ACI PMSC no período de 1º/1/2024 a 31/12/2024 - Consulta em 9/1/2025

ÍNDICES CRIMINAIS	2024	2023
Roubos	5.907	6.855
Furtos	106.424	110.417
Crimes letais	685	675
Homicídio	562	571
Feminicídio (já contabilizado no indicador de homicídio acima)	51	57
Latrocínio	16	11
Lesão corporal seguida de morte	28	14
Confronto policial	79	79

Fonte: BI SSP e NEST/ACI PMSC no período de 1º/1/2024 a 31/12/2024 - Consulta em 9/1/2025

NÚMERO DE ATENDIMENTOS EM OUTROS PROGRAMAS	2024	2023
Rede Catarina de Proteção à Mulher	25.055	30.634
Rede de Vizinhos	5.793	5.712
Visita Preventiva Escolar	39.315	60.512
Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) - alunos atendidos	83.012	76.083
Programa Rede de Segurança Escolar - escolas atendidas	4.445	3.777

Fontes: BI PMSC/PMSC Retaguarda/SisProerd/SER no período de 31/12/2023 e 31/12/2024 - Consulta em 9/1/2025

Concurso

Em 2024 ingressaram na Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) 615 novos soldados e 61 cadetes, aprovados no último concurso. Os alunos praças e cadetes estão realizando os cursos de formação.

Além disso, a PMSC também aceitou o ingresso de voluntários para o Serviço de Auxiliar Temporário, tendo sido disponibilizadas 482 vagas.



Efetivo perfilado na Academia de Polícia Militar.
Foto: Centro de Comunicação Social da PMSC

Operação Estação Verão

No verão de 2023/2024, a PMSC intensificou sua ação não só no litoral, mas também em todo o Estado e nas regiões fronteiriças. Com base nos bons índices de segurança e no grande fluxo de turistas nacionais e internacionais, a PMSC reforçou o contingente policial nas áreas de maior concentração de pessoas. Para isso, foram deslocados mais de 1.500 policiais militares em reforço ao efetivo já existente.

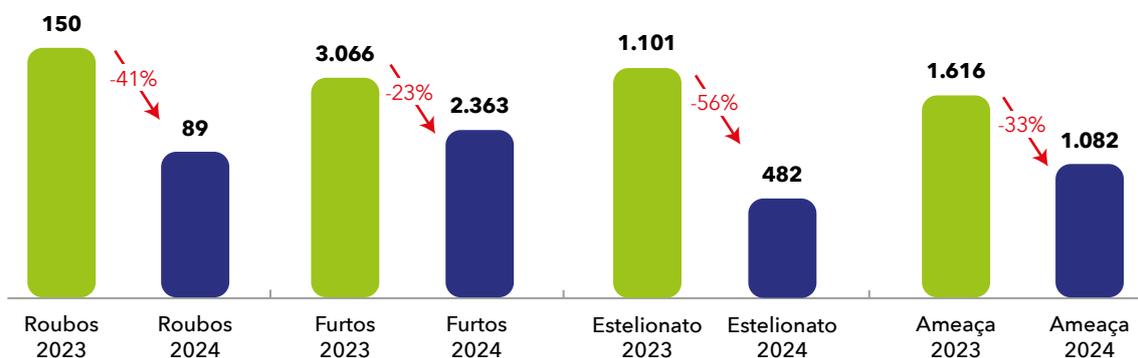


Policimento de praias.
Foto: Centro de Comunicação Social da PMSC

Operação Alegria no Carnaval de 2024

A Polícia Militar realizou, no período do Carnaval de 2024, a Operação Alegria, que resultou em 13.530 atendimentos em todo o Estado. No comparativo com o ano anterior, a atuação da polícia levou a uma redução significativa nos índices criminais. Os dados mostram uma queda de 41% nos roubos, 23% nos furtos, 56% nos casos de estelionato e 33% nas ameaças.

Operação Alegria 2024: dados totais de 9/2 a 14/2



Comparativo percentual e de número de registros dos anos de 2023 e 2024.
Fonte: Secretaria de Coordenação Operacional da PMSC

Operação de Ajuda Humanitária ao Rio Grande do Sul

Durante a operação de ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul, a PMSC desempenhou um importante papel na preservação da ordem pública e no resgate de famílias afetadas pelas enchentes. No total, foram resgatadas 865 pessoas e 106 animais. A força-tarefa também transportou quase seis toneladas de alimentos e mais de 12.300 litros de água potável para as áreas atingidas. Além disso, cinco caminhões carregados de donativos foram escoltados pela corporação, garantindo a segurança e a integridade dos suprimentos. A missão contou com a participação de 249 policiais militares, que utilizaram 11 embarcações, 61 viaturas 4x4, 5 aeronaves e 6 veículos, incluindo caminhões, vans e micro-ônibus.

A Polícia Militar recebeu em 2024 duas novas embarcações destinadas ao patrulhamento aquático. As embarcações, que reforçarão o policiamento operacional aquático do Comando de Polícia Militar Ambiental (CPMA), foram adquiridas por meio de convênio com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), totalizando um investimento superior a R\$ 3 milhões.



Força-tarefa da Polícia Militar para ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul.
Foto: Centro de Comunicação Social da PMSC



Lanchas para o policiamento ambiental nos rios e mares.
Foto: Centro de Comunicação Social da PMSC

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA (PCSC)

ESTRUTURA	2024	2023
Policiais civis na atividade-fim¹	2.948	3.105
Policiais civis na atividade-meio¹	229	234
Unidades²	551	536
Viaturas adquiridas³	70	323
Armamentos adquiridos⁴	155	-

Fontes: ¹ Relatório do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), data de referência até 6/12/2024.

² Dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), extraídos por meio do BoaVista Dados, data de referência até 6/12/2024.

³ Relatório Gestão da Frota, data de referência até 6/12/2024.

⁴ Relatório Coordenadoria de Armamento, Munição e Tiro, data de referência até 6/12/2024. Data de referência para o ano 2023: 1º/12/2023 a 31/12/2024.

PROGRAMA PC POR ELAS	2024	2023
Mulheres participantes	13.579	12.286
Municípios abrangidos	293	201
Participantes em palestras, congressos e reuniões	6.650	1.429

Fontes: Operação Nacional Átria (1º a 29/3/2024), Operação Nacional Shamar (1º a 30/8/2024), Senac por Elas, que acontece o ano todo, e consulta aos números de registros de boletins de ocorrências de violência doméstica na Delegacia Virtual e que faz parte do PC por Elas. Data de referência: 1º/1 a 31/12/2023 e 1º/1 a 6/12/2024

OUTROS DADOS	2024	2023
Inquéritos policiais instaurados	51.861	53.620
Termos circunstanciados instaurados	26.544	27.069
Autos de prisão em flagrante instaurados	18.063	19.861
Boletins de ocorrência/Delegacia Virtual	508.313	505.710
Boletins de ocorrência/Delegacia de Polícia	441.815	961.748
Cumprimentos de mandados de busca e apreensão	8.355	8.103
Cumprimentos de mandados de prisão	5.859	5.685
Armas apreendidas	874	977

Fonte: Dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), extraídos por meio do BoaVista Dados. Data de referência: 1º/1 a 31/12/2023 e 1º/1 a 6/12/2024

O Laboratório de Tecnologia Cibernética (CIBERLAB) foi criado na Diretoria de Inteligência da Polícia Civil para monitorar o ambiente virtual, incluindo redes sociais, jogos online e fóruns anônimos, coletando dados de fontes abertas. Além disso, o CIBERLAB também apoia as unidades policiais na investigação de ameaças, auxiliando na preservação e na solicitação de registros em plataformas online e operadoras de comunicação.

CIBERLAB	2024	2023
Casos	193	56

Fonte: Relatório Diretoria de Inteligência da Polícia Civil (DINT).
Data de referência: 1º/1 a 31/12/2023 e 1º/1 a 6/12/2024

Outro destaque é a exposição “As Cores de Cada Vida”, uma atividade realizada pela Coordenadoria das Delegacias Especializadas de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso e de políticas voltadas ao atendimento LGBTQ+ de Santa Catarina em 11 municípios nos anos de 2023 e 2024. As exposições ocorreram em prédios públicos, com grande circulação de pessoas.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA (CBMSC)

ESTRUTURA	2024	2023
Servidores efetivos na atividade-fim	2.042	1.812
Servidores efetivos na atividade-meio	918	867
Bombeiros comunitários ativos voluntários (com ou sem ressarcimento)	4.351	3.819
Caminhões de combate a incêndio adquiridos no ano	-	24
Ambulâncias adquiridas no ano	31	30

Fonte: Business Intelligence (BI): Analytics do CBMSC.
Data de referência: 31 de dezembro de 2023 e 12 de dezembro de 2024

OCORRÊNCIAS	2024	2023
Atendimento pré-hospitalar	153.852	146.409
Ações preventivas	1.724	4.532
Salvamento, busca e resgate	12.829	13.696
Ocorrências diversas	22.406	20.494
Incêndios	8.512	8.041

Fonte: Business Intelligence (BI): Analytics do CBMSC.
Data de referência: 31 de dezembro de 2023 e 12 de dezembro de 2024

OPERAÇÃO VERANEIO	2024	2023
Prevenções	11.692.657	20.156.255
Salvamentos	3.689	4.890
Ocorrências com água-viva	42.446	27.749
Guarda-vidas civis ativos	1.899	2.562
Crianças formadas no Projeto Golfinho	10.059	14.623

Fonte: Business Intelligence (BI): Analytics do CBMSC.
Data de referência: Operação Veraneio 2023/2024 - dados de 12 de outubro de 2023 a 18 de fevereiro de 2024

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	2024	2023
Atestados de funcionamento	293.293	304.259
Atestados de Habite-se	23.627	21.416
Análises de projetos	33.435	33.735
Investigações de incêndios realizadas	1.937	2.002

Fonte: Business Intelligence (BI): Analytics do CBMSC.
Data de referência: 31 de dezembro de 2023 e 12 de dezembro de 2024

O CBMSC se destaca em diversas operações de emergência, como a atuação de apoio nas enchentes no Rio Grande do Sul, onde salvou 3.051 pessoas e 560 animais em 75 dias. Para essa operação, foram mobilizados 165 bombeiros, 28 cães de busca, 54 viaturas e 40 embarcações. Também em apoio ao Estado do Mato Grosso, desde o dia 23 de setembro uma equipe de 20 profissionais tem trabalhado incessantemente no combate a incêndios florestais, organizados em seis forças-tarefas e utilizando técnicas mistas, como fogo, contrafogo e criação de aceiros para conter as chamas. Além de suas operações emergenciais, o CBMSC desenvolve programas sociais importantes, como Bombeiro Mirim, Programa Golfinho, Praia Acessível e Cinoterapia. A corporação ainda investe em instruções e treinamentos constantes para bombeiros militares e comunitários, reafirmando seu comprometimento com a segurança e o bem-estar da sociedade. O CBMSC também promove a interação social através do aplicativo CBMSC Cidadão, uma ferramenta que fortalece a comunicação e o engajamento com a comunidade. Outro ponto de destaque é que a corporação possui 15 equipes de forças-tarefa espalhadas pelo Estado, o que amplia ainda mais sua capacidade de resposta em situações de emergência.

POLÍCIA CIENTÍFICA DE SANTA CATARINA (PCISC)

ESTRUTURA	2024	2023
Número de servidores efetivos	867	746
Número de unidades	30	31

Fontes: ¹ Relatório do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH); ² Portaria nº 02/2022/PCI e Portaria nº 045/2024/PCI. Período de 2023: data de referência até 31/12. Período de 2024: data de referência até 31/12

OUTROS DADOS	2024	2023
Carteiras de identidade confeccionadas	790.725	649.986
Número de perícias realizadas	144.349	137.216
Número de laudos realizados	133.695	129.423
Número de postos para confeccionar a carteira de identidade	298	281

Fonte: BI da PCISC (CriminalData). Período de 2023: 1º/1 a 31/12. Período de 2024: 1º/1 a 31/12

Em 2024 a PCISC superou a marca de 1,3 milhão de Carteiras de Identidade Nacional (CINs) emitidas. A contagem teve início ainda em 2023, quando a instituição passou a adotar o novo padrão nacional do documento. Com esse número, Santa Catarina tornou-se o estado com o maior volume de emissões em termos relativos à sua população.

Mais informações sobre a CIN podem ser encontradas em:



Ainda no tema identificação humana, 2024 foi um ponto de virada para a PCISC. O órgão está concretizando a modernização e a expansão do Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (ABIS), que ampliará o leque de ferramentas e funcionalidades à disposição dos catarinenses, como o uso de aplicativo móvel para identificação humana automatizada.

Outra aquisição notável veio para aprimorar o Setor de Informática Forense, com a ampliação dos softwares de extração de dados de dispositivos informáticos.

O ano de 2024 também marcou a regulamentação e a distribuição de uniformes e de novos distintivos para os policiais científicos.



Fotos: ASCOM/PCISC

Programas Institucionais



Foto: ASCOM/PCISC

PCI Protege

Atendimento especializado e humanizado a mulheres, crianças, adolescentes e idosos vítimas de violência física e sexual.

<https://www.policiacientifica.sc.gov.br/pci-protege/>



Foto: PCI/SRJOI

PCI na Escola

Visa difundir o papel do órgão, suas áreas de atuação e importância da segurança dentro das escolas. Também tem como meta despertar nos jovens o interesse pelas ciências forenses, mostrando como as disciplinas curriculares são aplicadas na resolução de crimes.

<https://www.policiacientifica.sc.gov.br/pci-na-escola/>



Foto: PCI/SRJOI

PCI Comunica

Tem como propósito explicar o papel da Perícia Oficial no Estado de Santa Catarina, suas áreas de atuação e carreiras por meio de palestras e exposições em universidades e instituições públicas ou privadas.

<https://www.policiacientifica.sc.gov.br/pci-comunica/>



Foto: ASCOM/PCISC

PCI Capacita

Capacitar órgãos públicos envolvidos na segurança pública, em cursos de formação ou capacitações continuadas, por meio de aulas e exposições com temas relativos à identificação humana e à perícia criminal.

<https://www.policiacientifica.sc.gov.br/pci-capacita/>



Foto: ASCOM/PCISC

Programa Conecta

Programa de caráter integrado e multidisciplinar, com o objetivo de promover a localização de pessoas desaparecidas e a identificação de pessoas de identidade indeterminada, utilizando dados obtidos de seus familiares e ferramentas de áreas diversas, como Antropologia Forense, Odontologia Legal, Genética Forense, Papiloscopia e Representação Facial Humana.

<https://www.policiacientifica.sc.gov.br/programa-conecta/>



Foto: ASCOM/PCISC

PCI Cidadã

Visa emitir Carteiras de Identidade Nacional (CINs) em caráter especial e em circunstâncias extraordinárias, com foco nos grupos em situação de vulnerabilidade social ou envolvidos em ações sociais, por meio de mutirões ou ações coordenadas.

<https://www.policiacientifica.sc.gov.br/pci-cidada/>

PREMIAÇÕES DA ÁREA:



O CBMSC foi destaque na 7ª Competição Sul-Americana de Cães de Trabalho, conquistando 9 troféus. Todas as duplas catarinenses subiram ao pódio nas quatro categorias em que competiram, obtendo três primeiros lugares. O evento, promovido pela Associação Sul-Americana de Cães de Trabalho, aconteceu na Academia de Polícia Civil (ACADEPOL), em Florianópolis, de 14 a 18 de outubro.

TURISMO

Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), destaca o turismo como um pilar econômico estratégico, focando no mapeamento e na promoção de produtos turísticos, na expansão internacional e na inovação.

O Estado também prioriza a governança e a sustentabilidade dos atrativos regionais, contando com quinze regiões turísticas que diversificam e enriquecem a oferta para visitantes:

REGIÕES TURÍSTICAS DE SANTA CATARINA		
Alto Uruguai Catarinense	Caminhos do Contestado	Serra Catarinense
Caminho dos Canyons	Costa Verde & Mar	Vale das Águas
Caminho dos Príncipes	Encantos do Sul	Vale dos Encantos
Caminhos da Fronteira	Grande Florianópolis	Vale dos Imigrantes
Caminhos do Alto Vale	Grande Oeste	Vale Europeu

Em 2024, foi criada a Estação Inverno, iniciativa governamental que celebra a temporada mais fria do ano no Estado e tem, entre outros objetivos, o de fortalecer o turismo catarinense e as atividades econômicas da Serra de Santa Catarina. Além disso, também foi reforçada a atenção na já consolidada Estação Verão para proporcionar, tanto aos turistas quanto aos moradores do Estado, as melhores experiências em qualquer época do ano.

No ano Santa Catarina destacou-se em várias feiras e eventos internacionais de turismo, fortalecendo sua imagem como destino turístico de excelência.

A participação da SETUR em eventos como ABAV Expo, EBS e WTM Latin America foi essencial para promover o Estado e estabelecer parcerias estratégicas no setor turístico.



A BNT Mercosul, realizada em solo catarinense, foi um ponto alto do ano, reunindo mais de 6 mil participantes. O evento focou na promoção turística não somente para todo o País, mas em especial para os países do Mercosul.



Estande BNT
Foto: Banco de imagens da SETUR

A ExpoCatólica e o SC Custom Show também foram importantes para atrair visitantes e promover o turismo religioso e automotivo.



Durante esses eventos, a SETUR distribuiu materiais promocionais e realizou reuniões técnicas para consolidar parcerias e explorar novas oportunidades de negócios.

Além disso, o 6º Fórum CLIA Brasil destacou a importância do setor de cruzeiros para o desenvolvimento turístico e econômico do Estado, com planos de expansão de destinos transatlânticos. Outro marco foi a representação de Santa Catarina na Feira Internacional da América Latina (FIT), realizada de 28 de setembro a 1º de outubro de 2024, no La Rural, Buenos Aires.



O Roadshow Dream SC foi uma iniciativa que visa conectar destinos turísticos e explorar novas oportunidades. O evento busca ser um ponto de encontro entre o potencial turístico do Estado e os principais operadores e agentes do setor em cada cidade visitada.

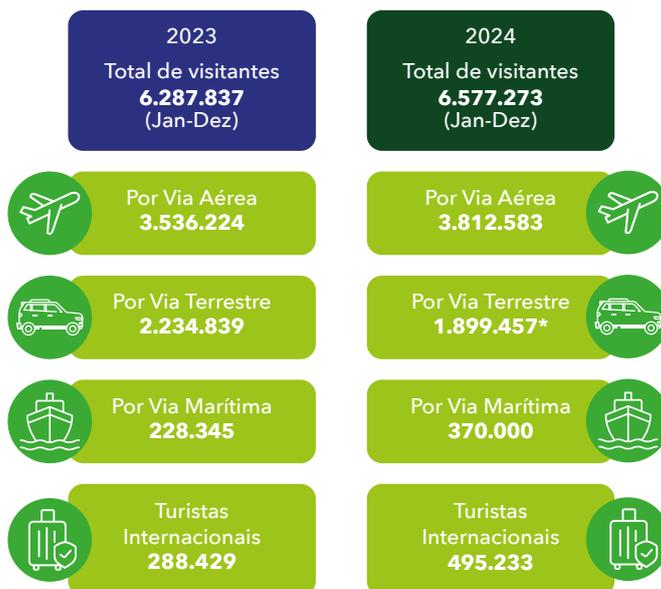
O objetivo é descobrir e fomentar novas conexões através da capacitação sobre o Destino SC para cerca de 200 agentes de viagens e operadores de turismo. Além disso, o Roadshow promove rodadas de negócios no formato de *speed meeting*, oferecendo espaços dedicados ao networking para facilitar encontros valiosos e trocas produtivas.

Essas atividades reforçam o compromisso de Santa Catarina em inovar e sustentar o crescimento do turismo no Estado.



Estande Roadshow
Foto: Banco de imagens da SETUR

Fluxo de visitantes em Santa Catarina



Fonte: Almanach – Sistema de Inteligência Turística de Santa Catarina
*Dados de janeiro a novembro de 2024

Para mais informações,
aponte a câmera do
celular para o QR Code:





GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Foto: Marco Favero/arquivo SECOM



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Este capítulo apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Estado de Santa Catarina obtidos durante o ano de 2024.

A arrecadação da receita bruta total do Estado¹ atingiu o valor de R\$ 71,85 bilhões em 2024. Comparado com o exercício anterior, esse valor representou um aumento de 13,0% em termos nominais. Já em termos reais, considerando o valor atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que variou 4,8%² no período, o aumento foi de 7,7%.

A partir da receita bruta devem ser descontados os valores das transferências obrigatórias aos municípios previstas na Constituição Federal, os repasses ao Fundeb que vinculam os recursos a serem aplicados na educação e as restituições de tributos estaduais pagos pelos contribuintes. Dessa forma, chega-se ao valor da receita líquida, que foi de R\$ 51,34 bilhões em 2024 (R\$ 45,66 bilhões em 2023). A receita líquida é o montante que o Estado efetivamente poderá utilizar para pagar as despesas públicas.



A despesa total empenhada por todos os Poderes e órgãos estaduais em 2024 cresceu 13,2% em termos nominais quando comparada ao ano de 2023. No entanto, em termos reais, considerando o IPCA de 2024, o crescimento foi de 8,0%.



A diferença entre as receitas líquidas arrecadadas e as despesas empenhadas no ano de 2024 gerou um resultado orçamentário superavitário de R\$ 1,63 bilhão, indicando que as receitas foram maiores do que as despesas.

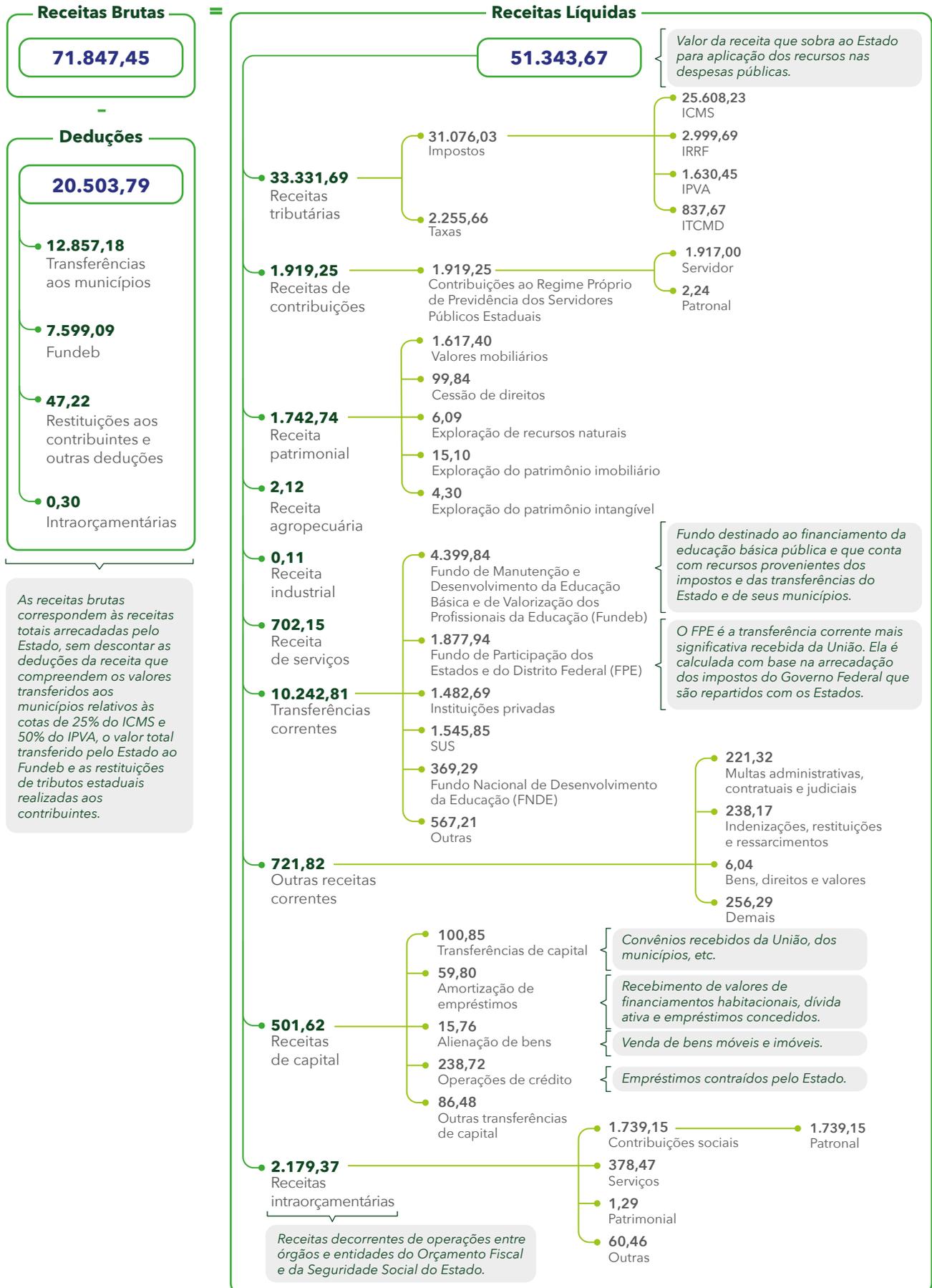


Na sequência, apresenta-se um resumo das principais origens e da aplicação dos recursos arrecadados por Santa Catarina em 2024. Salvo quando houver indicação de forma diversa, as informações constantes neste capítulo foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária de todas as unidades gestoras dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como do Ministério Público (MP), integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

1 Inclui todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o Ministério Público (MP).

2 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de janeiro a dezembro de 2024 foi de 4,831300%.

De Onde Vieram os Recursos Estaduais de 2024 (R\$ milhões)

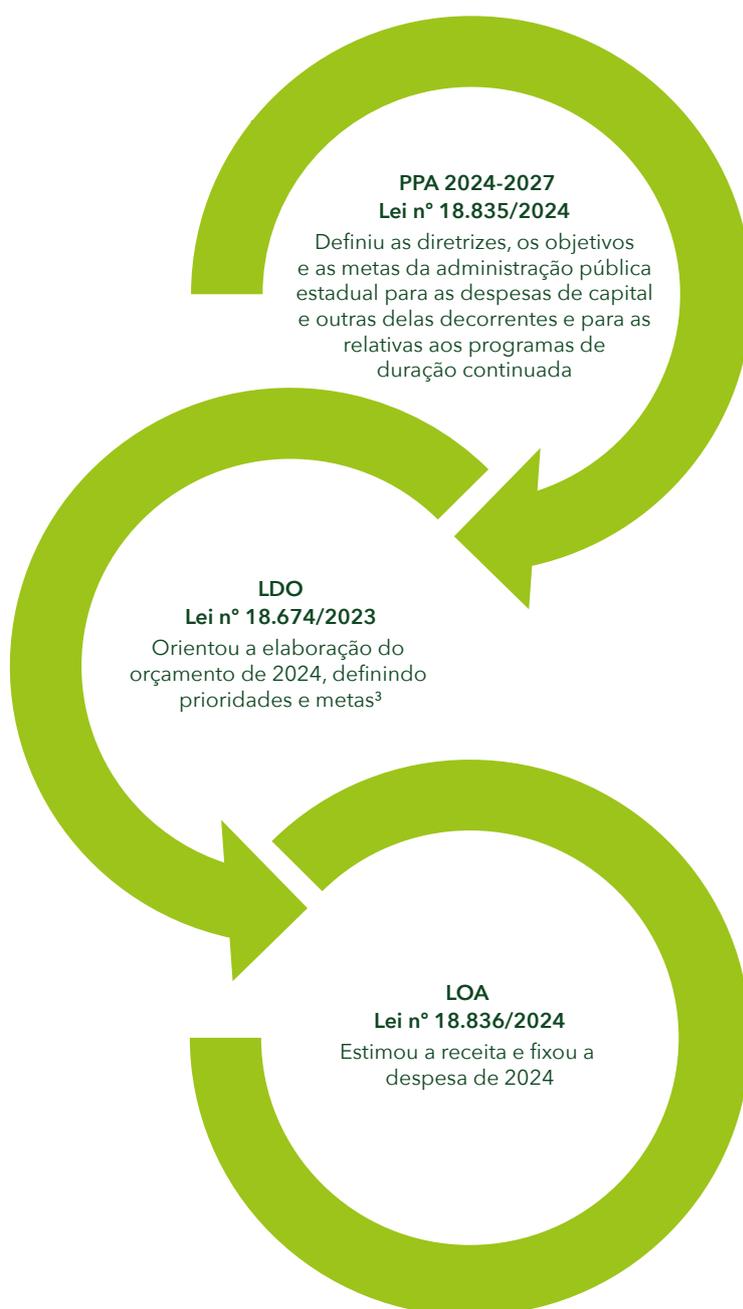


Onde Foram Aplicados os Recursos Estaduais em 2024 (R\$ milhões)



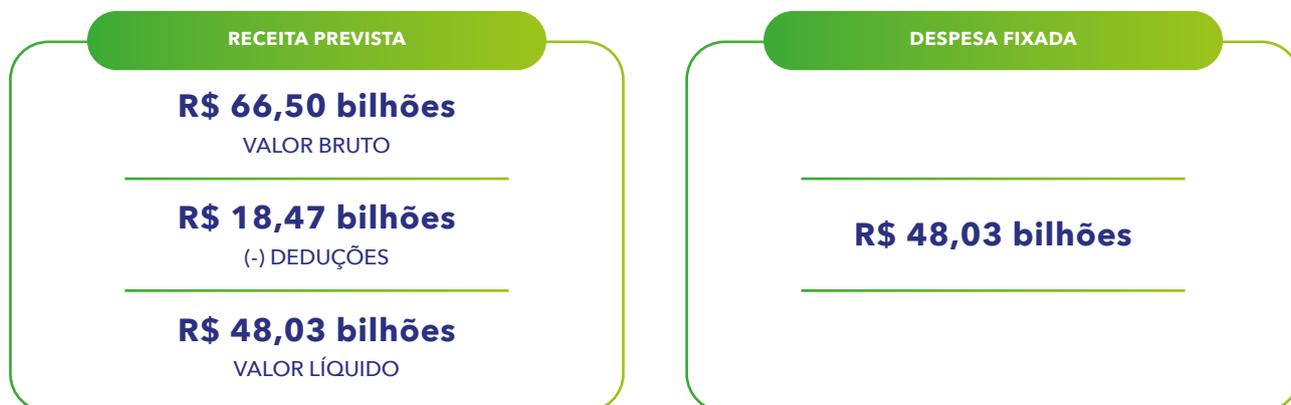
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

As leis orçamentárias - Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) - desempenham um papel fundamental no controle das finanças públicas. Em 2024, para garantir a execução das políticas públicas e a disponibilização dos bens e serviços públicos à população catarinense, o PPA, a LDO e a LOA do Estado de Santa Catarina foram estruturados da seguinte forma:



³ As metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são apresentadas no capítulo Indicadores Fiscais deste Balanço.

Os valores totais da previsão das receitas e da fixação das despesas nas diversas áreas de atuação governamental, conforme a Lei Orçamentária Anual aprovada para o ano de 2024, foram os seguintes:



RECEITAS

As receitas são os ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar os investimentos públicos. Em Santa Catarina, elas provêm de diversas origens, como o recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferências de recursos do Governo Federal e de outras instituições, a exploração do patrimônio estadual ou, ainda, a captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

A receita bruta de 2024 estimada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi de R\$ 66,50 bilhões. No entanto, a receita bruta efetivamente arrecadada chegou a R\$ 71,85 bilhões em 2024, superando o previsto na LOA em R\$ 5,35 bilhões, o que representa 8,0% acima do esperado.

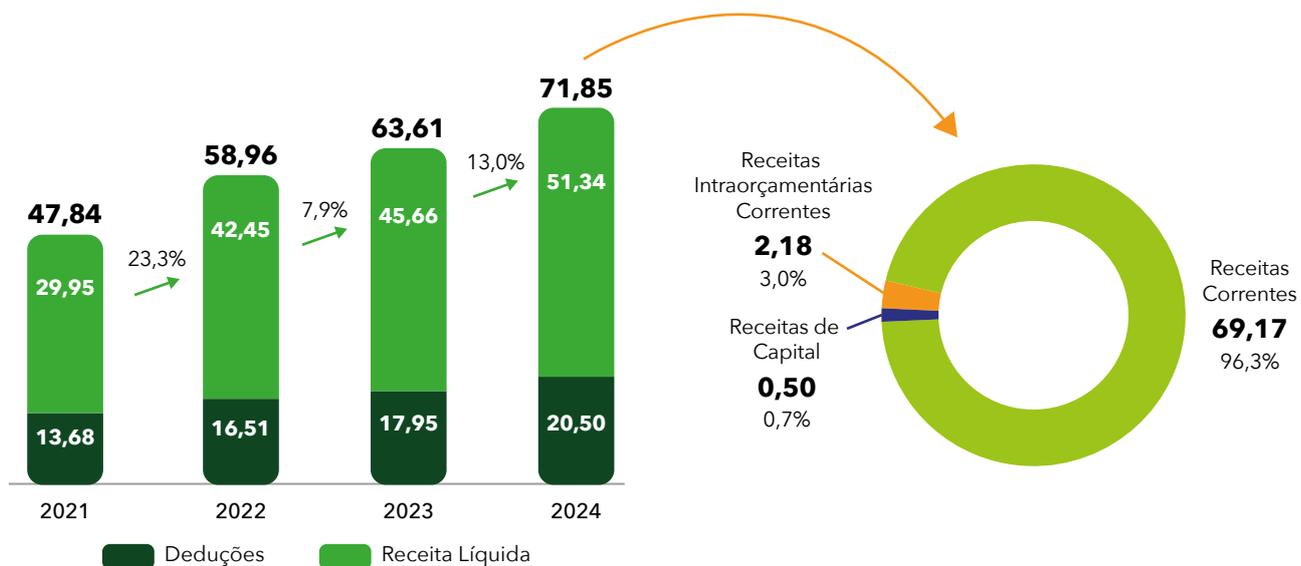
As deduções da receita arrecadada bruta somaram R\$ 20,50 bilhões em 2024 e compreendem as transferências constitucionais referentes à parcela dos impostos estaduais e das transferências que pertencem aos municípios, os repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e as restituições de tributos realizadas aos contribuintes.

A previsão da receita líquida na LOA, que corresponde ao valor da receita após as deduções, era de R\$ 48,03 bilhões. Porém, a receita líquida efetivamente arrecadada em 2024 foi de R\$ 51,34 bilhões, atingindo 106,9% do valor previsto.

Receita Prevista X Receita Arrecadada em 2024 (R\$ bilhões)

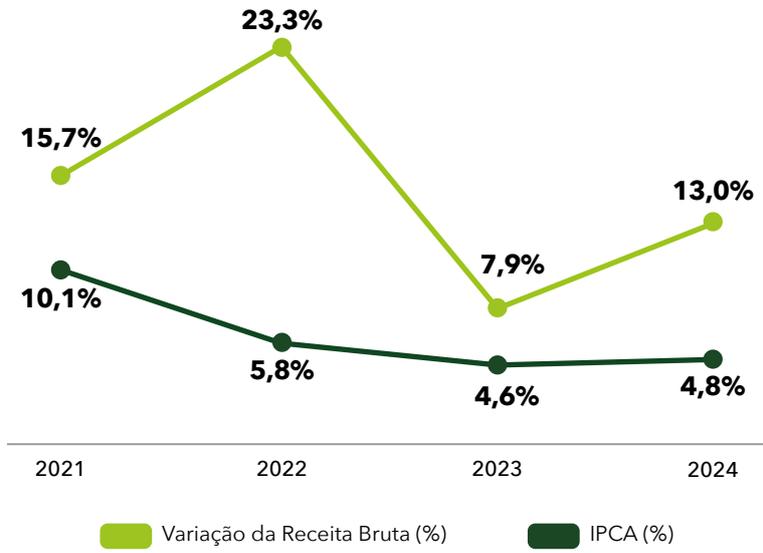
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	% DA RECEITA ARRECADADA EM RELAÇÃO À RECEITA PREVISTA
RECEITA BRUTA	66,50	71,85	108,0%
Receitas Correntes	63,32	69,17	109,2%
Receitas de Capital	0,97	0,50	51,7%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	2,21	2,18	98,6%
(-) Deduções	(18,47)	(20,50)	111,0%
RECEITA LÍQUIDA	48,03	51,34	106,9%

Receita Bruta (R\$ bilhões)



Em 2024 a receita bruta total apresentou um crescimento nominal de 13,0% em relação ao ano anterior, enquanto a receita líquida cresceu 12,5%. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou uma variação de 4,83%. Em termos reais, a receita bruta cresceu 7,7%, e a receita líquida 7,3%.

Varição da Receita Bruta x IPCA (%)



A tabela seguinte apresenta o comparativo das receitas arrecadadas, classificadas por categoria econômica e por origem.

Receita Arrecadada por Categoria Econômica e Origem (R\$ milhões)

RECEITAS	2024		2023		VARIÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA
	ARRECADAÇÃO BRUTA	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	ARRECADAÇÃO BRUTA	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	
Receitas Correntes	69.166,16	48.662,68	61.289,27	43.338,70	12,9%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.115,98	33.331,69	45.774,63	28.615,50	16,0%
Contribuições	1.946,55	1.919,25	2.029,76	2.016,25	-4,1%
Receita Agropecuária	2,12	2,12	2,52	2,52	-15,8%
Receita de Serviços	702,23	702,15	665,35	665,25	5,5%
Receita Industrial	0,11	0,11	0,08	0,08	35,8%
Receita Patrimonial	1.745,24	1.742,74	1.725,83	1.723,57	1,1%
Transferências Correntes	10.927,62	10.242,81	10.302,99	9.531,88	6,1%
Outras Receitas Correntes	726,31	721,82	788,12	783,65	-7,8%
Receitas de Capital	501,64	501,62	150,97	150,94	232,3%
Alienação de Bens	15,76	15,76	17,92	17,92	-12,0%
Amortização de Empréstimos	59,81	59,80	49,83	49,83	20,0%
Operações de Crédito	238,72	238,72	18,80	18,80	1.169,8%
Transferências de Capital	100,85	100,85	64,42	64,39	56,6%
Outras Receitas de Capital	86,48	86,48	-	-	-
Receitas Intraorçamentárias Correntes	2.179,66	2.179,37	2.167,36	2.166,44	0,6%
Receita de Contribuições	1.739,44	1.739,15	1.685,89	1.684,97	3,2%
Receita de Serviços	378,47	378,47	368,96	368,96	2,6%
Receita Patrimonial	1,29	1,29	1,15	1,15	12,8%
Outras Receitas Correntes	60,46	60,46	111,36	111,36	-45,7%
TOTAL	71.847,45	51.343,67	63.607,60	45.656,08	13,0%

A Receita de Impostos e Taxas corresponde a 73,9% da receita bruta total.

As Transferências Correntes equivalem a 15,2% da receita bruta total.

Do valor arrecadado, as receitas tributárias correspondem a 73,9% da receita bruta total, e as transferências correntes equivalem a 15,2%, sendo, portanto, as principais fontes de receitas do Estado.

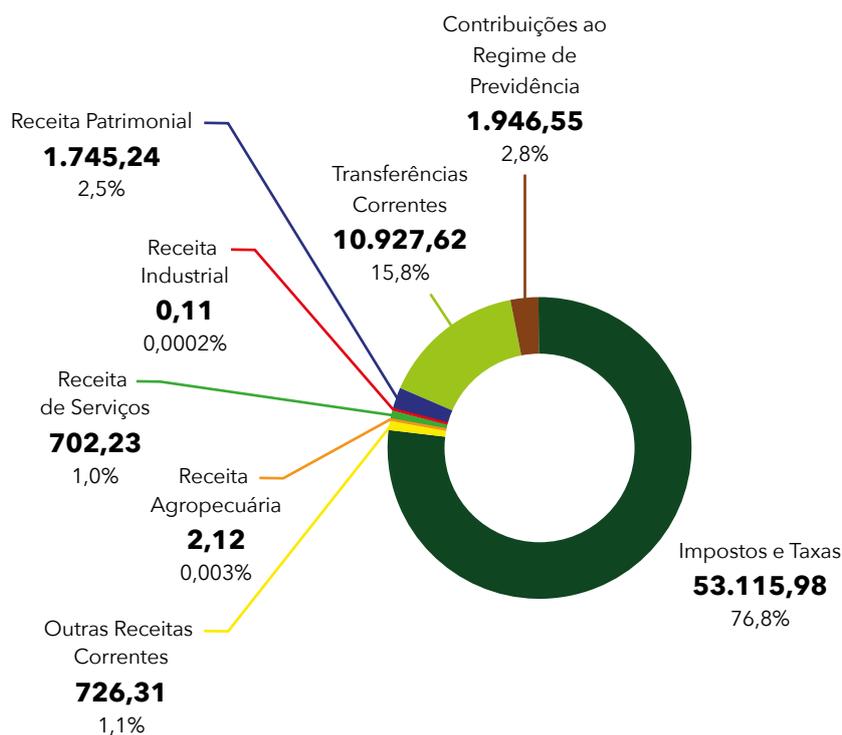
Receitas Correntes

São consideradas receitas correntes aquelas provenientes de: tributos de competência estadual; contribuições ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais; exploração do patrimônio estatal; exploração de atividades agropecuárias, industriais e de serviços; transferências de recursos do Governo Federal e de outras pessoas de direito público ou privado, destinadas a atender despesas classificáveis como despesas correntes, chamadas de transferências correntes; e demais receitas, chamadas de outras receitas correntes, que não se enquadram nos itens anteriores nem no conceito de receita de capital.

As receitas correntes aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são utilizadas para financiar ações e programas orçamentários, a fim de satisfazer as necessidades da população.



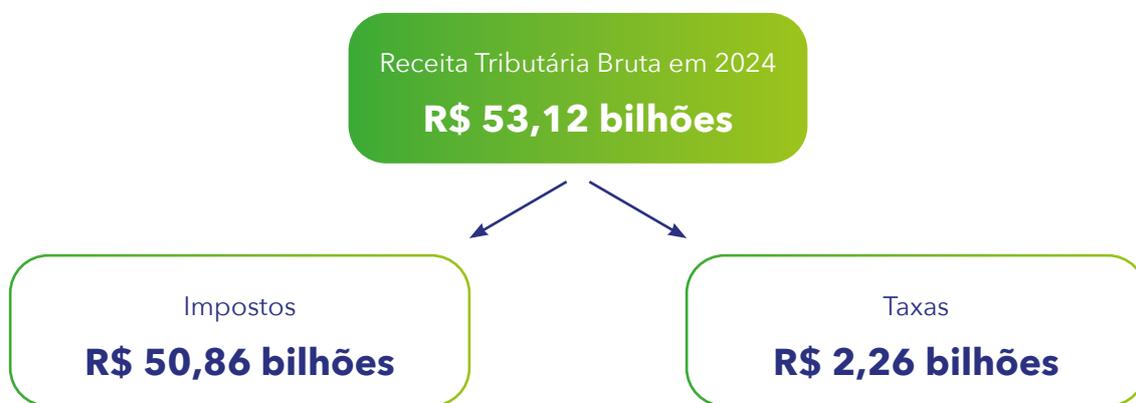
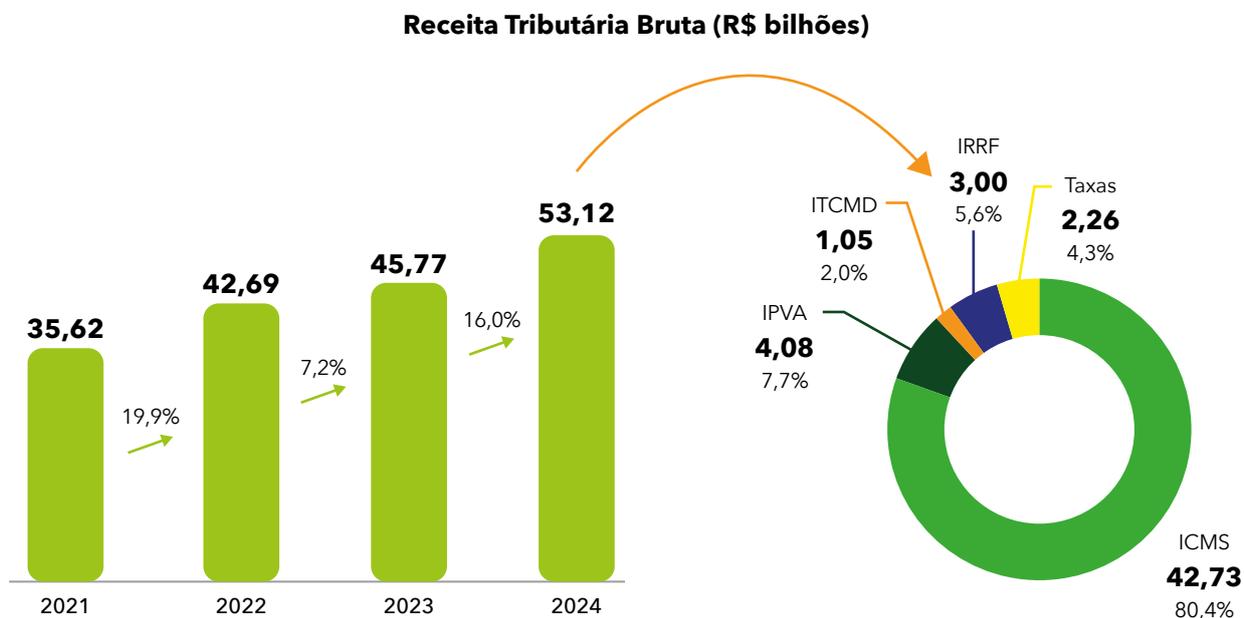
Composição das Receitas Correntes Brutas de 2024 (R\$ milhões)



Entre as receitas correntes do Estado, as principais origens são as receitas tributárias (impostos e taxas) e as transferências correntes.

Receita Tributária

A maior parcela da arrecadação estadual é de origem tributária (73,9%), sendo composta por impostos (ICMS⁴, IPVA⁵, IRRF⁶ e ITCMD⁷) e por taxas.



Comparando-se a receita tributária bruta de 2024 com a de 2023 (R\$ 45,77 bilhões), verifica-se um crescimento nominal de 16,0%. As principais variações ocorreram nos impostos, conforme apresentado a seguir:

4 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

5 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

6 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

7 Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.



Após todas as deduções, a receita tributária líquida foi de R\$ 33,33 bilhões em 2024 (R\$ 28,62 bilhões em 2023).

Composição da Receita Tributária, incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa (R\$ milhões)

RECEITA TRIBUTÁRIA	2024		2023		VARIÇÃO DA RECEITA BRUTA 2024/2023	VARIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA 2024/2023
	RECEITA BRUTA	RECEITA LÍQUIDA	RECEITA BRUTA	RECEITA LÍQUIDA		
Impostos	50.857,96	31.076,03	43.782,45	26.625,74	16,2%	16,7%
ICMS	42.729,14	25.608,23	36.269,95	21.579,15	17,8%	18,7%
IRRF	2.999,86	2.999,69	2.770,85	2.770,65	8,3%	8,3%
IPVA	4.078,23	1.630,45	3.786,28	1.513,90	7,7%	7,7%
ITCMD	1.050,73	837,67	955,38	762,04	10,0%	9,9%
Demais	-	-	0,0007	-	-100,0%	-
Taxas	2.258,02	2.255,66	1.992,18	1.989,75	13,3%	13,4%
Exercício do Poder de Polícia	1.260,11	1.259,91	1.168,76	1.168,55	7,8%	7,8%
Prestação de Serviços	997,90	995,75	823,42	821,20	21,2%	21,3%
TOTAL	53.115,98	33.331,69	45.774,63	28.615,50	16,0%	16,5%

ICMS

A arrecadação bruta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), incluindo multas, juros e dívida ativa desse imposto, atingiu o montante de R\$ 42,73 bilhões em 2024.

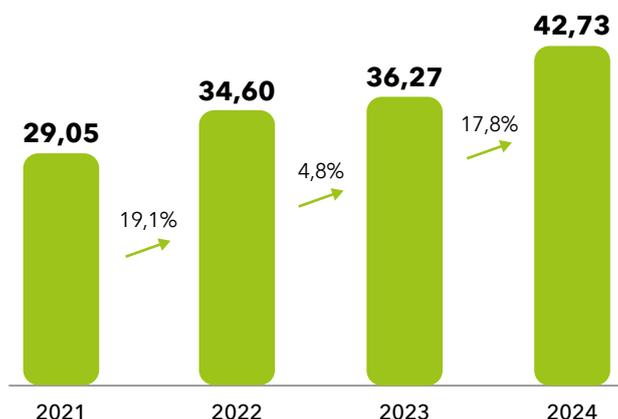
Na comparação com 2023, houve um incremento de R\$ 6,46 bilhões na arrecadação bruta de ICMS (17,8%). Considerando a inflação do período, o acréscimo real foi de R\$ 4,71 bilhões (12,4%).

O bom resultado do ano teve influência, principalmente, do crescimento econômico, da inflação e do esforço fiscal, assim como do Programa de Recuperação de Créditos Ampliado (Recupera+), aprovado pela Lei nº 18.819/2024. Esse programa autorizou a regularização de débitos tributários relativos ao ICMS, com redução de juros e multas, garantindo uma arrecadação extra aos cofres públicos de R\$ 1,4 bilhão⁸.

⁸ Ofício nº 19/2025 SEF/DIAT - Processo SEF nº 0000499/2025.

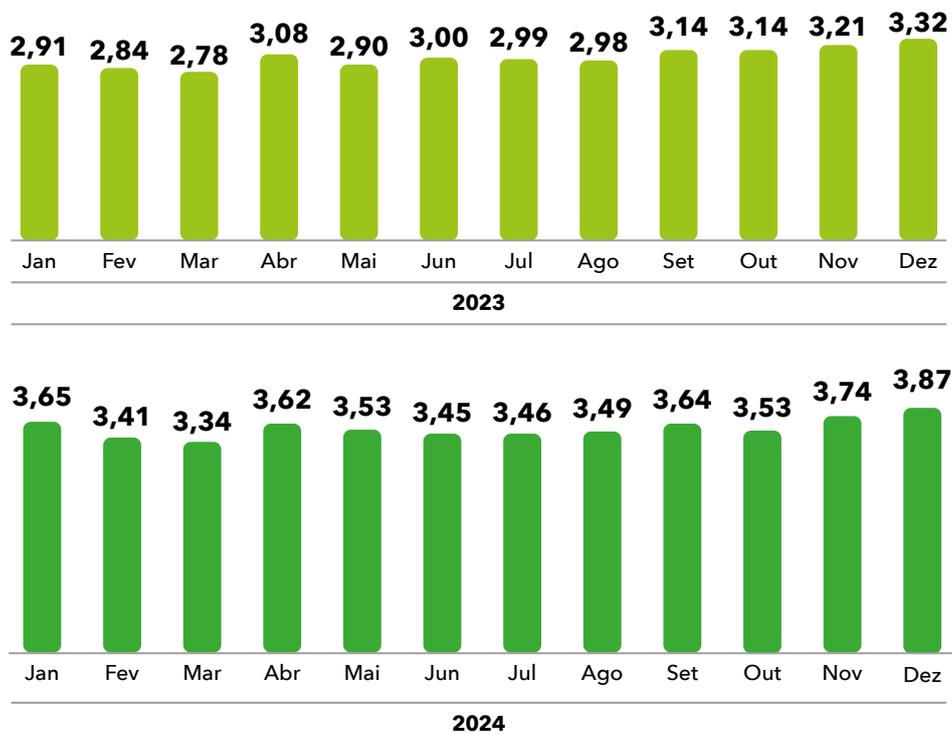
O resultado do desempenho da arrecadação do ICMS do ano teve também grande participação dos setores de combustíveis (alta nominal de 28,4%), agroindústrias (23,2%), transporte (19,1%), automotivo (19%) e medicamentos (17,6%).

Receita Bruta de ICMS (R\$ bilhões)



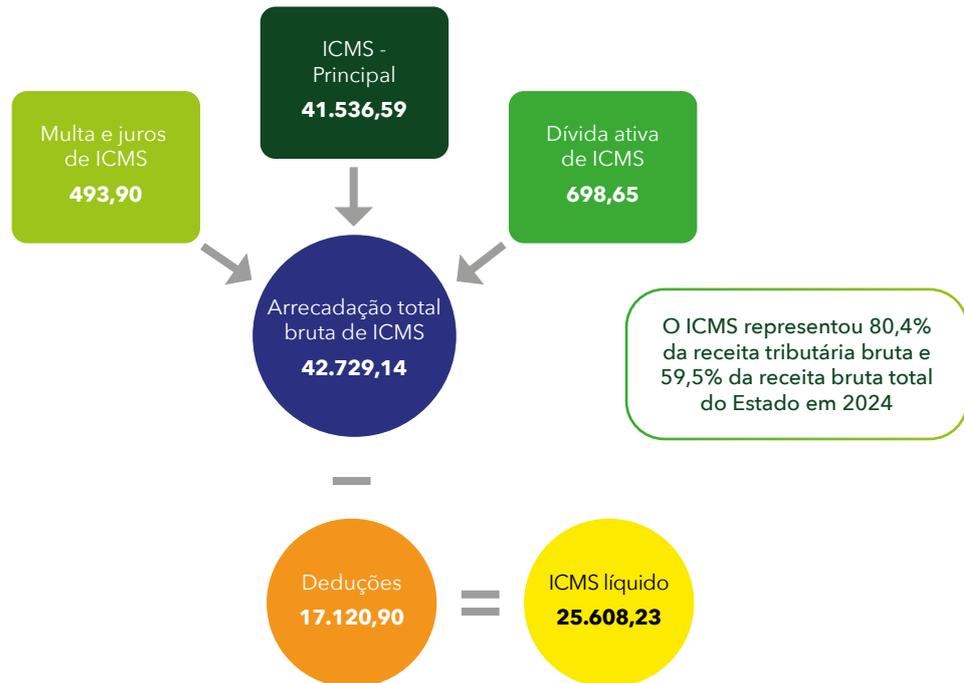
Em 2024 houve um crescimento notável na arrecadação mensal de ICMS em relação ao ano anterior. A maior arrecadação mensal de ICMS de 2024 foi observada no mês de dezembro (R\$ 3,87 bilhões) e a menor no mês de março (R\$ 3,34 bilhões).

Arrecadação Mensal de ICMS (R\$ bilhões)



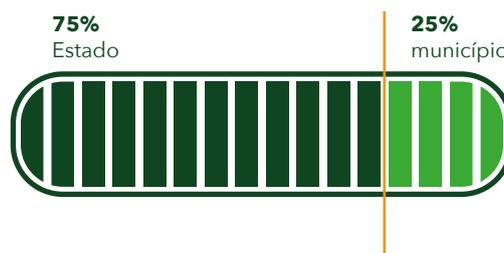
Do valor total arrecadado com ICMS, 2,8% referem-se à arrecadação de multa, juros e dívida ativa (R\$ 1,19 bilhão).

Arrecadação de ICMS em 2024 (R\$ milhões)



Do valor total de ICMS arrecadado, 75% pertencem ao Estado e 25% aos municípios catarinenses. Do montante que compete a cada ente (Estado e município), 20% vão diretamente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e são redistribuídos para esses entes aplicarem no atendimento à educação básica, que abrange tanto a rede estadual quanto a rede municipal de ensino.

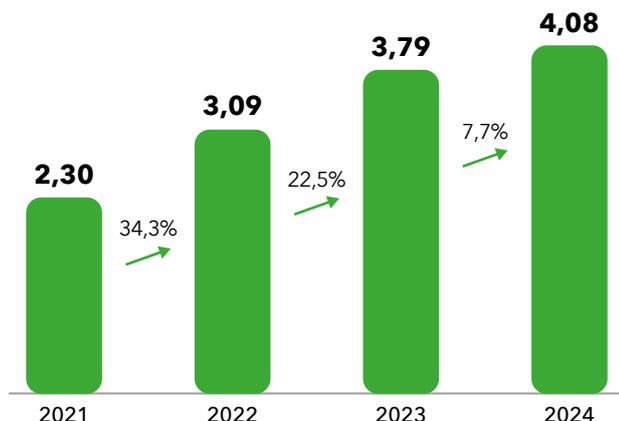
ICMS



IPVA

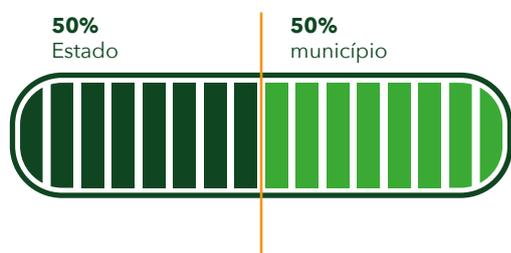
O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) foi o segundo imposto com a maior arrecadação bruta em 2024 e totalizou R\$ 4,08 bilhões. Quando comparada ao ano anterior, a receita do IPVA do Estado registrou um acréscimo nominal de 7,7%. Nesse montante estão considerados o valor principal do imposto, as multas, os juros e a cobrança da dívida ativa.

Receita Bruta de IPVA (R\$ bilhões)



Do valor total arrecadado com IPVA, metade pertence ao Estado e a outra metade ao município onde o veículo está licenciado. Do montante que compete a cada ente (Estado e município), 20% vão diretamente para o Fundeb, que financia a educação básica.

IPVA



A alíquota do IPVA em Santa Catarina é de 2% para carros e utilitários nacionais ou estrangeiros, e de 1% para motocicletas e similares, veículos usados no transporte de carga ou passageiros, bem como os destinados à locação.

Em 2024 a frota de veículos registrados no Estado chegou a 6.197.632 veículos (3,9% a mais do que em 2023).

VEÍCULOS	REGISTRADOS EM 2024	REGISTRADOS EM 2023
Automóvel	4.306.367	4.157.727
Motocicleta	1.301.258	1.249.067
Reboque	288.688	267.732
Caminhão	254.349	244.970
Ônibus	34.739	33.845
Motor-casa	7.808	6.805
Trator	4.001	3.829
Outros	422	420
TOTAL	6.197.632	5.964.395

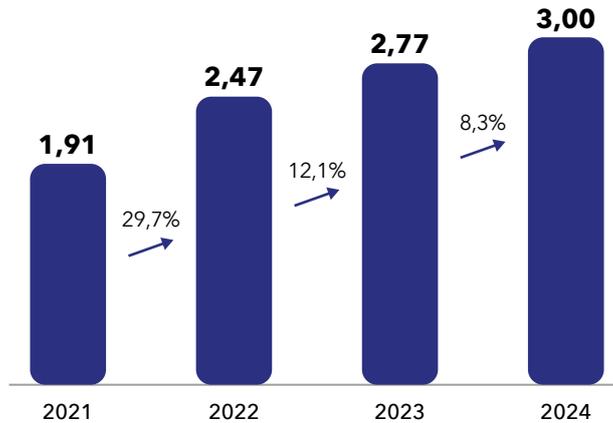
<https://www.detran.sc.gov.br/transparencia/estatisticas/historico-de-frota/>

IRRF

O imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre rendimentos pagos pelo Estado, suas autarquias e fundações são contabilizados como receitas tributárias, conforme previsto no art. 157, inciso I, da Constituição Federal.

A arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) da folha de pagamento dos servidores estaduais e dos pagamentos a fornecedores cresceu R\$ 229,02 milhões em 2024, totalizando uma receita de R\$ 3 bilhões. O crescimento observado, em parte, é oriundo das medidas adotadas pelo Governo do Estado que ampliaram os casos passíveis de retenção do imposto no pagamento a fornecedores de bens e serviços, contudo sem aumentar impostos.

Receita Bruta de Imposto de Renda (R\$ bilhões)



A receita de IRRF representou 4,2% da receita bruta total de 2024

ITCMD

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide sobre a transferência de bens decorrentes de doações, heranças ou diferenças de partilha. No caso de bens imóveis (e respectivos direitos), o ITCMD é pago ao Estado de Santa Catarina quando esses bens são situados no seu território. Já para bens móveis, títulos, direitos e créditos, o imposto é devido quando o inventário ou arrolamento se processar no Estado ou quando o doador ou o donatário (quem recebe a doação) tiver domicílio em Santa Catarina.

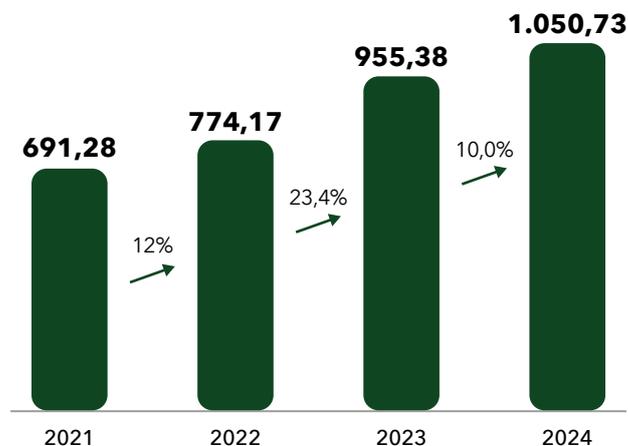
Em 2024 o ITCMD atingiu o montante de R\$ 1,05 bilhão de arrecadação bruta, valor que inclui multas, juros e cobrança de dívida ativa. O valor arrecadado no ano foi 10% superior a 2023.

O desempenho da arrecadação do ITCMD nos últimos anos é resultado de medidas implementadas e da ampliação da presença fiscal, que tem gerado incremento substancial nos recolhimentos espontâneos.

A Lei nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, prevê alíquotas que variam de 1% a 8% sobre a base de cálculo do imposto. Em 2024 o Estado reduziu de 8% para 7% a alíquota cobrada nas transmissões não onerosas (quando não há compra e venda) envolvendo pessoas sem relação de parentesco ou com parentesco colateral, ou seja, irmãos, tios, primos e sobrinhos de uma mesma família. Além disso, foi ampliado o prazo de parcelamento do imposto. Até 2023 os contribuintes podiam parcelar o imposto declarado em no máximo 12 prestações. Em 2024 foi regulamentado o parcelamento em até 48 vezes, facilitando o pagamento do imposto e a regularização de doações ou heranças.

A Secretaria de Estado da Fazenda instaurou 1.214 processos administrativos fiscais voltados à fiscalização de 1.443 contribuintes do ITCMD em 2024.

Receita Bruta de ITCMD (R\$ milhões)



A receita de ITCMD representou 1,5% da receita bruta total de 2024

Taxas

Em 2024 a arrecadação bruta com as taxas, considerando a cobrança também de multas, juros e dívida ativa, foi de R\$ 2,26 bilhões (R\$ 1,99 bilhão em 2023), o equivalente a 4,3% da receita tributária bruta e 3,1% da receita bruta total. Em comparação com 2023, a arrecadação com taxas cresceu 13,3%.

Do valor total das taxas cobradas em 2024, 60,9% referem-se ao Poder Executivo e 39,1% ao Poder Judiciário.

As principais taxas estaduais são provenientes do exercício do poder de polícia (como as taxas de inspeção, controle e fiscalização) e da prestação de serviços públicos (como as taxas judiciárias).

Entre os serviços sujeitos ao pagamento de taxas estão, por exemplo, licenciamentos, alvarás e certidões. A transferência de veículos também requer o pagamento de taxa. Essas cobranças servem para remunerar os atendimentos que o Estado presta ou coloca à disposição do cidadão, seja em serviços diretos, seja em serviços de fiscalização.

Composição da Receita Bruta Arrecadada com Taxas em 2024 (R\$ milhões)

TAXAS	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.260,09	0,02	1.260,11
Atos da Segurança Pública	1.161,90	-	1.161,90
Taxa de Fiscalização Ambiental	33,91	-	33,91
Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Gás Canalizado	20,11	-	20,11
Taxa de Fiscalização do Transporte Intermunicipal de Passageiros	12,83	-	12,83
Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Saneamento Básico	11,64	-	11,64
Taxa de Prevenção Contra Sinistro	5,29	-	5,29
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	4,63	-	4,63
Atos de Infraestrutura - SIE	2,97	-	2,97
Atos da Administração em Geral	2,29	-	2,29
Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4,53	0,02	4,55
Taxas pela Prestação de Serviços	115,57	882,33	997,90
Taxa de Registro do Contrato de Veículo	82,09	-	82,09
Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental	29,20	-	29,20
Taxa de Segurança Preventiva	2,09	-	2,09
Atos de Transportes e Terminais - SIE	1,01	-	1,01
Taxas Judiciais	-	422,14	422,14
Taxas Extrajudiciais	-	342,51	342,51
Renda Líquida de Serviços Extrajudiciais Vagos	-	117,68	117,68
Outras Taxas de Prestação de Serviços	1,18	-	1,18
TOTAL	1.375,67	882,35	2.258,02

Transferências Correntes

As transferências correntes⁹ brutas recebidas pelo Estado representaram 14,3% da receita bruta de 2024, totalizando R\$ 10,93 bilhões.

As transferências correntes da União corresponderam a 45,9% do valor total recebido a título de transferências correntes e totalizaram R\$ 5,02 bilhões. Esse valor foi 1,7% menor do que o valor bruto recebido em 2023 (R\$ 5,10 bilhões).

⁹ As transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

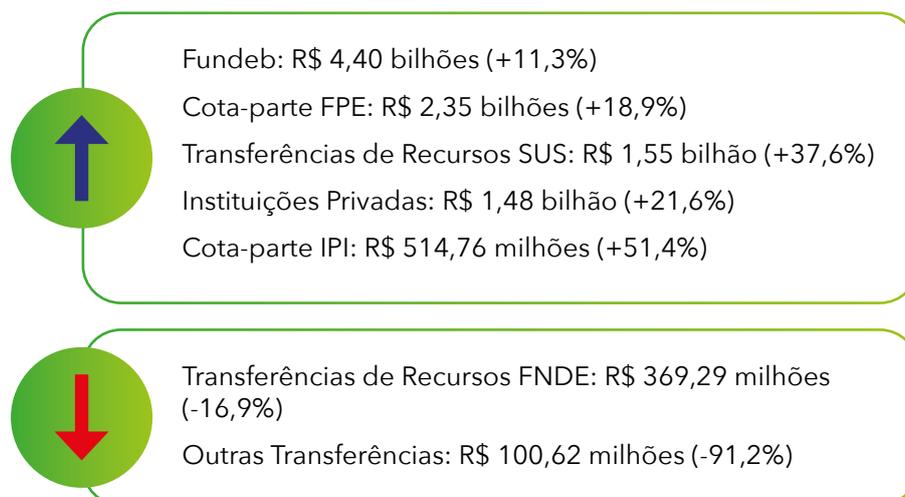
Transferências Correntes (R\$ milhões)

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2024		2023		VARIÇÃO BRUTA 2024/2023
	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO	
INTERGOVERNAMENTAIS	9.444,81	8.760,08	9.083,37	8.312,31	4,0%
União	5.015,88	4.331,15	5.100,48	4.329,42	-1,7%
Cota-parte FPE	2.347,42	1.877,94	1.973,88	1.579,10	18,9%
Cota-parte IPI	514,76	308,86	339,89	203,94	51,4%
Cota-parte CIDE	37,33	28,00	5,29	3,97	605,7%
Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais	55,83	55,83	38,60	38,60	44,6%
Transferências de Recursos Sistema Único de Saúde (SUS)	1.545,85	1.545,85	1.123,45	1.123,45	37,6%
Transferências de Recursos Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	369,29	369,29	444,31	444,31	-16,9%
Transferências de Recursos Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	4,79	4,79	2,23	2,23	114,6%
Convênios	39,99	39,99	33,14	33,14	20,7%
Outras Transferências	100,62	100,62	1.139,68	900,68	-91,2%
Municípios	29,09	29,09	30,50	30,50	-4,6%
Convênios Municípios	28,66	28,66	30,50	30,50	-6,0%
Outras Transferências Municípios	0,43	0,43	-	-	100,0%
Multigovernamentais	4.399,84	4.399,84	3.952,39	3.952,39	11,3%
Fundeb	4.399,84	4.399,84	3.952,39	3.952,39	11,3%
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.482,77	1.482,69	1.219,49	1.219,43	21,6%
Transferências Instituições Privadas	1.482,77	1.482,69	1.219,49	1.219,43	21,6%
PESSOAS	0,04	0,04	0,14	0,14	-71,5%
TOTAL	10.927,62	10.242,81	10.302,99	9.531,88	6,1%

Do valor total recebido das transferências correntes (FPE, CIDE, IPI e ICMS - desoneração), R\$ 546,70 milhões foram destinados ao Fundeb e R\$ 138,02 milhões aos municípios.



Destaques das Transferências Correntes de 2024 comparadas com 2023:



O maior valor registrado em transferências correntes em 2024 foi de R\$ 4,40 bilhões, proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundeb é um fundo de natureza contábil de âmbito estadual que, para cumprir a sua finalidade, conta com recursos provenientes de impostos e transferências do Estado e de seus municípios. Santa Catarina e seus municípios contribuem para a composição do Fundeb com o equivalente a 20% das receitas dos seguintes impostos e transferências constitucionais e legais: FPE, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ICMS, IPI Exportação, ITCMD, IPVA, Cota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios, além de receitas da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos relacionados. Os valores depositados no Fundeb são divididos entre o Estado e os municípios na proporção do número de alunos atendidos na educação básica das respectivas redes de ensino. Os municípios recebem os recursos com base no número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental. Já o Estado recebe de acordo com o número de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio.

O valor de R\$ 4,40 bilhões registrado em transferências correntes no ano de 2024 representa o retorno do Fundeb para Santa Catarina, sendo 11,3% superior ao montante recebido em 2023. Mesmo assim, o Estado recebeu R\$ 3,20 bilhões a menos do que o total de suas transferências ao Fundeb em 2024. Essa diferença – que não retornou ao Tesouro Estadual – foi distribuída entre os municípios catarinenses para o desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem em Santa Catarina.

A cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) é a transferência corrente mais significativa recebida da União. Calculada com base na arrecadação do Governo Federal, essa transferência teve um aumento de 18,9% em 2024, totalizando R\$ 2,35 bilhões recebidos no ano.

Entre as transferências correntes da União que tiveram acréscimo em 2024 destacam-se as Transferências de Recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2024 o Estado recebeu R\$ 1,55 bilhão (R\$ 422,39 milhões a mais que em 2023).

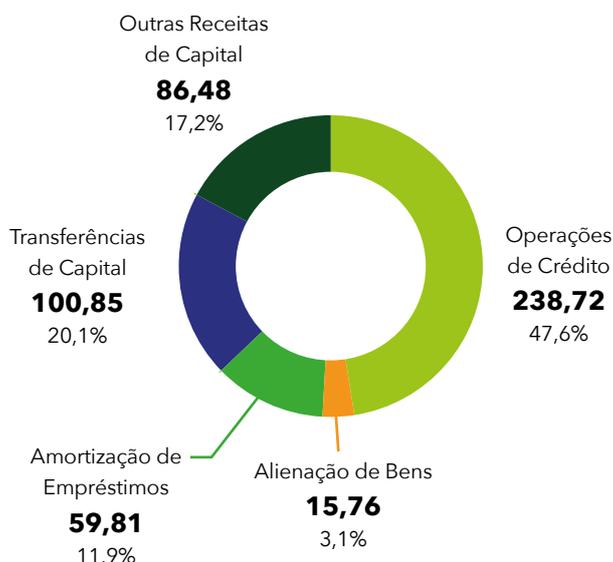
Quanto às transferências correntes de instituições privadas, que totalizaram R\$ 1,48 bilhão, destacam-se R\$ 989,82 milhões oriundos do Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL) e R\$ 350,52 milhões provenientes do Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação (FUMDES).

A redução de 91,2% nas Outras Transferências provém principalmente da redução da transferência referente à compensação aos cofres públicos das perdas de arrecadação, no ano de 2022, causadas pelo impacto da Lei Complementar nº 194/2022. O acordo homologado previa a compensação para Santa Catarina de R\$ 298,75 milhões em 2023, R\$ 597,50 milhões em 2024 e R\$ 298,75 milhões em 2025, porém o Estado recebeu antecipadamente, em 2023, R\$ 597,50 milhões que estavam previstos para serem recebidos em 2024. Assim, a receita de compensação de ICMS recebida em 2023 por Santa Catarina foi de R\$ 896,25 milhões e em 2024 não houve recebimentos dessa natureza.

Receitas de Capital

As receitas orçamentárias de capital totalizaram R\$ 501,64 milhões em 2024, o que representa 0,7% do total da receita bruta realizada pelo Estado (R\$ 71,85 bilhões). Esse valor corresponde a um acréscimo de 232,3% em relação ao ano anterior, quando foram arrecadados R\$ 150,97 milhões.

Receita Bruta de Capital por Origem (R\$ milhões)



As receitas de capital mais representativas em 2024 foram as operações de crédito, que totalizaram R\$ 238,72 milhões, o equivalente a 47,6% do total das receitas de capital. A maior parte dessas receitas (R\$ 165,06 milhões) refere-se ao empréstimo para o Programa Estrada Boa, seguida por R\$ 59,35 milhões do Programa Novos Rumos. Ambas as operações foram contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme autorizado pela Lei nº 17.186, de 3 de julho de 2017, e os recursos devem ser destinados à implantação, pavimentação ou restauração de rodovias estaduais. Também compõem as operações de crédito R\$ 14,31 milhões referentes à Operação de Crédito Externa para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina (Profisco II) contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tem o objetivo principal de aprimorar a gestão fiscal do Estado.

As Outras Receitas de Capital totalizaram R\$ 86,48 milhões (17,2% do total das receitas de capital) e são provenientes dos saques de depósitos judiciais de terceiros, com base na Emenda Constitucional nº 94, cujo objetivo é a utilização desses recursos para o pagamento de precatórios devidos pelo Estado.

Já as Transferências de Capital cresceram 56,6% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 100,85 milhões. A maior parte dessas receitas é proveniente da União, tais como Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (R\$ 54,70 milhões), Transferências de Convênios (R\$ 17,71 milhões) e Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde (R\$ 10,24 milhões), entre outras.

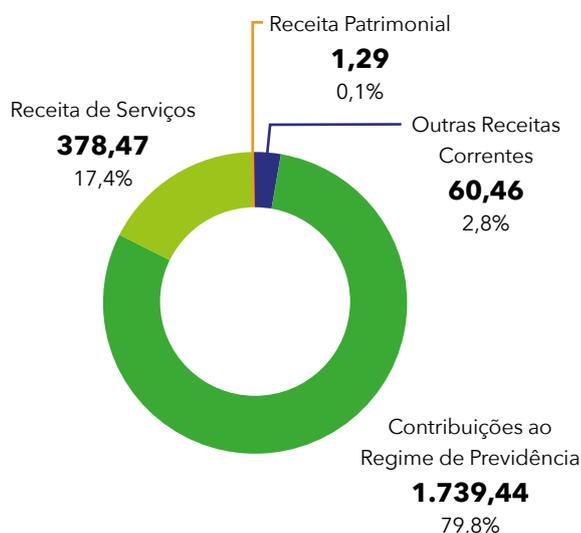
As receitas com Amortização de Empréstimos (R\$ 59,81 milhões) são provenientes da amortização de financiamentos (financiamento habitacional, dívida ativa, etc.) e de empréstimos contratuais concedidos pelo Estado.

Receitas Intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias são aquelas que resultam do pagamento de despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, ou seja, no âmbito da mesma esfera de governo. Decorrem da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos.

Em 2024 as receitas intraorçamentárias somaram R\$ 2,18 bilhões, o que representa 3,0% da receita bruta total.

Receitas Intraorçamentárias de 2024 (R\$ milhões)



A parte mais representativa das receitas intraorçamentárias (79,8%) refere-se à receita proveniente de contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público civil ativo, no valor de R\$ 1,74 bilhão, assim distribuída:

Participação na Receita da Contribuição Patronal (R\$ milhões)

PODER/ÓRGÃO	VALOR
Executivo	1.240,67
Tribunal de Justiça	338,95
Ministério Público	94,89
Tribunal de Contas	38,61
Assembleia Legislativa	26,33
TOTAL	1.739,44

As receitas intraorçamentárias de serviços totalizaram R\$ 378,47 milhões e agregam as receitas decorrentes da contribuição dos servidores públicos destinadas ao custeio da assistência à saúde suplementar do servidor. Outras receitas também foram registradas nas receitas intraorçamentárias correntes, como indenizações, restituições e ressarcimentos, além das receitas patrimoniais.

Desconsiderando as receitas intraorçamentárias, o valor bruto arrecadado pelo Estado em 2024 foi de R\$ 69,67 bilhões e o valor líquido foi de R\$ 49,16 bilhões.

Participação dos Poderes e Órgãos nas Receitas do Estado

Antes de analisar as despesas públicas, é importante destacar que parte da receita arrecadada pelo Poder Executivo deve ser repassada aos Poderes e órgãos autônomos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estadual – Lei nº 18.674/2023 – estabeleceu limites percentuais para a fixação de despesas em relação à Receita Líquida Disponível (RLD)¹⁰. Esses limites servem de base para a elaboração e execução do orçamento de 2024 dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Além disso, o Poder Executivo também deve efetuar repasses em montante equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) da RLD ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

O valor repassado aos Poderes e órgãos no ano de 2024 totalizou R\$ 7,30 bilhões com base na RLD apurada de dezembro de 2023 a novembro de 2024. Esse montante representa um aumento de 16,8% em relação ao valor repassado em 2023.

10 A RLD corresponde ao total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de: taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; transferências voluntárias ou doações recebidas; compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores; cota-parte do Salário-Educação; cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); cota-parte da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos; e recursos recebidos do Fundeb.

ENTIDADE	PERCENTUAIS DE DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	REPASSE (R\$ MILHÕES)	
		2024	2023
Tribunal de Justiça	9,41%	3.089,17	2.665,29
Assembleia Legislativa	4,34%	1.424,76	1.229,26
Ministério Público	3,98%	1.306,58	1.127,30
Udesc	2,49%	817,43	705,27
Tribunal de Contas	1,83%	600,76	470,18
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%	55,81	48,15
TOTAL	22,05%	7.294,52	6.245,45

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Lei nº 18.674/2023

DESPESAS

O valor total autorizado para a execução das despesas de todos os Poderes e órgãos do Estado em 2024 foi de R\$ 59,52 bilhões, conforme as leis e os instrumentos que regulamentaram a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

Esse montante é composto pela despesa fixada inicialmente na LOA, no total de R\$ 48,03 bilhões, acrescido dos créditos adicionais¹¹ ao orçamento, no valor de R\$ 11,49 bilhões.

11 Os créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses créditos podem ser:

- I. suplementares: constituem o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;
- II. especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou
- III. extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:

- I. superávit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;
- II. excesso de arrecadação;
- III. operações de crédito; ou
- IV. anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

Despesa Autorizada x Despesa Executada em 2024 (R\$ milhões)

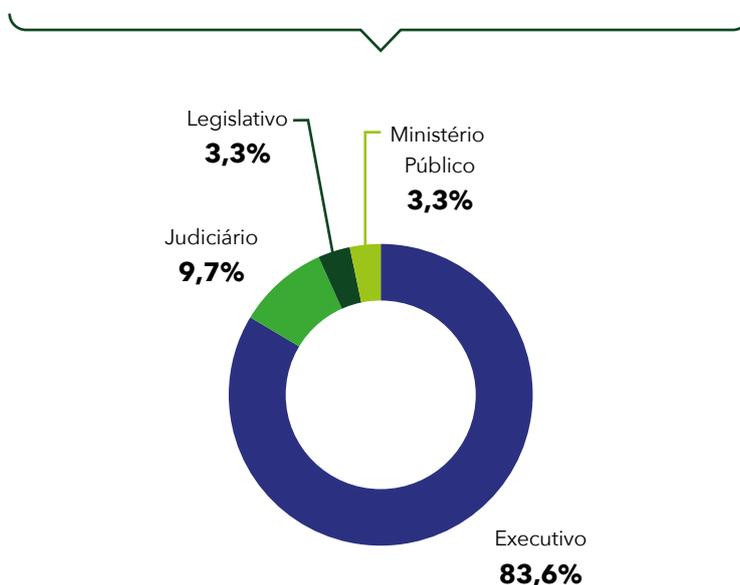
DESPESAS	FIXADA A	CRÉDITOS ADICIONAIS B	AUTORIZADA C = (A+B)	EXECUÇÃO D	% EXECUTADO D/C	% COMPOSIÇÃO DA DESPESA TOTAL EXECUTADA
Correntes	41.478,44	9.633,75	51.112,20	44.088,48	86,3%	88,7%
Pessoal e Encargos Sociais	27.140,71	5.555,22	32.695,93	27.855,79	85,2%	56,0%
Juros e Encargos da Dívida	906,45	561,47	1.467,91	1.099,27	74,9%	2,2%
Outras Despesas Correntes	13.431,28	3.517,07	16.948,36	15.133,42	89,3%	30,4%
Capital	6.552,71	1.857,80	8.410,51	5.623,75	66,9%	11,3%
Investimentos	4.736,44	1.980,25	6.716,69	4.406,61	65,6%	8,9%
Inversões Financeiras	281,04	(9,72)	271,32	258,90	95,4%	0,5%
Amortização da Dívida	1.535,23	(112,74)	1.422,50	958,23	67,4%	1,9%
Reserva de Contingência	1,00	-	1,00	-	0,0%	-
TOTAL	48.032,16	11.491,55	59.523,71	49.712,23	83,5%	100,0%

Do total das despesas autorizadas, que somaram R\$ 59,52 bilhões, foram executados R\$ 49,71 bilhões (83,5%), considerando todos os Poderes e o Ministério Público. O Poder Executivo destinou R\$ 41,58 bilhões a diversas áreas, como saúde, educação, segurança pública, defesa e proteção civil, desenvolvimento social, previdência, agricultura, esporte, entre outras.

A tabela a seguir demonstra os valores aplicados por cada Poder e pelo Ministério Público.

Despesas por Poder e Órgão Constitucional (R\$ milhões)

DESPESA	EXECUTIVO	JUDICIÁRIO	LEGISLATIVO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	21.814,14	3.643,66	1.144,01	1.253,98	27.855,79
Outras Despesas Correntes	13.278,94	1.051,35	476,92	326,22	15.133,42
Investimentos e Inversões Financeiras	4.429,95	131,04	22,79	81,74	4.665,52
Amortização e Encargos da Dívida	2.057,50	-	-	-	2.057,50
TOTAL	41.580,52	4.826,05	1.643,72	1.661,93	49.712,23



As despesas intraorçamentárias, que são despesas decorrentes de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, totalizaram R\$ 2,19 bilhões em 2024, o equivalente a 4,4% das despesas do ano.

A parte mais representativa delas (84,4%) refere-se a despesas com pessoal e encargos sociais, que engloba a contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais, a contribuição do plano de saúde dos servidores, entre outras despesas.

Despesas Intraorçamentárias de 2024 (R\$ milhões)

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	VALOR	ANÁLISE VERTICAL
Investimentos	5,92	0,3%
Outras Despesas Correntes	334,80	15,3%
Pessoal e Encargos Sociais	1.848,32	84,4%
TOTAL	2.189,04	100,0%

Despesa Total Executada

Considerando todos os Poderes e órgãos do Estado, a despesa total em 2024 atingiu R\$ 49,71 bilhões, o que representa um crescimento de 13,2% em relação a 2023 (R\$ 43,93 bilhões).

As despesas correntes, que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos, incluem itens como folha de pagamento e encargos, materiais de consumo e serviços contratados, além de encargos e juros da dívida pública. No ano de 2024, essas despesas somaram R\$ 44,09 bilhões, um crescimento de 10,8% na comparação com 2023 (R\$ 39,80 bilhões). Dentro desse grupo, a despesa com pessoal e encargos sociais foi a mais representativa, registrando um acréscimo de 7,6% (R\$ 27,86 bilhões em 2024 e R\$ 25,88 bilhões em 2023).

As despesas de capital também apresentaram um aumento significativo de 36,3%, passando de R\$ 4,13 bilhões em 2023 para R\$ 5,62 bilhões em 2024. Essas despesas contribuem diretamente para a construção ou aquisição de prédios, veículos e outros bens duráveis, para a realização de obras públicas ou para o pagamento do principal da dívida pública. O acréscimo nessas despesas em 2024 decorreu principalmente do aumento de 62,2% nos investimentos, o equivalente a R\$ 1,69 bilhão a mais que em 2023.

Levando-se em consideração somente o Poder Executivo, verificou-se um aumento de 13,1% na comparação com o ano anterior. O crescimento das despesas do Poder Executivo em 2024 concentrou-se, principalmente, nas despesas de custeio e manutenção dos serviços públicos (R\$ 2,18 bilhões), seguidas de investimentos (R\$ 1,53 bilhão) e despesas com pessoal e encargos (R\$ 1,17 bilhão).

Despesa Executada (R\$ milhões)

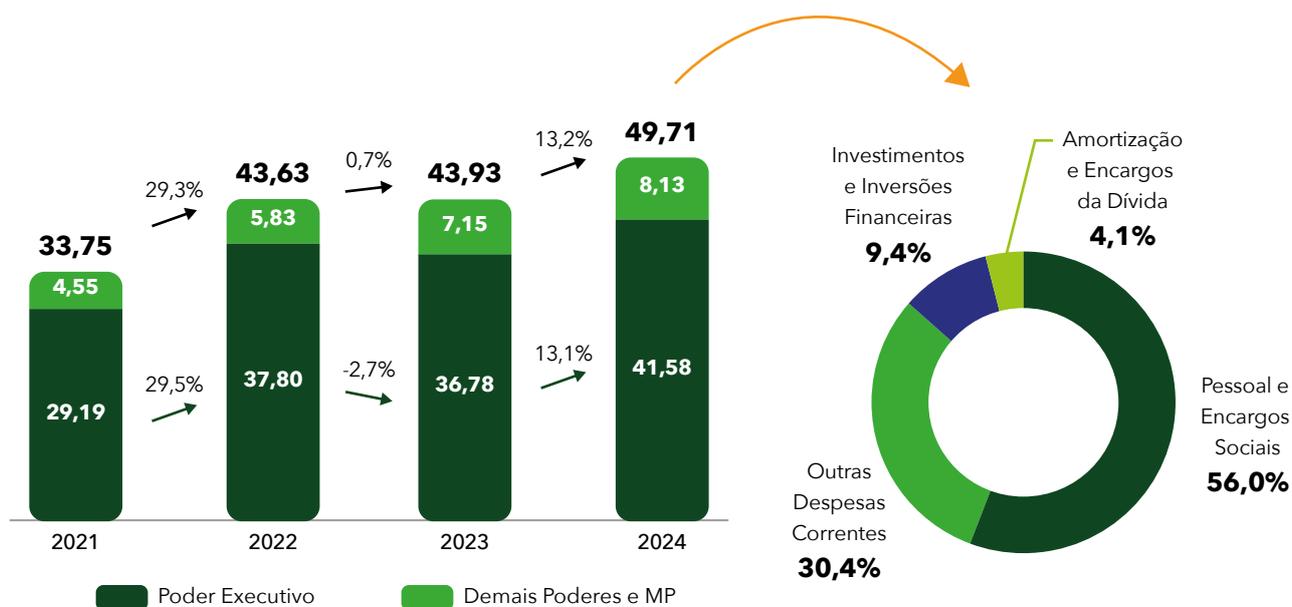
DESPESAS	2024	2023	VARIAÇÃO DA DESPESA
Despesas Correntes	44.088,48	39.800,05	10,8%
Pessoal e Encargos Sociais	27.855,79	25.878,71	7,6%
Juros e Encargos da Dívida	1.099,27	1.124,21	-2,2%
Outras Despesas Correntes	15.133,42	12.797,13	18,3%
Despesas de Capital	5.623,75	4.127,25	36,3%
Investimentos	4.406,61	2.717,13	62,2%
Inversões Financeiras	258,90	393,94	-34,3%
Amortização da Dívida	958,23	1.016,17	-5,7%
TOTAL	49.712,23	43.927,30	13,2%

Do total da despesa executada por todos os Poderes e órgãos do Estado no ano de 2024 (R\$ 49,71 bilhões), R\$ 27,86 bilhões (56,0%) referem-se às despesas de pessoal e encargos sociais, que abrangem os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Para as despesas com manutenção e custeio dos serviços públicos (outras despesas correntes) foram destinados R\$ 15,13 bilhões (30,4% da despesa total), seja de forma direta, seja por meio de transferências para outras instituições – públicas e privadas.

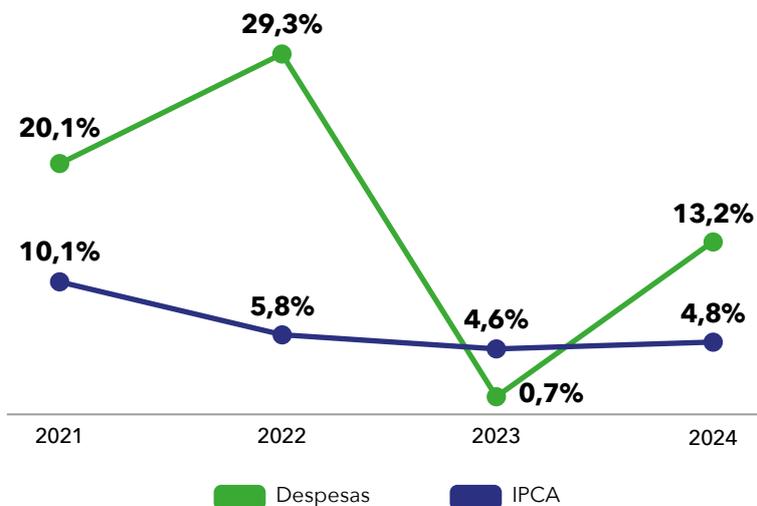
Os investimentos públicos e as inversões financeiras somaram R\$ 4,67 bilhões e representaram 9,4% do total das despesas estaduais no ano. Os valores aplicados nesse grupo estão detalhados mais adiante em tópico específico.

O valor da despesa total com os serviços da dívida pública chegou a R\$ 2,06 bilhões, sendo 46,6% referentes à amortização do valor principal e 53,4% referentes a juros e encargos de empréstimos tomados pelo Estado. Os serviços da dívida representaram 4,1% do total das despesas de Santa Catarina no ano.

Despesas Totais Executadas (R\$ bilhões)



Variação da Despesa x IPCA (%)



Do total empenhado pelo Estado em 2024, R\$ 4,66 bilhões foram transferidos para serem aplicados por outros entes e entidades.

Transferências por Modalidade (R\$ milhões)

MODALIDADE	2024	2023	VARIAÇÃO 2024/2023
20 - Transferências à União	0,11	0,61	-82,4%
40 - Transferências a Municípios	1.649,99	968,52	70,4%
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	827,31	343,09	141,1%
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	266,04	246,44	8,0%
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.711,55	1.611,00	6,2%
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	178,79	87,90	103,4%
70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	2,95	0,32	828,6%
72 - Execução Orçamentária Delegada aos Consórcios Públicos	20,92	11,95	75,1%
TOTAL	4.657,65	3.269,83	42,4%

O valor mais significativo destinou-se às entidades sem fins lucrativos, totalizando R\$ 1,71 bilhão. Desse montante, 74,7% foram aplicados na área da saúde, especificamente em assistência hospitalar e ambulatorial, beneficiando hospitais, fundações, institutos, associações hospitalares e outras entidades.

Outro destaque em 2024 foi o repasse de R\$ 1,65 bilhão aos municípios catarinenses. Desse valor, 65,0% (R\$ 1,07 bilhão) foram alocados na função Transporte, sendo direcionados a investimentos na melhoria da mobilidade urbana, aquisição de equipamentos rodoviários, entre outros. Comparado ao exercício de 2023 (R\$ 968,52 milhões), o valor transferido aos municípios teve um aumento de 70,4%.

As transferências aos municípios na modalidade fundo a fundo, destinadas ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde, registraram um crescimento expressivo de 141,1% em 2024, totalizando R\$ 827,31 milhões.

A análise a seguir detalha as despesas por função, apresentando os recursos aplicados pelo Governo do Estado em suas áreas de atuação, como educação, saúde, segurança pública e outras, assim como na previdência social de seus servidores.

Despesa Executada por Área de Atuação Governamental

Despesa Total: R\$ 49,71 bilhões

R\$ bilhões



Pessoal e Encargos Sociais

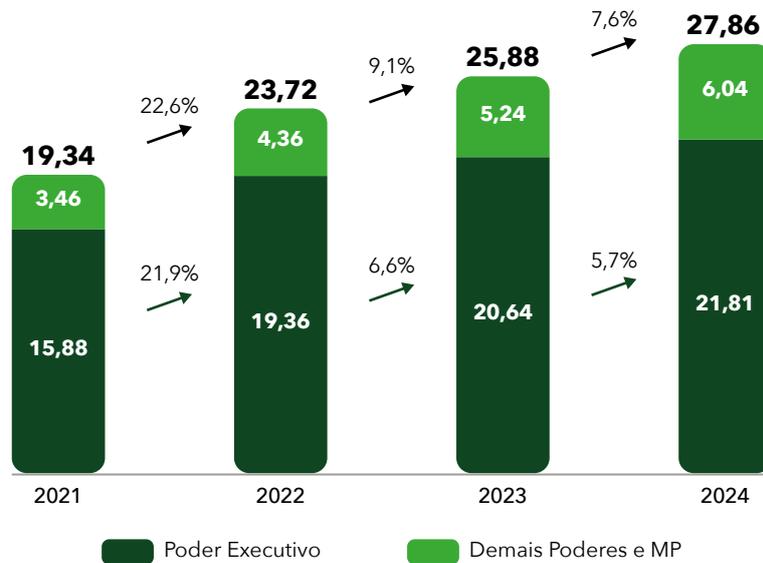
Tendo em vista as atividades inerentes ao poder público relacionadas ao atendimento e à disponibilização de serviços aos cidadãos em áreas como saúde, educação, segurança, direitos da cidadania, desenvolvimento social, agricultura, infraestrutura e mobilidade, arrecadação e controle dos recursos públicos, entre outras, a maior despesa do Estado é com pessoal¹².

Os servidores públicos são o elo entre o Governo e a sociedade, desempenhando um papel fundamental na organização política estadual e na execução das políticas públicas, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

No ano de 2024, as despesas com pessoal e encargos de todos os Poderes e órgãos estaduais representaram 56,0% das despesas executadas, totalizando R\$ 27,86 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 7,6% em relação a 2023.

¹² São despesas com pessoal os gastos com ativos, inativos e pensionistas, classificados no grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais.

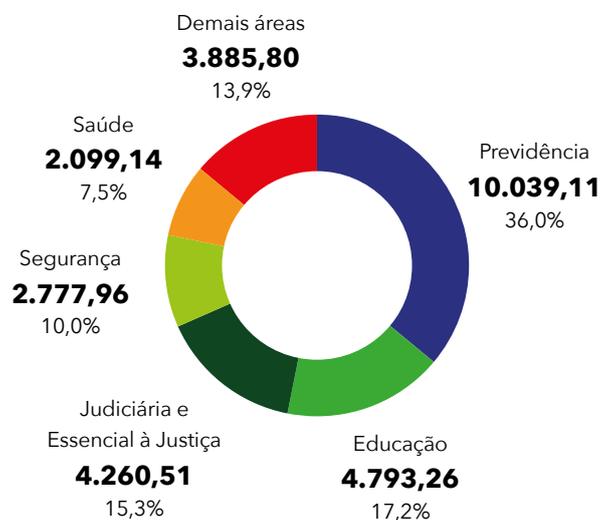
Despesa com Pessoal (R\$ bilhões)



Considerando-se somente as despesas de pessoal do Poder Executivo, verificou-se um crescimento de 5,7% (R\$ 1,18 bilhão) em 2024. A maior parte do valor acrescido na folha de pagamento do Poder Executivo ocorreu nas áreas de Educação (R\$ 580,67 milhões) e Previdência dos Servidores Estaduais (R\$ 230,99 milhões). Do valor acrescido na Educação, cerca de R\$ 265 milhões são provenientes da reclassificação contábil dos benefícios assistenciais.

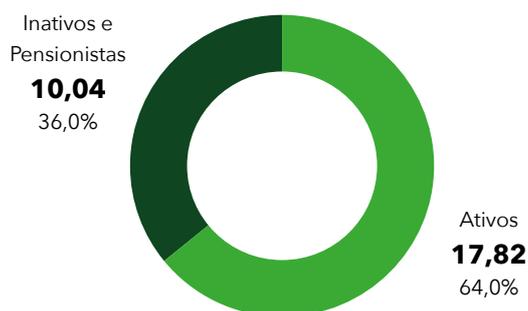
O crescimento vegetativo da folha tem sido controlado com base nas ações estabelecidas no Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc), que já está em sua segunda etapa (Pafisc II), conforme a Resolução GGG nº 15/2024. Essas medidas objetivam minimizar o aumento da despesa de pessoal do Poder Executivo, e entre elas constam suspensão de aumentos, reajustes ou adequações salariais por 12 meses e substituição de cargo em comissão ou função de confiança que implique aumento de despesa, além de outros itens que dependem de análise prévia do Grupo Gestor de Governo e posterior autorização do Governador do Estado.

Despesa com Pessoal e Encargos por Função (R\$ milhões)



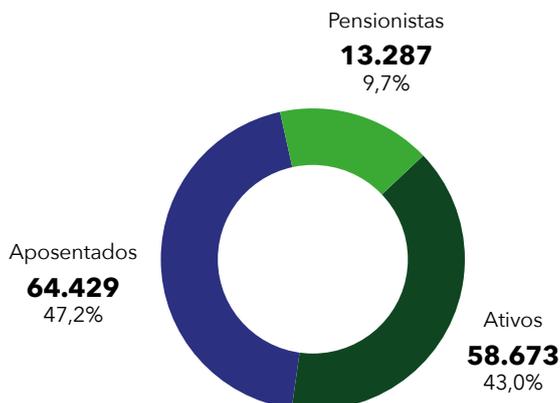
As despesas com pessoal inativo e pensionista representam 36% dos gastos com pessoal do Estado. Devido à grande representatividade desses gastos e à elevada insuficiência financeira do Regime Previdenciário dos Servidores (RPPS), o impacto nas contas públicas de Santa Catarina e também nas dos demais entes federativos é preocupante. Isso porque os recursos arrecadados pelo regime, provenientes das contribuições dos servidores e da contribuição patronal, não são suficientes para cobrir todos os benefícios previdenciários pagos a inativos e pensionistas. Mais informações sobre esse tema e sobre os resultados do Regime de Previdência dos Servidores Estaduais são apresentadas no capítulo Indicadores Fiscais.

Despesas com Ativos, Inativos e Pensionistas (R\$ bilhões)



Conforme o relatório atuarial de 2024¹³, ao final do exercício de 2024 o Estado possuía 0,91 servidor ativo para cada servidor aposentado. Se os pensionistas também forem considerados, essa proporção é de 0,75 servidor ativo para cada servidor inativo (aposentado + pensionista).

Relação de Ativos para Inativos



No Estado existe menos de um servidor ativo (0,75) para cada servidor inativo (aposentado + pensionista)

Manutenção dos Serviços Públicos

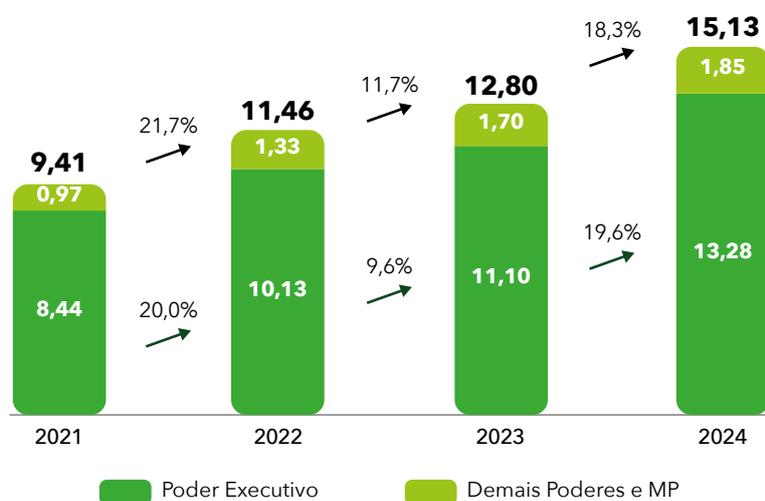
A prestação de serviços à sociedade requer, além dos gastos com a remuneração dos servidores responsáveis pela execução desses serviços, outras despesas indispensáveis para atender as demandas

13 A avaliação apresentada no relatório atuarial considera como participantes do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) os servidores ativos, aposentados e pensionistas civis ou militares, titulares de cargo efetivo de todos os Poderes do Governo estadual e seus dependentes legais. O RPPS é gerido pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV). Os dados cadastrais utilizados como base para a avaliação foram fornecidos pelo RPPS e correspondem a setembro de 2024.

e necessidades das diversas áreas de atuação estadual que ofertam bens e serviços à população. Essas despesas, denominadas Outras Despesas Correntes, compreendem o dispêndio com custeio e manutenção dos serviços públicos, tais como apoio administrativo, energia elétrica, água, comunicação, material de consumo, locação de imóveis, serviços contratados e outros. Podem ser executadas diretamente pelos órgãos e pelas entidades estaduais ou por meio de transferências a outras instituições públicas e privadas.

Os gastos com a manutenção dos serviços públicos de todos os Poderes e órgãos cresceram 18,3% em 2024 e totalizaram R\$ 15,13 bilhões (30,4% das despesas totais executadas). Considerando apenas o Poder Executivo, o valor foi de R\$ 13,28 bilhões, com crescimento de 19,6% em relação ao ano anterior. Esse incremento no ano de 2024 está diretamente relacionado à implementação e à manutenção de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades da população catarinense.

Despesas com Manutenção dos Serviços Públicos (R\$ bilhões)



A maior parte do crescimento das despesas de custeio e manutenção em 2024 ocorreu na função Saúde (23,7%), que registrou um aumento de R\$ 1,06 bilhão em relação a 2023, totalizando R\$ 5,55 bilhões aplicados no ano. Entre os gastos na área da Saúde destacam-se o Programa de Valorização Hospitalar, a assistência farmacêutica, os contratos com organizações sociais e cirurgias eletivas, inclusive mediante repasses fundo a fundo aos municípios catarinenses.

Na função Educação também houve acréscimo nas despesas de custeio e manutenção em 14,1% (R\$ 371,03 milhões) quando comparado ao ano anterior, totalizando R\$ 3 bilhões. As ações que auxiliam estudantes carentes, como o Programa Universidade Gratuita, distribuição de merenda e transporte escolar, são reflexos dessa variação em 2024.

Gastos com Manutenção dos Serviços Públicos por Função (R\$ milhões)

FUNÇÃO	2024	2023	VARIAÇÃO
Saúde	5.549,38	4.486,89	23,7%
Educação	3.001,42	2.630,39	14,1%
Administração	1.951,81	1.647,32	18,5%
Judiciária	967,86	967,83	0,003%
Segurança Pública	820,88	771,88	6,3%
Direitos da Cidadania	622,30	562,26	10,7%
Essencial à Justiça	511,88	428,31	19,5%
Legislativa	476,92	369,85	28,9%
Agricultura	173,52	185,76	-6,6%
Demais funções	1.057,47	746,65	41,6%
TOTAL	15.133,42	12.797,13	18,3%

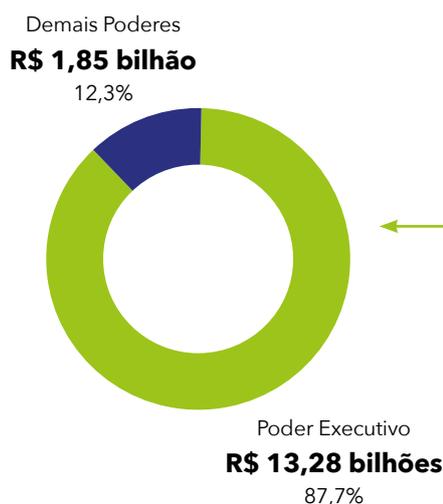
A tabela a seguir apresenta os gastos com a manutenção dos serviços públicos classificados por elementos de despesa. Essa classificação detalha a execução da despesa, permitindo identificar os diferentes objetos de gastos do Governo, como diárias, material de consumo, serviços de terceiros, entre outros.

Gastos com Manutenção dos Serviços Públicos por Elemento de Despesa (R\$ milhões)

ELEMENTOS DE DESPESA	2024	2023	VARIAÇÃO 2024/2023
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.898,35	4.031,67	21,5%
Material de Consumo	1.234,73	1.084,04	13,9%
Contribuições	1.389,72	932,04	49,1%
Outros Auxílios Financeiros - Pessoa Física	854,73	557,95	53,2%
Sentenças Judiciais	845,71	726,71	16,4%
Indenizações e Restituições	829,82	764,07	8,6%
Transferência por meio de Contrato de Gestão	810,19	776,75	4,3%
Locação de Mão de Obra	773,79	677,47	14,2%
Auxílio-Alimentação	580,26	582,63	-0,4%
Obrigações Tributárias e Contributivas	494,80	451,92	9,5%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	408,63	383,22	6,6%
Obrigações Patronais	327,68	386,07	-15,1%
Subvenções Sociais	338,21	265,11	27,6%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	299,18	260,02	15,1%

Continua na próxima página

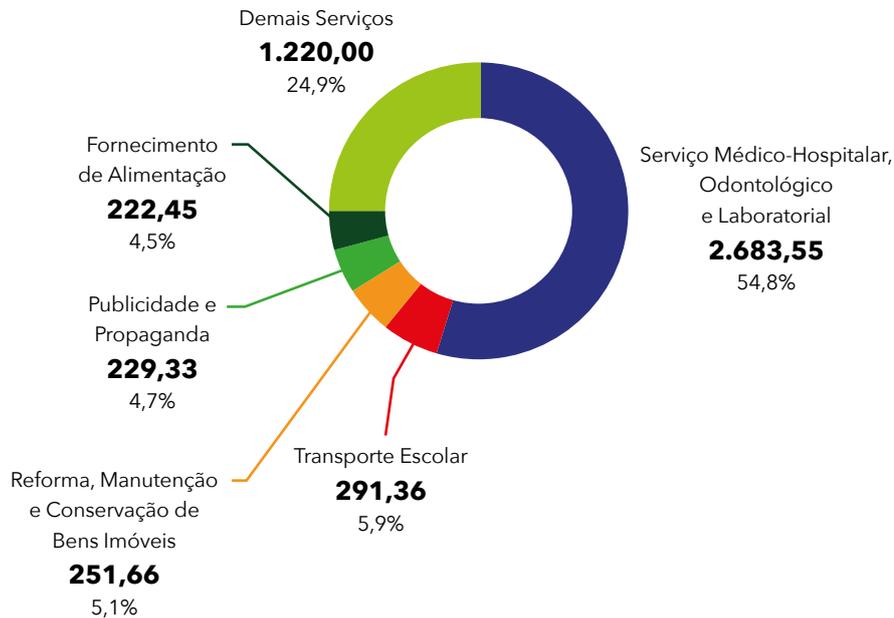
ELEMENTOS DE DESPESA	2024	2023	VARIAÇÃO 2024/2023
Despesas de Exercícios Anteriores	201,65	201,07	0,3%
Subvenções Econômicas	169,86	85,79	98,0%
Auxílio Financeiro a Estudantes	114,52	120,84	-5,2%
Outros Benefícios Assistenciais	105,55	86,59	21,9%
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	72,20	73,24	-1,4%
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	68,78	39,03	76,2%
Outras Despesas com Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	65,82	65,11	1,1%
Diárias - Civil	54,52	47,12	15,7%
Passagens e Despesas com Locomoção	50,44	42,83	17,8%
Compensações a Regimes de Previdência	40,18	37,82	6,2%
Pensões Especiais	35,59	34,54	3,0%
Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	22,64	40,08	-43,5%
Diárias - Militar	15,59	16,81	-7,3%
Serviços de Consultoria	15,26	17,84	-14,4%
Auxílio-Transporte	9,22	8,23	11,9%
Depósitos Compulsórios	5,81	0,53	998,9%
TOTAL	15.133,42	12.797,13	18,3%



Os gastos com a manutenção dos serviços cresceram 19,6% no Poder Executivo e 9,2% nos demais Poderes, totalizando um crescimento de 18,3% no Consolidado Geral

Do valor total da despesa referente ao grupo Manutenção dos Serviços Públicos, o maior percentual, de 32,4% (R\$ 4,90 bilhões), refere-se ao elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Esse grupo compreende as despesas com serviços prestados por pessoas jurídicas, tais como energia elétrica, água e esgoto, gás, serviços de comunicação, locação de imóveis, equipamentos e materiais permanentes, conservação de bens imóveis, entre outros.

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica em 2024 (R\$ milhões)

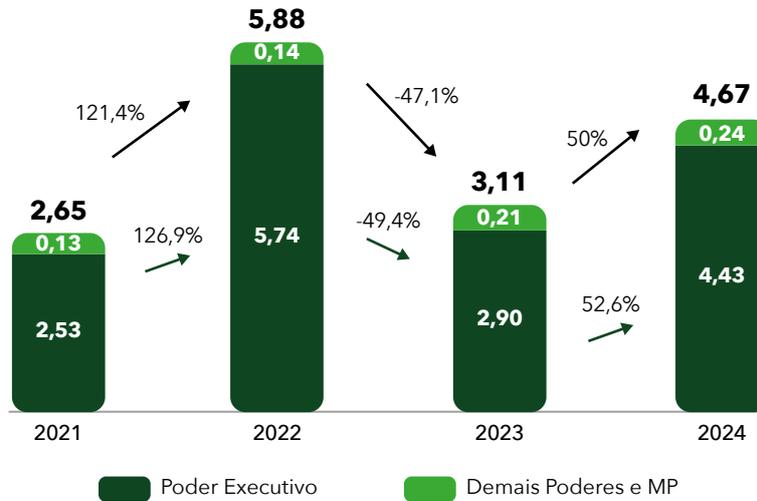


Investimentos

Em 2024 o valor total de investimentos somado às inversões financeiras de todos os Poderes e órgãos do Estado atingiu o montante de R\$ 4,67 bilhões, o que representa um acréscimo de 50% quando comparado ao ano anterior.



Investimentos de Santa Catarina (R\$ bilhões)



Investimentos por Área em 2024 (R\$ milhões)

ÁREA	VALOR	%
Transporte	2.549,06	54,6%
Educação	524,19	11,2%
Saúde	328,39	7,0%
Administração	322,62	6,9%
Agricultura	246,90	5,3%
Segurança Pública	224,09	4,8%
Judiciária	131,13	2,8%
Essencial à Justiça	72,69	1,6%
Ciência e Tecnologia	72,56	1,6%
Direitos da Cidadania	70,16	1,5%
Demais Áreas	123,72	2,7%
TOTAL	4.665,52	100,0%

Do valor total da despesa de investimentos de 2024, 54,6% foram alocados à área de transporte, responsável pela destinação de recursos para a infraestrutura do sistema de transporte do Estado em programas como mobilidade urbana, construção de rodovias, conservação e segurança rodoviária, reabilitação e aumento da capacidade de rodovias, entre outros.

Transporte

Investimentos: R\$ 2,55 bilhões



Construção de Rodovias

R\$ 790,33 milhões



Conservação e Segurança Rodoviária

R\$ 781,90 milhões



Reabilitação e Aumento da Capacidade de Rodovias

R\$ 497,75 milhões



Mobilidade Urbana

R\$ 457,93 milhões



Demais Investimentos em Transporte

R\$ 21,14 milhões

Outra importante função de Governo que reuniu uma significativa monta dos investimentos em 2024 foi a Educação, concentrando 11,2% do valor total investido (R\$ 524,19 milhões). A aplicação desses recursos foi realizada em programas e ações, tais como construção, ampliação e reforma de unidades escolares, emendas parlamentares, apoio aos municípios para melhoria da educação básica, entre outros.

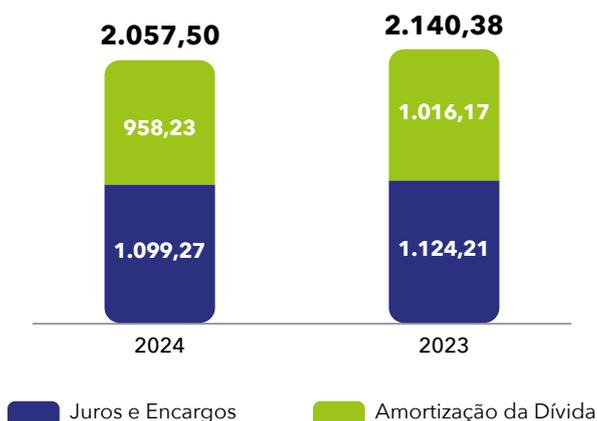
Na função Saúde, o valor de R\$ 328,39 milhões foi investido em várias ações, as quais incluem manutenção de unidades assistenciais, realização de convênios, aquisição de equipamentos, emendas parlamentares, entre outras.

No capítulo Desempenho das Principais Áreas de Governo deste Balanço, apresenta-se o detalhamento de alguns dos investimentos estaduais realizados em 2024 nas áreas de atuação governamental.

Dívida Pública

No ano de 2024, o valor da dívida pública empenhado foi de R\$ 2,06 bilhões (R\$ 2,14 bilhões em 2023), apresentando uma redução de 3,9%. Desse total, R\$ 958,23 milhões (46,6%) referem-se à amortização da dívida, e R\$ 1,10 bilhão (53,4%) aos juros e encargos.

Despesa com a Dívida Pública (R\$ milhões)

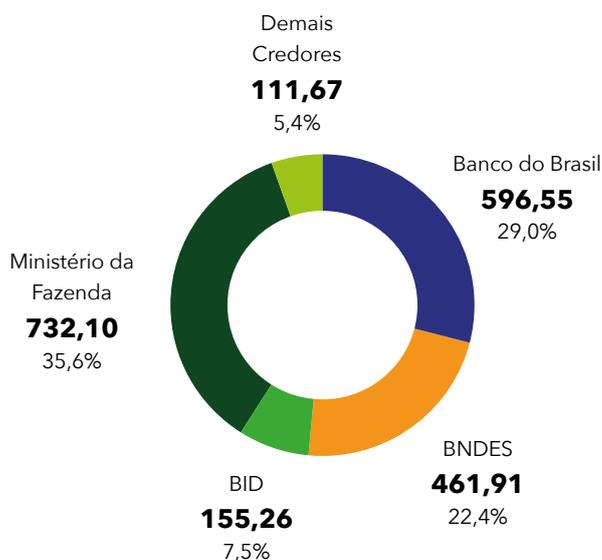


Em 2024 foram empenhados R\$ 2,06 bilhões de dívida pública. O valor corresponde a 4,1% da despesa total do Estado no ano e foi 3,9% menor do que o registrado em 2023

O maior credor da dívida pública em 2024 foi a União (Ministério da Fazenda), que recebeu R\$ 732,10 milhões (35,6%) considerando o valor principal, os juros e os encargos.

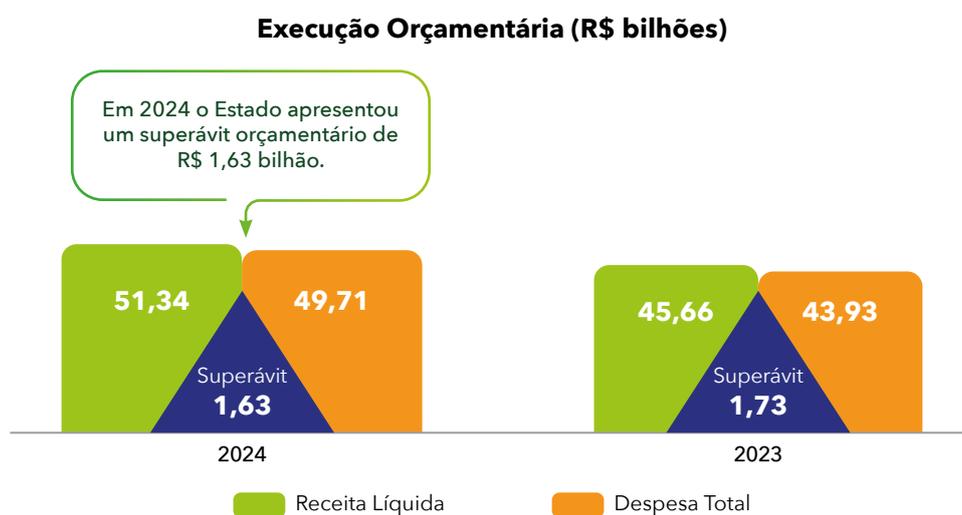
O Banco do Brasil foi o segundo maior credor, com R\$ 596,55 milhões (29% da dívida paga). Já para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram pagos R\$ 461,91 milhões, enquanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) recebeu R\$ 155,26 milhões. Os demais credores representaram 5,4% do total da dívida pública paga.

Dívida Pública Paga em 2024 por Credor (R\$ milhões)



RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

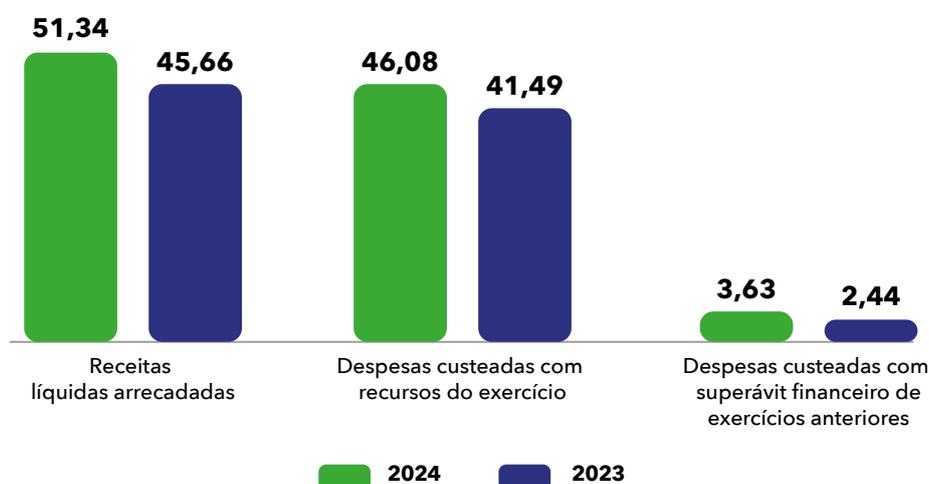
Considerando-se as receitas líquidas¹⁴ realizadas no exercício de 2024 deduzidas das despesas empenhadas no mesmo período, chega-se a um resultado orçamentário superavitário de R\$ 1,63 bilhão. Esse valor demonstra que as receitas orçamentárias arrecadadas ao longo do ano foram superiores às despesas orçamentárias executadas no mesmo período.



Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

No exercício de 2024, R\$ 3,63 bilhões das despesas realizadas foram financiados com recursos do superávit financeiro de anos anteriores. Isso significa que parte das despesas empenhadas no período foi custeada com valores remanescentes de exercícios passados. Esses saldos financeiros, oriundos de sobras de caixa, servem como fonte para a abertura de créditos adicionais no orçamento estadual e, conseqüentemente, custeiam as despesas públicas.

Despesas Custeadas com Recursos de Exercícios Anteriores e do Exercício de 2024 (R\$ bilhões)



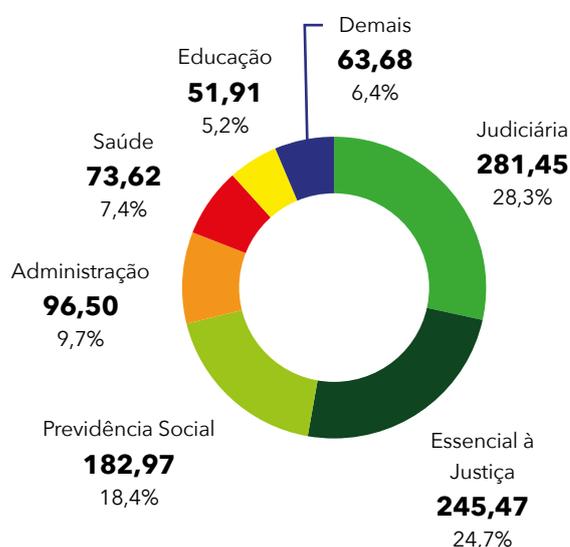
¹⁴ Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

Despesas de Exercícios Anteriores

Diferentemente da situação anterior, pode ocorrer a necessidade de utilização do orçamento vigente para honrar compromissos assumidos em exercícios anteriores que, por algum motivo, não foram empenhados à época ou tiveram os seus empenhos anulados ou cancelados. Vale destacar que as despesas de exercícios anteriores não se confundem com os restos a pagar, os quais correspondem às despesas empenhadas no exercício anterior, porém sem a despesa ter completado todos os estágios da execução (liquidação e/ou pagamento).

Em 2024 as despesas de exercícios anteriores totalizaram R\$ 995,61 milhões, o equivalente a 2,0% da despesa empenhada no ano.

Despesas de Exercícios Anteriores por Área (R\$ milhões)



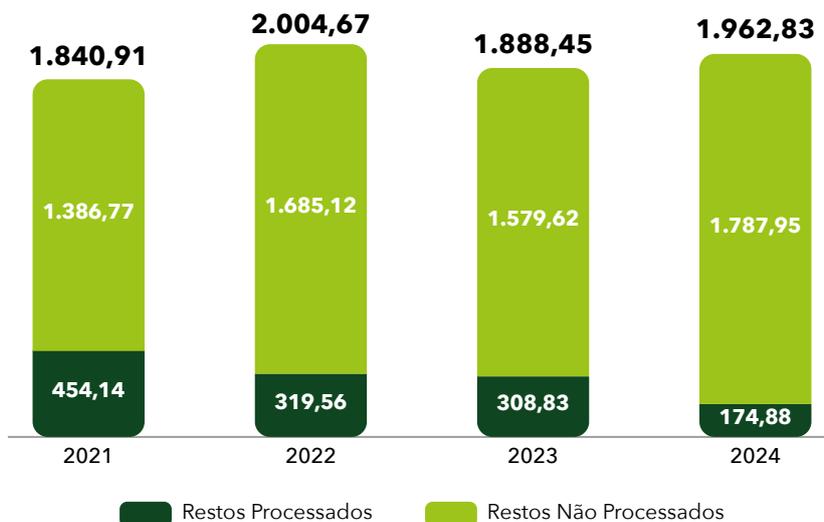
Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2024

Ao final do exercício de 2024, os Poderes e órgãos do Estado inscreveram R\$ 1,96 bilhão em restos a pagar. Desse montante, R\$ 1,79 bilhão (91,1%) corresponde a restos não processados (despesas empenhadas e não liquidadas), enquanto R\$ 174,88 milhões (8,9%) referem-se a restos processados (despesas empenhadas, liquidadas e não pagas).

Os restos a pagar inscritos em 2024 representaram 3,9% do total das despesas empenhadas no ano.

Considerando apenas o Poder Executivo, a inscrição de restos a pagar foi de R\$ 1,69 bilhão, com R\$ 161,31 milhões inscritos em restos processados e R\$ 1,52 bilhão em restos não processados.

Despesas não Pagas e Inscritas em Restos a Pagar¹⁵ (R\$ milhões)



Além dos valores inscritos em 2024 (R\$ 1,96 bilhão), o Estado ainda possui um saldo de R\$ 3,42 milhões de restos a pagar referentes a exercícios anteriores (2018, 2021, 2022 e 2023). Esse valor, somado ao inscrito em 2024, totaliza um saldo a pagar de R\$ 1,97 bilhão de restos a pagar ao final de 2024.

Composição do Saldo Total de Restos a Pagar por Ano de Inscrição (R\$ milhões)



Outras informações sobre a verificação de limites e condições referentes à inscrição de restos a pagar são apresentadas no capítulo Indicadores Fiscais deste Balanço.

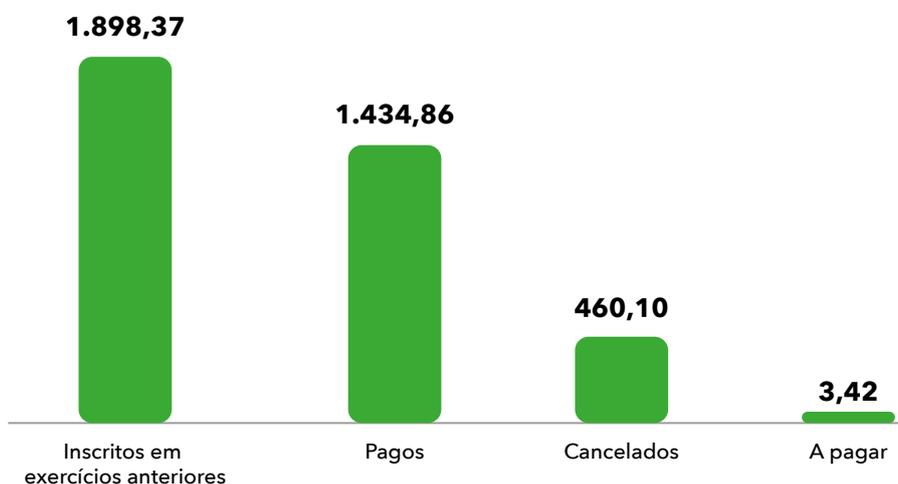
Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - 2018 a 2023

Ao findar o exercício de 2023, o Estado inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 1,89 bilhão, sendo R\$ 308,83 milhões processados (despesas liquidadas e não pagas no exercício) e R\$ 1,58 bilhão não processados (despesas não liquidadas no exercício). Esse valor, somado ao saldo de restos a pagar processados inscritos nos anos de 2018 (R\$ 0,01 milhão), 2020 (R\$ 0,03 milhão), 2021 (R\$ 0,15 milhão) e 2022 (R\$ 9,73 milhões), totalizou R\$ 1,90 bilhão.

¹⁵ O valor das despesas não pagas e inscritas em restos a pagar não considera os restos a pagar de anos anteriores.

Do valor total de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e executados no exercício de 2024, foram pagos R\$ 1.434,86 milhões e cancelados R\$ 460,10 milhões, restando R\$ 3,42 milhões a pagar.

Execução dos Restos a Pagar em 2024 (R\$ milhões)



Mais informações sobre a execução dos restos a pagar em 2024 estão disponíveis no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Anexo 7, que integra o Volume 2 deste Balanço Geral e demonstra os valores por Poder e órgão.



INDICADORES FISCAIS

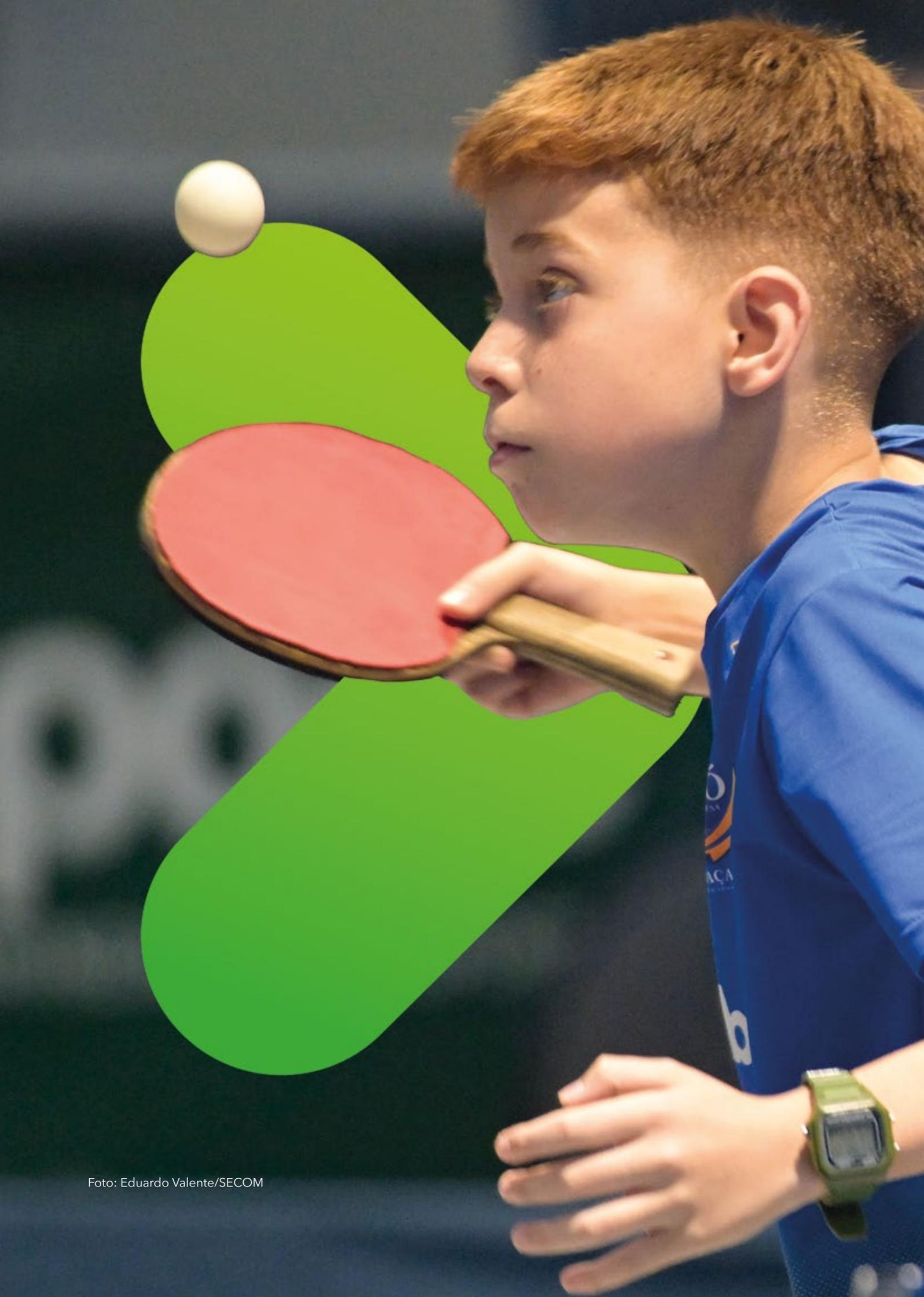


Foto: Eduardo Valente/SECOM

INDICADORES FISCAIS

Os indicadores fiscais desempenham um papel crucial na análise da saúde financeira do setor público, possibilitando avaliar a sustentabilidade das finanças governamentais e acompanhar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas. Esses indicadores consistem em métricas que ajudam a monitorar a evolução das contas públicas, como a arrecadação de tributos, a execução de despesas e o endividamento do Governo. Além disso, eles permitem que os responsáveis pela política fiscal identifiquem tendências, ajustem estratégias orçamentárias e adotem medidas corretivas quando necessário.

O resultado dos indicadores fiscais está alinhado com a postura fiscal adotada pelo Estado de Santa Catarina ao longo do exercício de 2024. A continuidade das políticas de contenção de gastos, os incentivos ao desenvolvimento econômico e o esforço fiscal – sem aumento de impostos – geraram resultados positivos para o caixa estadual, o que demonstra empenho do Estado em cumprir os limites legais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e salvaguardar as metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em relação às metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) para 2024, na avaliação prévia¹ do Governo do Estado, Santa Catarina cumpriu integralmente as metas estabelecidas, como Dívida Consolidada, Resultado Primário, Despesa com Pessoal, Gestão Pública e Disponibilidade de Caixa. Além disso, o Estado obteve um progresso significativo ao atingir nota A+ no indicador de Capacidade de Pagamento (Capag). Essa classificação, conduzida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), avalia a

situação fiscal dos entes que pretendem contrair novos empréstimos com a garantia da União. Para isso, a metodologia utilizada se baseia em uma análise de risco, avaliando se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. A nota da Capag é composta por três indicadores: Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez.

Com base nos resultados fiscais de 2023 (endividamento = A; poupança corrente = B; liquidez = A), Santa Catarina recebeu nota A na avaliação da Capag e também no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Com isso, o Estado conquistou a nota A+, qualificação inédita atribuída pela STN aos entes federativos que, além de alcançarem a nota A na Capag, também obtiveram nota A no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal. Esse ranking é uma iniciativa da Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar a consistência da informação que o Tesouro recebe por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

¹ A avaliação e o resultado definitivo do PAF para 2024 serão divulgados até outubro de 2025.

A nota A+ é um reconhecimento ao equilíbrio fiscal da gestão estadual e um importante indicador para ampliar o acesso do Estado a garantias da União na contratação de operações de crédito para novos investimentos. Além disso, essa classificação comprova que Santa Catarina possui sistemas e políticas eficientes de registro, monitoramento e divulgação de dados contábeis e fiscais.

Destarte, o espaço fiscal² previsto para contratações de operações de crédito pelo Estado em 2025 é de R\$ 3,08 bilhões.

No tocante às receitas, a receita tributária líquida (impostos e taxas) alcançou o montante de R\$ 33,33 bilhões, desempenho impulsionado por medidas implementadas ao longo do ano, tais como a aprovação de dois pacotes tributários voltados à desburocratização e o lançamento do Programa de Recuperação de Créditos Ampliado (Recupera+) para regularização de débitos de ICMS, além dos incentivos fiscais concedidos ao setor produtivo por meio de programas como o Prodec e o Pró-Emprego. Com o Recupera+ a projeção do Governo do Estado era reaver cerca de R\$ 1,5 bilhão em dívidas de ICMS, meta que foi mais do que dobrada com a renegociação de R\$ 3,15 bilhões: R\$ 572,49 milhões pagos à vista e outros R\$ 2,58 bilhões parcelados até 2030³.

O indicador da Receita Corrente Líquida (RCL) utilizado no cálculo de alguns dos indicadores fiscais mais importantes atingiu a marca de R\$ 46,59 bilhões, com crescimento real de 7,9% em relação a 2023 considerando a inflação do período (IPCA de 4,83%). Além do expressivo crescimento na arrecadação de impostos e taxas, em especial do ICMS, contribuíram para o aumento da RCL, em menor grau, as transferências correntes, as

transferências recebidas da União (SUS, CIDE, FPE, IPI Exportação, entre outras), as receitas patrimoniais e de serviços.

No que diz respeito ao gasto público, a despesa consolidada do Estado alcançou o montante de R\$ 49,71 bilhões, ou seja, 13,2% maior que em 2023, com crescimento real de 7,9% considerando a inflação do período (IPCA de 4,83%). Isoladamente o Poder Executivo gastou R\$ 41,58 bilhões, com destaque para R\$ 4,43 bilhões em investimentos, valor 50% superior ao ano anterior. O montante de R\$ 4,43 bilhões destinou-se exclusivamente a obras, compra de bens e equipamentos, sem considerar outras despesas, como manutenção dos serviços públicos e transferências, folha de pagamento e serviço da dívida. Ressalta-se que a despesa com serviço da dívida foi a única que sofreu um decréscimo de 3,9% no exercício.

Em relação aos indicadores e às metas fiscais estabelecidos na LRF, em 2024 Santa Catarina cumpriu os limites e as condições no que tange à despesa com pessoal, à Dívida Consolidada Líquida (DCL), às operações de crédito, à concessão de garantias e contragarantias e à inscrição em restos a pagar.

O Estado cumpriu os mínimos constitucionais de aplicação em saúde, educação, e de igual modo os mínimos constitucionais estaduais de educação superior, ciência e tecnologia e emendas individuais parlamentares, reforçando o seu compromisso com prioridades sociais e desenvolvimento institucional.

Para maior transparência, o Volume 2 deste Balanço Geral detalha o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, que reúnem os demonstrativos e indicadores apresentados neste capítulo. Esses documentos permitem uma análise mais aprofundada do cumprimento dos indicadores da LRF. Também estão disponíveis no Volume 2 os demonstrativos específicos de acompanhamento dos mínimos constitucionais e legais do Estado.

2 Espaço Fiscal é o valor-limite de contratação de operações de crédito. A existência de espaço fiscal não significa anuência prévia da STN ao pleito de contratação de operação de crédito ou de concessão de garantias da União.

3 Ofício nº 19/2025 SEF/DIAT - Processo SEF nº 0000499/2025.

INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Com o intuito de estabelecer limites e metas a serem cumpridos pelos entes federados, foram instituídos na LRF os indicadores fiscais, os quais visam primordialmente resguardar o equilíbrio das contas públicas com foco em uma gestão fiscal eficaz e responsável.

A Receita Corrente Líquida (RCL) serve de parâmetro para a aferição dos limites de gastos totais com pessoal, dívida consolidada, operações de crédito e concessão de garantias definidos pela LRF. A RCL é calculada pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas transferidas aos municípios decorrentes de determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, as contribuições dos servidores públicos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas ao contribuinte.

A STN definiu alguns ajustes na RCL para a apuração do cumprimento dos limites da dívida consolidada e da despesa total com pessoal: no cálculo do endividamento devem ser deduzidos os valores relativos às emendas individuais⁴; e no cálculo do limite da despesa com pessoal excluem-se os recursos de emendas individuais e de bancada⁵, além de transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias⁶.

Em 2024 a RCL total (sem os ajustes legais) atingiu R\$ 46,59 bilhões, 13,1% a mais do que em 2023, correspondendo a R\$ 5,41 bilhões em valores nominais. Por outro lado, a RCL ajustada para fins de limite de endividamento da dívida consolidada totalizou R\$ 46,48 bilhões, e a RCL ajustada para fins de limite de gasto com pessoal foi de R\$ 46,44 bilhões.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2024

O crescimento da RCL em 2024 foi impulsionado pelas receitas de impostos e taxas estaduais, com 16,1% ou R\$ 7,35 bilhões, e pelas transferências correntes, com 6,1% ou R\$ 624,59 milhões. O destaque da receita tributária fica com o Programa Recupera+, maior iniciativa de recuperação fiscal de ICMS já implementada em Santa Catarina, que arrecadou o montante bruto de R\$ 1,40 bilhão em 2024⁷, impactando a RCL em R\$ 837,11 milhões.

Entre as transferências correntes da União e suas entidades, os acréscimos individuais mais significativos ficaram com as transferências ao Sistema Único de Saúde (SUS), com aumento de 37,6% (R\$ 422,16 milhões), bem como as transferências da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), com montantes recebidos maiores em 605,7% (R\$ 24,03 milhões) após revisão do percentual de participação do Estado aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU)⁸. O mesmo ocorreu com o percentual do IPI Exportação, que gerou um aumento dos valores recebidos na ordem de 51,4% (R\$ 104,92 milhões).

4 Constituição Federal, art. 166-A, § 1º.

5 Constituição Federal, art. 166, § 16.

6 Constituição Federal, art. 198, § 11, e Nota Técnica SEI nº 3481/2023/MF.

7 Ofício nº 19/2025 SEF/DIAT - Processo SEF nº 0000499/2025.

8 Decisão Normativa TCU nº 208/2024.

Contudo, para uma análise mais aprofundada dos dois últimos exercícios, é necessário considerar as receitas extraordinárias que impactaram a RCL de 2023, em especial os valores da transferência direta da União no valor líquido de R\$ 537,75 milhões a título de antecipação dos recursos previstos para 2024⁹ relativos à compensação das perdas de arrecadação do ICMS e R\$ 59,92 milhões (apoio financeiro em face da redução das transferências do FPE). Já em 2024 os valores extraordinários vieram do Programa Recupera+, que adicionou R\$ 837,11 milhões à RCL. Isso posto, conclui-se que, desconsiderados os valores extraordinários recebidos em 2023 e 2024, tem-se um incremento de R\$ 5,17 bilhões (12,7% a mais) na RCL.

Ao final, levando-se em conta a inflação do período de 4,83%, houve um crescimento real de 7,9% na RCL de 2024 em relação à RCL de 2023 publicada.

Despesa com Pessoal

No intuito de estabelecer um limite máximo para as despesas com pessoal dos entes públicos, a LRF conceituou a despesa total com pessoal como o somatório dos gastos com quaisquer espécies remuneratórias de ativos, inativos e pensionistas, os contratos de terceirização¹⁰ relacionados à substituição de servidores ou empregados públicos, relativos ao mês analisado e aos onze meses imediatamente anteriores, deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração.

Vale destacar que as despesas de natureza indenizatória, as quais têm como característica compensar dano ou ressarcir gastos do servidor ou empregado público em razão do seu ofício, e os benefícios assistenciais, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização

de transporte, plano de saúde, vale-transporte, etc., não são considerados para fins de verificação de limite da LRF mesmo que integrem os contracheques.

Em relação aos benefícios assistenciais, tais como plano de saúde, auxílio-alimentação e demais, concedidos a profissionais das áreas de saúde e educação, a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editado pela STN, o qual padroniza a apresentação das informações fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, estabelece que se esses benefícios forem classificados como despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) ou Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), eles devem integrar o cálculo da despesa com pessoal para fins de verificação dos limites da LRF.

Em conformidade com essa diretriz, Santa Catarina considerou as despesas com os benefícios concedidos aos profissionais das áreas de saúde e educação na apuração do limite da despesa com pessoal do Poder Executivo no valor de R\$ 496,84 milhões. Desse modo, o percentual de comprometimento dessa despesa em 2024 foi de 39,66% da RCL. O limite de alerta do Poder Executivo é de 44,10% da RCL.

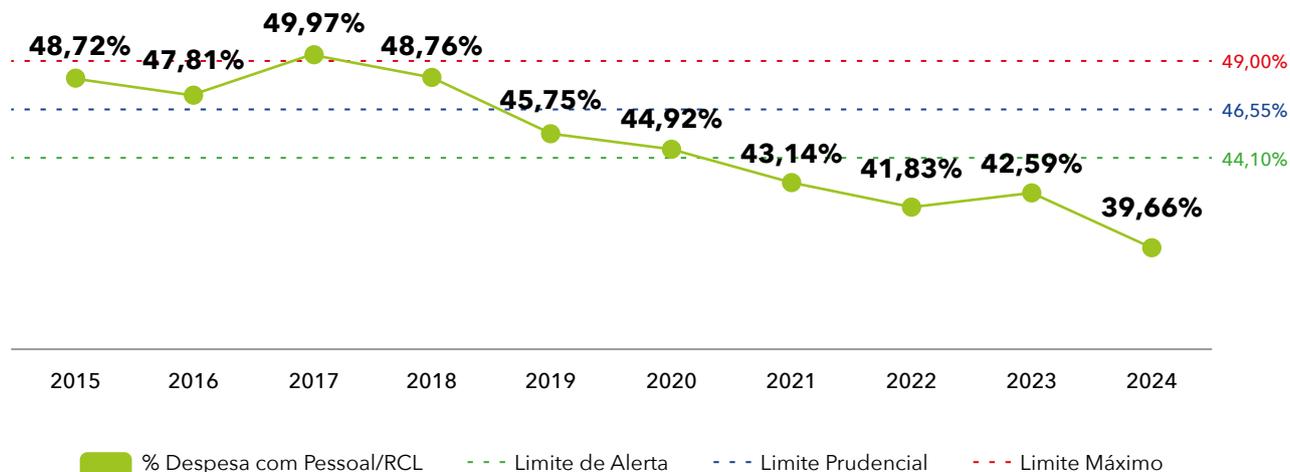
No comparativo dos anos de 2024 e 2023, destaca-se que as despesas com pessoal, calculadas para fins de verificação do limite legal, cresceram 5,5% (+R\$ 954,28 milhões), enquanto a RCL ajustada cresceu 13,3% (+R\$ 5,43 bilhões) no mesmo período.

A partir de 2019, a combinação entre o crescimento da RCL (acima da inflação) e as proibições de aumento de despesas impostas pela LC nº 173/2020 resultou em redução do percentual de comprometimento da RCL com pessoal, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

9 Lei Complementar nº 201/2023.

10 Inclui, desde 2022, as despesas com pessoal das organizações sociais que atuam na atividade-fim do Estado, conforme estabelecido no MDF e na Portaria STN nº 377, de 2020.

Comprometimento da Receita Corrente Líquida com as Despesas de Pessoal do Poder Executivo (%)



Com o indicador abaixo do limite prudencial e o fim das proibições de aumento da despesa imposta pela Lei Complementar nº 173/2020, em 2022 foi concedido aumento salarial para praticamente todas as categorias de servidores e empregados públicos do Poder Executivo.

Na análise consolidada da despesa com pessoal de todos os Poderes e órgãos do Estado, o percentual de comprometimento da RCL passou de 51,10% em 2023¹¹ para 48,05% em 2024, permanecendo também abaixo do limite de alerta de 54% previsto pela LRF.

Em uma visão mais detalhada é possível verificar, ao longo dos quatro últimos anos, a evolução da representatividade da despesa com pessoal em relação à RCL em cada Poder e órgão com poder de autogoverno do Estado:

Despesa com Pessoal em Relação à RCL

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	2022	2021	LIMITE LEGAL	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE DE ALERTA
Poder Executivo	39,66%	42,59%	41,83%	43,14%	49,00%	46,55%	44,10%
Defensoria Pública	0,18%	0,20%	0,18%	0,20%	-	-	-
Demais Órgãos	39,48%	42,39%	41,65%	42,94%	-	-	-
Poder Legislativo	2,16%	2,17%	1,98%	2,19%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,34%	1,36%	1,32%	1,46%	1,90%	1,81%	1,71%
Tribunal de Contas	0,82%	0,81%	0,66%	0,73%	1,10%	1,04%	0,99%
Poder Judiciário	4,73%	4,77%	4,68%	4,54%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,50%	1,55%	1,49%	1,67%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	48,05%	51,10%	49,98%	51,54%	60,00%	57,00%	54,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Nota: o limite legal e, por conseguinte, os limites prudencial e de alerta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas foram alterados em 2023, conforme o Termo de Compromisso nº 01/2022, publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas (DOTC-e) nº 3527, de 16 de janeiro de 2023. Até 2022 o limite legal da Assembleia Legislativa correspondia a 2,10% da RCL, e o do Tribunal de Contas a 0,90%.

¹¹ Conforme republicação do RGF consolidado de 2023, decorrente da decisão proferida pelo egrégio Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no julgamento do Processo @LRF 23/00383874, na sessão realizada no dia 25/10/2024.

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) é calculada subtraindo-se do valor da Dívida Consolidada (DC) as disponibilidades de caixa bruta e equivalentes de caixa. Esses recursos correspondem a valores a receber líquidos e certos, constituídos pelo somatório de caixa e por bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e demais haveres financeiros.

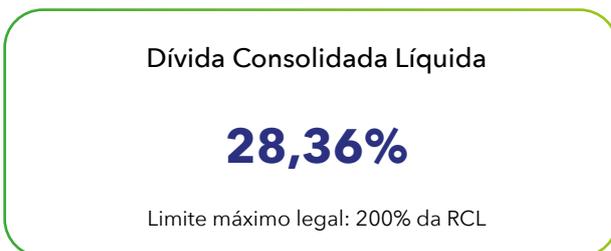
A Dívida Consolidada do Estado é majoritariamente composta por empréstimos, financiamentos e precatórios. Em comparação aos valores de dezembro de 2023, a DC registrou um acréscimo de R\$ 1,77 bilhão em 2024. O saldo da dívida contratual de empréstimos e financiamentos aumentou em R\$ 304,11 milhões, a reestruturação da dívida do Estado (dívida com a União) teve um incremento de R\$ 427,86 milhões e a dívida de precatórios cresceu R\$ 1,12 bilhão.

Em dezembro de 2024, a dívida com a União, no valor de R\$ 11,41 bilhões, representou 47,2% da DC, e os precatórios a pagar, no total de R\$ 4,47 bilhões, corresponderam a 18,5% da DC. Naquele mês, a disponibilidade de caixa bruta de todos os Poderes e órgãos do Estado alcançou R\$ 10,24 bilhões, um aumento de R\$ 2,11 bilhões comparado a dezembro de 2023.

O indicador da DCL em dezembro de 2024 totalizou 28,36% da RCL, marcando uma diferença significativa em relação ao limite máximo de 200% fixado pelo Senado Federal. Essa redução do indicador da DCL em relação a 2023, quando atingiu 33,24%, foi impulsionada pelo crescimento da RCL ao longo de 2024 e pela expansão das disponibilidades de caixa.

A LRF estabelece que o Estado deve incluir no Anexo de Metas Fiscais¹², que faz parte da LDO, uma meta fiscal para o total da dívida pública. Para 2024, as metas definidas foram de R\$ 24,90 bilhões para a DC e de R\$ 18,19 bilhões para a DCL.

Ao final do exercício os valores auferidos para a DC e a DCL foram de R\$ 24,17 bilhões e de R\$ 13,18 bilhões, respectivamente, demonstrando, portanto, conformidade com os limites previstos na LDO.



Operações de Crédito

As operações de crédito tradicionais envolvem a captação de recursos através de financiamento, empréstimo ou mútuo. Todavia, para fins de verificação de limites, a LRF adota um conceito mais amplo, incluindo operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações com derivativos financeiros, mesmo quando realizadas com instituições não financeiras.

A Resolução do Senado Federal nº 43/2001 definiu o limite máximo de 16% da RCL para as operações de crédito internas e externas. Em 2024 o Estado captou R\$ 238,72 milhões por meio dessas operações, o que representou 0,48% do limite legal. No exercício de 2023 o montante captado foi de R\$ 18,8 milhões, o equivalente a 0,05% do limite.



12 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, § 1º.

Em 2024 as operações de crédito contratadas referem-se a empréstimos com o BNDES para os programas Novos Rumos e Estrada Boa. O Programa Novos Rumos destina-se à implantação, pavimentação ou restauração de rodovias, incluindo serviços de supervisão e gerenciamento que contribuam para a melhoria da infraestrutura rodoviária do Estado. Já o Programa Estrada Boa tem o mesmo propósito, com aplicação específica nas seguintes vias: SC-281 (Ituporanga-Atalanta), SC-156 (São Domingos-Divisa PR/SC), SC-281 (São Pedro de Alcântara-Angelina), SC-465 (Macieira-Arroio Trinta), SC-150/SC-390 (Capinzal-Piratuba), SC-355 (BR-282-Jaborá) e SC-283 (Chapecó-Arvoredos).

Garantias e Contragarantias

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo Estado de Santa Catarina para a contratação de operações de crédito pelos garantidos, no caso as empresas estatais.

A Resolução do Senado nº 43/2001 definiu o limite máximo de 22% da RCL para as garantias concedidas. Ao final de 2024 o saldo dessas garantias era de R\$ 1,65 bilhão, representando 3,54% da RCL. As contragarantias recebidas somaram R\$ 1,77 bilhão no mesmo período.



Essas garantias e contragarantias decorrem de contratos de financiamento firmados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Agence Française de Développement (AFD), destinados a intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios de Santa Catarina. Inclui-se também um contrato de financiamento entre as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), voltado para múltiplas obras que visam garantir a eficiência dos serviços prestados pela Celesc.

Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar

Com o objetivo de garantir transparência no equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de recursos em caixa, bem como verificar a suficiência de disponibilidade para a inscrição de restos a pagar não processados, a LRF¹³ determinou a elaboração de demonstrativo específico no último quadrimestre. As informações são apresentadas no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), por todos os Poderes e órgãos com poder de autogoverno, além do demonstrativo consolidado, que inclui todos esses órgãos.

Há também as informações sobre a disponibilidade bruta de caixa, as obrigações financeiras, os restos a pagar tanto processados quanto não processados, as despesas que foram executadas sem a devida autorização prévia, a disponibilidade líquida de caixa para cada recurso vinculado, assim como os recursos não vinculados.

A disponibilidade de caixa bruta é composta por ativos de alta liquidez, como caixa, bancos e aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa. Nesse sentido, as aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) não são levadas em conta nesse cálculo.

13 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 55, III.

No fechamento de 2024, a disponibilidade de caixa bruta do Poder Executivo era de R\$ 8,35 bilhões. As obrigações financeiras totalizaram R\$ 2,23 bilhões, valor que engloba também as despesas não empenhadas (R\$ 11,60 milhões) e os restos a pagar não processados inscritos ao final do exercício (R\$ 1,52 bilhão). Com isso, verificou-se uma suficiência financeira após a contabilização dos restos a pagar não processados de R\$ 6,12 bilhões, sendo R\$ 4,27 bilhões de recursos não vinculados e R\$ 1,85 bilhão de recursos vinculados, incluindo o RPPS.

Além disso, todas as fontes de recursos apresentaram suficiência financeira após o registro dos restos a pagar não processados ao final de 2024. Destaque para a suficiência financeira dos Recursos Não Vinculados de Impostos, a chamada fonte 500 (antiga fonte 100), que findou o ano em R\$ 2,63 bilhões. Em 2023 essa mesma fonte registrou uma suficiência financeira de R\$ 594,32 milhões. É necessário destacar que esses recursos não estão inteiramente disponíveis. Mesmo constando no caixa estadual, boa parte desse dinheiro é vinculada e não pode ser usada no pagamento de qualquer tipo de despesa ou na realização de investimentos.

No consolidado de todos os Poderes e órgãos, a disponibilidade de caixa bruta ao final de 2024 foi de R\$ 18,54 bilhões. As obrigações financeiras somaram R\$ 10,11 bilhões, incluindo despesas não empenhadas (R\$ 11,60 milhões), restos a pagar não processados inscritos ao final do exercício (R\$ 1,79 bilhão) e valores vinculados aos depósitos judiciais e precatórios contabilizados no Tribunal de Justiça (R\$ 7,54 bilhões). Assim, constatou-se uma suficiência financeira de R\$ 8,43 bilhões após a inscrição de restos a pagar não processados: R\$ 4,98 bilhões de recursos não vinculados e R\$ 3,45 bilhões em recursos vinculados, incluso o RPPS. Detectou-se também que todas as fontes de recursos apresentaram suficiência financeira ao final de 2024.

Apuração da Disponibilidade de Caixa Líquida¹⁴ (R\$ milhões)

	2024		2023	
	CONSOLIDADO	PODER EXECUTIVO	CONSOLIDADO	PODER EXECUTIVO
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.540,30	8.350,53	16.433,73	6.447,53
(-) Restos a Pagar	1.966,25	1.679,25	1.898,36	1.672,33
Processados inscritos	174,88	160,83	308,83	305,00
Não processados inscritos	1.787,95	1.515,01	1.579,62	1.357,42
Processados de anos anteriores	3,42	3,42	9,91	9,91
(-) Demais Obrigações Financeiras	8.139,81	549,48	8.169,07	477,91
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida	8.434,24	6.121,80	6.366,30	4.297,28
Recursos não vinculados	4.980,52	4.271,28	3.408,21	2.778,39
Recursos vinculados	3.453,73	1.850,52	2.958,09	1.518,89

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2023 e 2024

14 Conforme o disposto na 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), os valores do Anexo 5 não incluem a Defensoria Pública.

Resultado Nominal

O resultado nominal é um indicador fiscal que mede a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) entre o exercício anterior e o exercício atual, metodologia conhecida como “abaixo da linha”. Por sua vez, a DCL é influenciada tanto pela variação da Dívida Consolidada (DC) quanto pelo saldo da disponibilidade de caixa consolidado de todos os Poderes e órgãos.

A meta do resultado nominal é estabelecida anualmente na LDO. Para 2024, previa-se uma redução da DCL em R\$ 686,26 milhões. No entanto, ao final do exercício, identificou-se que a redução alcançada foi de R\$ 475,95 milhões da DCL, configurando um descumprimento da meta da LDO na ordem de R\$ 210,31 milhões.



Resultado Primário

O resultado primário é um indicador fiscal que avalia a capacidade de pagamento do serviço da dívida pública. Refere-se ao resultado obtido a partir do confronto entre receitas e despesas orçamentárias não financeiras pagas em um determinado período, ou seja, transações que impactam efetivamente a dívida do Estado.



A LRF enfatizou a relevância desse indicador para o controle do endividamento do ente, definindo que, caso o limite de endividamento seja ultrapassado ao final de um quadrimestre, entre outras restrições, deverão ser obtidos resultados primários necessários à recondução da dívida ao limite nos próximos quadrimestres.

A meta do resultado primário estabelecida na LDO utiliza a metodologia “acima da linha”, a qual se baseia no comportamento das receitas primárias e despesas primárias pagas (incluindo os restos a pagar pagos). Conforme orientação da STN, as receitas e despesas primárias vinculadas ao RPPS (fontes de recursos 800, 801 e 802) não são computadas na meta do resultado primário.

Para 2024, a meta estabelecida na LDO era de R\$ 1,08 bilhão. Contudo, o valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 2,57 bilhões, superando a meta estabelecida em R\$ 1,49 bilhão.

Receitas e Despesas

Conforme determinado na LRF¹⁵, além das metas de resultado primário e nominal, e do montante da dívida pública, a LDO deve conter também metas para receitas e despesas.

Em 2024 a LDO definiu uma meta de R\$ 48,87 bilhões para a receita líquida total e de R\$ 50,19 bilhões para a despesa consolidada de todos os Poderes e órgãos. De acordo com a metodologia de cálculo estabelecida pela STN, não são consideradas nas metas fiscais de receitas e despesas as fontes de recursos do RPPS. Além disso, para fins de apuração das despesas, considera-se o total das despesas pagas, incluídos os restos a pagar.

15 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, § 1º.

Ao final do exercício, os valores das metas fiscais de receitas e despesas foram de R\$ 47,83 bilhões para as receitas arrecadadas líquidas e de R\$ 45,68 bilhões para as despesas pagas, incluídos os restos a pagar pagos.

Receitas e Despesas Previdenciárias

A LRF determina que as receitas e despesas previdenciárias sejam apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos¹⁶, além de incluídas em um demonstrativo próprio¹⁷ no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com publicação bimestral. O objetivo é assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência, evidenciando, quando aplicável, os repasses recebidos para cobrir insuficiências financeiras ou déficits atuariais.

Santa Catarina instituiu em 2008¹⁸ o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS/SC), de caráter contributivo, solidário e de filiação obrigatória a todos os servidores de cargo efetivo, incluindo os militares¹⁹, os magistrados, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e os inativos.

Com a criação do Sistema de Proteção Social dos Militares²⁰ (SPSM), em dezembro de 2019, os servidores militares foram desvinculados do RPPS. A gestão administrativa do SPSM permaneceu sob responsabilidade do Instituto de Previdência do Estado (IPREV), cabendo ao novo sistema o pagamento de aposentadorias e pensões militares, enquanto o RPPS é responsável pelo pagamento das aposentadorias e pensões civis.

Em dezembro de 2023, com o intuito de equacionar o déficit financeiro e atuarial do RPPS/SC, foi instituída, por meio da Lei Complementar nº 848, de 22 dezembro de 2023, a segregação de massa de segurados do RPPS/SC em dois grupos distintos: o Fundo em Repartição (SC SEGURO), destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que ingressaram no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2023 e aos seus dependentes; e o Fundo em Capitalização (SC FUTURO), direcionado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que ingressaram no serviço público estadual a partir do dia 1º de janeiro de 2024 e aos seus dependentes.

Destarte, o resultado previdenciário corresponde à diferença entre as receitas previdenciárias (contribuições do servidor e patronal) e as despesas previdenciárias (aposentadorias e pensões) dos servidores públicos civis.

Ao final de 2024 o resultado previdenciário do SC SEGURO foi negativo em R\$ 4,48 bilhões, 12,2% a mais do que no mesmo período de 2023.

Indicadores Previdenciários - Fundo Financeiro - SC SEGURO (R\$ milhões)

INDICADORES	2024	2023	VARIÇÃO 2024/2023	
	EXECUTADO	EXECUTADO	VALOR	%
Receita Previdenciária	3.360,68	3.418,98	(58,29)	-1,7
Despesa Previdenciária	7.836,16	7.409,12	427,04	5,8
Resultado Previdenciário	(4.475,47)	(3.990,14)	(485,33)	12,2

16 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 50, inciso IV.

17 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 53, inciso II.

18 Lei Complementar nº 412/2008.

19 Lei Complementar nº 412/2008, art. 92.

20 Lei Federal nº 6.880/1980, art. 50-A, incluído pela Lei nº 13.954/2019.

O aumento da despesa previdenciária em R\$ 427 milhões e a alteração da faixa de isenção para aplicação da alíquota de contribuição dos servidores inativos e pensionistas, instituída pela LC nº 848, de 2023, foram os responsáveis pelo aumento do resultado negativo.

A faixa de isenção passou de um salário mínimo nacional em 2023 para dois salários mínimos em 2024, o que contribuiu para a queda de 14% na arrecadação das contribuições dos inativos e pensionistas (-R\$ 109 milhões) no comparativo desses dois exercícios.

Por outro lado, em 2024 o resultado previdenciário do SC FUTURO foi superavitário em R\$ 10,66 milhões, valor correspondente ao total arrecadado pelo fundo. Não houve execução de despesas.

Indicadores Previdenciários - Fundo em Capitalização SC FUTURO (R\$ milhões)

INDICADORES	2024
	EXECUTADO
Receita Previdenciária	10,66
Despesa Previdenciária	-
Resultado Previdenciário	10,66

Em relação ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), o resultado previdenciário no exercício foi negativo em R\$ 1,78 bilhão, 3,2% a mais que em 2023.

Indicadores Previdenciários - Sistema de Proteção Social dos Militares (R\$ milhões)

INDICADORES	2024	2023	VARIÇÃO 2024/2023	
	EXECUTADO	EXECUTADO	VALOR	%
Receita de Contribuição dos Militares	348,45	361,71	(13,26)	-3,7
Despesa com Inativos e Pensionistas Militares	2.126,87	2.084,76	42,11	2,0
Resultado do SPSM	(1.778,42)	(1.723,05)	(55,37)	3,2

Os resultados negativos do RPPS e do SPSM são cobertos com recursos do Tesouro Estadual no caso de inativos e pensionistas do Poder Executivo e pelos demais Poderes e órgãos, conforme a vinculação do cargo de origem.

Considerando todas as receitas e despesas previdenciárias, em 2024 foi necessário um aporte de R\$ 6,22 bilhões ao Instituto de Previdência do Estado (IPREV) para cobrir aposentadorias e pensões civis e militares que não possuem cobertura das receitas de contribuições. Também foram pagas despesas previdenciárias executadas fora do IPREV, tais como precatórios e pensões especiais, no valor de R\$ 101,99 milhões.

Além das despesas previdenciárias, as despesas necessárias à organização e ao funcionamento da unidade responsável pela gestão do RPPS e do SPSM devem ser custeadas por meio de uma taxa de administração paga pelos Poderes e órgãos. Em Santa Catarina, a taxa de administração não poderá exceder 2% do valor

total das remunerações de contribuições dos servidores ativos vinculados ao RPPS/SC²¹. Em 2024 o resultado da administração do RPPS/SC (receitas administrativas arrecadadas menos despesas empenhadas) foi de R\$ 11,08 milhões.

LIMITES CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal determina aplicações mínimas de recursos para saúde²² (12%), educação²³ (25%), remuneração dos profissionais da educação básica²⁴ (70%) e limite máximo para a relação entre despesas e receitas correntes (95%)²⁵.

Saúde

O cálculo do mínimo constitucional de 12% para a saúde considera apenas as despesas executadas com recursos de impostos estaduais e transferências constitucionais da União, deduzidas aquelas despesas inscritas em restos a pagar não processados sem suficiente disponibilidade de caixa. Vale destacar que os recursos recebidos do SUS e demais recursos vinculados à saúde não são considerados na base de cálculo para fins de verificação desse limite.

Para a análise da aplicação do mínimo constitucional utiliza-se como parâmetro a Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (RRI-saúde), que soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais ou oriundas das transferências da União relativas à parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União, com exceção do IOF-Ouro. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas. Em 2024 a RRI-saúde foi de R\$ 40,86 bilhões.

No mesmo ano as despesas consideradas para o mínimo constitucional em saúde somaram R\$ 6,46 bilhões, R\$ 1,55 bilhão a mais que o mínimo exigido (15,80% da RRI-saúde). Em 2023 o valor aplicado foi de R\$ 5,28 bilhões (14,79% da RRI-saúde). As demais despesas da Função Saúde custeadas com outros recursos (R\$ 1,60 bilhão) não foram consideradas para fins de verificação do mínimo constitucional.

Todas as despesas executadas na função Saúde em 2024 e não pagas no exercício foram inscritas em restos a pagar com suficiente disponibilidade de caixa para tal.

Aplicação em Saúde

15,80%

Mínimo exigido: 12% da RRI-saúde

21 Lei Complementar Estadual nº 412, de 2008, art. 30.

22 Constituição Federal, art. 198, § 3º.

23 Constituição Federal, art. 212.

24 Constituição Federal, art. 212-A, XI.

25 Constituição Federal, art. 167-A.

Educação

Para fins de verificação do mínimo constitucional em educação são consideradas as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União, além do repasse integral ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Por outro lado, os recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e demais recursos vinculados à educação, embora aplicados na área, não contam para fins de cumprimento do mínimo constitucional.

Para análise da aplicação dos mínimos constitucionais em educação (25%), utiliza-se como parâmetro a Receita Resultante de Impostos (RRI), que soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também das transferências da União relativas à parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos federais. Desse total, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas. Em 2024 a RRI foi de R\$ 40,86 bilhões.

No exercício, o valor considerado para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional em educação foi de R\$ 10,59 bilhões, R\$ 378,63 milhões a mais que o mínimo exigido, correspondendo a 25,93% da RRI. Em 2023 o valor aplicado foi de R\$ 9,10 bilhões (25,49% da RRI).

Aplicação em Educação

25,93%

Mínimo exigido: 25% da RRI

Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) por Fonte de Recursos (R\$ milhões)

FONTES DE RECURSO	VALOR
Despesas empenhadas na fonte Tesouro (FR 500)	3.021,51
Valor repassado ao Fundeb	7.572,60
Despesas consideradas em MDE	10.594,11
% da RRI	25,93%

Além dos valores considerados para cumprir o mínimo constitucional em educação, foram aplicados mais R\$ 781,31 milhões na função Educação, custeados por outros recursos.

Todas as despesas executadas na função Educação em 2024 não pagas no exercício foram inscritas em restos a pagar com suficiente disponibilidade de caixa para tal.

Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

Além da aplicação mínima de 25% da RRI em educação, a Constituição Federal, no art. 212-A, estabelece que 70% dos recursos recebidos do Fundeb devem ser destinados à remuneração dos profissionais da educação básica. Em 2024 o percentual de aplicação foi de 88,73%.

A legislação determina ainda que o Estado deve aplicar no mínimo 90% dos valores recebidos do Fundeb no exercício do recebimento. Ao final de 2024 o percentual de aplicação foi de 99,9%, restando R\$ 44,81 milhões a aplicar em 2025.

Remuneração dos profissionais da educação básica

88,73%

Mínimo exigido: 70% dos recursos recebidos do Fundeb

Relação entre Despesas e Receitas Correntes

Instituído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021, esse indicador mede a relação entre despesas e receitas correntes, a qual não deve ser superior a 95%. Constitui-se, portanto, em uma regra fiscal à medida que incentiva o controle dos gastos públicos.

Ao final de 2024 a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos últimos doze meses foi de 86,72%, mantendo-se abaixo do limite máximo de 95%.

Para o acompanhamento bimestral do limite máximo são consideradas as despesas correntes liquidadas nos últimos 12 meses e aquelas empenhadas e não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, de todos os Poderes e órgãos referentes ao mês de dezembro.

Relação entre Despesas e Receitas Correntes

86,72%

Máximo: 95%

LIMITES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A Constituição do Estado de Santa Catarina (CE/1989), além de confirmar os limites mínimos para saúde e educação estabelecidos pela Constituição Federal, determinou mínimos para a educação superior²⁶ (5% do mínimo constitucional para educação), ciência e tecnologia²⁷ (2% das receitas correntes) e emendas individuais parlamentares²⁸ (1% da Receita Corrente Líquida prevista).

26 Constituição Estadual, art. 170.

27 Constituição Estadual, art. 193.

28 Constituição Estadual, art. 120, §§ 9º e 10º.

Educação Superior

O mínimo constitucional estadual para a educação superior utiliza o mesmo parâmetro do mínimo federal, ou seja, a Receita Resultante de Impostos (RRI). Assim, o Estado deve prestar assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar em Santa Catarina em um montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino, ou seja, 1,25% da RRI.

Aplicação em Ensino Superior

2,05%

Mínimo exigido: 1,25% da RRI

A regulamentação do art. 170 da Constituição Estadual foi alterada em 2023 com a edição da Lei Complementar nº 831/2023, que instituiu o Programa Universidade Gratuita. Além disso, foi editada a Lei nº 18.672/2023, que instituiu o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes) a fim de proporcionar o cumprimento dos arts. 170 e 171 da Constituição catarinense.

Em 2024 o valor aplicado no ensino superior para cumprimento do art. 170 foi de R\$ 839,00 milhões, R\$ 328,22 milhões acima do mínimo exigido, correspondendo a 2,05% da RRI. Em 2023 o montante aplicado foi de R\$ 553,72 milhões (1,55% da RRI).

Recursos Destinados à Assistência Financeira dos Alunos de Educação Superior (art. 170 da CE) (R\$ milhões)

FONTE DE RECURSO	VALOR EMPENHADO
Despesas na fonte Tesouro	532,88
Despesas na fonte Fumdes	306,12
Despesas consideradas (art. 170 da CE)	839,00
% da RRI	2,05%

O art. 171 da Constituição Estadual determina que as empresas privadas beneficiárias de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do poder público estadual deverão apoiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino superior na forma da lei²⁹.

Em 2024 o Fumdes recebeu das empresas privadas R\$ 315,47 milhões, executou despesas no valor de R\$ 179,05 milhões, inscrevendo R\$ 16,36 milhões em restos a pagar não processados, e pagou R\$ 48,02 milhões de restos a pagar inscritos em 2023, fechando o ano com R\$ 58,84 milhões de saldo na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

29 Lei Complementar Estadual nº 407, de 2008, revogada em julho de 2023 pela Lei Estadual nº 18.672, de 2023.

Ciência e Tecnologia

No mínimo 2% das receitas correntes líquidas arrecadadas pelo Estado devem ser aplicados em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta³⁰, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional foram considerados os valores executados na integralidade pela FAPESC, e na Epagri somente os valores executados nas funções 19 - Ciência e Tecnologia e 20 - Agricultura, incluindo também os valores descentralizados por essas unidades.

A base de cálculo para o mínimo constitucional corresponde à receita corrente arrecadada líquida com dedução de 30% da Desvinculação das Receitas Estaduais e Municipais (DREM). Em 2024 essa base foi de R\$ 34,06 bilhões.

O valor considerado para fins de verificação da aplicação em ciência e tecnologia foi de R\$ 769,53 milhões, R\$ 88,25 milhões a mais do que o mínimo exigido, correspondendo a 2,26% das receitas correntes líquidas arrecadadas. Em 2023 o valor aplicado foi de R\$ 653,16 milhões (2,15%).

Aplicação em Ciência e Tecnologia

2,26%

Mínimo exigido: 2% da RCL

Recursos Destinados à Ciência e Tecnologia (art. 193 da CE) (R\$ milhões)

UNIDADES GESTORAS	VALOR EMPENHADO
Epagri	493,40
FAPESC	276,13
Despesas consideradas (art. 193 da CE)	769,53
% das receitas correntes líquidas	2,26%

Emendas Individuais de Parlamentares (CE, art. 120, § 9º, e art. 120-C)

As emendas individuais de parlamentares ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), também chamadas de emendas impositivas, são aprovadas no limite de 1% da RCL prevista no projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, conforme estabelecido no art. 120 da Constituição catarinense.

A RCL prevista no projeto da LOA 2024 foi de R\$ 42,44 bilhões. Logo, para 2024, foram consignados R\$ 424,37 milhões em emendas parlamentares a serem distribuídas em três modalidades: transferências especiais, convênios (entidades) e execução direta pelos órgãos estaduais.

A modalidade Transferências Especiais, regulada pelo art. 120-C, refere-se ao pagamento das emendas parlamentares impositivas destinadas aos municípios catarinenses sem necessidade de convênio ou plano de trabalho, ou de instrumento congênere, devendo ser pagas diretamente aos municípios até o final de cada exercício financeiro.

30 Lei Complementar Estadual nº 741/2019, art. 66, § 1º, e art. 81, § 3º.

Além do valor previsto inicialmente na LOA, caso seja comprovado que a RCL superou os valores estimados, 1% da diferença positiva deverá ser destinado às emendas parlamentares impositivas que atendam objetos relacionados à função Saúde.

Nesses termos, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) apresentou ao Poder Executivo as emendas parlamentares impositivas adicionais no valor de R\$ 34,22 milhões. Dessa forma, adicionando-se ao valor inicial da LOA de R\$ 424,36 milhões, tem-se o montante de R\$ 458,58 milhões em emendas impositivas assim distribuídas: R\$ 330,21 milhões em transferências especiais, R\$ 104,10 milhões em convênios (entidades) e R\$ 24,27 milhões para execução direta pelos órgãos estaduais.

Desse total previsto para 2024, o Poder Executivo pagou R\$ 357,96 milhões de emendas parlamentares impositivas, o que corresponde a 1.933 emendas. Da mesma forma, foram pagas emendas referentes a anos anteriores no valor de R\$ 176,07 milhões (679 emendas) totalizando o pagamento de R\$ 534,02 milhões (2.612 emendas) em emendas impositivas nesse exercício³¹.

Pagamento das Emendas Parlamentares Impositivas de 2024 (R\$ milhões)

MODALIDADE	VALORES PAGOS	QUANTIDADE DE EMENDAS ATENDIDAS ³²
Transferências Especiais	316,21	1.699
Convênios (entidades)	39,44	214
Execução direta	2,31	20
TOTAL	357,96	1.933

No Portal da Secretaria de Estado da Fazenda³³ é possível acompanhar, de forma detalhada, a execução de todas as emendas parlamentares impositivas por exercício a partir de 2018, considerando as transferências para municípios, entidades ou aplicações diretas realizadas pelos órgãos por meio de instrumentos de transferências voluntárias (convênios) ou transferências especiais.

Educação Especial (Lei nº 18.334/2022, art. 5, XVIII)

Santa Catarina deve transferir às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (APAEs) valor não inferior à média dos repasses realizados em 2019, 2020 e 2021, e, caso a receita do FUNDO SOCIAL seja inexistente ou insuficiente, o Tesouro do Estado integralizará ou complementarará o valor do repasse, que deverá ser atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)³⁴.

31 Informação DITE/SEF nº 022/2025 - Processo SEF nº 921/2025.

32 Cinco emendas (204/2024, 917/2024, 1705/2024, 1401/2024 e 1421/2024) foram agrupadas nas emendas 198/2024, 1341/2024, 1545/2024 e 1704/2024, não sendo consideradas na quantidade de emendas atendidas.

33 Disponível em: <https://www.sef.sc.gov.br/transparencias/emendas-parlamentares-estaduais>.

34 Lei Estadual nº 18.334/2022, art. 5º, XVIII.

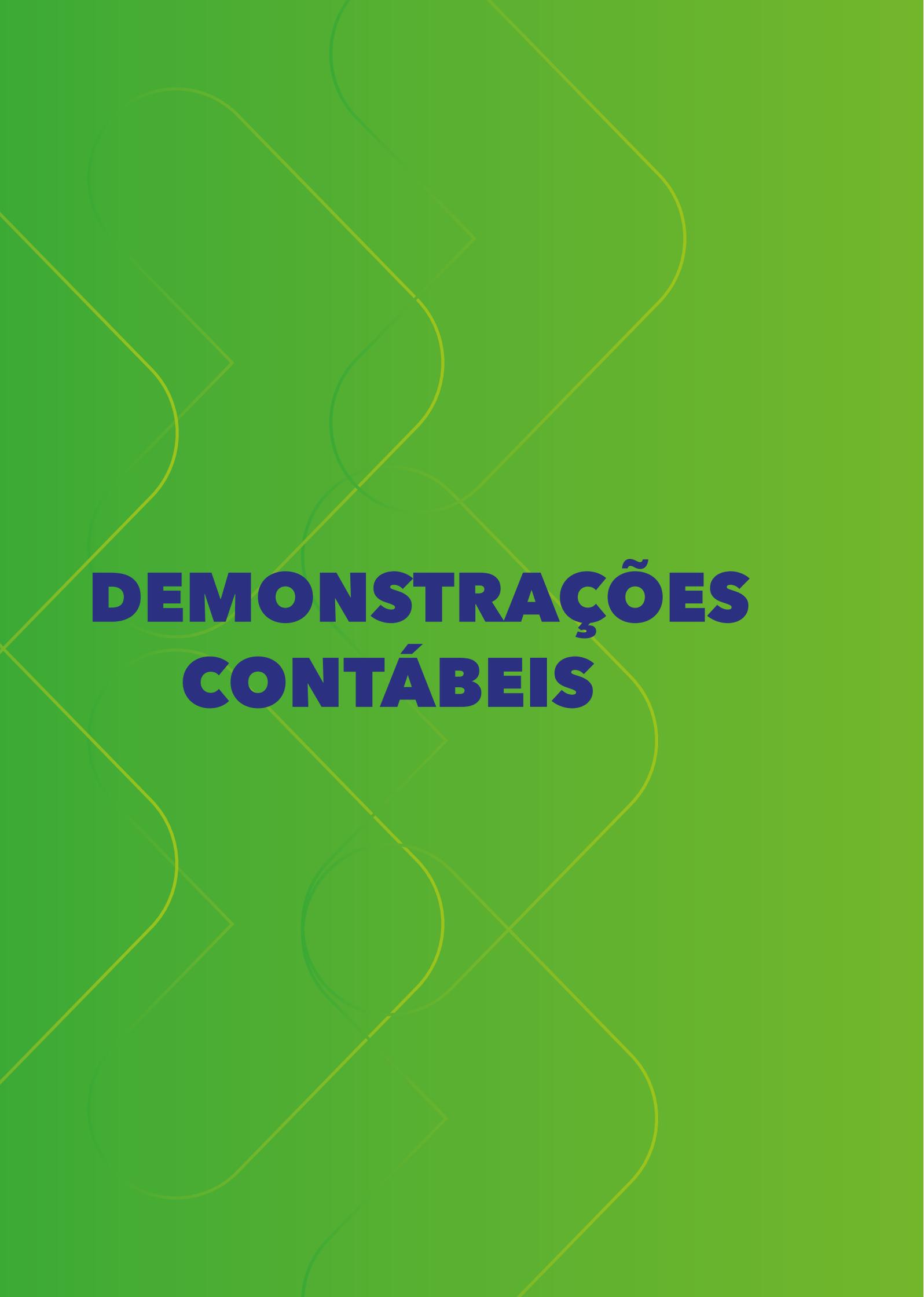
Valores Repassados às APAEs (R\$ milhões)

ANO	VALORES REPASSADOS
2019	36,55
2020	52,83
2021	65,24
TOTAL REPASSADO	154,62
Média dos valores repassados nos 3 anos	51,54

A média dos valores repassados (empenhos pagos) às APAEs entre 2019 e 2021 corresponde ao valor nominal de R\$ 51,54 milhões, que atualizado para dezembro de 2024 passa para R\$ 59,80 milhões.

O valor repassado³⁵ às APAEs em 2024 foi de R\$ 279,85 milhões, R\$ 220,05 milhões a mais que o mínimo legal exigido.

35 Conforme a subação orçamentária nº 11.097 - Apoio financeiro às APAEs.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Foto: Ricardo Wolfenbüttel/arquivo SECOM

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2024

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLICATIVA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)		47.061.123	47.061.123	50.842.049	3.780.925
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		30.261.602	30.261.602	33.331.691	3.070.089
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		4.038.727	4.038.727	3.658.393	(380.334)
RECEITA PATRIMONIAL		1.369.233	1.369.233	1.744.034	374.801
RECEITA AGROPECUÁRIA		2.203	2.203	2.121	(82)
RECEITA INDUSTRIAL		88	88	106	18
RECEITA DE SERVIÇOS		1.031.377	1.031.377	1.080.622	49.245
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		9.686.825	9.686.825	10.242.807	555.982
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		671.068	671.068	782.275	111.206
RECEITAS DE CAPITAL (II)		971.034	971.034	501.621	(469.413)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		847.888	847.888	238.724	(609.165)
ALIENAÇÃO DE BENS		22.785	22.785	15.764	(7.021)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		49.842	49.842	59.799	9.956
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		50.519	50.519	100.852	50.332
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		-	-	86.483	86.483
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		48.032.158	48.032.158	51.343.669	3.311.512
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)		-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		48.032.158	48.032.158	51.343.669	3.311.512
DÉFICIT (VI)					
TOTAL (VII) = (V + VI)		48.032.158	48.032.158	51.343.669	3.311.512
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	5.281.026	3.646.206	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	44	-	-	-	-
Superávit Financeiro		-	5.281.026	3.646.206	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2024

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLICATIVA	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		41.478.443	51.112.198	44.088.481	42.757.596	42.608.908	7.023.716
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		27.140.715	32.695.930	27.855.792	27.784.695	27.693.528	4.840.138
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		906.445	1.467.910	1.099.265	1.099.265	1.099.265	368.645
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		13.431.283	16.948.357	15.133.424	13.873.636	13.816.115	1.814.933
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		6.552.714	8.410.510	5.623.746	5.166.681	5.140.489	2.786.764
INVESTIMENTOS		4.736.443	6.716.693	4.406.614	3.949.910	3.923.718	2.310.078
INVERSÕES FINANCEIRAS		281.038	271.322	258.902	258.541	258.541	12.420
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.535.234	1.422.496	958.230	958.230	958.230	464.266
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		1.000	1.000	-	-	-	1.000
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		48.032.158	59.523.707	49.712.228	47.924.277	47.749.397	9.811.480
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XII)		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)		48.032.158	59.523.707	49.712.228	47.924.277	47.749.397	9.811.480
SUPERÁVIT (XIV)	45	-	-	1.631.442	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)		48.032.158	59.523.707	51.343.669	47.924.277	47.749.397	9.811.480
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2024

Execução de Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DEZEMBRO DE 2023 (b)				
Despesas Correntes	-	1.270.367	950.233	950.233	320.134	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	42.399	35.445	35.445	6.954	-
Juros e Encargos da Dívida	-	50	50	50	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.227.918	914.738	914.738	313.180	-
Despesas de Capital	-	309.255	172.663	172.520	136.592	144
Investimentos	-	309.188	172.596	172.453	136.592	144
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	67	67	67	-	-
TOTAL	-	1.579.622	1.122.896	1.122.753	456.726	144

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2024

Execução de Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (b)			
Despesas Correntes	2.756	296.860	297.931	1.423	262
Pessoal e Encargos Sociais	-	66.558	66.558	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.756	230.302	231.373	1.423	262
Despesas de Capital	7.157	11.972	14.171	1.948	3.009
Investimentos	7.157	11.972	14.171	1.948	3.009
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	9.913	308.832	312.102	3.371	3.272

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

INGRESSOS	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
Receita Orçamentária (I)		51.343.669	45.656.076
Recursos Não Vinculados		37.368.412	32.888.413
Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS)		10.465.345	9.207.614
Recursos Vinculados à Educação		5.133.003	4.693.426
Recursos Vinculados à Saúde		1.602.582	1.172.218
Recursos Vinculados à Assistência Social		5.555	3.765
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)		348.454	361.709
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		239.650	310.683
Demais Vinculações Legais		3.102.139	2.539.192
Outras Vinculações		33.961	126.620
Recursos Vinculados ao RPPS		3.509.913	3.560.049
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		714.134	3.418.976
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		2.657.215	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		138.564	141.073
Transferências Financeiras Recebidas (II)		147.574.288	128.062.477
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		38.170.155	33.081.299
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		103.186.145	89.292.857
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		4.439.885	3.993.313
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		1.778.103	1.695.008
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)		5.693.978	3.967.216
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras		5.501.303	3.873.331
Desbloqueios de Valores em Caixa		192.675	93.885
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		32.418.825	39.884.606
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.787.951	1.579.622
Inscrição de Restos a Pagar Processados		174.880	308.832
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		30.455.994	37.996.151
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1	1
Saldo do Exercício Anterior (V)		16.433.735	13.397.672
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	37-46	16.433.735	13.397.672
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		-	-
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)		253.464.494	230.968.047

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
Despesa Orçamentária (VII)		49.712.227	43.927.296
Recursos Não Vinculados		35.822.532	31.379.133
Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS)		10.368.733	9.015.834
Recursos Vinculados à Educação		5.294.116	4.746.779
Recursos Vinculados à Saúde		1.590.075	1.334.854
Recursos Vinculados à Assistência Social		2.094	882
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)		347.714	360.998
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		236.925	245.559
Demais Vinculações Legais		2.820.652	2.241.864
Outras Vinculações		77.157	84.898
Recursos Vinculados ao RPPS		3.520.963	3.532.328
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		870.377	3.412.206
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		2.523.106	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		127.480	120.122
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		147.574.288	128.062.477
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		38.170.155	33.081.299
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		103.186.145	89.292.857
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		4.439.885	3.993.313
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		1.778.103	1.695.008
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		5.665.195	3.971.268
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		5.496.525	3.891.212
Bloqueios de Valores em Caixa		168.670	80.056
Pagamentos Extraorçamentários (X)		31.972.488	38.573.272
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		1.122.753	971.112
Pagamento de Restos a Pagar Processados		312.102	306.505
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		30.537.633	37.295.654
Perdas Aplicação Financeira RPPS		-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		18.540.296	16.433.735
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	37-46	18.540.292	16.433.735
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		4	-
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)		253.464.494	230.968.047

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO/2024			JANEIRO A DEZEMBRO/2023		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (a)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (b)	SALDO (c) = (a - b)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (d)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (e)	SALDO (f) = (d - e)
Recursos Não Vinculados	57.826.662	20.458.250	37.368.412	50.817.355	17.928.942	32.888.413
Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS)	10.481.299	15.954	10.465.345	9.215.503	7.889	9.207.614
Recursos Vinculados à Educação	5.133.097	94	5.133.003	4.693.465	39	4.693.426
Recursos Vinculados à Saúde	1.602.652	70	1.602.582	1.172.351	133	1.172.218
Recursos Vinculados à Assistência Social	5.555	-	5.555	3.765	-	3.765
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	348.588	135	348.454	361.883	174	361.709
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	239.734	85	239.650	310.744	61	310.683
Demais Vinculações Legais	3.117.707	15.568	3.102.139	2.546.469	7.277	2.539.192
Outras Vinculações	33.964	3	33.961	126.825	206	126.620
Recursos Vinculados ao RPPS	3.539.494	29.581	3.509.913	3.574.744	14.695	3.560.049
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	718.438	4.304	714.134	3.433.671	14.695	3.418.976
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	2.682.492	25.277	2.657.215	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	138.564	-	138.564	141.073	0,1	141.073
TOTAL	71.847.454	20.503.785	51.343.669	63.607.602	17.951.525	45.656.076

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/1964

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

R\$ milhares

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	18.540.296	16.433.735
Créditos a Curto Prazo		6.791.662	5.825.846
Créditos Tributários a Receber	11	5.517.642	4.848.242
Clientes	12	5.889	5.965
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	20.104	13.231
Dívida Ativa Tributária	14	1.199.234	963.349
Dívida Ativa Não Tributária	15	94.027	67.645
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(45.235)	(72.586)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	10.041.147	10.116.085
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	745.426	750.204
Estoques	19	572.035	502.544
VPDs Pagas Antecipadamente	20	26.591	24.513
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		36.717.158	33.652.926
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.668.472	4.073.645
Créditos a Longo Prazo		2.973.468	2.695.716
Créditos Tributários a Receber	11	2.409.497	2.257.226
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	495.791	380.677
Dívida Ativa Tributária	14	27.454.345	25.711.361
Dívida Ativa Não Tributária	15	894.197	773.386
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(28.280.549)	(26.426.933)
Créditos Previdenciários do RPPS		187	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	3.503.084	1.138.409
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	18	42	42
VPDs Pagas Antecipadamente	20	191.878	239.478
Investimentos	21	5.725.214	5.257.400

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Imobilizado	22	40.567.665	40.302.307
Intangível	23	566.945	503.922
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		53.528.295	50.137.274
TOTAL DO ATIVO		90.245.453	83.790.200
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	1.348.141	1.169.415
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	1.032.333	1.150.465
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	234.593	236.047
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	12.325	22.608
Transferências Fiscais a Curto Prazo	29	65.888	120.054
Provisões a Curto Prazo	28	5.779.853	4.910.867
Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	30	8.478.882	8.382.557
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		16.952.015	15.992.014
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	2.926.428	2.282.457
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	18.045.090	17.194.991
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	1.067.346	749.118
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	171.455	186.910
Transferências Fiscais a Longo Prazo	29	56.534	82.868
Provisões a Longo Prazo	28	95.213.415	133.225.382
Demais Obrigações a Longo Prazo	30	1.028.833	994.284
Resultado Diferido	31	2.076.704	2.169.715
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		120.585.805	156.885.725
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		5.395	5.395
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		6.671.195	6.006.297
Resultados Acumulados	32	(53.969.326)	(95.099.599)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(47.292.367)	(89.087.539)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.245.453	83.790.200

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		
Ativo Financeiro	20.057.087	17.878.910
Ativo Permanente	70.188.366	65.911.290
TOTAL DO ATIVO (I)	90.245.453	83.790.200
PASSIVO		
Passivo Financeiro	10.407.367	10.322.088
Passivo Permanente	128.801.233	164.128.028
TOTAL DO PASSIVO (II)	139.208.600	174.450.117
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	(48.963.147)	(90.659.917)

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas	10.975.806	8.213.825
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	592
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	24.082	24.082
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	10.999.887	8.238.499
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas	1.645.780	1.665.973
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	2.725.630	1.490.285
Obrigações Contratuais	43.335.401	30.116.384
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	1.349.537	1.411.035
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	49.056.348	34.683.676

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
1.500.100.000 - Recursos Não Vinculados de Impostos - Receita Líquida Disponível - RLD - Fonte Tesouro - (EC)	2.813.359	987.620
1.501.101.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos Ordinários Diversos - Fonte Tesouro - (EC)	17.339	66.239
1.501.103.000 - Outros Recursos Não Vinculados - DREM - Fonte Tesouro - (EC)	45.871	35.452
1.501.129.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos de Transferências - Fonte Tesouro - (EC)	23.287	7.742
1.501.140.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos de Serviços - Fonte Tesouro - (EC)	968	3.840
1.501.160.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos Patrimoniais Primários - Fonte Tesouro - (EC)	39.373	65.080
1.501.169.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos Primários - Recursos Tesouro - (EC)	15.633	95.307
1.501.180.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Recursos Tesouro - (EC)	197.209	117.685
1.501.199.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outras Receitas Diversas - Recursos Tesouro - (EC)	-	2.910
1.501.229.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos de Transferências - Outras Fontes - (EC)	4.404	4.634
1.501.240.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos de Serviços - Recursos de Outras Fontes - (EC)	120.448	244.127
1.501.260.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos Patrimoniais - Recursos de Outras Fontes - (EC)	15.600	15.515
1.501.261.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Receitas Diversas - FUNDOSOCIAL - (EC)	563.889	621.834
1.501.269.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos - (EC)	28.807	25.878
1.501.280.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Outras Fontes - (EC)	723	831
1.501.281.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Legislativo - Outras Fontes - (EC)	41.587	43.815
1.501.282.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Fundo TJ - Outras Fontes - (EC)	27.326	29.104
1.501.284.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária MP - Outras Fontes - (EC)	34.848	38.494
1.501.299.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outras Receitas Diversas - Outras Fontes - (EC)	29.623	23.955
1.502.129.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos - Fonte Tesouro - (EC)	-	354.019
1.540.131.000 - Transferências do Fundeb - Fonte Tesouro - (EC)	40.367	68.956
1.540.186.000 - Transferências do Fundeb - Remuneração de Disponibilidade Bancária Fundeb - Fonte Tesouro - (EC)	4.447	8.245

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
1.550.120.000 - Transferências do Salário-Educação - Fonte Tesouro - (EC)	2.374	12.857
1.550.187.000 - Transferências do Salário-Educação - Remuneração de Disponibilidade Bancária Salário-Educação - Fonte Tesouro - (EC)	112	391
1.551.124.000 - Transferências FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Fonte Tesouro - (EC)	-	0,3
1.552.124.000 - Transferências FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fonte Tesouro - (EC)	2	558
1.569.124.000 - Outras Transferências FNDE - Demais Transferências - Fonte Tesouro - (EC)	23.991	10.092
1.570.128.000 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Outros Repasses Vinculados à Educação - Fonte Tesouro - (EC)	-	2
1.570.228.000 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educação - Fonte Tesouro - (EC)	4.350	5.244
1.572.235.000 - Transferências de Municípios Referentes a Convênios e Outros Repasses Vinculados à Educação - Outras Fontes - (EC)	31	28
1.575.228.000 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educação - (EC)	20	-
1.599.185.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fonte Tesouro - (EC)	15.067	16.455
1.599.240.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Recursos de Serviços - (EC)	1.601	1.294
1.599.260.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Poderes e Administração Indireta - (EC)	469	213
1.599.265.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Receitas Diversas - Manutenção Ensino Superior - Outras Fontes - (EC)	52.113	86.003
1.599.285.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Outras Fontes - (EC)	1.051	4.757
1.600.223.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - (EC)	159.890	87.450
1.601.233.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Provenientes do Governo Federal - Convênio Investimento - Outras Fontes - (EC)	6.936	794
1.602.223.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Covid-19 - Manutenção - Outras Fontes - (EC)	-	101
1.605.223.000 - Assistência Financeira da União Destinada à Complementação ao Pagamento dos Pisos Salariais para Profissionais de Enfermagem - (EC)	12	513
1.631.223.000 - Transferências do Governo Federal Referente a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Saúde - Manutenção - Outras Fontes - (EC)	-	61
1.659.119.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Vigilância em Saúde - Fonte Tesouro - (EC)	64	133
1.659.260.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Aluguéis de Salas - Outras Fontes - (EC)	4.255	-
1.659.269.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Receita de Prêmios de Seguros - Outras Fontes - (EC)	1.509	328
1.659.285.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Outras Fontes - (EC)	11.219	12.614
1.660.225.000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Outras Fontes - (EC)	4.789	2.234
1.665.128.000 - Transferências de Recursos da União Destinados a Programas de Assistência Social - Administração Direta - Recursos Tesouro - (EC)	765	1.470

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
1.669.185.000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - Remuneração de Disponibilidade Bancária - (EC)	-	63
1.700.128.000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos - Fonte tesouro - (EC)	4.314	8.408
1.700.228.000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos - Outras Fontes - (EC)	9.941	19.764
1.700.232.000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - Situação de Emergência e de Calamidade Pública - Outras Fontes - (EC)	-	1.374
1.702.235.000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios - Acordos Administrativos, Ajustes e Convênios com Municípios - Outras Fontes - (EC)	6.035	3.308
1.703.228.000 - Outras Transferências de Convênios ou Contribuições de Repasses de Outras Entidades - Convênios - Outras Fontes - (EC)	11.449	6.693
1.704.129.000 - Transferências da União Referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Outras Transferências - Fonte Tesouro - (EC)	0,04	2.854
1.706.129.000 - Transferências Especiais da União - Outras Transferências - Fonte Tesouro - (EC)	2.720	-
1.706.229.000 - Transferências Especiais da União - Outras Transferências - Outras Fontes - (EC)	3.750	611
1.707.129.000 - Transferências da União - Inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 173/2020 - Fonte Tesouro - (EC)	19	-
1.708.129.000 - Transferências da União Referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Outras Transferências - Fonte Tesouro - (EC)	2.193	3.555
1.709.122.000 - Transferências da União Referentes à Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Fonte Tesouro - (EC)	12.754	13.411
1.711.129.000 - Demais Transferências Obrigatórias Não Decorrentes de Repartições de Receitas - (EC)	-	59.320
1.712.229.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN - Outras Fontes - (EC)	4.268	2.581
1.713.229.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP - Outras Fontes - (EC)	75.259	1.451
1.715.229.000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual - (EC)	252	4.573
1.716.229.000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura - (EC)	26	440
1.719.229.000 - Transferência da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - (EC)	784	44.502
1.720.129.000 - Transferências da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural Destinadas ao FEP - Lei nº 9.478/1997 - Outras Transferências - Fonte Tesouro - (EC)	2.022	-
1.749.129.000 - Outras Vinculações de Transferências - Outras Transferências - Fonte Tesouro - (EC)	-	900
1.749.169.000 - Outras Vinculações de Transferências - Outros Recursos - Fonte Tesouro - (EC)	7	0,02
1.749.185.000 - Outras Vinculações de Transferências - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fonte Tesouro - (EC)	1.529	-
1.749.229.000 - Outras Vinculações de Transferências - Outras Transferências - Outras Fontes - (EC)	1	1
1.749.234.000 - Outras Vinculações de Transferências - Acordos Administrativos, Ajustes e Convênios com Poderes - Outras Fontes - (EC)	3.257	4.003

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
1.749.269.000 - Outras Vinculações de Transferências - Outros Recursos - Outras Fontes - (EC)	1.648	536
1.749.285.000 - Outras Vinculações de Transferências - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Outras Fontes - (EC)	18.345	2
1.750.121.000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Cota-Parte - Fonte Tesouro - (EC)	58	3.928
1.750.188.000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fonte Tesouro - (EC)	547	405
1.752.169.000 - Recursos Vinculados ao Trânsito - Outros Recursos - Fonte Tesouro - (EC)	12.544	43.664
1.752.235.000 - Recursos Vinculados ao Trânsito - Acordos Administrativos, Ajustes e Convênios com Municípios - Outras Fontes - (EC)	24.503	26.014
1.752.269.000 - Recursos Vinculados ao Trânsito - Outros Recursos - Outras Fontes - (EC)	1.910	2.005
1.753.111.000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Taxas de Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Fonte Tesouro - (EC)	101.802	52.299
1.753.119.000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Outras Taxas - Fonte Tesouro - (EC)	4.295	7.554
1.753.219.000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Outras Taxas - Outras Fontes - (EC)	136.543	138.575
1.754.191.000 - Recursos de Operações de Crédito - Operações de Crédito Internas - (EC)	11.683	1.927
1.754.192.000 - Recursos de Operações de Crédito - Operações de Crédito Externas - (EC)	2.268	-
1.756.298.000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta - Receita da Alienação de Bens - (EC)	9.728	13.481
1.759.266.000 - Recursos Vinculados a Fundos - Receitas Diversas - Receita Agroindustrial - FDR - (EC)	41.108	4.277
1.759.269.000 - Recursos Vinculados a Fundo - Outros Recursos - Outras Fontes - (EC)	44.685	2.426
1.760.212.000 - Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Recursos de Apoio a Atos e Serviços Notariais - Outras Fontes - (EC)	12.953	3.447
1.760.219.000 - Recursos de emolumentos e Taxas Judiciais - Outras Taxas - Outras Fontes - (EC)	270.118	226.014
1.760.282.000 - Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Remuneração de Disponibilidade Bancária Judiciário - Outras Fontes - (EC)	70.610	72.502
1.799.185.000 - Outras Vinculações Legais - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fonte Tesouro - (EC)	6.717	-
1.799.269.000 - Outras Vinculações Legais - Outros Recursos - Outras Fontes - (EC)	80.719	113.842
1.799.282.000 - Outras Vinculações Legais - Remuneração de Disponibilidade Bancária Judiciário - (EC)	7.702	3.455
1.799.283.000 - Recursos Vinculados a Fundos - Remuneração de Disponibilidade Bancária Judiciário - Outras Fontes - (EC)	133.809	218.760
1.799.284.000 - Outras Vinculações Legais - Remuneração de Disponibilidade Bancária MP - Outras Fontes - (EC)	29	-
1.799.285.000 - Outras Vinculações Legais - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Outras Fontes - (EC)	46.504	-
1.800.240.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Recursos de Serviços - (EC)	-	2.824

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
1.800.250.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização - Contribuição Previdenciária - (EC)	10.383	143.619
1.800.260.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Recursos Patrimoniais - (EC)	-	118
1.800.289.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fundos IPREV - (EC)	281	77.292
1.801.240.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - (Plano Financeiro) - Recursos de Serviços - (EC)	3.289	-
1.801.250.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Contribuição Previdenciária - (EC)	165.177	-
1.801.260.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Recursos Patrimoniais - (EC)	125	-
1.801.289.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Previdenciário) - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fundos IPREV - (EC)	33.465	-
1.801.298.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - (EC)	60	-
1.802.240.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - Recursos de Serviços - (EC)	-	77
1.802.250.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - (EC)	7.751	20.294
1.802.285.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - Remuneração de Disponibilidade Bancária - (EC)	5.938	4.530
1.803.250.000 - Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) - (EC)	338	711
1.803.289.000 - Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) - Remuneração de Disponibilidade Bancária - (EC)	402	-
1.899.160.000 - Outros Recursos Vinculados - Recursos Patrimoniais - Fonte Tesouro - (EC)	-	89
1.899.169.000 - Outros Recursos Vinculados - Outros Recursos - Fonte Tesouro - (EC)	438	-
1.899.185.000 - Outros Recursos Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Fonte Tesouro - (EC)	748	13.212
1.899.269.000 - Outros Recursos Vinculados - Outros Recursos - Outras Fontes - (EC)	1	34
1.899.285.000 - Outros Recursos Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Outras Fontes - (EC)	29.052	108.014
2.500.100.000 - Recursos Não Vinculados de Impostos - Receita Líquida Disponível - RLD - Fonte Tesouro - (EA)	527.447	177.268
2.501.101.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos Ordinários Diversos - Fonte Tesouro - (EA)	17.551	13.976
2.501.103.000 - Outros Recursos Não Vinculados - DREM - Fonte Tesouro - (EA)	1	-
2.501.109.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Superávit Financeiro Receitas Primárias - Recursos Convertidos - Fonte Tesouro - (EA)	7.829	1.899
2.501.129.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos de Transferências - Fonte Tesouro - (EA)	541	4.392
2.501.140.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos de Serviços - Fonte Tesouro - (EA)	416	2.350
2.501.160.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos Patrimoniais Primários - Fonte Tesouro - (EA)	1.051	2.147
2.501.169.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos Primários - Fonte Tesouro - (EA)	1.335	5.611

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
2.501.180.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Fonte Tesouro - (EA)	56.788	2.226
2.501.197.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Superávit Financeiro Receitas Não Primárias - Recursos Convertidos - Fonte Tesouro - (EA)	15.864	9.294
2.501.199.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outras Receitas Diversas - Fonte Tesouro - (EA)	-	1.012
2.501.229.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos de Transferências - Outras Fontes - (EA)	5.433	10.725
2.501.240.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos de Serviços - Outras Fontes - (EA)	32.286	20.824
2.501.260.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos Patrimoniais - Outras Fontes - (EA)	33.129	26.031
2.501.261.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Receitas Diversas - FUNDOSOCIAL - (EA)	1.714	247.568
2.501.269.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos - Outras Fontes - (EA)	121.729	265.267
2.501.280.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Outras Fontes - (EA)	325	1.248
2.501.281.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Legislativo - Outras Fontes - (EA)	88.236	44.373
2.501.282.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Fundo TJ - Outras Fontes - (EA)	66.189	37.086
2.501.284.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária MP - Outras Fontes - (EA)	39.076	20.561
2.501.299.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outras Receitas Diversas - Outras Fontes - (EA)	754	404
2.502.129.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos - Fonte do Tesouro - (EA)	354.019	-
2.550.120.000 - Transferências do Salário-Educação - Fonte Tesouro - (EA)	1	5.321
2.550.187.000 - Transferências do Salário-Educação - Remuneração de Disponibilidade Bancária Salário-Educação - Fonte Tesouro - (EA)	63	1.931
2.551.124.000 - Transferências FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Fonte Tesouro - (EA)	10	10
2.552.124.000 - Transferências FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fonte Tesouro - (EA)	1	0,5
2.569.124.000 - Outras Transferências FNDE - Demais Transferências - Fonte Tesouro - (EA)	9.533	-
2.570.124.000 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Outros Repasses Vinculados à Educação - Fonte Tesouro - (EA)	106.865	115.189
2.570.224.000 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Outros Repasses Vinculados à Educação - Fonte Tesouro - (EA)	315	315
2.570.228.000 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educação - Fonte Tesouro - (EA)	3.529	-
2.572.235.000 - Transferências de Municípios Referentes a Convênios e outros Repasses Vinculados à Educação - Outras Fontes - (EA)	56	35
2.599.185.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fonte Tesouro - (EA)	46.638	37.586
2.599.240.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Recursos de Serviços - Recursos de Outras Fontes - (EA)	781	-

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
2.599.260.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Poderes e Administração Indireta - (EA)	99	-
2.599.265.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Receitas Diversas - Manutenção Ensino Superior - Outras Fontes - (EA)	9.542	33.981
2.599.285.000 - Outros Recursos Vinculados à Educação - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Outras Fontes - (EA)	1.044	23.781
2.600.223.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Convênio Manutenção - Outras Fontes - (EA)	28.237	36.242
2.601.233.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Convênio Investimento - Outras Fontes - (EA)	3.024	4.829
2.602.223.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Covid-19 - Manutenção - Outras Fontes - (EA)	0,1	209
2.603.233.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Covid-19 - Capital - Outras Fontes - (EA)	1.656	2.624
2.605.223.000 - Assistência Financeira Complementar - Piso Salarial Enfermagem - EC nº 127/2022 - (EA)	16	-
2.631.223.000 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Saúde - Manutenção - Outras Fontes - (EA)	61	-
2.659.119.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Vigilância em Saúde - Outras Fontes - (EA)	95	710
2.659.229.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Outras Transferências - Outras Fontes - (EA)	0,3	24
2.659.260.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Aluguéis de Salas - Fonte Tesouro - (EA)	330	-
2.659.269.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Receita de Prêmios de Seguros - Fonte Tesouro - (EA)	327	-
2.659.285.000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Outras Fontes - (EA)	11.209	14.289
2.660.125.000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Outras Fontes - (EA)	1	1
2.660.225.000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Outras Fontes - (EA)	4.019	1.992
2.669.185.000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - Remuneração de Disponibilidade Bancária - (EA)	63	-
2.700.128.000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos - Fonte Tesouro - (EA)	5.270	5.016
2.700.228.000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos - Outras Fontes - (EA)	22.046	21.786
2.700.232.000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - Situação de Emergência e de Calamidade Pública - Outras Fontes - (EA)	181	181
2.702.235.000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios - Acordos Administrativos, Ajustes e Convênios com Municípios - Outras Fontes - (EA)	2.238	818
2.703.228.000 - Outras Transferências de Convênios ou Contribuições de Repasses de Outras Entidades - Convênios - Outras Fontes - (EA)	1.968	-
2.704.129.000 - Transferências da União Referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Outras Transferências - Fonte Tesouro - (EA)	101	89
2.706.229.000 - Transferências Especiais da União - Outras Transferências - Outras Fontes - (EA)	711	1.276
2.708.129.000 - Transferências da União Referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Outras Transferências - Fonte Tesouro - (EA)	20	65

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
2.709.122.000 - Transferências da União Referentes à Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Fonte Tesouro - (EA)	13.820	354
2.711.129.000 - Demais Transferências Obrigatórias Não Decorrentes de Repartições de Receitas - (EA)	50.662	-
2.712.229.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN - Outras Fontes - (EA)	5.676	3.788
2.713.229.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP - Outras Fontes - (EA)	30.124	63.860
2.715.229.000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual - (EA)	1	-
2.716.229.000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura - (EA)	6	-
2.719.229.000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - (EA)	1.611	-
2.749.129.000 - Outras Vinculações de Transferências - Outras Transferências - Fonte Tesouro - (EA)	1.930	933
2.749.169.000 - Outras Vinculações de Transferências - Outros Recursos - Fonte Tesouro - (EA)	9	10
2.749.185.000 - Outras Vinculações de Transferências - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fonte Tesouro - (EA)	4.620	-
2.749.229.000 - Outras Vinculações de Transferências - Outras Transferências - Outras Fontes - (EA)	1	-
2.749.234.000 - Outras Vinculações de Transferências - Acordos Administrativos, Ajustes e Convênios com Poderes - Outras Fontes - (EA)	4.283	2.564
2.749.269.000 - Outras Vinculações de Transferências - Outros Recursos - Outras Fontes - (EA)	401	-
2.749.285.000 - Outras Vinculações de Transferências - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Outras Fontes - (EA)	18.933	-
2.750.121.000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Cota-Parte - Fonte Tesouro - (EA)	-	1.723
2.750.188.000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fonte Tesouro - (EA)	-	723
2.752.169.000 - Recursos Vinculados ao Trânsito - Outros Recursos - Fonte Tesouro - (EA)	1.966	3.544
2.752.235.000 - Recursos Vinculados ao Trânsito - Acordos Administrativos, Ajustes e Convênios com Municípios - Outras Fontes - (EA)	19.776	15.085
2.752.269.000 - Recursos Vinculados ao Trânsito - Outros Recursos - Outras Fontes - (EA)	-	527
2.753.111.000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Taxas de Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Fonte Tesouro - (EA)	10.965	13.428
2.753.119.000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Outras Taxas - Fonte Tesouro - (EA)	1.900	3.579
2.753.219.000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Outras Taxas - Outras Fontes - (EA)	129.191	5.848
2.754.191.000 - Recursos de Operações de Crédito - Operações de Crédito Internas - (EA)	12.447	18.045
2.755.198.000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta - Receita da Alienação de Bens - (EA)	319	319
2.756.298.000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta - Receita da Alienação de Bens - (EA)	11.898	6.050

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
2.759.240.000 - Recursos Vinculados a Fundo - Outros Recursos - Outras Fontes - (EA)	605	-
2.759.266.000 - Recursos Vinculados a Fundo - Receitas Diversas - Receita Agroindustrial - FDR - (EA)	7	671
2.759.269.000 - Recursos Vinculados a Fundo - Outros Recursos - Outras Fontes - (EA)	252.112	130.618
2.760.212.000 - Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Recursos de Apoio a Atos e Serviços Notariais - Outras Fontes - (EA)	0,1	4.630
2.760.219.000 - Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Outras Taxas - Outras Fontes - (EA)	393.176	429.710
2.760.282.000 - Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Selo de Fiscalização - Outras Fontes - (EA)	203.108	130.606
2.761.164.000 - Recursos Vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Receitas Diversas - Fonte Tesouro - (EA)	89	89
2.799.185.000 - Outras Vinculações Legais - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fonte Tesouro - (EA)	15.150	-
2.799.269.000 - Outras Vinculações Legais - Outros Recursos - Outras Fontes - (EA)	95.157	40.165
2.799.282.000 - Outras Vinculações Legais - Remuneração de Disponibilidade Bancária Judiciário - (EA)	9.620	6.165
2.799.283.000 - Recursos Vinculados a Fundos - Remuneração de Disponibilidade Bancária Conta Única Judiciário - Outras Fontes - (EA)	304.963	262.650
2.799.285.000 - Outras Vinculações Legais - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Outras Fontes - (EA)	2.040	-
2.800.250.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Contribuição Previdenciária - (EA)	-	140.229
2.800.260.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Recursos Patrimoniais - (EA)	-	8.987
2.800.289.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fundos IPREV - (EA)	-	291.673
2.800.298.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - (EA)	-	1.827
2.800.299.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Outras Receitas Diversas - (EA)	-	7.890
2.801.250.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Contribuição Previdenciária - (EA)	107.798	-
2.801.260.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Recursos Patrimoniais - (EA)	8.987	-
2.801.289.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Previdenciário) - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Fundos IPREV - (EA)	317.991	-
2.801.298.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - (EA)	1.827	-
2.801.299.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Outras Receitas Diversas - (EA)	7.890	-
2.802.240.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - Recursos de Serviços - (EA)	1.115	1.316
2.802.250.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - (EA)	32.543	12.249
2.802.269.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - Outros Recursos - (EA)	464	464
2.802.285.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - Remuneração de Disponibilidade Bancária - (EA)	8.235	3.530

Continua na próxima página

FONTES DE RECURSOS	31/12/2024	31/12/2023
2.802.299.000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - Outras Receitas Diversas - (EA)	0,03	0,03
2.803.250.000 - Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) - (EA)	711	-
2.899.160.000 - Outros Recursos Vinculados - Recursos Patrimoniais - Fonte Tesouro - (EA)	804	295
2.899.185.000 - Outros Recursos Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Fonte Tesouro - (EA)	4.390	25.262
2.899.269.000 - Outros Recursos Vinculados - Outros Recursos - Outras Fontes - (EA)	34	-
2.899.285.000 - Outros Recursos Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Outras Fontes - (EA)	88.920	82.737
7.500.100.000 - Contrapartida de Recursos Não Vinculados de Impostos - Receita Líquida Disponível - RLD - Fonte Tesouro - (Ct. EC)	2.844	745
7.753.111.000 - Contrapartida de Recursos de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Taxas de Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Fonte Tesouro - (EC)	602	3.894
7.753.219.000 - Contrapartida de Convênios - Recursos de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Outras Taxas - Outras Fontes - (EC)	-	108
7.760.219.000 - Contrapartida de Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Outras Taxas Vinculadas - Outras Fontes - (EC)	-	116
8.500.100.000 - Contrapartida de Recursos Não Vinculados de Impostos - Receita Líquida Disponível - RLD - Fonte Tesouro - (EA)	2.996	3.199
8.501.129.000 - Contrapartida de Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Demais Receitas Detalhadas - Outras Fontes - (EA)	3	3
8.501.229.000 - Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos de Transferências - Outras Fontes - (EA)	35	35
8.501.240.000 - Contrapartida de Outros Recursos Não Vinculados - Recursos de Serviços - Recursos de Outras Fontes - (EA)	48	40
8.501.261.000 - Contrapartida de Outros Recursos Não Vinculados - Receitas Diversas - FUNDOSOCIAL - (EA)	65	165
8.501.269.000 - Contrapartida de Outros Recursos Não Vinculados - Outros Recursos - (EA)	1.875	1.246
8.700.228.000 - Contrapartida de Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - Demais Convênios - Outras Fontes - (EA)	85	498
8.702.235.000 - Contrapartida de Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios - Convênios Diversos - Outras Fontes - (EA)	582	232
8.753.111.000 - Contrapartida de Recursos de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Taxas de Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Fonte Tesouro - (EA)	3.696	3.228
8.753.219.000 - Contrapartida de Recursos de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - Fonte Tesouro - (EA)	270	162
8.759.266.000 - Contrapartida de Recursos Vinculados a Fundos - Receitas Diversas - Receita Agroindustrial - FDR - (EA)	24	24
8.760.219.000 - Contrapartida de Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Outras Taxas Vinculadas - Outras Fontes - (EA)	1.600	797
8.899.285.000 - Contrapartida de Outros Recursos Vinculados - Remuneração de Disponibilidade Bancária Executivo - Outras Fontes - (EA)	4	4
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	9.619.355	7.527.815

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração das Variações Patrimoniais

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2024 e de 2023

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34	54.000.321	46.565.669
Impostos		51.729.817	44.563.973
Taxas		2.270.504	2.001.695
Contribuições		1.918.860	2.014.536
Contribuições Sociais		1.918.860	2.014.536
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		801.050	759.314
Venda de Mercadorias		5.191	5.494
Venda de Produtos		2.178	2.502
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		793.681	751.319
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.679.116	4.694.236
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		679	1.628
Juros e Encargos de Mora		1.977.994	2.574.313
Variações Monetárias e Cambiais		165.427	576.924
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.535.017	1.541.371
Transferências e Delegações Recebidas		12.565.115	11.964.505
Transferências Intergovernamentais		9.545.143	9.445.973
Transferências das Instituições Privadas		1.483.196	1.219.941
Transferências de Pessoas Físicas		40	139
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.536.736	1.298.452
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		1.002.902	1.252.366
Reavaliação de Ativos		42.128	149.140
Ganhos com Alienação		6.556	3.835
Ganhos com Incorporação de Ativos		365.319	703.223
Ganhos com Desincorporação de Passivos		588.900	396.167

Continua na próxima página

ESPECIFICAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.877.443	6.023.950
Resultado Positivo de Participações		680.096	617.576
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		507.439	4.490.742
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.689.908	915.631
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		76.844.808	73.274.576
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	35	17.011.016	14.784.532
Remuneração a Pessoal	35	13.872.455	12.228.447
Encargos Patronais	35	900.874	834.279
Benefícios a Pessoal	35	1.048.797	681.802
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	35	1.188.890	1.040.004
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35	10.139.017	9.585.808
Aposentadorias e Reformas	35	8.432.305	8.016.321
Pensões	35	1.625.983	1.509.188
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35	80.729	60.299
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		11.190.516	8.733.377
Uso de Material de Consumo		2.759.170	2.373.410
Serviços		6.221.081	5.003.465
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.210.265	1.356.503
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.845.273	3.533.735
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		1.112.221	1.126.298
Juros e Encargos de Mora		829	3.898
Variações Monetárias e Cambiais		2.709.248	2.388.445
Descontos Financeiros Concedidos		22.975	15.093
Transferências e Delegações Concedidas		24.616.631	20.282.011
Transferências Intergovernamentais		23.563.834	19.488.147
Transferências a Instituições Privadas		265.358	247.147
Transferências a Consórcios Públicos		1.951	-
Execução Orçamentária Delegada		266.038	246.439
Outras Transferências e Delegações Concedidas		519.450	300.278
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		3.498.749	4.282.535
Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		2.397.268	3.315.657

Continua na próxima página

ESPECIFICAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
Perdas com Alienação		102	43
Perdas Involuntárias		1.070	131
Incorporação de Passivos		56.179	64.542
Desincorporação de Ativos		1.044.131	902.161
Tributárias		484.475	460.386
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.536	6.887
Contribuições		473.939	453.499
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		504	814
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV		504	814
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		98.114.439	24.536.731
Premiações		69.965	12.704
Resultado Negativo de Participações		194.032	284.569
Incentivos		172.171	178.060
Subvenções Econômicas		116.003	85.641
VPD de Constituição de Provisões		711.374	22.416.991
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		96.850.895	1.558.765
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		168.900.620	86.199.929
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	36	(92.055.812)	(12.925.353)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		200.551.625	175.810.168
Receita Tributária		33.331.691	28.615.498
Receita de Contribuições		3.658.393	3.701.215
Receita Patrimonial		209.017	183.469
Receita Agropecuária		2.121	2.520
Receita Industrial		106	78
Receita de Serviços		1.080.622	1.034.217
Remuneração das Disponibilidades		1.535.017	1.541.248
Outras Receitas Derivadas e Originárias		782.275	895.010
Transferências Correntes Recebidas		10.343.658	9.596.274
Outros Ingressos Operacionais	38	149.608.725	130.240.639
Desembolsos		195.151.101	170.495.421
Pessoal e Demais Despesas		37.553.965	33.609.430
Juros e Encargos da Dívida		1.099.315	1.124.216
Transferências Concedidas		6.815.526	5.443.642
Outros Desembolsos Operacionais	38	149.682.295	130.318.133
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações (I)		5.400.524	5.314.747
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		75.563	67.747
Alienação de Bens		15.764	17.920
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		59.799	49.827
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		2.737.870	2.100.750
Aquisição de Ativo Não Circulante		2.296.544	1.760.871
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		183.735	89.630
Outros Desembolsos de Investimento		257.592	250.249
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(2.662.308)	(2.033.003)

Continua na próxima página

	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		325.207	18.800
Operações de Crédito		238.724	18.800
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Outros Ingressos de Financiamentos		86.483	-
Desembolsos		958.297	1.016.170
Amortização/Refinanciamento da Dívida		958.297	1.016.170
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		(633.090)	(997.370)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	37-38-39	2.105.126	2.284.374
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		9.172.670	6.888.296
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		11.277.796	9.172.670

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

R\$ milhares

	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		4.460.581	4.423.775
da União		4.422.973	4.388.085
de Estados e Distrito Federal		-	-
de Municípios		37.608	35.690
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		5.883.077	5.172.499
Total das Transferências Recebidas		10.343.658	9.596.274
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		2.730.143	1.548.835
à União		107	609
a Estados e Distrito Federal		-	-
a Municípios		2.730.036	1.548.225
Intragovernamentais		2.186.375	2.173.075
Outras Transferências Correntes Concedidas		1.899.008	1.721.732
Total das Transferências Concedidas		6.815.526	5.443.642

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

R\$ milhares

	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
Legislativa		1.033.958	922.985
Judiciária		3.506.923	3.120.481
Essencial à Justiça		1.677.460	1.444.740
Administração		2.443.693	2.094.436
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		3.253.409	3.099.005
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		64.459	59.824
Previdência Social		10.153.103	9.676.855
Saúde		5.484.473	4.420.943
Trabalho		6.345	4.786
Educação		6.526.760	5.558.484
Cultura		111.896	32.189
Direitos da Cidadania		1.326.530	1.402.562
Urbanismo		-	-
Habitação		6.487	9.808
Saneamento		-	219
Gestão Ambiental		85.375	89.863
Ciência e Tecnologia		128.953	54.040
Agricultura		802.830	793.052
Organização Agrária		-	-
Indústria		80	-
Comércio e Serviços		71.714	40.845
Comunicações		-	-
Energia		-	65
Transporte		236.890	252.091
Desporto e Lazer		20.260	8.332
Encargos Especiais		612.367	523.826
Reserva de Contingência		-	-
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		37.553.965	33.609.430

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

R\$ milhares

	NOTA EXPLICATIVA	JANEIRO A DEZEMBRO/2024	JANEIRO A DEZEMBRO/2023
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		963.302	1.004.250
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		108.935	99.077
Outros Encargos da Dívida		27.079	20.890
Total dos Juros e Encargos da Dívida		1.099.315	1.124.216

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/1964

Valores em 31/12/2023 e 31/12/2024

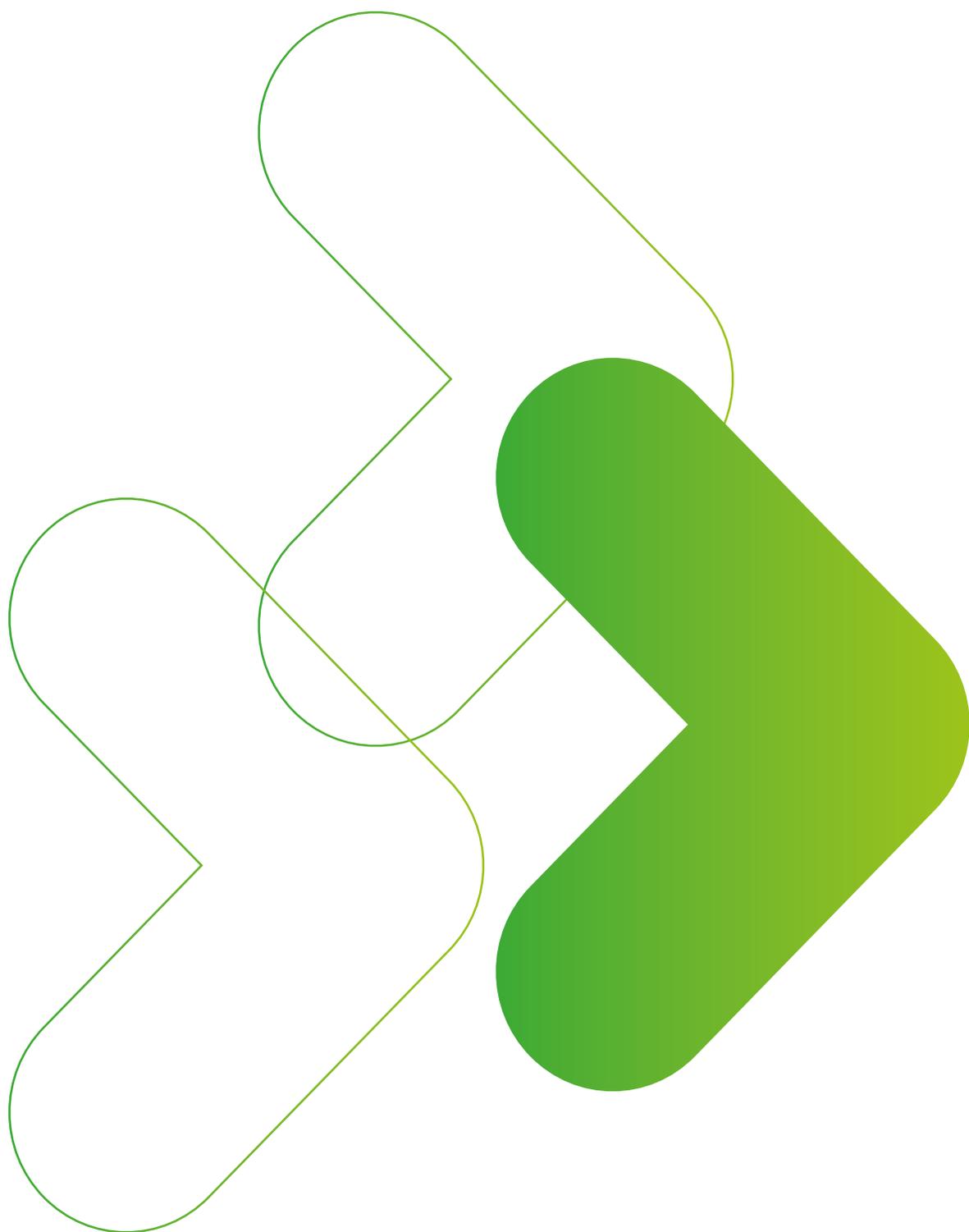
R\$ milhares

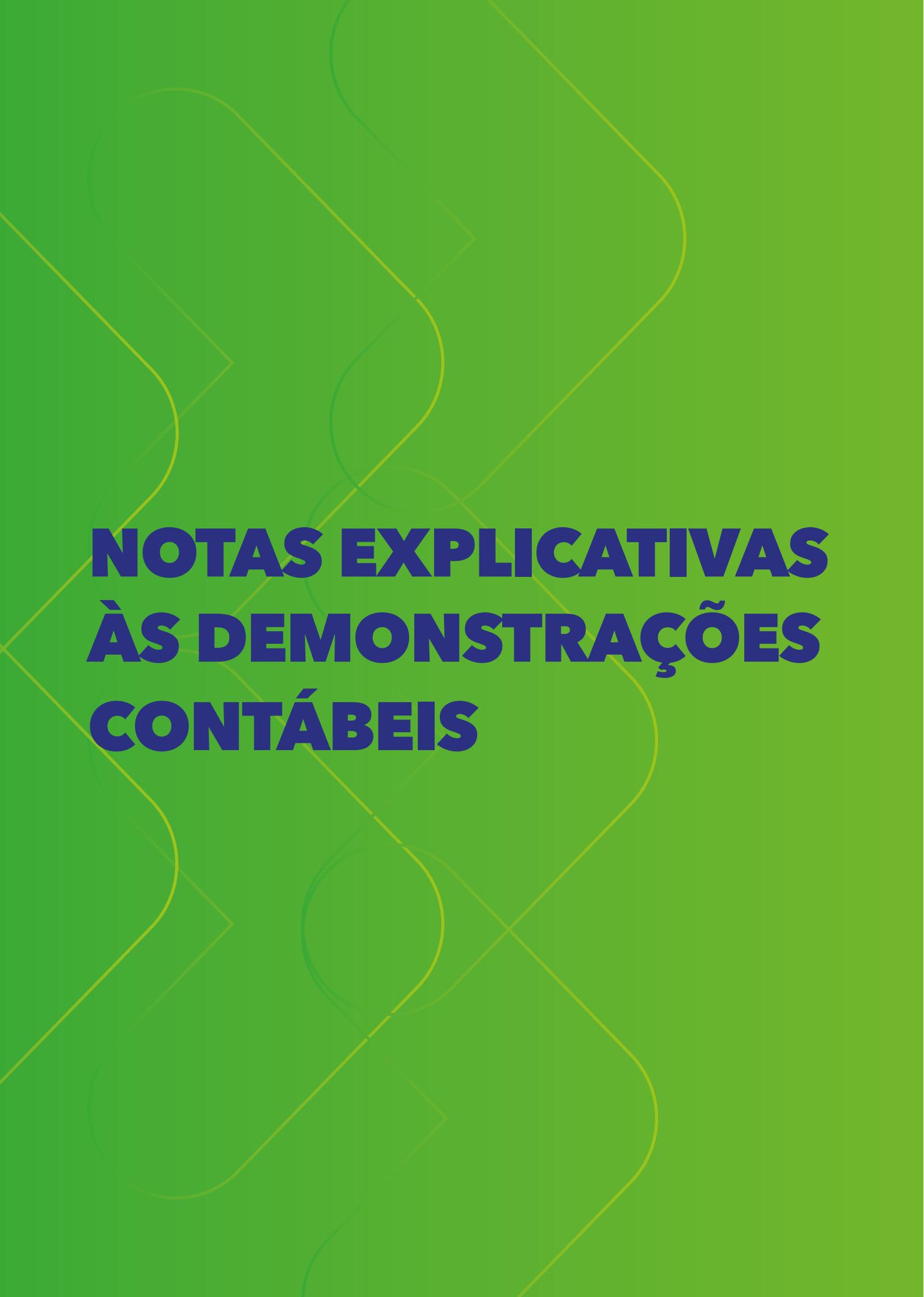
ESPECIFICAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS ATUARIAIS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	40	5.395	-	368	4.841.301	-	-	2.274	(82.333.554)	-	(77.484.216)
Ajustes de Exercícios Anteriores	32	-	-	-	-	-	-	-	159.308	-	159.308
Redução do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	36	-	-	-	-	-	-	-	(12.925.353)	-	(12.925.353)
Constituição/ Reversão de Reservas		-	-	-	1.162.723	-	-	-	-	-	1.162.723
Reservas Atuariais para Ajustes do Fundo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	40	5.395	-	368	6.004.023	-	-	2.274	(95.099.599)	-	(89.087.539)

Continua na próxima página

ESPECIFICAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	PATRI-MÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS ATUARIAIS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	40	5.395	-	368	6.004.023	-	-	2.274	(95.099.599)	-	(89.087.539)
Ajustes de Exercícios Anteriores	32	-	-	-	-	-	-	-	133.186.085	-	133.186.085
Redução do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	36	-	-	-	-	-	-	-	(92.055.812)	-	(92.055.812)
Constituição/ Reversão de Reservas		-	-	-	628.936	-	-	-	-	-	628.936
Reservas Atuariais para Ajustes do Fundo		-	-	-	-	-	35.962	-	-	-	35.962
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	40	5.395	-	368	6.632.959	-	35.962	2.274	(53.969.326)	-	(47.292.367)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



The background is a solid green color with several overlapping, semi-transparent yellow geometric shapes. These shapes include circles, squares, and irregular polygons with rounded corners, creating a modern, abstract pattern.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Foto: Marina Simões/Ascom SED

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS		PÁGINA
BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
1.	Contexto Operacional	246
2.	Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina	247
3.	Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2024	248
3.1.	Relação Nominal dos Órgãos, das Entidades e dos Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo	249
3.2.	Unidades Administrativas	252
3.3.	Alterações da Classificação Institucional	253
4.	Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações	253
5.	Base para a Elaboração	253
5.1.	Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	254
6.	Moeda Funcional e de Apresentação	257
7.	Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas	257
8.	Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis	258
9.	Resumo das Principais Políticas Contábeis	258
BALANÇO PATRIMONIAL		
10.	Caixa e Equivalentes de Caixa	259
11.	Créditos Tributários a Receber	263
12.	Clientes	266
13.	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	267
14.	Dívida Ativa Tributária	269
15.	Dívida Ativa Não Tributária	270
16.	Ajuste de Perdas de Créditos	271
17.	Demais Créditos e Valores	273
18.	Investimentos e Aplicações Temporárias	283
19.	Estoques	284
20.	Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente	287

21.	Investimentos	287
22.	Imobilizado	291
23.	Intangível	298
24.	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	301
25.	Empréstimos e Financiamentos	304
26.	Fornecedores e Contas a Pagar	306
27.	Obrigações Fiscais	308
28.	Provisões	309
29.	Transferências Fiscais	315
30.	Demais Obrigações	318
31.	Resultado Diferido	323
32.	Ajustes de Exercícios Anteriores	324
33.	Passivos Contingentes	326
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
34.	Tributos	328
35.	Benefícios a Empregados	329
36.	Resultado Patrimonial	330
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
37.	Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações	332
38.	Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais	333
39.	Resultado Orçamentário e Geração Líquida de Caixa	333
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
40.	Variação do Patrimônio Líquido no Período	334
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
41.	Receitas	336
42.	Despesas Demonstradas na LOA e Dotação Inicial	336
43.	Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias	336
44.	Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	337
45.	Resultado Orçamentário	338
BALANÇO FINANCEIRO		
46.	Resultado Financeiro	339
OUTRAS NOTAS RELEVANTES		
47.	Renúncia de Receita	340
48.	Transações entre Partes Relacionadas	342
49.	Eventos Subsequentes	345

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Governo do Estado de Santa Catarina é uma pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na Rodovia SC-401, Km 15, nº 4.600.

As despesas decorrentes das atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2024 foram amparadas pela Lei Estadual nº 18.836, de 12 de janeiro de 2024 (Lei Orçamentária Anual - LOA), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos no exercício. As competências inerentes a cada órgão ou entidade do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2024 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria nº 42/1999 do então Ministério de Estado do Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais¹.

As demonstrações contábeis desta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas. Nesse sentido, destaca-se que as informações registradas no SIGEF são de inteira responsabilidade dos gestores dos órgãos, autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes da administração pública estadual, cabendo à Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) a consolidação das informações contábeis para fins de emissão das demonstrações contábeis e da elaboração desta prestação de contas.

Compõem as demonstrações contábeis: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2024, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

¹ Na função Encargos Especiais foram realizadas as despesas de Precatórios e do Serviço da Dívida Interna e Externa.

2. RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA

São controladas diretamente por Santa Catarina as empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, aquelas ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes² e não dependentes. No exercício de 2024 são elas:

a. Empresas Estatais Dependentes:

Em funcionamento:

- I. *Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)*
- II. *Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)*

Em processo de liquidação³:

- I. *Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)*
- II. *Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)*

b. Empresas não Dependentes⁴:

Em funcionamento:

- I. *Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)*
- II. *Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)⁵*
- III. *Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)*
- IV. *Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz (Hidrocaldas)⁶*
- V. *Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC)*
- VI. *Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)*
- VII. *Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)*
- VIII. *Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)⁷*
- IX. *Sapiens Parque S.A.⁸*
- X. *SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar Invest SC)*
- XI. *Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (Iazpe)*

Em processo de liquidação⁹:

- I. *BESC S.A. Corretora de Seguros (BESCOR)*

2 Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (art. 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

3 Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

4 As demonstrações contábeis das empresas não dependentes não estão consolidadas neste Balanço.

5 Controle conjunto com Paraná e Rio Grande do Sul.

6 O Estado passou a ter o controle direto da Hidrocaldas durante o processo de liquidação da CODESC.

7 A INVESC não possui atividades operacionais e cumpre apenas as obrigações acessórias previstas na legislação vigente, em virtude da impossibilidade de baixa decorrente de demandas judiciais.

8 O Estado passou a ter o controle direto do Sapiens Parque S.A. durante o processo de liquidação da CODESC.

9 Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

3. RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2024



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

Procuradoria-Geral de Justiça

Fundo para Reconstituição
de Bens Lesados

Fundo Especial do
Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional

Fundo Especial de
Modernização e
Reaparelhamento

3.1. Relação Nominal dos Órgãos, das Entidades e dos Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo

a. Secretarias

Secretaria de Estado da Administração

Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária

Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca

Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família

Secretaria de Estado da Casa Civil

Secretaria Executiva da Casa Militar

Secretaria Executiva de Articulação Nacional

Secretaria Executiva de Articulação Internacional

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Secretaria de Estado da Comunicação

Secretaria de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Fazenda

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviço

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade

Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde

Secretaria de Estado do Planejamento

Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias

Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil

Secretaria de Estado da Saúde

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Corpo de Bombeiros Militar

Polícia Científica

Polícia Civil

Polícia Militar

Secretaria de Estado do Turismo

b. Órgãos

Controladoria-Geral do Estado

Defensoria Pública

Gabinete do Vice-Governador

Procuradoria-Geral do Estado

c. Fundações

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)

Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

Fundação Escola de Governo (ENA)

Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

d. Autarquias

Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)

Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)

Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)

Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)

Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC)¹⁰

10 Nome alterado pela Lei Complementar nº 18.646/2023 - de Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF) para Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC).

e. Empresas Estatais Dependentes¹¹

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) - Em liquidação
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur) - Em liquidação

f. Fundos Especiais

Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas (FMUC)
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE)
Fundo de Acesso à Justiça (FAJ)¹²
Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (FADEP-SC)
Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC)
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais (FMPIO)
Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF)
Fundo de Melhoria da Polícia Civil (FUMPC)
Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM)
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (FUMCBM)
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
Fundo em Capitalização (SC FUTURO)¹³
Fundo em Repartição (SC SEGURO)¹⁴
Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento (FUNJURE)
Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA)
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR)
Fundo Estadual de Educação (Feduc)
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL)
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC)
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
Fundo Estadual de Sanidade Animal (FUNDESA)
Fundo Estadual de Saúde (FES)

11 Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na prestação de contas do exercício de 2024. A participação do Estado nas empresas não dependentes é incorporada neste Balanço Geral pelo método da equivalência patrimonial.

12 Sem movimentação no exercício.

13 Criado pela Lei Complementar nº 848, de 22 de dezembro de 2023.

14 Criado pela Lei Complementar nº 848, de 22 de dezembro de 2023.

Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC)
Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC)
Fundo Estadual de Transição Energética Justa (FETEJ-SC)¹⁵
Fundo Estadual do Idoso (FEI)
Fundo Estadual do Trabalho (FET-SC)¹⁶
Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)
Fundo para Melhoria da Segurança Pública (FSP)
Fundo Patrimonial (FUNPAT)
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)
Fundo Rotativo da Penitenciária de São Pedro de Alcântara
Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis (FR-01)
Fundo Rotativo Regional do Médio Vale do Itajaí (FR-07)
Fundo Rotativo Regional do Planalto Norte (FR-08)
Fundo Rotativo Regional do Vale do Itajaí (FR-04)
Fundo Rotativo Regional Norte (FR-03)
Fundo Rotativo Regional Oeste (FR-06)
Fundo Rotativo Regional Serrano (FR-05)
Fundo Rotativo Regional Sul (FR-02)

g. Unidades Gestoras Especiais

Diretoria do Tesouro Estadual

3.2. Unidades Administrativas

As unidades administrativas criadas conforme o art. 142, § 1º, III, da Lei Complementar nº 741/2019 estão consolidadas nas suas respectivas unidades gestoras. Ao final de 2024, a relação de unidades administrativas do Estado de Santa Catarina era a seguinte:

a. Assembleia Legislativa:

- » *Escola do Legislativo*
- » *Diretoria de Comunicação Social*

b. Secretaria de Estado da Casa Civil:

- » *Secretaria Executiva da Casa Militar*

15 Criado pela Lei nº 18.330, de 5 de janeiro de 2022.

16 Sem movimentação no exercício.

3.3. Alterações da Classificação Institucional

As unidades gestoras a seguir tiveram seus códigos alterados de 2023 para 2024.

CÓDIGO EM 2023	CÓDIGO EM 2024	NOME DA UNIDADE GESTORA
160007/00001	160001/00001	Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)
270021/00001	330021/00001	Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)
270024/00001	280024/00001	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
270033/00001	410070/00001	Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
270034/00001	410073/00001	Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)
270029/00001	410069/00001	Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
270091/27091	330091/33091	Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA)
270092/27092	330092/33092	Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
270095/27095	330095/33095	Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas (FMUC)
410006/00001	350001/00001	Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil
410013/00001	340001/00001	Secretaria de Estado da Comunicação
410092/00001	350091/35091	Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC)
470030/00001	310002/00001	Fundação Escola de Governo (ENA)
530020/00001	310020/00001	Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC)

4. CISÕES, FUSÕES, EXTIÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES

Encontram-se em fase de liquidação: a BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR); a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC); e a Santa Catarina Turismo S.A. (Santur).

5. BASE PARA A ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição. A Parte V do Manual é aprovada pela Portaria STN/MF nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023, que observa os dispositivos legais reguladores do assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, denominadas intraorçamentárias. O

Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intraorçamentárias.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens importantes para maior compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida em 25 de agosto de 2008 pelo então Ministério da Fazenda, a qual ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado na implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), na uniformização dos procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), assim como na implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

Santa Catarina vem adotando uma série de providências para acompanhar o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Prova disso foi a implantação, em 2013, do novo PCASP, com base no PCASP estabelecido para os entes da Federação. Com essa mudança, todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas ao novo padrão de contas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, vêm sendo elaboradas desde o exercício de 2010.

Em 2024 o Estado realizou a adequação das seguintes contas contábeis à codificação prevista no PCASP Estendido, constante no Anexo III da IPC 00 (Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade), conforme a NTPC nº 003/2023.

Alterações no PCASP SC de 2023 para 2024

PCASP SC 2023		PCASP SC 2024	
2.1.2.1.3.02.01.01	Contratos de Empréstimos Internos - Integrantes da DCL	2.1.2.1.3.04.01.01	Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (P)
2.1.2.1.3.02.02.00	Contratos de Empréstimos Internos do Exercício (F)	2.1.2.1.3.04.01.02	Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados do Exercício (F)
2.1.2.1.3.02.03.00	Contratos de Empréstimos Internos de Exercícios Anteriores (F)	2.1.2.1.3.04.01.03	Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados de Exercícios Anteriores (F)
2.1.2.5.3.01.01.00	Juros de Contratos - Empréstimos Internos (P)	2.1.2.5.3.01.01.01	Juros do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal (P)
2.1.2.5.3.01.02.00	Juros de Contratos - Empréstimos Internos do Exercício (F)	2.1.2.5.3.01.01.02	Juros do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Exercício (F)
2.1.2.5.3.01.03.00	Juros de Contratos - Empréstimos Internos de Exercícios Anteriores (F)	2.1.2.5.3.01.01.03	Juros do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Exercícios Anteriores (F)
2.1.2.5.3.02.01.00	Encargos de Contratos - Empréstimos Internos (P)	2.1.2.5.3.02.01.01	Encargos - Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal (P)
2.1.2.5.3.02.02.00	Encargos de Contratos - Empréstimos Internos do Exercício (F)	2.1.2.5.3.02.01.02	Encargos - Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Exercício (F)
2.1.2.5.3.02.03.00	Encargos de Contratos - Empréstimos Internos de Exercícios Anteriores (F)	2.1.2.5.3.02.01.03	Encargos - Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Exercícios Anteriores (F)
2.2.2.1.3.02.01	Contratos de Empréstimos Internos	2.2.2.1.3.04.01.00	Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados

Além da constante manutenção e evolução do PCASP, Santa Catarina também concentrou seus esforços na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs), que consiste em definir estratégias e prazos para implantar, de forma gradual, os procedimentos patrimoniais necessários ao processo de convergência.

Atendimento dos prazos dos PCPs determinados pela Portaria nº 548/2015

PROCEDIMENTO CONTÁBIL PATRIMONIAL (PCP)	PRAZO PARA ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	SANTA CATARINA
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas	2020	Implantado
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2020	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2017	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2019	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2019	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2019	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável	2022	Implantado
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBCs TSP e o MCASP)	A ser definido em ato normativo específico ¹⁷	Não iniciado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	2019	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	2017	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos civis e militares	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais, amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável	2020	Implantado
16. Outros ativos intangíveis e eventuais, amortização e redução ao valor recuperável	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	2019	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques	2021	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBCs TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

¹⁷ Prazo suspenso pela Portaria ME/SEF/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022.

6. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos das notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em razão dos arredondamentos, que seguem a regra de arredondamento da ABNT 5891.

7. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Governo do Estado utilizou estimativas e julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos apresentados nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a. *a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição;*
- b. *no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa foi empregada uma metodologia que considera o histórico de recebimentos dos últimos três anos para os valores de longo prazo, não havendo no exercício de 2024 ajustes para perdas no que se refere aos valores inscritos em dívida ativa tributária de curto prazo, pois o valor já reflete a expectativa de recebimento para o exercício de 2025. Já para os valores inscritos em dívida ativa de curto prazo, o cálculo é realizado com base na diferença entre o valor estimado de recebimento previsto na Lei Orçamentária Anual e o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF;*
- c. *na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, adotou-se inicialmente o método das quotas constantes para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão, seguindo os critérios definidos pela Secretaria da Receita Federal por meio da Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, então revogada. A partir de 2021, conforme prevê o Decreto Estadual nº 1.479/2021, uma comissão técnica específica, constituída no âmbito da entidade, passou a ser responsável por realizar procedimentos de reavaliação para determinar a vida útil remanescente do bem. No caso dos intangíveis, o Decreto Estadual nº 1.142/2021 instituiu a política de gestão desses ativos e atribuiu ao órgão ou à entidade a responsabilidade de avaliação da vida útil do ativo intangível, podendo ser definida ou indefinida (esta última classificação aplicável quando não existe um limite previsível para sua vida útil). No caso dos ativos de infraestrutura, a vida útil consta no Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001/2015;*
- d. *os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A Nota Explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial; e*

- e. *os riscos fiscais, como os decorrentes de ações cíveis e trabalhistas, são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada caso e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como provisão. A Portaria GAB/PGE nº 102/2021 estabelece os critérios e procedimentos a serem observados pela Procuradoria-Geral do Estado na prestação de informações sobre ações judiciais movidas contra o Estado de Santa Catarina, suas autarquias e fundações públicas que possam representar riscos fiscais. A classificação dessas ações quanto à probabilidade de perda deverá observar os seguintes critérios: risco provável, risco possível e risco remoto.*

8. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 28 de fevereiro de 2025 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Em 19 de junho de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o Comunicado Técnico Aplicado ao Setor Público (CTSP 02) - Notas Explicativas, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que orienta os profissionais da contabilidade que atuam nas entidades públicas quanto à elaboração das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

De acordo com o item 34 do referido Comunicado Técnico, não é recomendada a elaboração de uma nota isolada ou de um conjunto de notas sobre políticas contábeis, pois as informações tendem a se repetir nas notas explicativas específicas dos itens constantes nas demonstrações contábeis. Diante disso, informamos que as notas sobre políticas contábeis foram inseridas juntamente com as notas relativas aos itens constantes das demonstrações contábeis a que se referem.

BALANÇO PATRIMONIAL

DISTINÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os direitos e as obrigações com valores de realização acima de 12 meses são considerados não circulantes.

Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados em sua maioria como circulante.

ATIVOS

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2024	31/12/2023
Conta Única - Tesouro	0,06	13
Banco do Brasil	6.978.345	5.106.840
Caixa Econômica Federal	0,06	0,06
(-) Aplicações financeiras da conta única	(6.978.345)	(5.106.827)
Conta Única - RPPS	4	-
Bancos Conta Movimento - Fundo em Capitalização	10.665	695.134
Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	47.897	55.069
(-) Aplicações Financeiras - Fundo em Capitalização	(10.661)	(695.134)
(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração	(47.897)	(55.069)
Outras Contas	22.453	14.182
Conta Arrecadação - Banco Brasil	-	-
Banco do Brasil - Outras contas	3.946.652	3.642.462
Caixa Econômica Federal	7.568.255	7.652.386
(-) Aplicações financeiras outros bancos	(11.492.454)	(11.280.666)
Arrecadação Indireta	47.039	32.046
Aplicações Financeiras	18.470.799	16.387.494
Poupança	35.772	44.362
Fundos	18.191.252	16.148.673
Outras aplicações	243.776	194.459
TOTAL	18.540.296	16.433.735

Conta Única - Tesouro

A administração financeira do Estado observa o princípio da unidade de tesouraria e é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, abrangendo todas as fontes de recursos dos órgãos e das entidades da administração pública estadual. São exceção os recursos vinculados ao Regime Próprio de Previdência, os arrecadados pelo Fundo para a Infância e Adolescência e pelo Fundo Estadual do Idoso, bem como aqueles com vinculação de aplicação junto ao agente financeiro atual (Banco do Brasil). O Sistema Financeiro de Conta Única otimiza a administração dos recursos financeiros, buscando maiores rendimentos para os valores depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, alterado pela Lei Complementar Estadual nº 789/2021, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual poderão ser aplicadas em instituições financeiras oficiais, desde que respeitadas as cláusulas vigentes em contratos, sendo:

- a. *títulos públicos federais;*
- b. *operações compromissadas lastreadas em títulos da dívida pública federal;*
- c. *operações compromissadas lastreadas em títulos de responsabilidade de instituições financeiras oficiais que possuam classificação de risco equivalente aos títulos da dívida pública federal;*
- d. *demais títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira oficial que possuam classificação de risco equivalente aos títulos da dívida pública federal; ou*
- e. *fundos de investimento com lastro predominante em títulos públicos federais, constituídos das demais modalidades de investimento previstas acima.*

Além disso, o Sistema Financeiro de Conta Única também tem como objetivo prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, com vistas ao atendimento dos Encargos Gerais do Estado, para utilizar eventual disponibilidade que garanta a liquidez de obrigações estaduais ou para reduzir o custo da dívida pública (art. 132, § 2º, da LC nº 741/2019).

Para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única e para evitar dupla contagem, utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras da Conta Única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo Aplicações Financeiras.

A estrutura de codificação de fontes ou destinações de recursos de Santa Catarina, vigente a partir do exercício financeiro de 2023, observa a padronização estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021 e na Portaria STN nº 710/2021, com atualizações posteriores, que estabeleceram a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada para estados, Distrito Federal e municípios.

Em Santa Catarina foram editados o Decreto nº 2.141/2022, que aprovou a classificação das fontes ou destinações de recursos para o Estado, e a Portaria nº 003/2023, da Secretaria de Estado da Fazenda, que apresentou a tabela de correlação entre as fontes ou destinações de recursos vigentes até 31 de dezembro de 2022.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS) de todos os Poderes. Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras - Fundo em Capitalização” e “(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração” demonstram os recursos financeiros aplicados do RPPS. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS (1.1.4.0.0.00.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo) está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1.0.0.00.00.00), conforme a Nota Explicativa nº 18.

Outras Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos conforme dispositivos legais, como é o caso, por exemplo, dos recursos recebidos por meio de convênios, operações de crédito e depósitos judiciais.

Arrecadação Indireta

A arrecadação indireta representa os valores da receita arrecadada pelos agentes financeiros no período e ainda não recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. São os valores recolhidos pelos contribuintes e que ainda não foram repassados aos cofres públicos. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, e que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, alterado pela Lei Complementar Estadual nº 789/2021. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e de operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

Santa Catarina adota como política reconhecer os rendimentos dos seus depósitos bancários, especialmente para identificar a vinculação de cada depósito. Esse controle é realizado por meio do mecanismo da destinação, permitindo o acompanhamento das disponibilidades financeiras por fonte de recursos, de acordo com opção prevista no MCASP.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras.

R\$ milhares

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2024			
	POUPANÇA	FUNDOS	OUTRAS APLICAÇÕES	TOTAL
Poder Executivo	35.327	8.251.350	0,001	8.286.677
Poder Judiciário	445	9.464.297	-	9.464.742
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	-	136.713	-	136.713
Tribunal de Contas do Estado	-	-	243.776	243.776
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	-	338.892	-	338.892
TOTAL	35.772	18.191.252	243.776	18.470.799

Cabe ressaltar que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 9,46 bilhões aplicados em fundos, R\$ 7,26 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato. Trata-se de recursos de depósitos judiciais que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, devem ser aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide Nota Explicativa nº 30 - Depósitos Judiciais de Curto Prazo).

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Compreendem os valores relativos a créditos a receber decorrentes da cobrança de tributos, oriundos do reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações. Desse modo, a partir do momento em que se reconhece o fato gerador, procede-se ao registro contábil do direito dos créditos tributários a receber, em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, o que representa o registro por competência.

Em 2024 o saldo dos créditos tributários a receber, antes do ajuste de perdas, totalizou R\$ 7,93 bilhões, registrando um aumento de 11,6% quando comparado a 2023. Esses créditos são predominantemente contabilizados no Tesouro Estadual.

R\$ milhares

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Impostos	4.654.075	-	4.654.075	4.162.994	-	4.162.994
Taxas	43.011	-	43.011	58.449	-	58.449
Créditos Tributários Parcelados	820.557	569.366	1.389.924	626.799	397.311	1.024.109
Créditos Tributários PRODEC	-	1.840.131	1.840.131	-	1.859.915	1.859.915
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	5.517.642	2.409.497	7.927.139	4.848.242	2.257.226	7.105.468
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(30.977)	-	(30.977)	(56.868)	-	(56.868)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	5.486.666	2.409.497	7.896.163	4.791.374	2.257.226	7.048.600

Impostos

Os créditos tributários a receber de impostos correspondem aos valores a receber decorrentes de "transações sem contraprestação". Essas transações se referem à obrigatoriedade de transferência de recursos pelos contribuintes ao Governo sem o devido retorno de forma direta e imediata.

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto, todavia, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir tal situação e em conformidade com os princípios contábeis, são provisionados os valores devidos aos municípios e ao Fundeb nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo, que encerrou o exercício com o montante de R\$ 3,01 bilhões, conforme especificado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões.

R\$ milhares

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER DE IMPOSTOS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ICMS	4.052.141	-	4.052.141	3.594.496	-	3.594.496
IPVA	558.685	-	558.685	439.484	-	439.484
ITCMD	43.249	-	43.249	129.014	-	129.014
TOTAL	4.654.075	-	4.654.075	4.162.994	-	4.162.994

Taxas

Esta conta registra os valores a receber decorrentes de prestação de serviços que apresentam como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

O art. 78 do Código Tributário Nacional (CTN) define como poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Já as taxas cobradas pela prestação de serviços públicos têm como fato gerador a utilização desses serviços. Assim, a taxa poderá ser cobrada mesmo que o contribuinte não utilize o serviço. Para tanto, basta que o poder público disponibilize o serviço ao contribuinte.

R\$ milhares

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER DE TAXAS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	21.283	-	21.283	15.913	-	15.913
Taxas pela Prestação de Serviços	21.727	-	21.727	42.536	-	42.536
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	43.011	-	43.011	58.449	-	58.449
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(30.977)	-	(30.977)	(56.868)	-	(56.868)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	12.034	-	12.034	1.581	-	1.581

Em 2024 o valor registrado na conta Créditos Tributários a Receber de Taxas, antes do ajuste de perdas, apresentou uma redução de 26,4% quando comparado a 2023. Ressalta-se que 72% do saldo total da conta está registrado na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, enquanto os 28% restantes referem-se à Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

Quanto ao Ajuste de Perdas de Créditos Tributários, o saldo decorre da provisão para perdas dos valores registrados nas contas Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços, sendo esse saldo registrado na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na unidade gestora do Tesouro Estadual. Assim como ocorre com os impostos, os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb são provisionados nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo.

R\$ milhares

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PARCELADOS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ICMS Parcelamento	778.133	530.166	1.308.300	527.793	396.086	923.879
ITCMD Parcelamento	42.424	39.200	81.624	99.006	1.225	100.230
TOTAL	820.557	569.366	1.389.924	626.799	397.311	1.024.109

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas no Estado. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Cabe destacar que o Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, e que dispõe sobre o PRODEC e o FADESC, em seu artigo 25, estabelece que a formalização das operações dar-se-á por contrato, através de cláusulas adequadas, constantes de instrumento autônomo para cada modalidade de operação, de acordo com as normas usuais para financiamento de longo prazo.

O valor registrado na conta refere-se ao somatório das parcelas fruídas pelas empresas beneficiárias deduzidas pelo valor da receita das parcelas pagas após a carência contratual do PRODEC, observadas as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses já efetuados aos municípios. Os registros são feitos com base em relatórios mensais emitidos pelo FADESC. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 005/2024 estabelece que o registro contábil da fruição dos contratos deverá ser realizado na conta contábil 1.2.1.1.1.01.06 - Créditos Tributários PRODEC.

12. CLIENTES

Esta conta apresenta os valores a receber decorrentes de vendas e prestação de serviços, ou seja, receitas provenientes de transações e eventos que envolvem contraprestação. Têm-se como exemplo de transação que contribui para o registro de valores na conta Clientes as receitas provenientes da agricultura, realizadas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri).

R\$ milhares

VALORES A RECEBER POR TIPO DE RECEITA	31/12/2024	31/12/2023
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Vendas	509	517
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Prestação de Serviços	5.379	5.447
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	5.889	5.965
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(1.531)	(1.910)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	4.357	4.055

Em 2024, do saldo registrado na conta Clientes antes do ajuste de perdas, 91,3% referiam-se a valores a receber sobre a prestação de serviços.

Do saldo da conta Ajuste de Perdas de Clientes, 77,9% estão registrados na unidade gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade. Destaca-se, ainda, a reversão do Ajuste para Perdas com Clientes efetuada pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, no valor de R\$ 495,57 mil.

R\$ milhares

VALORES A RECEBER POR TIPO DE RECEITA E UNIDADE GESTORA	31/12/2024	31/12/2023
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Vendas	509	517
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	509	477
Fundação Catarinense de Cultura	-	40
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Prestação de Serviços	5.379	5.447
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	2.314	1.028
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	1.266	2.192
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	1.220	1.596
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	304	245
Fundo Rotativo Regional Norte	247	247
Fundo Rotativo Regional do Médio Vale do Itajaí	12	-
Fundo Rotativo Regional Sul	8	30
Fundo Rotativo Regional Oeste	4	93
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	2	-
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	1	1
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	1	14
Fundo Rotativo Regional do Vale do Itajaí	1	-
Fundação Catarinense de Cultura	-	3
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	5.889	5.965
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(1.531)	(1.910)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	4.357	4.055

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São registrados nesta conta os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

R\$ milhares

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	11.555	1.786	13.341	12.660	411	13.070
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.802	7.802	-	8.023	8.023
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	8.549	470.733	479.282	572	350.952	351.524
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais do Estado	-	977	977	-	6.798	6.798
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	20.104	495.791	515.896	13.231	380.677	393.908
(-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(11.554)	-	(11.554)	(12.604)	-	(12.604)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	8.550	495.791	504.342	627	380.677	381.304

Destaca-se a Unidade Gestora Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, que detém 92,9% do valor total registrado na conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos antes do ajuste de perdas, apresentando um saldo de R\$ 479,28 milhões, distribuídos nos projetos listados a seguir.

R\$ milhares

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	31/12/2024		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Projeto Terra Boa - Forrageiras - FDR	7.978	0,5	7.979
Projeto Água no Campo - CISTERNAS - FDR	571	4.491	5.061
Fomento CM Geral - FDR	-	429.845	429.845
Crédito de Emergência - FDR	-	16.165	16.165
Projeto Florestal Geração de Trabalho e Renda - FDR	-	20.021	20.021
Crédito Fundiário - F. Terras	-	3	3
Empréstimos Concedidos a Receber	-	208	208
TOTAL	8.549	470.733	479.282

Entre os projetos listados, destaca-se o Fomento CM Geral - FDR, que engloba os valores relativos a financiamentos concedidos pelo Estado a produtores rurais. Esse projeto representa 89,7% do valor total de empréstimos e financiamentos disponibilizados pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural.

14. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

R\$ milhares

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ICMS	1.141.760	25.998.974	27.140.735	928.273	24.377.299	25.305.573
IPVA	25.025	1.035.045	1.060.071	14.681	954.313	968.994
ITCMD	31.778	302.324	334.102	19.410	244.768	264.178
Outros Créditos	671	118.002	118.673	985	134.982	135.966
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	1.199.234	27.454.345	28.653.580	963.349	25.711.361	26.674.711
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	-	(27.399.049)	(27.399.049)	-	(25.661.177)	(25.661.177)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	1.199.234	55.296	1.254.531	963.349	50.185	1.013.534

Em 2024 o saldo da dívida ativa tributária, composto pelos créditos tributários a receber com prazo de pagamento vencido e pelos créditos tributários inscritos em dívida ativa parcelados, totalizou R\$ 28,65

bilhões, gerando um aumento de 7,4% na comparação com 2023 (R\$ 26,67 bilhões). O ICMS, principal tributo que integra esse saldo, representa 94,7% do total da dívida ativa tributária antes do ajuste de perdas, seguido pelo IPVA (3,7%), pelo ITCMD (1,2%) e por outros créditos (0,4%).

É importante ressaltar que no exercício de 2024 não houve ajustes para perdas no que se refere aos valores inscritos em dívida ativa tributária de curto prazo, pois o valor já reflete a expectativa de recebimento para o exercício de 2025. Essa projeção tem como base a Lei Orçamentária Anual (LOA) ou o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF. A estimativa estadual considera como ajustes a diferença entre o valor a arrecadar previsto na LOA, na rubrica da dívida ativa, e o total de dívida ativa a curto prazo a arrecadar estimado pela GERAR.

O saldo da conta Outros Créditos encerrou o exercício com o montante de R\$ 118,67 milhões. Nesse grupo, no ativo não circulante, estão registrados os valores a receber (R\$ 77,24 milhões) pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça referentes aos registros de custas judiciais - civis e penais. Salienta-se que os referidos valores foram reclassificados da conta Dívida Ativa - Outros Impostos para a conta Dívida Ativa - Taxas, mediante a Nota de Lançamento nº 2024NL153835, na Unidade Gestora 30091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

A metodologia empregada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária está detalhada na Nota Explicativa nº 16.

R\$ milhares

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	2024	2023	2022	2021
ICMS	27.140.735	25.305.573	22.926.592	20.865.484
IPVA	1.060.071	968.994	626.575	604.358
ITCMD	334.102	264.178	198.567	136.486
Outros Créditos	118.673	135.966	127.906	132.291
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	28.653.580	26.674.711	23.879.641	21.738.619
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(27.399.049)	(25.661.177)	(23.124.400)	(21.311.440)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	1.254.531	1.013.534	755.241	427.179

A íntegra com as informações sobre a dívida ativa do Estado está contida no Relatório de Desempenho da Arrecadação Tributária, acostado ao Volume 2 deste Balanço.

15. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Esta conta registra valores provenientes de fatos geradores de natureza não tributária (como, por exemplo, a aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas, como a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, o Fundo de Reaparelhamento da Justiça, a CIDASC, entre outros, em razão de suas atividades-fim.

O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia aplicada à dívida ativa tributária (vide Nota Explicativa nº 16).

R\$ milhares

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Dívida Ativa não Tributária Antes dos Ajustes de Perdas	94.027	894.197	988.224	67.645	773.386	841.031
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(1.173)	(881.500)	(882.672)	(1.204)	(765.757)	(766.961)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	92.854	12.697	105.551	66.441	7.629	74.071

Em 2024 evidenciou-se um aumento de 17,5% da dívida ativa não tributária em comparação com 2023.

Do total dessa dívida antes do ajuste de perdas, 32,9% estão contabilizados na Unidade Gestora Fundo de Reparcelamento da Justiça.

16. AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS

R\$ milhares

AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	30.977	-	30.977	56.868	-	56.868
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	1.531	-	1.531	1.910	-	1.910
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	11.554	-	11.554	12.604	-	12.604
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	-	25.486.856	25.486.856	-	24.130.711	24.130.711
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária Parcelada	-	1.912.193	1.912.193	-	1.530.466	1.530.466
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária	1.173	881.500	882.672	1.204	765.757	766.961
TOTAL	45.235	28.280.549	28.325.783	72.586	26.426.933	26.499.520

Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária e não Tributária

A 10ª edição do MCASP não especifica uma metodologia única para o cálculo do ajuste de perdas de créditos, cabendo a cada ente da Federação adotar sua própria estimativa.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário:

1. *média percentual de recebimentos passados; e*
2. *saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.*

No que tange à dívida ativa de longo prazo (não circulante), a metodologia emprega a média percentual dos recebimentos passados, calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos - que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios - e o número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

Quanto à dívida ativa de curto prazo (circulante), o cálculo é realizado pela diferença entre o valor estimado de recebimento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF.

Em 2024 não houve registro de ajuste de perdas da dívida ativa tributária de curto prazo, pois o valor já reflete a expectativa de recebimento para o exercício de 2025. Por outro lado, a conta Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária de curto prazo encerrou o exercício com um saldo de R\$ 1,17 milhão.

17. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES

R\$ milhares

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	1.859	-	1.859	2.748	-	2.748
Suprimento de Fundos/ Diárias	35.478	-	35.478	28.756	-	28.756
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	8.617.805	2.601.460	11.219.265	9.063.448	-	9.063.448
Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais	73.228	371.960	445.188	-	349.370	349.370
Adiantamentos a Fornecedores	37.950	-	37.950	37.950	-	37.950
Tributos a Recuperar/ Compensar	11.254	127	11.381	8.978	127	9.105
Créditos por Danos ao Patrimônio	393.248	204.558	597.805	356.555	81.603	438.158
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	326.178	21.985	348.163	345.595	23.180	368.775
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	6.931	-	6.931	15.290	-	15.290
Outros Créditos e Valores a Receber	613.728	341.277	955.004	353.449	685.175	1.038.625
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	10.117.657	3.541.367	13.659.024	10.212.769	1.139.456	11.352.225
(-) Ajuste de Perdas	(76.510)	(38.283)	(114.793)	(96.684)	(1.048)	(97.731)
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	10.041.147	3.503.084	13.544.231	10.116.085	1.138.409	11.254.493

Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Em 2024 o grupo Adiantamentos Concedidos a Pessoal encerrou o exercício com um saldo de R\$ 1,86 milhão (R\$ 1,34 milhão na conta Férias - Adiantamento e R\$ 523,68 mil na conta 1/3 de Férias - Adiantamento).

R\$ milhares

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	31/12/2024		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	7	-	7
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	228	-	228
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	289	-	289
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	1.334	-	1.334
TOTAL	1.859	-	1.859

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas, sendo detalhados por tipo de transferência.

R\$ milhares

ADIANTAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Convênios	4.069.526	-	4.069.526	3.740.356	-	3.740.356
Transferências Especiais	2.494.519	-	2.494.519	2.086.194	-	2.086.194
Contratos de Gestão	342.319	2.601.460	2.943.779	2.134.474	-	2.134.474
Termos de Fomento ou Colaboração	1.240.134	-	1.240.134	800.445	-	800.445
Contrato de Apoio à Pesquisa	294.718	-	294.718	191.548	-	191.548
Contrato de Apoio Financeiro - PF e PJ	90.909	-	90.909	90.946	-	90.946
Subvenções Econômicas	75.969	-	75.969	15.998	-	15.998
Termos de Parceria	7.399	-	7.399	1.000	-	1.000
Subvenções Sociais	2.313	-	2.313	2.486	-	2.486
TOTAL	8.617.805	2.601.460	11.219.265	9.063.448	-	9.063.448

Em 2024 as unidades gestoras com maiores saldos de convênios transferidos são as seguintes:

R\$ milhares

UNIDADES GESTORAS	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Estadual de Saúde (FES)	2.263.206	2.023.971
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)	1.278.168	1.002.366
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)	116.756	117.747
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL)	108.314	336.178
Secretaria de Estado da Educação (SED)	49.414	48.069
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais	35.995	34.913
Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)	27.804	22.093
Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)	27.525	27.543
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	24.229	23.305
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR)	19.881	19.209
Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS)	14.985	14.114
Fundo Estadual do Idoso (FEI)	14.730	-
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC)	14.703	13.489
Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF)	13.552	9.552
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviço (SICOS)	11.907	18.907
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE)	10.855	12.059
Demais Unidades Gestoras	37.501	16.841
TOTAL	4.069.526	3.740.356

A conta Convênios, que registra os valores repassados às unidades gestoras, encerrou o exercício de 2024 com o saldo de R\$ 4,07 bilhões, o que corresponde a um aumento de 8,8% na comparação com o ano anterior. Destaca-se a participação das unidades gestoras Fundo Estadual de Saúde (55,6%) e Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (31,4%), que juntas representam 87% do saldo total dessa conta.

Transferências Especiais

A Emenda Constitucional nº 81, de 1º de julho de 2021, instituiu o regime das transferências especiais para as transferências voluntárias do Estado de Santa Catarina aos municípios, sem a necessidade de celebração de convênio ou instrumento congênere, conforme disposto no § 3º do art. 123 da Constituição Estadual.

Visando viabilizar a retomada de obras e projetos importantes para os catarinenses, foi publicada no dia 10 de agosto de 2023 a Lei Estadual nº 18.676, que regulamentou as Transferências Especiais Voluntárias (TEVs) aos municípios, previstas no art. 123, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

No entanto, em 2024, as TEVs foram suspensas após decisão do Supremo Tribunal Federal. Diante desse cenário, o Estado propôs a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 6 de novembro de 2024, que instituiu um regime simplificado de celebração de convênios para as transferências voluntárias aos municípios. A emenda permitiu a criação de convênios simplificados entre o Governo do Estado e os municípios, com limitação de valor por contrato. Esse novo mecanismo, regulamentado pela Lei Estadual nº 19.093/2024 e pelo Decreto nº 7.666/2024, visa reforçar a celeridade, a transparência e a segurança jurídica nas transferências de recursos aos municípios.

R\$ milhares

UNIDADES GESTORAS COM SALDO NA CONTA TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS	31/12/2024	31/12/2023
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)	1.565.875	1.024.385
Secretaria de Estado da Educação (SED)	380.877	472.449
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL)	185.027	253.912
Fundo Estadual de Saúde (FES)	99.379	47.063
Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)	78.767	60.711
Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)	50.124	41.710
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviço (SICOS)	31.718	23.143
Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS)	25.497	50.822
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR)	24.066	60.634
Fundação Catarinense de Cultura (FCC)	14.268	9.711
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC)	13.832	11.574
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (FUMCBM)	8.872	9.015
Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)	6.746	7.388
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR)	4.431	11.948
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE)	2.289	-
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)	1.039	1.039
Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM)	810	150
Fundo para Melhoria da Segurança Pública (FSP)	560	450
Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca (SAQ)	342	88
TOTAL	2.494.519	2.086.194

A conta contábil Transferências Especiais encerrou o exercício de 2024 com um saldo de R\$ 2,49 bilhões, o que representa um aumento de 19,6% na comparação com 2023 (R\$ 2,09 bilhões). O destaque vai para a Unidade Gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que representa 62,8% do saldo total da conta Transferências Especiais.

Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais

Constam registrados nesta conta os valores referentes à antecipação de repasse constitucional do PRODEC aos municípios, conforme prevê a Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações posteriores. O saldo registrado em 2024 foi de R\$ 445,19 milhões, representando um aumento de 27,4% se comparado ao exercício de 2023, quando o saldo foi de R\$ 349,37 milhões.

Créditos por Danos ao Patrimônio

Esta conta registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para a apresentação da prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pelos órgãos de controle interno ou externo, além de outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

R\$ milhares

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	341.934	14.766	356.700	210.356	1.970	212.327
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/ Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	29.483	32.513	61.996	35.593	25.708	61.300
Créditos a Receber Decorrentes de Danos a Terceiros Causados em Rodovias Estaduais	249	-	249	287	-	287
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	2.073	1.552	3.625	2.023	497	2.520
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico	3	25.626	25.629	18.507	7.076	25.583
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/ Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - TCE	1.750	17.398	19.148	11.697	9.962	21.659
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico - TCE	-	11.734	11.734	49.829	11.755	61.584
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE	10.473	48.520	58.993	28.236	21.480	49.716

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/ Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - com Decisão no Tribunal de Contas	1.170	1.333	2.503	-	1.335	1.335
Créditos a Receber de Responsáveis por Danos ou Perdas - TCE	3.483	49.305	52.788	-	-	-
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas - TCE	2.609	-	2.609	-	-	-
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	20	5	24	27	13	40
Créditos a Receber Decorrentes de Desfalques, Desvios de Dinheiro, Bens ou Valores Públicos	-	1.807	1.807	-	1.807	1.807
TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	393.248	204.558	597.805	356.555	81.603	438.158
(-) Ajuste de Perdas de Créditos por Danos ao Patrimônio	(238)	(37.413)	(37.651)	(287)	(48)	(335)
TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO APÓS O AJUSTE DE PERDAS	393.010	167.145	560.154	356.269	81.554	437.823

Em 2024 o saldo total de créditos por danos ao patrimônio, antes do ajuste de perdas (R\$ 597,81 milhões), teve um aumento de 36,4% quando comparado ao exercício de 2023 (R\$ 438,16 milhões). O destaque vai para a conta Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas, que totalizou R\$ 356,70 milhões, registrando um acréscimo de 68,0% na comparação com 2023 (R\$ 212,33 milhões). Esse crescimento se deve, principalmente, às transferências realizadas com base na Portaria SEF nº 321/2021 e que aguardam as referidas prestações de contas. Destaca-se ainda o saldo do grupo Créditos por Danos ao Patrimônio Não Circulante (R\$ 204,56 milhões), que teve um aumento de 150,7% em relação ao saldo de 2023 (R\$ 81,60 milhões), em virtude de reclassificações de valores do grupo Circulante para o grupo Não Circulante realizadas por diversas unidades gestoras.

O grupo de Ajuste de Perdas do Não Circulante também se sobressaiu no exercício de 2024, encerrando o ano com um saldo de R\$ 37,41 milhões. A maior parte desse montante (99,9%) é resultado da contabilização de ajuste para perdas de créditos decorrentes de tomada de contas especial (Ativo Não Circulante) na Secretaria de Estado da Educação. De acordo com a Nota de Lançamento nº 2024NL325930, registrada na referida unidade gestora, a metodologia aplicada baseou-se no percentual de não recebíveis atualizados sobre o total de inscritos (76%), conforme suporte documental acostado ao Processo SED nº 2071/2025.

As unidades gestoras que possuem saldos no grupo Ajuste de Perdas de Créditos por Danos ao Patrimônio são as seguintes:

R\$ milhares

AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Administrativos	238	48	286	287	48	335
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)	238	-	238	287	-	287
Santa Catarina Turismo S.A.	-	48	48	-	48	48
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em Tomada de Contas Especial	-	37.364	37.364	-	-	-
Secretaria de Estado da Educação (SED)	-	37.364	37.364	-	-	-
TOTAL DE AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	238	37.413	37.651	287	48	335

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Nesta conta, são registrados os valores oriundos de depósitos judiciais ou recursais, bem como os valores de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias em virtude de litígios judiciais e de pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre após a execução da despesa orçamentária, mediante confirmação do processo por parte da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Os registros contábeis dos sequestros judiciais tomam como base a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2018, que estabelece as diretrizes para o registro do ativo financeiro decorrente do sequestro.

Os valores sequestrados nas contas bancárias das quais o Estado de Santa Catarina é o titular são controlados e registrados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual. Já os valores sequestrados nas contas bancárias de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva unidade gestora.

Após a identificação da natureza do sequestro, deve ser realizada a regularização orçamentária da despesa judicial no órgão de origem, com a consequente baixa do ativo financeiro.

R\$ milhares

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias	82.480	-	82.480	106.479	-	106.479
Conta Especial Precatórios	241.390	-	241.390	238.566	-	238.566
Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	2.308	101	2.408	550	101	650
Depósitos Judiciais	-	20.960	20.960	-	21.997	21.997
Depósitos para Interposição de Recursos	-	925	925	-	1.076	1.076
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	-	-	-	-	7	7
TOTAL	326.178	21.985	348.163	345.595	23.180	368.775

R\$ milhares

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS POR UNIDADE GESTORA	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Fundo Estadual de Saúde	19.118	-	19.118	96.749	-	96.749
Diretoria do Tesouro Estadual	62.872	-	62.872	9.723	-	9.723
Encargos Gerais do Estado	241.390	33	241.423	233.471	33	233.503
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	-	9.925	9.925	-	9.925	9.925
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	-	1.958	1.958	-	7.937	7.937
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	114	4.225	4.339	-	4.313	4.313
Fundo Financeiro	-	-	-	5.096	-	5.096
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	-	5.535	5.535	-	-	-
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	-	-	-	550	-	550
Demais Unidades Gestoras	2.684	309	2.994	7	973	980
TOTAL	326.178	21.985	348.163	345.595	23.180	368.775

Em 2024 o saldo da conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados foi de R\$ 348,16 milhões, registrando uma redução de 5,6% quando comparado ao exercício de 2023 (R\$ 368,78 milhões). O somatório dos saldos do Fundo Estadual de Saúde, da Diretoria do Tesouro Estadual e dos Encargos Gerais do Estado representa 92,9% do valor total do Estado. O principal destaque é a Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado, que encerrou o exercício de 2024 com um saldo de R\$ 241,42 milhões na conta Especial Precatórios. Esses valores estão inscritos no Ativo Circulante para viabilizar a execução orçamentária por essa unidade gestora, conforme estabelecido na Informação Técnica Contábil nº 13/2020, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda.

Outros Créditos e Valores a Receber

R\$ milhares

OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	36.013	-	36.013	32.669	-	32.669
Multas de Trânsito a Receber	99.090	-	99.090	112.205	-	112.205
Dividendos Propostos a Receber	31.684	-	31.684	31.960	-	31.960
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	6.958	22.870	29.828	17.221	1.158	18.380
Incentivos Fiscais	-	85.189	85.189	-	85.189	85.189
Créditos a Receber Decorrentes de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento	91.027	183.383	274.410	90.111	268.412	358.523
Créditos a Receber de Empresas Estatais	-	18.000	18.000	18.000	-	18.000
Juros sobre o Capital Próprio a Receber	34.080	-	34.080	35.141	-	35.141
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	522	2.431	2.953	211	2.465	2.676
Adiantamento de Contribuição Patronal à Previdência Privada - SCPREV	-	20.000	20.000	-	20.000	20.000
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	11.500	-	11.500	11.000	-	11.000
Créditos a Receber de Entidades Federais - Compensação art. 3º da LC nº 194/2022	298.750	-	298.750	-	298.750	298.750

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Créditos a Receber Decorrentes da Adesão ao Plano de Saúde do Estado	-	7.950	7.950	-	7.950	7.950
Demais Créditos e Valores a Receber	4.103	1.454	5.557	4.931	1.251	6.182
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	613.728	341.277	955.004	353.449	685.175	1.038.625
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Receber	(76.272)	(871)	(77.142)	(96.397)	(999)	(97.396)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	537.456	340.406	877.862	257.052	684.176	941.229

Em 2024 o saldo antes do ajuste de perdas do grupo Outros Créditos e Valores a Receber (R\$ 955,00 milhões) teve uma redução de 8% quando comparado a 2023 (R\$ 1,04 bilhão). Destaca-se a conta Créditos a Receber Decorrentes de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento (R\$ 274,41 milhões), com 28,7% do saldo total antes do ajuste de perdas e que traz registrado o Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras Avenças nº 038/2022, de acordo com o Processo SEF nº 13794/2022, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil S.A. O objeto do referido contrato é a centralização dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Estado no Banco do Brasil, mediante o pagamento ao Estado da importância de R\$ 559,19 milhões. Foram recebidos R\$ 111,84 milhões à vista (o equivalente a 20% do valor total do contrato) e R\$ 447,35 milhões divididos em 60 parcelas mensais, das quais, ao final de 2024, restavam 36 parcelas a receber.

Outro destaque é o saldo da conta contábil Créditos a Receber de Entidades Federais, que encerrou o exercício de 2024 com R\$ 298,75 milhões. Esse valor decorre da contabilização da compensação das perdas de arrecadação do ICMS com a dedução das dívidas administradas pelo Tesouro Nacional, conforme previsto na Lei Complementar nº 194/2022. A contabilização foi realizada por meio da Nota de Lançamento nº 2023NL086431, na Unidade Gestora 520099 - Diretoria do Tesouro Estadual, com base na Informação Técnica Contábil nº 11, de 26 de abril de 2023.

A conta Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens registrou um saldo de R\$ 29,83 milhões em 2024, um aumento de 62,3% na comparação com 2023 (R\$ 18,38 milhões). Esse crescimento foi impulsionado pela atualização dos valores referentes à utilização de faixas de domínio em rodovias. A maior parte desse saldo está registrada na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que é detentora de 99,96% do valor, como pode ser identificado a seguir:

R\$ milhares

CRÉDITOS ORIUNDOS DE CONCESSÕES DE DIREITOS DE USO E DE EXPLORAÇÃO DE BENS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Fundação Catarinense de Cultura	5	-	5	31	-	31
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	-	-	-	4	-	4
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	1	5	6	-	-	-
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	6.952	22.865	29.817	17.186	1.158	18.345
TOTAL	6.958	22.870	29.828	17.221	1.158	18.380

No que diz respeito ao saldo da conta Multas de Trânsito a Receber, que encerrou o exercício com R\$ 99,09 milhões, observou-se uma redução de 11,7% na comparação com 2023 (R\$ 112,21 milhões), registrado na Unidade Gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (R\$ 99,03 milhões). Uma pequena parcela está registrada nas unidades gestoras Fundo de Melhoria da Perícia Oficial e Departamento Estadual de Trânsito.

18. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

Os investimentos e as aplicações temporárias registrados no Ativo Circulante abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS), os quais estão aplicados no mercado financeiro. Esses recursos são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção da conta Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento, são considerados caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 37.

R\$ milhares

INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Fundos de Investimento em Renda Fixa	697.529	-	697.529	695.134	-	695.134
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	47.897	-	47.897	55.069	-	55.069
Ações	-	53	53	-	53	53
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	745.426	53	745.479	750.204	53	750.257
(-) Ajuste de Perdas em Títulos, Valores Mobiliários e Imóveis	-	(11)	(11)	-	(11)	(11)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	745.426	42	745.468	750.204	42	750.246

Em 2024 o saldo registrado no grupo Investimentos e Aplicações Temporárias apresentou uma pequena redução de 0,6% quando comparado ao exercício de 2023. Destaca-se a conta Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS, cujo saldo foi de R\$ 47,90 milhões, representando uma redução de 13,0% em relação ao mesmo período do exercício anterior, antes do ajuste de perdas.

19. ESTOQUES

Conta que compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2024 o saldo registrado foi de R\$ 572,04 milhões, com aumento de 13,8% se comparado a 2023 (R\$ 502,54 milhões).

O Decreto nº 1.479/2021 estabelece os critérios para mensuração dos estoques do Estado. A Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 05/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, orienta sobre os procedimentos contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques do ativo circulante.

Os bens de almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Os demais estoques são mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto:

- I. os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação, que são mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição; e*
- II. materiais para distribuição gratuita ou por valor irrisório ou consumidos no processo de produção de materiais para distribuição gratuita ou por valor irrisório, que são mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor.*

R\$ milhares

ESTOQUES	31/12/2024	31/12/2023
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Almoxarifado	537.025	455.634
Mercadorias para Revenda	1.741	1.396
Produtos e Serviços Acabados	694	697
Produtos e Serviços em Elaboração	733	485
Matérias-Primas	109	83
Outros Estoques	31.733	44.250
(-) Ajustes para Perdas de Estoques	(1)	(1)
TOTAL	572.035	502.544

Destaque para o saldo da conta Almojarifado, composto pelas contas Material de Consumo (R\$ 519,63 milhões) e Equipamentos e Material Permanente (R\$ 17,40 milhões), que em 2024 teve um aumento de 17,9% quando comparado ao exercício de 2023. Do montante registrado (R\$ 537,03 milhões), 83,7% pertencem à Unidade Gestora Fundo Estadual de Saúde (R\$ 449,32 milhões), como materiais farmacológicos, hospitalares, entre outros.

Em 2024 a conta Mercadorias para Revenda apresentou um aumento de 24,7% na comparação com 2023. Apenas duas unidades gestoras encerraram o exercício com mercadorias em estoque para revenda. Do valor total registrado (R\$ 1,74 milhão), 99,4% pertencem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (R\$ 1,73 milhão).

R\$ milhares

MERCADORIAS PARA REVENDA POR UNIDADE GESTORA	31/12/2024	31/12/2023
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	1.731	1.386
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	10	10
TOTAL	1.741	1.396

R\$ milhares

ESTOQUES POR UNIDADE GESTORA	SALDO EM 31/12/2023	VARIAÇÃO POSITIVA EM 2024	VARIAÇÃO NEGATIVA EM 2024	SALDO EM 31/12/2024
Fundo Estadual de Saúde	350.944	2.441.630	2.342.928	449.646
Secretaria de Estado da Educação	28.766	479.521	477.847	30.440
Secretaria de Estado da Saúde	15.993	10.095	20.986	5.102
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	15.523	15	10	15.528
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	18.045	86.715	94.989	9.771
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	16.882	52.816	54.346	15.352
Fundo Rotativo Regional Norte	25	2.331	2.334	22
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	3.896	45.045	44.000	4.941
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	2.681	10.721	12.709	692
Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis	5.945	2.476	-	8.421
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	3.273	17.411	13.602	7.082
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	2.791	15.187	15.345	2.633
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	2.900	8.905	9.353	2.452
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	1.582	7.252	7.456	1.379
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	2.848	581	-	3.429
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	2.726	16.582	15.828	3.480
Fundação Catarinense de Esporte	2.187	864	1.913	1.138
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	8.089	4.970	12.199	859
Demais Unidades Gestoras	17.448	113.784	121.564	9.668
TOTAL	502.544	3.316.901	3.247.409	572.035

20. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPDS) PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representam despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes, de acordo com a ocorrência do seu fato gerador, segundo o regime de competência. Basicamente são os seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. As VPDS incluem no Ativo Não Circulante os valores de subvenções econômicas realizadas com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidas orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Prêmios de Seguros a Apropriar	1.384	-	1.384	971	-	971
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	24.930	-	24.930	23.515	-	23.515
Garantias Pagas a Apropriar	277	-	277	27	-	27
Subvenções Econômicas Concedidas	-	190.524	190.524	-	238.124	238.124
Ressarcimento de Despesas Concedidas	-	1.354	1.354	-	1.354	1.354
TOTAL	26.591	191.878	218.470	24.513	239.478	263.991

A conta Assinaturas e Anuidades a Apropriar (1.1.9.3.1.00.00.00) apresentou uma variação positiva de R\$ 1,42 milhão em relação ao ano de 2023, concluindo 2024 com o saldo de R\$ 24,93 milhões. Destaque para a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), que teve um acréscimo de R\$ 639,58 mil em comparação ao saldo do exercício anterior, sendo a maior parte desse crescimento referente às despesas pagas antecipadamente para licenças de software e acessos a bases de dados educacionais, conforme os processos Udesc nº 43621/2024 e Udesc nº 39782/2024.

A conta Prêmios de Seguros a Apropriar (1.1.9.1.1.99.00.00) apresentou uma variação positiva de 42,6% em relação ao ano de 2023, finalizando 2024 com o saldo de R\$ 1,38 milhão. Cabe destacar que a Unidade Gestora Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) apresentou um acréscimo de R\$ 464,12 mil em comparação ao exercício anterior, com saldo de R\$ 568,78 mil em 2024, representando 41,1% do saldo total da conta. Parte dessa variação foi referente à prorrogação de seguro coletivo para frota da unidade gestora.

21. INVESTIMENTOS

Os investimentos são as aplicações de longo prazo que devem produzir benefícios pela sua permanência no patrimônio do ente público. São representados principalmente pela participação do Estado no capital das empresas públicas e sociedades de economia mista, por meio de ações ou cotas dessas entidades.

R\$ milhares

INVESTIMENTOS	31/12/2024	31/12/2023
Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial	5.645.931	5.193.324
Participações em Empresas	5.550.278	4.896.814
Adiantamento para Aumento de Capital	95.653	296.510
Participação - Método do Custo	636	637
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	78.647	63.439
Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Capitalização	-	63.439
Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Repartição (SC SEGURO)	78.647	-
TOTAL	5.725.214	5.257.400

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais não dependentes quanto em empresas estatais dependentes¹⁸, além das participações em outras empresas.

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP). Esse método reflete o percentual de participação da investidora no capital social da investida, e sobre o patrimônio líquido desta é calculada a proporção do investimento.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Na sequência são apresentadas as participações societárias de Santa Catarina pelo MEP nos capitais sociais das respectivas empresas investidas.

¹⁸ Epagri, Santur, COHAB e CIDASC (os valores de participações nas empresas estatais dependentes são classificados como intraorçamentários e computados de forma consolidada, ou seja, não são considerados nesta nota).

PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS	31/12/2024		31/12/2023	
	SALDOS	DATA-BASE DO ÚLTIMO BALANÇO UTILIZADO	SALDOS	DATA-BASE DO ÚLTIMO BALANÇO UTILIZADO
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	1.884.292	setembro-24	1.700.160	junho-23
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	1.469.658	junho-24	1.350.717	junho-23
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)	930.575	junho-24	853.135	junho-23
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	683.339	setembro-24	646.619	setembro-23
Sapiens Parque S.A.	275.537	junho-24	257.805	junho-23
SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar Invest SC)	240.937	setembro-24	20.248	setembro-23
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)	50.131	agosto-24	56.232	junho-23
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC)	12.958	junho-24	11.648	setembro-23
Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S. A. (Iazpe)	2.232	junho-24	251	junho-23
Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESC S.A.)	621	junho-24	-	junho-23
TOTAL	5.550.278		4.896.814	

Em 2024 a conta contábil Participações em Empresas (1.2.2.1.1.01.01.00) apresentou um aumento de 13,3% em relação a 2023, sendo essa variação resultante, em sua maior parte, dos lançamentos referentes ao registro positivo da participação societária avaliada pelo MEP na SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar Invest SC), Unidade Gestora 520002 (Encargos Gerais do Estado), conforme o Processo SEF nº 17847/2019.

Cabe destacar também que em 2024 a Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESC S.A.) apresentou o saldo de R\$ 621,00 mil referente ao registro positivo da participação societária avaliada pelo MEP, de acordo com o Processo SEF nº 13560/2020.

Para mais detalhes acerca da participação acionária do Estado, consultar o Volume 2 deste Balanço Geral.

Adiantamento para Aumento de Capital

A conta Adiantamento para Aumento de Capital (1.2.2.1.1.01.03.00) representa os recursos recebidos pela entidade, de seus acionistas ou cotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital. No exercício foi registrada uma variação negativa de 67,7% em relação a 2023 (R\$ 296,51 milhões).

ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	31/12/2024	31/12/2023
Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (Iazpe)	-	2.000
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	163	50
Sapiens Parque S.A.	46.366	20.487
SC Participações e Parcerias S.A. (SCPAR Invest SC)	36.473	56.881
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	-	206.663
Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz	12.651	10.430
TOTAL	95.653	296.510

A maior redução desse grupo decorre do registro das integralizações de capital na CASAN. O saldo de Adiantamento para Aumento de Capital foi zerado em 2024 (em 2023 era de R\$ 206,66 milhões), conforme o Processo SEF nº 3268/2020.

Em 2024 a companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz apresentou um aumento de adiantamento de capital de R\$ 2,22 milhões, encerrando o exercício com o saldo de 21,3% superior ao de 2023.

Destaque também para o aumento em adiantamento de capital no Sapiens Parque S.A., no valor de R\$ 25,88 milhões.

Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Capitalização

Os imóveis vinculados a essa conta são mantidos exclusivamente para auferir renda pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado (RPPS). Parte desses imóveis é destinada à locação para órgãos estaduais, sendo utilizada em suas atividades-fim, o que os caracteriza como ativo imobilizado quando se analisa de forma consolidada o patrimônio do Estado.

Em 2023 esses investimentos estavam registrados na conta contábil Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Capitalização. No entanto, em 2024, passaram a ser classificados como Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Repartição, em decorrência da segregação de massa dos segurados do RPPS de Santa Catarina.

Essa alteração teve como base o art. 249 da Constituição Federal, de 1988, o art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, e a Lei Complementar nº 848, de 2023.

Lei complementar nº 848, de 22 de dezembro de 2023:

“Art. 3º A Lei Complementar nº 412, de 2008, passa a vigorar acrescida do art. 8º-A, com a seguinte redação:

Art. 8º-A. Ficam criados no âmbito do RPPS/SC os seguintes fundos, constituindo unidades orçamentárias de sua unidade gestora:

I - Fundo em Repartição (SC SEGURO): destinado ao pagamento de benefícios previdenciários até a extinção do último benefício a ser custeado com os recursos desse Fundo aos segurados e aos dependentes de segurados do RPPS/SC que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2023, por meio de cargo de provimento efetivo, conforme investidura ininterrupta mais remota, nos termos do art. 69 desta Lei Complementar; e

II - Fundo em Capitalização (SC FUTURO): destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados e aos dependentes de segurados do RPPS/SC que tenham ingressado no serviço público estadual a partir de 1º de janeiro de 2024, por meio de cargo de provimento efetivo.”

Assim, o somatório dos investimentos recebidos e/ou realizados de longo prazo pelo RPPS foi registrado na conta contábil 1.2.2.3.1.04.00.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Repartição, em conformidade com o Plano de Contas do Setor Público (PCASP) Estendido 2023.

R\$ milhares

CONTA CONTÁBIL	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos do RPPS de Longo Prazo - Consolidação¹⁹	78.647	63.439
1.2.2.3.1.02.02.00 - Terreno	-	38.263
1.2.2.3.1.02.04.00 - Prédio Comercial	-	25.176
1.2.2.3.1.04.00.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Repartição	78.647	-

Do mesmo modo, em 2024, foi alterado o nome da unidade gestora responsável por registrar os respectivos saldos contábeis de investimentos do RPPS. Em 2023 os valores estavam registrados na Unidade Gestora 470076 - Fundo Financeiro e a partir de 2024 passaram a ser registrados na Unidade Gestora 470076 - Fundo em Repartição (SC SEGURO).

22. IMOBILIZADO

São os itens tangíveis empregados na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, ou usados para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, os quais serão utilizados por mais de um exercício.

Em Santa Catarina, a gestão patrimonial está regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.479/2021, que instituiu a Política de Modernização da Gestão Patrimonial. Essa política se aplica à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado, inclusive seus fundos, e, no que couber, às empresas estatais dependentes. Além disso, as Notas Técnicas de Procedimentos Contábeis nºs 04/2021 e 06/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (DCIF/SEF), orientam quanto a reconhecimento, mensuração, evidenciação, depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação, redução ao valor recuperável e desreconhecimento dos bens móveis e imóveis, respectivamente, do ativo imobilizado.

Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo, e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento tecnicamente válido ou no valor patrimonial definido nos termos da doação, quando esse último for representativo de seu valor justo.

Em relação ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial prevê a centralização dos bens da administração direta na Unidade Gestora Fundo Patrimonial quanto aos bens de uso especial e dominicais. No que se refere aos bens de infraestrutura, a gestão e o controle patrimonial ficam a cargo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE).

¹⁹ As aplicações em segmento de imóveis estão mensuradas a valor de mercado.

R\$ milhares

IMOBILIZADO	31/12/2024			31/12/2023		
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Bens Móveis	5.252.362	(2.858.675)	2.393.687	4.747.851	(2.016.522)	2.731.329
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.794.338	(873.952)	920.386	1.602.291	(636.556)	965.734
Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.179.254	(698.588)	480.666	1.081.637	(481.197)	600.440
Móveis e Utensílios	561.683	(300.122)	261.561	503.744	(214.873)	288.871
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	145.466	(9.288)	136.178	134.228	(5.239)	128.989
Veículos	1.431.344	(899.821)	531.523	1.306.573	(661.041)	645.532
Armamentos	123.680	(68.533)	55.147	109.807	(15.685)	94.122
Semoventes	1.913	(798)	1.115	988	(156)	832
Demais Bens Móveis	14.683	(7.572)	7.111	8.584	(1.776)	6.808
Bens Imóveis	45.609.422	(7.435.439)	38.173.983	44.122.394	(6.551.409)	37.570.984
Bens de Uso Especial	18.668.718	(1.297.907)	17.370.811	17.949.789	(1.186.778)	16.763.011
Bens Dominicais	-	-	-	-	-	-
Bens de Uso Comum do Povo	23.890.004	(6.121.343)	17.768.662	23.704.608	(5.351.878)	18.352.730
Bens Imóveis em Andamento	2.977.535	-	2.977.535	2.402.296	-	2.402.296
Instalações	37.581	(7.411)	30.170	30.747	(5.307)	25.440
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	35.584	(8.778)	26.806	34.954	(7.447)	27.507
SUBTOTAL	50.861.784	(10.294.114)	40.567.671	48.870.245	(8.567.932)	40.302.313
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(6)	-	(6)	(6)	-	(6)
TOTAL	50.861.778	(10.294.114)	40.567.665	48.870.239	(8.567.932)	40.302.307

Os Bens Imóveis de Uso Especial apresentaram um aumento de R\$ 718,93 milhões em relação a 2023, totalizando R\$ 18,67 bilhões em 2024. Boa parte desse aumento decorre dos registros de reavaliações em edifícios, bens imóveis de natureza militar e terrenos, conforme aponta o relatório Anexo TC 24 da Gerência de Bens Imóveis, vinculado ao Processo SEA nº 61/2024. Como resultado, houve um aumento de R\$ 395,42 milhões na conta contábil 1.2.3.2.1.01.03.00 - Edifícios, alcançando ao final do exercício um saldo de R\$ 7,03 bilhões.

Em 2024 o saldo de R\$ 14,68 milhões em Demais Bens Móveis foi composto pelas seguintes contas contábeis:

DEMAIS BENS MÓVEIS - CONTAS CONTÁBEIS	2024
1.2.3.1.1.07.01.00 - Bens Móveis em Elaboração	780
1.2.3.1.1.99.01.00 - Bens Móveis a Alienar	6.295
1.2.3.1.1.99.08.00 - Bens Móveis a Classificar	-
1.2.3.1.1.99.99.00 - Outros Bens Móveis	7.608
TOTAL	14.683

Destaca-se a conta contábil 1.2.3.1.1.99.99.00 - Outros Bens Móveis, em que as Unidades Gestoras (UGs) Secretaria de Estado da Educação (SED), Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) representaram, em 2024, 57,2% do saldo total dessa conta, com valores de R\$ 2,43 milhões, R\$ 1,19 milhão e R\$ 737,18 mil, respectivamente.

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

O Decreto nº 1.479, de 21 de setembro de 2021, instituiu a Política de Modernização da Gestão Patrimonial, aplicável à administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, incluindo os seus fundos, e, no que couber, às empresas estatais dependentes (regidas por legislação específica).

Esse decreto apresentou os conceitos e os procedimentos referentes à mensuração inicial, à reavaliação e ao inventário de bens móveis e imóveis, como detalhado a seguir.

Bens Móveis

No reconhecimento inicial, os bens móveis são mensurados pelo custo ou valor justo. Posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração, como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável, de modo que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Já para os bens obtidos a título gratuito deve ser considerado o valor resultante de avaliação por procedimento tecnicamente válido ou o valor definido nos termos da doação quando este for representativo de seu valor justo.

Após o reconhecimento inicial, o modelo de mensuração adotado é, via de regra, o de custo, conforme estabelece o art. 23 do Decreto nº 1.479/2021, admitindo-se o modelo da reavaliação para os veículos, as aeronaves e as embarcações.

Em virtude da reavaliação, havendo aumento do valor contábil de uma classe do ativo, esse acréscimo será reconhecido à conta de reserva de reavaliação, salvo quando se tratar de uma reversão de decréscimo do valor contábil da classe anteriormente reconhecido no resultado. Diminuições no valor contábil são reconhecidas nas contas de resultado, a menos que exista saldo de reserva de reavaliação. Nesse caso, a diminuição do ativo deve ser debitada diretamente da reserva até o limite de qualquer saldo existente relacionado àquela classe de ativo.

O inventário anual de bens móveis é obrigatório e subsidiará a prestação de contas do gestor do órgão ou da entidade integrante da administração pública estadual.

Bens Imóveis

No reconhecimento inicial, os bens imóveis são mensurados pelo custo ou valor justo (obtidos a título gratuito). Posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração, tais como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável, que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Caso o imóvel tenha sido obtido a título gratuito, deve ser considerado o valor resultante de avaliação por procedimento tecnicamente válido ou conforme estabelecido nos termos da doação, desde que esse valor seja representativo do valor justo do imóvel.

Para os bens imóveis, o modelo de mensuração após o reconhecimento é o de reavaliação²⁰. A reavaliação será necessária quando o valor justo de um ativo diferir significativamente de seu valor contábil registrado.

Anualmente, o responsável pelos bens imóveis do órgão ou da entidade deve emitir um documento arrolando todos os imóveis do órgão ou da entidade, com indicação dos valores bruto, depreciação acumulada e líquido, com vistas a subsidiar os registros contábeis e a prestação de contas.

Para orientar as unidades gestoras (UGs) da administração pública estadual sobre os procedimentos contábeis relacionados ao subgrupo Bens Móveis e Imóveis do Ativo Imobilizado, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da Secretaria de Estado da Fazenda publicou as Notas Técnicas de Procedimento Contábil nº 004/2021 e nº 006/2021.

Depreciação/Amortização

A depreciação se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. O que influencia a redução do valor do bem é a existência de vida útil econômica limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Já a amortização aplica-se a elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada, e tem como característica fundamental a redução do valor do bem.

A depreciação/amortização/exaustão dos bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 e dos bens reavaliados seguiu a vida útil estabelecida em laudo de avaliação, de acordo com o cronograma da Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A partir da publicação do Decreto Estadual nº 1.479/2021, a depreciação/amortização/exaustão dos bens adquiridos e postos em operação passou a adotar o método das cotas constantes²¹, como determina o art. 46 do referido decreto.

20 O modelo da reavaliação estabelece que o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. De acordo com o § 1º do art. 32 do Decreto nº 1.479/2021, em casos excepcionais, mediante autorização expressa em processo administrativo para esse fim, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da SEF, em conjunto com a Diretoria de Gestão Patrimonial (DGPA) da SEA, quando se tratar de bens imóveis da administração pública direta, ou o dirigente máximo da entidade, quando se tratar de bens imóveis de entidades da administração pública indireta de que trata o parágrafo único do art. 1º desse decreto, poderão autorizar a adoção do modelo de custo para a mensuração após o reconhecimento de imóveis.

21 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição, p. 234.

Bens Móveis

R\$ milhares

BENS MÓVEIS - DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA				
TIPO DE CONSOLIDAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Poder Executivo	2.596.691	1.783.409	1.496.039	1.275.897
Poder Judiciário	155.670	147.741	142.153	129.774
Poder Legislativo	29.578	24.101	19.764	7.886
Ministério Público	76.735	61.272	46.782	36.189
Consolidado Geral	2.858.675	2.016.522	1.704.737	1.449.746

Tendo como base a materialidade e o custo associado ao processamento dos dados, a partir de 2013 o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens com valor menor ou igual a R\$ 10,00 reais. Essa metodologia atende o equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição às informações contábeis na NBC TSP Estrutura Conceitual.

Em 2024, do saldo da depreciação acumulada de bens móveis no Poder Executivo, 54,9% são compostos pela Secretaria de Estado da Educação (R\$ 672,75 milhões), pelo Fundo de Melhoria da Polícia Militar (R\$ 420,40 milhões) e pela Secretaria de Estado da Saúde (R\$ 331,78 milhões).

O Poder Legislativo apresentou saldo de R\$ 29,58 milhões de depreciação acumulada de Bens Móveis em 2024. Desse total, 60,6% referem-se ao Tribunal de Contas do Estado (R\$ 17,94 milhões) e 39,4% à Assembleia Legislativa do Estado (R\$ 11,64 milhões).

Com o saldo de R\$ 17,94 milhões de depreciação acumulada de bens móveis em 2024, o Tribunal de Contas do Estado apresentou um aumento de 44,0% em relação a 2023 (R\$ 12,46 milhões). A conta contábil que mais contribuiu com essa variação foi a 1.2.3.8.1.01.02.00 - (-) Dep. Acumulada de Bens de Informática, com uma variação positiva de R\$ 3,51 milhões (58,5%).

Bens Imóveis

R\$ milhares

BENS IMÓVEIS - DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA				
TIPO DE CONSOLIDAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Poder Executivo	7.299.684	6.439.311	5.700.165	4.745.716
Poder Judiciário	61.169	47.487	36.828	30.807
Poder Legislativo	6.320	4.282	2.257	177
Ministério Público	68.266	60.329	52.392	44.526
Consolidado Geral	7.435.439	6.551.409	5.791.642	4.821.226

Do saldo da depreciação acumulada dos bens imóveis do Estado em 2024, 82,5% estão registrados na conta 1.2.3.8.1.02.03.00 (-) Dep. Acumulada Bens de Uso Comum do Povo, gerida pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, totalizando R\$ 6,12 bilhões.

Bens de Infraestrutura/Bens de Uso Comum do Povo

Em geral, os bens de uso comum do povo podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens do ativo imobilizado. Para serem classificados como ativos de infraestrutura, esses bens devem integrar sistemas ou redes especializados por natureza e não possuir usos alternativos.

R\$ milhares

BENS DE INFRAESTRUTURA/BENS DE USO COMUM DO POVO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO
Ruas/Estradas/Rodovias	18.295.288	18.112.451	182.837
Pontes	4.491.532	4.491.532	-
Túneis	1.000.000	1.000.000	-
Barragens	77.238	74.679	2.559
Outros Bens de Uso Comum do Povo	25.946	25.946	-
TOTAL	23.890.004	23.704.608	185.396

Os bens de uso comum do povo estão registrados na conta contábil 1.2.3.2.1.05.00.00 - Bens de Uso Comum do Povo, sendo as rodovias pavimentadas, as não pavimentadas, as pontes e os túneis registrados no ativo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade. Já as barragens e os outros bens de uso comum do povo são registrados na Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil.

Em 2024 o saldo contábil referente a Ruas/Estradas/Rodovias, registrado na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, considerou o somatório das contas contábeis 1.2.3.2.1.05.03.01 - Rodovias Pavimentadas e 1.2.3.2.1.05.03.02 - Rodovias não Pavimentadas, com os valores de R\$ 16,50 bilhões e R\$ 1,80 bilhão, respectivamente.

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo estadual são regidos pela NBC TSP nº 7, de 22 de setembro de 2017, que determina a mensuração pelo valor de custo após atendidos os requisitos para reconhecimento.

No Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, é apresentada a vida útil estimada dos ativos de infraestrutura.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

Em 2024 as avaliações diminuíram o resultado do exercício em cerca de R\$ 193,73 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução ao Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	31/12/2024	31/12/2023
3.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis - VPD	(1.753)	(484)
3.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis - VPD	(215.191)	(3.119)
4.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis - VPA	1.807	148.875
4.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis - VPA	21.411	-
TOTAL	(193.725)	145.272

Cabe destacar que, a partir de 2021, o reconhecimento das reavaliações positivas (nos casos de bens não pertencentes a uma mesma classe do ativo que tenha sofrido reavaliação negativa) passou a ser registrado no patrimônio líquido, a título de reserva de reavaliação, não impactando o resultado patrimonial, como explicado anteriormente.

Ressalta-se a conta contábil 3.6.1.1.1.02.00.00 - Reavaliação de Bens Imóveis, que em 2024 apresentou, na UG 470093 - Fundo Patrimonial, o valor de R\$ 215,19 milhões em registros de reavaliações de edifícios, bens imóveis de natureza militar e terrenos, como consta no Processo SEA nº 61/2024.

Em 2024 as reavaliações negativas de bens imóveis foram debitadas na conta de variação patrimonial 3.6.1.1.1.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis, em vez de serem registradas na conta contábil 2.3.6.1.1.01.01.00 - Reserva de Reavaliação - Bens de Uso Especial. Assim, se desconsiderarmos o valor de R\$ 215,19 milhões no somatório, o impacto no resultado patrimonial da reavaliação/redução ao valor recuperável de bens do imobilizado seria positivo em R\$ 21,47 milhões. Para corrigir a não conformidade relatada, em 19 de fevereiro de 2025 foi elaborada a Nota de Lançamento 2025NL000073.

Em relação à conta contábil 4.6.1.1.1.02.00.00 - Reavaliação de Bens Imóveis, no exercício foi registrado na UG 470076 - Fundo em Repartição (SC SEGURO) o valor de R\$ 21,41 milhões, sendo a maior parte referente ao aumento de valor por reavaliação dos imóveis do SC SEGURO, de acordo com o Processo IPREV nº 3834/2024.

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes sujeitam-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, estão impedidas de efetuar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2024 essas empresas apresentaram o valor de R\$ 7,21 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, como mostra a tabela a seguir:

SALDO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO POR EMPRESA ESTATAL DEPENDENTE	31/12/2024
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COAHB - em Liquidação)	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)	4.762
TOTAL	7.214

A reserva de reavaliação relativa à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) está registrada na conta contábil 2.3.6.1.1.01.01.00 - Reserva de Reavaliação - Bens de Uso Especial, e a reserva relativa à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) está lançada na conta 2.3.6.1.1.03.01.00 - Reserva de Reavaliação - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas.

23. INTANGÍVEL

A política de Gestão dos Ativos Intangíveis do Estado, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, foi instituída pelo Decreto nº 1.142/2021. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 002/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, esclarece as formas de reconhecimento, mensuração, avaliação e evidenciação dos ativos intangíveis.

Para fins deste Balanço e em consonância com o Decreto Estadual nº 1.142/2021, são considerados ativos intangíveis de Santa Catarina os bens que não possuam existência física ou financeira, mas que constituam valor para a atividade pública, podendo ser reconhecidos contabilmente, e que representem benefício futuro, direto ou indireto para o Estado, sendo fundamentais para o bom desempenho gerencial e operacional da administração pública estadual.

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo valor de aquisição ou desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação desses ativos para a finalidade proposta pela administração do órgão ou da entidade. No Estado de Santa Catarina, após reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo modelo de custo.

Santa Catarina utiliza o método linear para amortização de intangíveis quando for possível determinar a vida útil desses intangíveis. Os intangíveis com vida útil indefinida não serão amortizados.

R\$ milhares

INTANGÍVEL	31/12/2024			31/12/2023		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Softwares	386.065	(99.892)	286.172	330.294	(73.834)	256.460
Softwares em Desenvolvimento	280.741	-	280.741	247.430	-	247.430
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	32	-	32	32	-	32
TOTAL	666.837	(99.892)	566.945	577.756	(73.834)	503.922
Redução ao Valor Recuperável do Intangível	-	-	-	-	-	-
TOTAL	666.837	(99.892)	566.945	577.756	(73.834)	503.922

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem especialmente softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender necessidades específicas do Estado.

Um resumo da evolução do saldo das contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento durante o exercício é apresentado a seguir.

Evolução do Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares

	SOFTWARES	SOFTWARES EM DESENVOLVIMENTO	TOTAL
Saldo em 31/12/2023	330.294	247.430	577.724
Adições	92.003	35.371	127.374
Baixas	36.232	2.060	38.292
Saldo em 31/12/2024	386.065	280.741	666.806

O saldo da conta Softwares teve uma variação positiva de 16,9% em relação a 2023, sendo a Secretaria de Estado da Fazenda a unidade gestora com o maior saldo final em 2024 (R\$ 78,13 milhões), o que representa 20,2% do saldo total de softwares.

Em 2024 o Fundo de Melhoria da Polícia Civil (FUMPC) apresentou o saldo de R\$ 17,52 milhões, um aumento de 513,9% quando comparado a 2023 (R\$ 2,85 milhões). Parte desse aumento foi decorrente da prestação de serviços especializados na área de TI, conforme os processos PCSC nºs 61998/2023 e 62342/2023.

R\$ milhares

SOFTWARES POR UNIDADES GESTORAS	31/12/2024	31/12/2023
Secretaria de Estado da Fazenda	78.131	66.139
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	60.708	60.322
Ministério Público de Santa Catarina	40.455	39.649
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	38.260	34.316
Demais Unidades Gestoras	36.865	27.924
Secretaria de Estado da Administração	33.342	30.659
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	21.408	21.408
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	19.103	16.274
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	17.517	2.853
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	14.927	13.476
Fundo de Melhoria da Perícia Oficial	8.943	1.955
Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento	6.561	5.681
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	5.572	5.366
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	4.272	4.272
TOTAL	386.065	330.294

Já o saldo da conta Softwares em Desenvolvimento registrou uma variação positiva de 13,5% em relação ao ano anterior. O destaque vai para a Secretaria de Estado da Fazenda, que encerrou o exercício com o saldo de R\$ 193,14 milhões na conta, apresentando uma variação positiva de 20,3% na comparação com 2023 (R\$ 160,59 milhões).

R\$ milhares

SOFTWARES EM DESENVOLVIMENTO POR UNIDADE GESTORA	31/12/2024	31/12/2023
Secretaria de Estado da Fazenda	193.136	160.590
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	78.030	77.516
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	7.358	7.358
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	1.939	1.849
Demais Unidades Gestoras	278	118
TOTAL	280.741	247.430

Impacto da Reavaliação/Redução ao Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	31/12/2024	31/12/2023
3.6.1.6.1.01 - Redução ao Valor Recuperável de Bens Intangíveis	-	-
4.6.1.2.1.01 - Reavaliação de Ativos Intangíveis	2.575	253
TOTAL	2.575	253

Os valores das reavaliações de ativos intangíveis dos anos de 2023 e 2024 foram registrados na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

PASSIVOS

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR

R\$ milhares

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Pessoal a Pagar	1.151.012	2.480.296	3.631.308	992.635	1.856.622	2.849.257
Salários, Remunerações e Benefícios do Exercício	1.732		1.732	425	-	425
Férias	602.712		602.712	541.436	-	541.436
Licença-Prêmio	54.191		54.191	54.778	-	54.778
Salários, Remunerações e Benefícios de Exercícios Anteriores	235		235	227	-	227
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	5.144		5.144	12.145	-	12.145
Precatórios de Pessoal - a partir de 5/5/2000	308.945	2.480.296	2.789.241	213.202	1.856.622	2.069.824
Precatórios de Pessoal repassado ao TJ	177.951		177.951	170.401	-	170.401
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício	104		104	20	-	20

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Benefícios Previdenciários a Pagar	65.031	190.960	255.991	47.226	169.613	216.839
Benefícios Previdenciários	2.351		2.351	2.351	-	2.351
Benefícios Previdenciários do Exercício	1.305		1.305	-	-	-
Precatórios de Benefícios Previdenciários - a partir de 5/5/2000	37.486	190.960	228.446	29.949	169.613	199.562
Precatórios de Benefícios Previdenciários Repassados ao TJSC	-		-	5.096	-	5.096
Obrigações do RPPS junto ao RPPS de Estado	3.060		3.060	1.134	-	1.134
Obrigações do RPPS junto ao RPPS de Município	11.712		11.712	3.860	-	3.860
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	9.116		9.116	4.836	-	4.836
Benefícios Assistenciais a Pagar	28	-	28	31	-	31
Benefícios Assistenciais a Pagar	28		28	31	-	31
Encargos Sociais a Pagar	132.070	255.173	387.242	129.523	256.221	385.745
FGTS sobre a Folha de Pagamento	12.065		12.065	8.730	-	8.730
Entidades de Previdência Privada e Complementar	3.522		3.522	4.741	-	4.741
Contribuição ao Plano de Saúde	3.988		3.988	4.502	-	4.502
INSS a Pagar	112.495	255.173	367.667	111.385	256.221	367.606
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	-		-	166	-	166
Outros Encargos Sociais do Exercício	0,07		0,07	0,2	-	0,2
TOTAL	1.348.141	2.926.428	4.274.570	1.169.415	2.282.457	3.451.872

Férias

O saldo de férias corresponde ao reconhecimento por competência das obrigações decorrentes do período aquisitivo e que será pago durante o exercício de 2025. Em 2024 o saldo registrado (R\$ 602,71 milhões) foi 11,3% maior quando comparado a 2023 (R\$ 541,44 milhões). O destaque foi para a Unidade Gestora Secretaria de Estado da Educação, que representou 53,8% (R\$ 324,20 milhões) do saldo em 2024.

Precatórios de Pessoal

R\$ milhares

PRECATÓRIOS DE PESSOAL	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Assembleia Legislativa do Estado	965	4.915	5.880	936	4.529	5.465
Tribunal de Justiça do Estado	911	4.638	5.549	1.043	5.048	6.091
Tribunal de Contas do Estado	15	76	91	14	70	84
Ministério Público do Estado	0,3	2	2	0,3	2	2
Poder Executivo	485.005	2.470.665	2.955.670	381.610	1.846.974	2.228.583
TOTAL	486.896	2.480.296	2.967.192	383.603	1.856.622	2.240.225

Em 2024 o saldo de precatórios de pessoal (R\$ 2,97 bilhões) teve um aumento de 32,5% quando comparado ao exercício de 2023 (R\$ 2,24 bilhões). O Poder Executivo concentra 99,6% do saldo da conta na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado, o qual, ao final de 2024, foi de R\$ 2,96 bilhões a pagar.

Essa concentração é resultado da alteração na forma de repasse de recursos do Tesouro Estadual ao Tribunal de Justiça do Estado (TJSC) para o pagamento dos precatórios, promovida em 2020. A partir desse exercício, o processo passou a ser realizado por meio da execução orçamentária da despesa (empenho/liquidação/pagamento) no próprio Poder Executivo, por intermédio da UG 520002 - Encargos Gerais do Estado, em favor do TJSC. A alteração está respaldada pela Informação Técnica Contábil nº 013/2020, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda.

Precatórios de Benefícios Previdenciários

O saldo contábil dos Precatórios de Benefícios Previdenciários em 2024 totalizou R\$ 228,45 milhões, representando um aumento de 11,6% quando comparado ao saldo de 2023, que foi de R\$ 204,66 milhões.

R\$ milhares

PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Fundo em Repartição (SC SEGURO)	37.486	190.960	228.446	-	-	-
Fundo Financeiro	-	-	-	35.044	169.613	204.657
TOTAL	37.486	190.960	228.446	35.044	169.613	204.657

Cabe destacar que, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Lei Complementar nº 848, de 22 de dezembro de 2023, estabeleceu a segregação de massa dos segurados no âmbito do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC), resultando na transferência dos saldos contábeis do antigo Fundo Financeiro para o Novo Fundo de Repartição (SC SEGURO).

Da mesma forma, os vínculos previdenciários dos segurados que estavam no antigo Fundo Financeiro foram transferidos para o Fundo de Repartição em 2024. A partir desse ano, os novos servidores públicos que ingressarem no Estado terão seus vínculos previdenciários no novo Fundo em Capitalização, denominado SC FUTURO. Para mais detalhes, analisar a Nota Explicativa nº 28 - Provisões Matemáticas Previdenciárias.

25. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Compreendem as obrigações financeiras externas e internas a título de empréstimos com vencimentos de curto e longo prazo. Reconheceram-se os custos dos empréstimos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

R\$ milhares

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Internos	670.254	16.475.378	17.145.632	796.123	15.875.339	16.671.461
Externos	143.949	1.569.713	1.713.662	148.651	1.319.652	1.468.304
Financiamentos	-	-	-	467	-	467
Juros e Encargos de Empréstimos a Pagar	218.129	-	218.129	205.224	-	205.224
TOTAL	1.032.333	18.045.090	19.077.423	1.150.465	17.194.991	18.345.456

Em 2024 o saldo total de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 19,08 bilhões, o que representa um aumento de 4,0% em comparação ao exercício de 2023.

Os registros dos valores a pagar têm como base as informações recebidas da Gerência da Dívida Pública (GEDIP) da Diretoria do Tesouro Estadual da SEF. Após o encerramento do exercício, a GEDIP reavaliou a base de informações encaminhada para os registros contábeis e identificou que R\$ 2,77 milhões foram

considerados em Empréstimos (R\$ 1,92 milhão em empréstimos internos e R\$ 850 mil em empréstimos externos) quando deveriam ter sido considerados em Juros e Encargos de Empréstimos.

CREDOR	PLANILHA - GEDIP		SIGEF		DIFERENÇA	
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS
Interno	11.306.520	101.425	11.306.431	101.514	89	(89)
União	11.306.520	101.425	11.306.431	101.514	89	(89)
Interno	5.837.189	88.440	5.839.200	86.429	(2.011)	2.011
BB	2.687.078	75.054	2.687.078	75.054	-	-
BNDES	3.150.111	13.387	3.152.122	11.376	(2.011)	2.011
Externo	1.712.812	31.036	1.713.662	30.186	(850)	850
BID	1.160.356	18.328	1.161.206	17.478	(850)	850
BIRD	390.282	7.855	390.282	7.855	-	-
CAF	162.174	4.853	162.174	4.853	-	-
TOTAL	18.856.522	220.901	18.859.294	218.129	(2.772)	2.772

É oportuno destacar que os valores identificados não afetam o total da conta Empréstimos e Financiamentos, conforme pode ser observado na planilha a seguir, que já considera os valores devidamente ajustados.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - AJUSTADO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Internos	668.332	16.475.378	17.143.710	796.123	15.875.339	16.671.461
Externos	143.099	1.569.713	1.712.812	148.651	1.319.652	1.468.304
Financiamentos	-	-	-	467	-	467
Juros e Encargos de Empréstimos a Pagar	220.901	-	220.901	205.224	-	205.224
TOTAL	1.032.333	18.045.090	19.077.423	1.150.465	17.194.991	18.345.456

Cabe ressaltar que o ajuste de tal não conformidade foi feito em 2025, por meio das notas de lançamento 2025NL6844, 2025NL006843 e 2025NL015067.

Destaca-se o grupo Financiamentos (no Circulante), que apresentou saldo zerado em 2024, em contraponto a 2023, quando havia um saldo de R\$ 467,15 mil. Os lançamentos efetuados nesse grupo referem-se ao pagamento de contrato para compra de um imóvel em Blumenau, conforme o Processo SEF nº 122/2024.

Demais informações sobre empréstimos e financiamentos podem ser encontradas no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2024, incluído no Volume 2 deste Balanço Geral.

26. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos com os seus respectivos credores referentes ao fornecimento de mercadorias e de outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da contratação de serviços (como energia elétrica, água, entre outros) prestados aos entes públicos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

R\$ milhares

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	25.052	-	25.052	80.750	-	80.750
Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores	15	-	15	518	-	518
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - a partir de 5/5/2000	146.087	1.067.346	1.213.433	91.709	749.118	840.827
Precatórios de Fornecedor Repassado ao TJSC	63.439	-	63.439	63.069	-	63.069
TOTAL	234.593	1.067.346	1.301.938	236.047	749.118	985.165

Em 2024 houve uma redução de 69,0% do saldo de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício (no Circulante), que em 2023 era de R\$ 80,75 milhões. O Fundo Estadual de Saúde apresentou 38,4% do saldo desse grupo em 2024, correspondendo a R\$ 9,62 milhões.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DO EXERCÍCIO E DE EXERCÍCIOS ANTERIORES POR DEVEDOR	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Assembleia Legislativa do Estado	1	-	1	8	-	8
Tribunal de Contas do Estado	73	-	73	694	-	694
Ministério Público do Estado	15	-	15	-	-	-
Poder Executivo	24.978	-	24.978	80.567	-	80.567
Fundo Estadual de Saúde	9.624	-	9.624	41.391	-	41.391
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	2.978	-	2.978	2.162	-	2.162
Secretaria de Estado da Educação	2.956	-	2.956	5.997	-	5.997
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil	2.411	-	2.411	4.406	-	4.406
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	1.825	-	1.825	3.131	-	3.131
Demais Unidades Gestoras	5.183	-	5.183	23.481	-	23.481
TOTAL	25.067	-	25.067	81.269	-	81.269

Em 2024 o saldo do Fundo Estadual de Saúde registrou uma redução de 76,7% em relação a 2023 (R\$ 41,39 milhões), encerrando o ano com R\$ 9,62 milhões na conta Fornecedores e Contas a Pagar. O Poder Executivo representa 99,6% do saldo de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores.

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário e determinam a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar. Trata-se, portanto, da cobrança resultante de uma ação que reconheceu a uma pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento é executado pelo Tribunal de Justiça, obedecendo à ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que em seu art. 1º, § 1º, inciso III, estabeleceu que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Com a Emenda Constitucional (EC) nº 109, de 15 de março de 2021, o Estado de Santa Catarina tem até 31/12/2029 para quitar o saldo de precatórios a pagar.

R\$ milhares

PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Poder Executivo	208.765	1.063.469	1.272.234	153.852	744.637	898.490
Ministério Público do Estado	677	3.448	4.124	654	3.165	3.819
Tribunal de Justiça do Estado	64	325	389	252	1.221	1.473
Assembleia Legislativa do Estado	20	104	124	20	95	115
TOTAL	209.526	1.067.346	1.276.871	154.778	749.118	903.896

É importante frisar que em 2021 os precatórios devidos pelo Estado a órgãos e entidades federais e municipais foram separados nas contas contábeis 2.2.3.1.3.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - União a partir de 5/5/2000 e 2.2.3.1.5.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - Município a partir de 5/5/2000. Em 2024 as respectivas contas apresentaram os saldos finais de R\$ 194,81 milhões e R\$ 214,15 milhões.

Ao final do exercício, o saldo do Não Circulante de Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar, do Poder Executivo, era de R\$ 1,06 bilhão, uma variação positiva de 42,8% em relação a 2023 (R\$ 744,64 milhões).

Destaca-se a conta contábil 2.2.3.1.3.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - União a partir de 5/5/2000, na UG 520002 - Encargos Gerais do Estado. Essa conta apresentou saldo de R\$ 194,81 milhões em 2024, uma variação de R\$ 185,20 milhões em relação a 2023. Parte dessa variação decorreu da atualização de valores apurados pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme o Processo SEF nº 5899/2023.

No Poder Executivo, os saldos de Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar estão registrados na UG 520002 - Encargos Gerais do Estado e representam 99,6% do total devido por Santa Catarina.

27. OBRIGAÇÕES FISCAIS

R\$ milhares

OBRIGAÇÕES FISCAIS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PIS/PASEP a Recolher do Exercício	-	-	-	8.873	-	8.873
Parcelamento PASEP	12.322	171.455	183.776	13.718	186.910	200.628
Demais Obrigações Fiscais	3	-	3	16	-	16
TOTAL	12.325	171.455	183.779	22.608	186.910	209.518

O Parcelamento PASEP refere-se ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), regulamentado pela Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e pela Medida Provisória nº 574/2012. Esse parcelamento tem os saldos registrados na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado e em 2024 apresentou uma redução de 8,4% em relação ao saldo de 2023 (R\$ 200,63 milhões).

Outros detalhes sobre o Parcelamento PASEP constam no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2024, incluído no Volume 2 deste Balanço Geral.

28. PROVISÕES

As provisões são obrigações presentes que possuem prazo ou valor incerto, sendo derivadas de eventos passados cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviço.

R\$ milhares

PROVISÕES	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Provisão para Riscos Trabalhistas	541.061	26.441	567.502	-	31.743	31.743
Provisão para Riscos Cíveis	2.161.507	9.423	2.170.930	4.532	5.030	9.563
Provisão para Riscos Fiscais	65.141	83.545	148.686	3.098	-	3.098
Provisão para Repartição de Créditos	3.012.144	-	3.012.144	2.527.059	-	2.527.059
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	95.094.007	95.094.007	-	133.188.608	133.188.608
Provisão para Contingências	-	-	-	266.837	-	266.837
Provisão para Ação Judicial em Trânsito	-	-	-	2.109.340	-	2.109.340
TOTAL	5.779.853	95.213.415	100.993.268	4.910.867	133.225.382	138.136.249

Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Em 2021 o Estado de Santa Catarina, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), estabeleceu diretrizes para a classificação dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais. Com base nos critérios adotados pela União, foram editadas a Portaria GAB/PGE nº 102/2021 e a Informação GAB/PGE nº 007/2021, que orientam a atuação da PGE e a prestação de informações sobre ações ajuizadas contra o Estado, suas autarquias ou fundações públicas e que possam representar riscos fiscais, resultando no reconhecimento de provisões, passivos contingentes ou na simples menção em notas explicativas.

Conforme previsto na Portaria GAB/PGE nº 102/2021, podem afetar potencialmente o orçamento catarinense as ações judiciais em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado, ou quando houver multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito (demandas repetitivas). Nas duas hipóteses anteriores, são consideradas afetações apenas quando um eventual impacto financeiro de ambas as hipóteses for estimado em valor igual ou superior a R\$ 50 milhões.

Também são qualificados como riscos fiscais os débitos tributários ou não tributários lançados pela União, suas autarquias ou fundações, em face dos quais o Estado de Santa Catarina tenha proposto medidas judiciais que visem a desconstituição do lançamento e que haja decisão desfavorável de órgão colegiado de Tribunal Superior.

As classificações das ações judiciais quanto à probabilidade de perda estão apresentadas na Portaria GAB/PGE nº 102/2021 e, de forma resumida, podem ser consideradas como de Risco Provável, Risco Possível e Risco Remoto.

No exercício de 2022, foram editadas as Informações GAB/PGE nº 002/2022 e nº 008/2022, com a finalidade de atualizar os dados referentes às ações judiciais ajuizadas contra o Estado de Santa Catarina, suas autarquias e fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, com fundamento nos critérios previstos na Portaria GAB/PGE nº 102/2021. A Informação GAB/PGE nº 002/2022 foi elaborada com o objetivo de complementar a Informação GAB/PGE nº 007/2021, já que esta última cuidou de levantamento preliminar, realizado pela PGE em curto lapso de tempo desde a edição da portaria regulamentadora do tema. Já no que diz respeito à Informação GAB/PGE nº 008/2022, ressalta-se que houve algumas alterações quando comparada à Informação GAB/PGE nº 002/2022.

Ao final do exercício de 2023, a PGE emitiu nova informação - Informação GAB/PGE nº 002/2023 -, atualizando as informações constantes na Informação GAB/PGE nº 008/2022.

Em 2024, por meio do Processo PGE nº 8499/2024 (vinculado ao Processo SEF nº 15470/2021), a PGE tramitou a Informação GAB/PGE nº 1/2024, onde consta o Anexo Único com as informações atualizadas sobre os riscos fiscais até dezembro de 2024, atingindo R\$ 4,12 bilhões. Do total, aqueles valores com o grau de risco considerado "Provável" somam R\$ 2,77 bilhões, em consonância com a 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o qual preconiza que riscos fiscais com probabilidade de saída de recursos e montante estimável devem ser reconhecidos como provisões.

A Informação GAB/PGE nº 1/2024 contém algumas modificações sobre a Informação GAB/PGE nº 2/2023, incluindo novas ações judiciais como, por exemplo, a conversão em pecúnia da licença especial não usufruída pelo servidor militar ativo, com fundamento no art. 69, § 1º, da Lei nº 6.218/1983 e no art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 52/1992.

Destaca-se que em 2024 os valores referentes aos Riscos Prováveis, mencionados anteriormente, estão apresentados no Passivo Circulante da Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado e registrados nas seguintes contas contábeis:

CONTAS CONTÁBEIS	R\$ MILHARES
2.1.7.1.1.01.00.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas (Provisão para Riscos Trabalhistas)	541.061
2.1.7.3.1.02.02.00 - Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais na Esfera Judicial Recorridas (Provisão para Riscos Fiscais)	64.533
2.1.7.4.1.01.00.00 - Provisão para Indenizações Cíveis (Provisão para Riscos Cíveis)	2.161.393
TOTAL	2.766.987

A tabela a seguir demonstra os valores extraídos do Anexo Único da Informação GAB/PGE nº 1/2024:

R\$ milhares

RISCOS FISCAIS COM GRAU DE RISCO PROVÁVEL - PROVISÃO		
ASSUNTO	PRINCIPAL PARTE ATIVA	VALOR EM 2024
LFTSC	Bradesco Vida e Previdência S.A.	68.016
LFTSC	Telos Fundação Embratel de Seguridade Social	344.119
LFTSC	Divalpar Participações Societárias Ltda.	8.315
LFTSC	BBVA Serviços e Negócios Ltda.	6.470
LFTSC	Fundação dos Economiários Federais	81.807
LFTSC	Lloyds TSB Bank PLC	433.601
LFTSC	Serpros - Fundos Multipatrocinado	275.366
LFTSC	Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS)	8.047
LFTSC	Multiplic Ltda.	670.957
LFTSC	Banco de Brasília S.A. (BRB)	76.816
LFTSC	Inepar S.A. Indústria e Construções	76.954
Sistema de vencimentos	Hermano Marinho Pereira e outros	108.440
Sistema de vencimentos	Licenças-prêmio não usufruídas	101.807
Desapropriação	Colorminas Colorifício e Mineração S.A.	14.874
Desapropriação	Pacheco & Pereira Ltda.	15.862
Desapropriação	Hélio Freitas e Branca Eladi Freitas	24.089
Desapropriação	Leila Maria Mezzomo Scherer e Amplicar Scherer	55.850
Sistema de vencimentos	Sindicado dos Trabalhadores em Educação SC (SINTE)	96.304
Sistema de vencimentos	Sindicado dos Trabalhadores em Educação SC (SINTE)	55.530
Sistema de vencimentos	Sindicado dos Trabalhadores no Serviço Público SC (SINTESPE)	58.980
Ambiental	Ministério Público Federal	250
Sistema de vencimentos	Policiais Militares de Santa Catarina	120.000
Total dos Riscos Fiscais não Tributários		2.702.454
Sistema tributário	Lojas Americanas S.A.	64.533
Total dos Riscos Fiscais Tributários		64.533
Total dos Riscos Fiscais - Provisões		2.766.987

Em relação aos Riscos Fiscais, cabe informar que em 2024 há provisões registradas na Unidade Gestora Santa Catarina Turismo S.A., na conta contábil 2.1.7.3.5.02.02.00 - Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais na Esfera Judicial Recorridas, no valor de R\$ 608,00 mil, referentes a débitos tributários junto ao

município de Balneário Camboriú, e na conta contábil 2.1.7.4.1.01.00.00 - Provisão para Indenizações Cíveis, no valor de R\$ 114,00 mil, referente à Ação Civil nº 0694975.14.2004.8.24.2003.

Além disso, há provisão registrada no Passivo Não Circulante, no montante de R\$ 26,44 milhões (2.2.7.1.1.01.00.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas), nas seguintes unidades gestoras: Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Encargos Gerais do Estado.

Nos Riscos Fiscais a longo prazo, há o saldo de R\$ 83,54 milhões, registrados nas contas contábeis 2.2.7.3.5.02.02.00 - Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais na Esfera Judicial Recorridas e 2.2.7.3.3.02.02.00 - Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais na Esfera Judicial Recorridas, com os valores de R\$ 2,94 milhões e R\$ 80,61 milhões, respectivamente, ambos registrados na Secretaria de Estado da Fazenda.

O saldo registrado na conta 2.2.7.3.3.02.02.00 refere-se a valores inscritos na Procuradoria da Fazenda Nacional, em Dívida Ativa da União contra a Secretaria de Estado da Fazenda, conforme o Processo SEF nº 83/2022. Esses valores são relativos ao INSS patronal e de segurados, sob os números de inscrições 91 4 18 003709-64 (R\$ 15,51 milhões) e 91 4 18 003710-06 (R\$ 65,10 milhões).

Já no tocante aos Riscos Cíveis registrados no longo prazo, há um saldo de R\$ 9,42 milhões distribuído nas seguintes unidades gestoras: CIDASC (R\$ 1,78 milhão), Epagri (R\$ 4,53 milhões) e COHAB/SC (R\$ 3,11 milhões).

Provisão para Repartição de Créditos

A Provisão para Repartição de Créditos refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2024, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.

R\$ milhares

IMPOSTOS	31/12/2024		31/12/2023	
	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS
ICMS	982.906	1.638.176	822.501	1.370.834
IPVA	60.525	302.626	47.643	238.217
ITCMD	27.910	-	47.864	-
TOTAL	1.071.341	1.940.803	918.008	1.609.051

Em 2024 o ICMS correspondeu a 91,7% do valor total das Transferências ao Fundeb, enquanto o IPVA e o ITCMD juntos representaram os 8,3% restantes. No caso das Transferências aos Municípios, o ICMS foi responsável por 84,4% do total, ao passo que o IPVA respondeu por 15,6%.

Provisões Matemáticas Previdenciárias

As Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) representam o total dos recursos necessários para o pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados. Esses valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, considerando seu valor presente.

A Lei Complementar nº 848, de 22 de dezembro de 2023, estabeleceu a segregação da massa de segurados do RPPS do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC). A partir de 1º de janeiro de 2024, os segurados existentes foram alocados no Fundo em Repartição (SC SEGURO), enquanto os novos servidores ingressaram no Fundo em Capitalização (SC FUTURO). No encerramento contábil de 2024, as provisões foram segregadas entre esses fundos, bem como para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM).

O Fundo em Capitalização acumula recursos para o pagamento dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS. Já o Fundo em Repartição financia os benefícios com contribuições do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, sem prever acumulação de recursos. Eventuais insuficiências financeiras são cobertas pelo Tesouro Estadual.

Essa alteração impactou a contabilização das PMPs do RPPS/SC. Até 2023 não havia segregação, e as PMPs eram contabilizadas segundo as normas aplicáveis ao Fundo em Capitalização.

Em 2024, para adequação às normas contábeis e à nova legislação, a contabilização foi ajustada observando as formas distintas na contabilização das PMPs. No caso do Fundo em Repartição, as provisões são registradas em contrapartida do passivo relativo à cobertura da insuficiência financeira, que cria uma obrigação para o ente de cobrir esse déficit. Essa obrigação está registrada na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado.

As provisões do Fundo em Repartição (SC SEGURO) estão registradas em contrapartida às contas contábeis de passivo de insuficiência financeira (contas contábeis 2.2.7.2.2.01.01.00 - (-) Cobertura de Insuficiência Financeira - Fundo em Repartição - Benefícios Concedidos e 2.2.7.2.2.02.03.00 - (-) Cobertura de Insuficiência Financeira - Fundo em Repartição - Benefícios a Conceder). Nessas contas foi registrado o valor que deverá ser coberto pelo Tesouro Estadual para complementar as receitas normais e garantir o pagamento dos benefícios do fundo. Do montante contabilizado como cobertura da insuficiência financeira foi abatido o valor correspondente aos ativos de investimentos existentes no Fundo em Repartição.

Em relação ao Fundo em Capitalização, o saldo negativo da conta contábil 2.2.7.2.1.04.00 - Fundo em Capitalização - Provisões de Benefícios a Conceder indica que a estimativa das contribuições futuras dos segurados e do Estado supera a estimativa do valor atual das futuras aposentadorias e pensões do grupo que atualmente forma esse fundo. O superávit atuarial desse fundo, resultado normal e esperado nesse tipo de modelo, é registrado como Reserva Atuarial na conta 2.3.6.2.1.01.02.00 - Reserva Atuarial para Ajustes do Fundo.

Se houver déficit atuarial, o déficit impacta diretamente o resultado do Estado. Em caso de superávit, é constituída uma reserva atuarial. No ano do exercício foi registrada uma reserva de R\$ 35,96 milhões no patrimônio líquido da Unidade Gestora 470077 - Fundo em Capitalização (SC FUTURO).

As contas contábeis do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) foram introduzidas em 2024 para registrar as obrigações desse grupo, sendo a insuficiência financeira demonstrada na conta 2.2.7.2.1.08.99.00 - (-) Outras Deduções.

Destaca-se que, para adequação da contabilidade ao novo arcabouço legal, os valores de cobertura da insuficiência financeira foram revertidos contra o resultado de exercícios anteriores, dado que o impacto ocorreu antes de 2024.

R\$ milhares

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de Benefícios Concedidos	74.422.635	95.893.728
Fundo em Repartição (SC SEGURO)	74.422.635	-
Contribuições do Aposentado	(5.603.134)	-
Aposentadorias/Pensões	82.712.467	-
Compensação Previdenciária	(1.861.031)	-
Contribuições do Pensionista	(825.667)	-
Cobertura de Insuficiência Financeira	(73.759.204)	-
Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira	73.759.204	-
Fundo em Capitalização	-	95.893.728
Contribuições do Inativo	-	(10.740.465)
Contribuições do Pensionista	-	(1.570.347)
Compensação Previdenciária	-	(1.153.703)
Aposentadorias/Pensões Concedidas	-	109.358.243
Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	-	-
Benefícios com Militares Inativos	40.561.866	-
Pensões Militares	3.681.833	-
Contribuições do Inativo	(5.750.398)	-
Outras Deduções	(38.106.709)	-
Contribuições do Pensionista	(386.592)	-
Provisões de Benefícios a Conceder	20.671.372	37.294.880
Fundo em Repartição (SC SEGURO)	20.696.670	-
Contribuições Servidor e Futuro Aposentado/Pensionista	(12.410.969)	-
Aposentadorias/Pensões	50.688.772	-
Contribuições do Ente	(15.046.695)	-
Compensação Previdenciária	(2.534.439)	-
Cobertura de Insuficiência Financeira	(20.696.670)	-
Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira	20.696.670	-
Fundo em Capitalização (SC FUTURO)	(25.298)	37.294.880
Contribuições do Ente	(135.326)	(13.926.177)
Compensação Previdenciária	(14.959)	(3.346.251)
Contribuições Servidor e Futuro Aposentado/Pensionista	(174.190)	(17.237.370)
Aposentadorias/Pensões	299.176	71.804.678
TOTAL	95.094.007	133.188.608

O cálculo atuarial de 2024 segue as normas da Portaria MTP nº 1.467/2022 e utiliza dados cadastrais de setembro de 2024 bem como dados financeiros de 31/12/2024. Os cálculos foram realizados de acordo com a Nota Técnica Atuarial enviada à Secretaria de Previdência, como indica o art. 27 da referida portaria.

Em conformidade com a legislação vigente, foram consideradas as seguintes alterações nas hipóteses atuariais:

- *atualização da tábua de mortalidade geral e de inválidos - de IBGE 2020 para AT-2000, conforme estudo de aderência;*
- *revisão da taxa de crescimento real das remunerações - de 1,93% para 1,95% ao ano;*
- *redução da estimativa de compensação previdenciária a receber - de 6% para 5% do Valor Atual dos Benefícios a Conceder e de 2,25% para o Valor Atual dos Benefícios Concedidos;*
- *consideração das variações salariais ocorridas em 2024.*

As projeções de 31/12/2024 já contemplam as alterações promovidas pela Emenda Constitucional Estadual nº 82/2021 e pela Lei Complementar nº 773/2021, que adaptaram a legislação estadual à Emenda Constitucional nº 103/2019.

Além disso, o método atuarial de financiamento foi atualizado do Idade de Entrada Normal (IEN) para o Crédito Unitário Projetado (PUC), em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição.

Em 2024 o passivo atuarial foi registrado na conta contábil 2.2.7.2.0.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, totalizando R\$ 95,09 bilhões, o que representa uma redução de 28,6% em relação a 2023.

Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências, no Passivo Circulante, apresentava o saldo de R\$ 266,84 milhões em 2023, que foi zerado em 2024. A maior parte desse lançamento refere-se à reclassificação para a conta 2.1.7.3.3.02.02 - Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais na Esfera Judicial Recorridas, e ao lançamento de reversão de valor de provisão, visto que seus valores foram inscritos em precatório pelos Encargos Gerais do Estado, de acordo com o Processo SEF nº 8131/2023.

Provisão para Ação Judicial em Trânsito

Em 2024 os saldos da Provisão para Ação Judicial em Trânsito, registrados no Passivo Circulante, foram transferidos para a Provisão para Riscos Trabalhistas (R\$ 541,06 milhões) e para a Provisão para Riscos Cíveis (R\$ 2,16 bilhões). Ambas as provisões estão registradas na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado, conforme a Informação GAB/PGE nº 01/2024 e o Processo SEF nº 15470/2021.

29. TRANSFERÊNCIAS FISCAIS

As transferências fiscais compreendem os recursos a serem transferidos entre os entes da Federação às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária, com vencimento no curto e no longo prazo.

R\$ milhares

TRANSFERÊNCIAS FISCAIS	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Transferências Constitucionais a Pagar	11.387	17.080	28.467	59.257	25.576	84.833
Transferências Legais a Pagar	27.413	39.454	66.867	23.363	57.291	80.654
Transferências Discricionárias a Pagar	27.088	-	27.088	37.435	-	37.435
TOTAL	65.888	56.534	122.422	120.054	82.868	202.922

Transferências Constitucionais a Pagar

O grupo apresentou o saldo total de R\$ 28,47 milhões em 2024, o que representa uma diminuição de 66,4% em relação ao exercício anterior (R\$ 84,83 milhões). Parte do saldo de 2023 considera o registro contábil de valores a pagar rateados ao Fundeb, uma vez que o recurso permaneceu na conta Fundo de Investimentos em dezembro de 2023.

Também está incluída nesse grupo a Cota-Parte Municipal, nos termos da Lei Estadual nº 17.053/2016, referente a doações recebidas da Celesc pelo Fundo Social. Esses valores são classificados como receita tributária para efeitos de distribuição aos Poderes, à Udesc e aos municípios, bem como para aplicação em educação e saúde.

Esse passivo está registrado nas contas contábeis das Unidades Gestoras Encargos Gerais do Estado e Diretoria do Tesouro Estadual, apresentadas a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.1.5.1.4.02.04.00 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb	2.2.5.1.5.01.03.01 - Repartição da Cota de ICMS
2.1.5.1.5.01.03.01 - Repartição da Cota de ICMS	

Transferências Legais a Pagar

Enquadram-se nesse grupo os valores arrecadados pelo Estado, mas que devem ser transferidos a outros entes por disposição legal.

OBRIGAÇÕES	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Fundeb - Doações	16.785	23.896	40.681	12.840	31.141	43.981
Fundeb - FNDE	10.620	15.557	26.177	10.497	26.151	36.648
Transferência Fundo a Fundo a Pagar do Exercício	9	-	9	-	-	-
Transferência Fundo a Fundo a Pagar de Exercícios Anteriores	-	-	-	25	-	25
TOTAL	27.413	39.454	66.867	23.363	57.291	80.654

Nesse passivo também são contabilizados os valores relativos ao Fundeb devidos aos municípios e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) referentes às doações da Celesc para o Fundo Social, caracterizadas pelo Tribunal de Contas do Estado como de natureza tributária, e aos valores decorrentes de divergência nos montantes apurados pelo FNDE, conforme os processos SEF nº 12153/2016, SEF nº 13194/2022, TCE/SC RLA 16/00522464 e RLA 17/00727890.

Esse passivo está registrado nas contas contábeis da Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado, apresentadas a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.1.5.2.5.02.01.01 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações	2.2.5.2.5.02.01.00 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações
2.1.5.2.5.02.02.01 - Repasse Municípios - Fundeb - FNDE	2.2.5.2.5.02.02.00 - Repasse Municípios - Fundeb - FNDE
2.1.5.2.5.03.03 - Transferências Fundo a Fundo a Pagar de Exercícios Anteriores	

Em 2024 houve uma redução de 23,3% na conta contábil 2.2.5.2.5.02.01.00 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações (Passivo Não Circulante), em parte devido à reclassificação de valores do longo prazo para o curto prazo (conta contábil 2.1.5.2.5.02.01.01 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações). Como resultado, a conta de curto prazo (2.1.5.2.5.02.01.01) apresentou uma variação positiva de 30,7% em relação ao exercício anterior.

Cabe observar que em 2024 foi zerado o saldo de R\$ 25,20 mil, que constava no Circulante, da conta contábil 2.1.5.2.5.03.03.00 - Transferências Fundo a Fundo a Pagar de Exercícios Anteriores em 2023, de acordo com o Processo SAS nº 3541/2024 e a Informação GEFAS nº 223/2024. Além disso, foi efetuado o pagamento da terceira parcela do cofinanciamento estadual da assistência estadual, destinada ao custeio da média complexidade em proteção especial, conforme os processos SST nº 481/2020 e SAS nº 3541/2024. Esse saldo estava registrado no Fundo Estadual de Assistência Social.

30. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Esse grupo compreende as obrigações assumidas junto a terceiros e que não se enquadram nos subgrupos anteriores, com vencimentos de curto e longo prazo.

R\$ milhares

DEMAIS OBRIGAÇÕES	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Adiantamentos de Clientes	24.182	44.775	68.957	22.958	65.239	88.197
Consignações	222.171	-	222.171	202.893	-	202.893
Garantias	3.235	-	3.235	5.243	-	5.243
Depósitos Judiciais	7.258.703	-	7.258.703	7.135.546	-	7.135.546
Depósitos não Judiciais	644.117	-	644.117	744.683	-	744.683
Sentenças Judiciais	137.673	-	137.673	93.373	-	93.373
Indenizações e Restituições	31.600	977.297	1.008.897	28.632	922.283	950.915
Valores em Trânsito Exigíveis	145.569	-	145.569	124.516	-	124.516
Credores a Pagar sem Execução Orçamentária	11.578	-	11.578	24.630	-	24.630
Outras Obrigações	54	6.762	6.816	84	6.762	6.846
TOTAL	8.478.882	1.028.833	9.507.716	8.382.557	994.284	9.376.842

Adiantamentos de Clientes

Os adiantamentos de clientes registram, sobretudo, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela cessão do direito de operacionalização dos serviços bancários por um prazo de 60 meses. Esses valores são contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriadas as receitas (variações patrimoniais aumentativas) mensalmente para o resultado do período em obediência ao regime de competência.

Em 2024 o destaque foi a variação negativa de 31,4% no saldo da conta 2.2.8.1.1.01.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo em relação a 2023 (R\$ 65,24 milhões). Essa redução decorre do item 2.3 do ITC 27/2021 - Reclassificação do Passivo Não Circulante para Circulante - Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras Avenças nº 038/2022, SEF nº 13794/2022, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil S.A., tendo por objeto a centralização no banco dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Estado.

Ressalta-se que o saldo de R\$ 1,90 milhão, registrado na conta contábil Adiantamentos de Clientes, no Passivo Não Circulante (2.2.8.1.1.01.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo), está registrado na Unidade Gestora Ministério Público de Santa Catarina e refere-se à antecipação da folha de pagamento, como disposto na cláusula décima, § 2º, inciso I, do Contrato nº 053/2024 (Processo nº 2024/019863).

Depósitos Judiciais a Curto Prazo

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo Demais Obrigações a Longo Prazo.

Os depósitos judiciais dos quais Santa Catarina não é parte, previstos na Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e na Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, foram registrados como outras receitas de capital, com reconhecimento do passivo no grupo Demais Obrigações de Longo Prazo, e seguem a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais.

Com base nos entendimentos e nas normas explanados, em 2020 a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais publicou a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 003/2020, que trata do roteiro da contabilização dos recursos repassados ao Estado, oriundos dos depósitos judiciais dos quais o ente seja parte bem como dos depósitos de terceiros.

Os saldos desses depósitos estão registrados na Unidade Gestora Tribunal de Justiça do Estado, conforme as seguintes contas contábeis:

R\$ milhares

	31/12/2024	31/12/2023
DEPÓSITOS JUDICIAIS A CURTO PRAZO	CIRCULANTE	CIRCULANTE
2.1.8.8.1.03.01.02 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	8.650.113	8.280.345
2.1.8.8.1.03.01.92 - (-) Depósitos Recebidos por Determinação Judicial Transferidos ao Estado	(1.217.011)	(1.025.347)
2.1.8.8.1.03.01.93 - (-) Depósitos Recebidos por Determinação Judicial Transferidos aos Municípios	(174.398)	(119.452)
TOTAL	7.258.703	7.135.546

O montante de R\$ 7,26 bilhões contabilizado na conta Depósitos Judiciais a Curto Prazo, em 2024, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral - depósitos judiciais - são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) e possuem disponibilidade correspondente bloqueada para tal fim (vide Nota Explicativa nº 10).

A Emenda Constitucional (EC) nº 109, de 15 de março de 2021, alterou o art. 101 da Constituição Federal e passou a informar que os estados, o Distrito Federal e os municípios em mora no pagamento de precatórios em 25 de março de 2015 devem quitar seus débitos (vencidos e a vencer) até 31 de dezembro de 2029. Para tal, podem utilizar até 75% dos depósitos judiciais e administrativos nos quais o ente é parte e 30% dos demais depósitos judiciais da localidade (depósitos de terceiros sob jurisdição do Tribunal de Justiça).

Embasamento legal:

TIPO DE DEPÓSITO	LEGISLAÇÃO E ALCANCE
Depósitos em que o ente é parte	LC nº 151/2015 (até 70%)
	EC nº 94/2016 (até 75%)
	EC nº 99/2017 (até 75%)
Depósitos de terceiros	EC nº 94/2016 (até 20%)
	EC nº 99/2017 (até 30%)

Com isso, o tratamento contábil está segregado entre os depósitos de lides nas quais o ente é parte e os depósitos de terceiros, em conformidade com a NTPC nº 003/2020. Cabe destacar que a Emenda Constitucional nº 114/2021 acrescentou o § 5º ao art. 100 da Constituição Federal de 1988, que obrigou, a partir de 2022, a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais, apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão os seus valores atualizados monetariamente.

Depósitos não Judiciais a Curto Prazo

Em relação aos depósitos do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), a Medida Provisória nº 222/2018²², convertida na Lei nº 17.616/2018, alterou a Lei Estadual nº 13.342/2005, transferindo, a partir de agosto de 2018, ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) a responsabilidade pelo recolhimento mensal ao Tesouro do Estado do valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do programa. Tal recolhimento deve observar as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses efetuados aos municípios.

Com a mudança, os valores do PRODEC²³ recebidos pelo FADESC²⁴ estão sendo recolhidos ao Tesouro mensalmente e reconhecidos como receitas orçamentárias, sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ICMS, não compondo mais a conta de depósitos. Dessa forma, registram-se esses recursos no Tesouro do Estado. O registro dos valores recebidos relacionados ao PRODEC é feito na conta contábil 2.1.8.8.1.04.20.00 - Depósitos do PRODEC, e a rotina de contabilização está prevista na NTPC nº 005/2024.

Do mesmo modo, com a publicação do Decreto nº 1.715, de 30 de agosto de 2018, foi alterado o art. 14 do Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, e o próprio Tesouro do Estado está repassando aos municípios o equivalente a 25% do benefício mensal de postergação do ICMS concedido pelo PRODEC.

Indenizações e Restituições

Do valor total desse grupo no Passivo Circulante, 93,0% referem-se à contabilização dos valores devidos ao Programa de Demissão Incentivada (PDI) da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, com um saldo de R\$ 29,39 milhões na conta 2.1.8.9.1.01.06.00 - Programa de Demissão Incentivada - PDI. No Passivo Não Circulante o valor do PDI apresenta o saldo de R\$ 68,29 milhões, registrado na conta 2.2.8.9.1.01.06 - Programa de Demissão Incentivada - PDI. Em 2024 a conta contábil

22 A Medida Provisória nº 222/2018, convertida na Lei nº 17.616/2018, alterou o art. 9º da Lei nº 13.342/2005.

23 Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

24 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14.

de curto prazo apresentou um aumento de 2,7%, enquanto a de longo prazo diminuiu 30,4% em relação a 2023.

No Passivo Não Circulante, destaca-se a conta contábil 2.2.8.9.1.01.10.00 - Depósitos Judiciais de Terceiros - EC nº 94/2016, na qual foram registradas as receitas relativas aos depósitos judiciais de terceiros a serem utilizados para pagamentos de precatórios, como consta no Processo SEF nº 1041/2021.

Em 2024 o saldo final dessa conta contábil totalizou R\$ 858,89 milhões, um aumento de 11,2% na comparação com 2023. Essa variação foi decorrente da utilização dos depósitos judiciais de terceiros em custódia do Tribunal de Justiça, apurados na forma prevista na Lei Complementar Estadual (LCE) nº 706/2017, com as alterações dadas pela LCE nº 766/2020 e LCE nº 849/2024, conforme decisão do TJSC, no doc. 8044505, do SEI 0023913-69.2023.8.24.0710. Segundo a NTPC nº 003/2020 - Rotina Contábil Depósitos Judiciais, essa contabilização foi efetuada na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado,

Valores em Trânsito Exigíveis

O saldo de 2024 (R\$ 145,57 milhões) apresentou uma variação de 16,9% em relação ao exercício anterior, boa parte consequente dos registros de liberação judicial pelo Tribunal de Justiça do Estado. Esse saldo está registrado nas contas contábeis a seguir:

R\$ milhares

	31/12/2024	31/12/2023
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	CIRCULANTE	CIRCULANTE
2.1.8.9.1.19.05.01 - Alvarás Judiciais a Classificar (P)	43.698	43.698
2.1.8.9.1.19.05.02 - Alvarás Judiciais a Classificar (F)	101.871	80.818
TOTAL	145.569	124.516

Os valores foram lançados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual.

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência estabelecido no inciso II do caput do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, às NBCs TSP e ao art. 31, parágrafo único, do Decreto nº 2.236/2022.

O valor registrado na conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária evidencia as despesas executadas pelo Estado sem o devido registro orçamentário.

R\$ milhares

CREDORES A PAGAR SEM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	31/12/2024	31/12/2023
Unidades Gestoras		
Fundo Estadual de Saúde	11.511	24.630
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	67	-
TOTAL DE CREDORES SEM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11.578	24.630

Em 2024 a Unidade Gestora Fundo Estadual de Saúde apresentou o saldo de R\$ 11,51 milhões, uma redução de 53,3% em relação a 2023 (R\$ 24,63 milhões).

Em 31/12/2024 consta a inscrição em responsabilidade do ordenador e o reconhecimento do credor no montante de R\$ 11,51 milhões nas contas contábeis 8.9.7.3.1.11 - Responsáveis Apuração por Despesas Realizadas Excedentes a Programação Financeira, 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária e 8.6.3.2.1.01 - Passivo sem Execução Orçamentária (por FR). Esse montante decorre do cancelamento de liquidações sem as respectivas novas liquidações e de despesas sem prévio empenho (com e sem contrato).

Contudo, o saldo da conta está subavaliado em R\$ 27,33 milhões, visto que em 2025 (até 17/2/2025) houve a inscrição em responsabilidade do ordenador desse mesmo valor. Com isso, o saldo ajustado do FES em 31/12/2024 é de R\$ 38,84 milhões, como mostra a tabela a seguir.

R\$ milhares

SALDO CONTÁBIL DO FES EM 31/12/2024	11.511
(+) Inscrição em 2025 - competência 2014	1
(+) Inscrição em 2025 - competência 2023	18
(+) Inscrição em 2025 - competência 2024	27.308
Saldo ajustado em 31/12/2024	38.837

Destaca-se, também, que em 2025 (até 17/2/2025) foi baixado R\$ 1,32 milhão. Desse montante, R\$ 88,00 correspondem a um empenho realizado em 2024 e liquidado em 2025 (2024NE032531), enquanto R\$ 1,32 milhão foi empenhado e liquidado em 2025. Além dos valores informados, após encerramento do exercício o FES identificou que havia mais R\$ 297,19 mil pendentes de reconhecimento e não inscritos em responsabilidade.

No caso do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, registrou-se saldo de R\$ 67,15 mil em 2024, decorrente de passagens aéreas e rodoviárias adquiridas sem a prévia execução orçamentária. A GEAFIC do Fundo justificou que as faturas não foram conferidas e enviadas até a data-limite para empenho (5/12/2024).

Esse saldo também se refere à inscrição em responsabilidade do ordenador de despesas e ao reconhecimento do credor, conforme as contas contábeis, 2.1.8.9.1.28.01.00 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária, 8.9.7.3.1.11 - Responsáveis Apuração por Despesas Realizadas Excedentes a Programação Financeira e 8.6.3.2.1.01.00.00 - Passivo sem Execução Orçamentária.

Outras Obrigações

No grupo Outras Obrigações estão incluídas as seguintes contas contábeis em 2024:

R\$ milhares

OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
2.1.8.9.1.02.00.00 - Diárias a Pagar	54	-	54	63	-	63
2.1.8.9.1.10.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	-	-	-	8	-	8
2.1.8.9.1.26.00.00 - Suprimentos de Fundos a Pagar	-	-	-	12	-	12
2.2.8.9.1.99.00.00 - Outros Credores a Longo Prazo	-	6.762	6.762	-	6.762	6.762
TOTAL	54	6.762	6.816	84	6.762	6.846

No ano, 40,6% do valor registrado na conta contábil 2.1.8.9.1.02.00.00 - Diárias a Pagar refere-se à UG 160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar (R\$ 22,04 mil).

Já o saldo de R\$ 6,76 milhões, no Passivo Não Circulante, está registrado na conta contábil 2.2.8.9.1.99.00.00 - Outros Credores a Longo Prazo na CIDASC.

31. RESULTADO DIFERIDO

Os resultados diferidos consistem em variações patrimoniais aumentativas, que, por força da legislação, serão reconhecidas no resultado de exercícios futuros.

R\$ milhares

RESULTADO DIFERIDO	2024	2023
2.2.9.1.1.01 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	236.573	309.800
2.2.9.1.1.02 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida Fruição PRODEC	1.840.131	1.859.915
SALDO	2.076.704	2.169.715

Em 2024 o saldo desse grupo está registrado no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC). Esse fundo é responsável pela execução financeira do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), instituído pela Lei Estadual nº 13.342/2005, que tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina.

A parte mais significativa do resultado diferido (R\$ 1,84 bilhão) refere-se à fruição pelo uso do incentivo fiscal por empresas beneficiárias pelo PRODEC, conforme previsto na Lei nº 13.342/2005 e em suas alterações.

O outro montante do saldo (R\$ 236,57 milhões) decorre de previsões da Lei nº 15.500/2011, em conjunto com o Decreto nº 3.748/2005 (R\$ 46,05 milhões), relacionadas à SC Participações e Parcerias S.A., e da Lei nº 13.992/2007, combinada com o Decreto nº 1.534/2013 (R\$ 190,52 milhões), referentes ao Programa Pró-Emprego.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SALDO PATRIMONIAL

32. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores é movimentada pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de práticas contábeis ou da retificação de erros imputáveis a exercícios anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em 2024 o saldo total de ajustes resultantes de retificação de exercícios anteriores foi composto, principalmente, por lançamentos relacionados ao cálculo atuarial do SC SEGURO referente ao exercício de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões Matemáticas Previdenciárias, o que equivale a 99,5% do valor. Os demais ajustes derivam de:

- *ajustes do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, realizados pelas empresas estatais dependentes devido à defasagem entre o fechamento contábil das áreas comercial e pública, por não terem sido efetuados de forma tempestiva;*
- *ajustes pela incorporação de contratos de financiamentos, a exemplo da Unidade Gestora Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, que promoveu o registro do contrato de financiamento Terra Boa Forrageiras, conforme saldos registrados nos resumos dos movimentos diários financeiros;*
- *ajustes de valores relacionados a depreciação, reavaliação e reclassificação de bens nos casos em que houve reconhecimento a maior ou a menor em exercícios anteriores pelas unidades gestoras;*
- *ajustes pela baixa de prestação de contas de exercícios anteriores;*
- *ajustes de estoques.*

Valores registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores em 2024

R\$ milhares

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DECORRENTES DE:	VALOR
a) Mudança de Práticas Contábeis	-
b) Retificação de Exercícios Anteriores	133.186.085
TOTAL	133.186.085

Ajustes de Exercícios Anteriores por Unidade Gestora

R\$ milhares

SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	VALOR
Fundo em Repartição	132.525.426
Encargos Gerais do Estado	663.430
Fundo Patrimonial	21.673
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	16.986
Secretaria de Estado da Saúde	12.663
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	4.454
Fundo Estadual de Saúde	3.931
Fundação Catarinense de Educação Especial	2.503
Fundo de Melhoria da Perícia Oficial	(38)
Fundação Catarinense de Cultura	(40)
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	(60)
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	(41.065)
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	(41.287)
Demais Unidades Gestoras	26
Superávit Acumulado	133.168.603
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	6.996
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	6.780
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	3.705
Lucro Acumulado	17.482
TOTAL	133.186.085

33. PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes reconhecidos pelo Estado de Santa Catarina decorrem de ações ajuizadas contra o Estado, suas autarquias ou fundações públicas que possam representar riscos fiscais. Esses passivos são avaliados com base nos critérios estabelecidos pela Portaria GAB/PGE nº 102/2021.

Conforme a referida portaria, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) classifica as ações quanto à probabilidade de perda em três categorias de risco: Risco Provável, Risco Possível e Risco Remoto.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), levando em conta a classificação e a evidenciação das obrigações com base no respectivo grau de risco, probabilidade de saída de recursos e estimativa de valor, apresenta a seguinte árvore de decisões sobre como evidenciar os passivos:

OBRIGAÇÃO	PROBABILIDADE DE SAÍDA DE RECURSOS	POSSIBILIDADE DE ESTIMATIVA CONFIÁVEL DO VALOR	CLASSIFICAÇÃO	FORMA DE EVIDENCIAÇÃO
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balço Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Pouco Provável	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Remota	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Não é divulgado
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª edição, p. 304-305.

Em 2024, por meio do Processo PGE nº 8499/2024 (vinculado ao Processo SEF nº 15470/2021), a PGE tramitou a Informação GAB/PGE nº 1/2024, na qual consta o Anexo Único com a atualização dos riscos fiscais até dezembro de 2024, totalizando R\$ 4,12 bilhões. Desse valor, R\$ 2,77 bilhões correspondem a obrigações classificadas com grau de risco considerado Provável, contabilizados como provisões no Passivo Circulante, conforme destacado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões. Esse tratamento segue o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que preconiza a contabilização dos riscos fiscais como provisões quando há probabilidade de saída de recursos e possibilidade de estimativa confiável do montante.

Já os valores classificados como risco Possível (R\$ 1,35 bilhão) estão registrados na conta contábil de controle 8.1.2.4.1.00.00.00 - Demandas Judiciais - Consolidação e dizem respeito às seguintes ações:

PASSIVOS CONTINGENTES			
ASSUNTO	PRINCIPAL PARTE ATIVA	VALOR	GRAU DE RISCO
LFTSC	Blue Orion Negócios e Participações Ltda.	174.537	Possível
Total Riscos Fiscais não Tributários		174.537	
Sistema Tributário	Incidente de Demandas Repetitivas - TUST e TUSD	1.000.000	Possível
Sistema Tributário	Fundo de Reserva Depósitos Judiciais - Oi S.A.	175.000	Possível
Total Riscos Fiscais Tributários		1.175.000	
Total dos Riscos Fiscais - Passivo Contingente		1.349.537	

Fonte: Gerência da Dívida Pública - DITE/SEF

A Informação GAB/PGE nº 1/2024 destaca que demandas classificadas com o grau de risco "Provável", incluindo obrigações de fazer ao Estado ou casos em que o impacto financeiro não pôde ser estimado com segurança, foram categorizadas como "Não é possível estimar". De acordo com o disposto no MCASP, essas demandas não foram objeto de contabilização, mas apenas de divulgação, conforme identificado na tabela a seguir:

PASSIVOS CONTINGENTES			
ASSUNTO	PRINCIPAL PARTE ATIVA	VALOR	GRAU DE RISCO
Riscos Fiscais Não Tributários			
Bens Públicos - Títulos de Domínio	Ministério Público Federal	Não é possível estimar	Provável
Sistema de Vencimentos - Pensões Graciosas	Ministério Público de Santa Catarina	Não é possível estimar	Provável
Ação Civil Coletiva - IMA	Ministério Público Federal	Não é possível estimar	Provável

Fonte: Gerência da Dívida Pública - DITE/SEF

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

34. TRIBUTOS

A seguir apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs), de acordo com a NBC TSP nº 01 - Receita de Transações sem Contraprestação. Esses valores já consideram as deduções das receitas, sendo, portanto, líquidos.

R\$ milhares

TRIBUTOS	31/12/2024	31/12/2023
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	51.729.817	44.563.973
Taxas	2.270.504	2.001.695
TOTAL	54.000.321	46.565.669

O valor total de tributos equivale a 70,3% das VPAs, totalizando R\$ 76,84 bilhões. Desse montante, os impostos representam 67,3%, enquanto as taxas correspondem a 3%.

R\$ milhares

IMPOSTOS	31/12/2024	31/12/2023
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	2.999.688	2.770.652
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	4.133.236	3.786.432
Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD e Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	918.032	893.834
Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	43.678.861	37.113.055
TOTAL	51.729.817	44.563.973

R\$ milhares

TAXAS	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de Serviços Gerais	1.167.778	1.085.170
Emolumentos e Custas Judiciais	420.740	368.850
Taxa Extrajudicial	250.549	179.813
Taxa de Serviços Extrajudiciais Vagos	117.096	121.393
Taxa Extrajudicial Destinada a Atos e Serviços Notariais	91.406	50.399
Taxa de Registro de Contrato de Veículo	81.982	61.760
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	35.018	26.829
Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	30.908	22.061
Taxa de Prestação de Serviços Ambientais	29.992	38.702
Taxa de Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento	16.408	11.487
Taxa de Fiscalização do Transporte Coletivo Intermunicipal	7.598	7.285
Taxa de Regularização e Controle do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros	6.172	7.710
Taxa de Prevenção de Sinistro	5.507	2.801
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	4.608	4.204
Taxa de Segurança Preventiva	2.087	1.947
Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos	1.552	1.576
Taxa de Defesa Sanitária	883	1.020
Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos Delegados	199	12
Taxa de Selos de Fiscalização de Atos Registrados	20	8.677
TOTAL	2.270.504	2.001.695

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Na tabela seguinte constam os valores das principais classes de despesas com benefícios a empregados (R\$ 27,15 bilhões) que compõem as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

R\$ milhares

REMUNERAÇÃO A PESSOAL	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Ativo Civil - RPPS	8.746.920	7.435.093
Ativo Civil - RGPS	3.376.144	3.094.713
Ativo Militar	1.749.391	1.698.641
TOTAL	13.872.455	12.228.447

ENCARGOS PATRONAIS	31/12/2024	31/12/2023
Encargos Patronais - RPPS - União	4.424	5.445
Encargos Patronais - RGPS - União	799.664	730.915
Encargos Patronais - FGTS	36.170	35.304
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	41.725	44.809
Outros Encargos Patronais	18.892	17.807
TOTAL	900.874	834.279

BENEFÍCIOS A PESSOAL	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios a Pessoal - RPPS	685.678	409.268
Benefícios a Pessoal - RGPS	144.037	191.682
Benefícios a Pessoal - Militar	219.081	80.852
TOTAL	1.048.797	681.802

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.168.581	1.019.943
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	20.309	20.061
TOTAL	1.188.890	1.040.004

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	31/12/2024	31/12/2023
Aposentadorias e Reformas	8.432.305	8.016.321
Pensões	1.625.983	1.509.188
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	80.729	60.299
TOTAL	10.139.017	9.585.808

36. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial consolidado do exercício, excluídas as operações intraorçamentárias, foi negativo em R\$ 92,06 bilhões. Esse valor foi impactado, principalmente, pelo ajuste do valor atual das insuficiências financeiras do Fundo de Repartição (conta contábil 3.9.9.9.1.02.00.00), no valor de -R\$ 95,12 bilhões, em conformidade com a Lei Complementar nº 848/2023, que estabeleceu a segregação de massa aos segurados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais.

As informações detalhadas sobre as Provisões Matemáticas Previdenciárias e os impactos do ajuste do valor atual das insuficiências financeiras do Fundo de Repartição constam na Nota Explicativa nº 28.

Impacto no Resultado Patrimonial de Outras Variações

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2024	31/12/2023
4.9.9.1.00.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	1.086.851	317.500
3.9.9.1.00.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	95.802.874	702.758
DIFERENÇA	(94.716.023)	(385.258)

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2024	31/12/2023
4.9.7.1.1.03.00.00 - Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	25.298	2.573.662
3.9.7.2.1.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias	35.962	22.375.486
DIFERENÇA	(10.665)	(19.801.824)

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2024	31/12/2023
4.4.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.679.116	4.694.236
3.4.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.845.273	3.533.735
DIFERENÇA	(166.157)	1.160.501

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2024	31/12/2023
4.5.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas	12.565.115	11.964.505
3.5.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas	24.616.631	20.282.011
DIFERENÇA	(12.051.516)	(8.317.506)

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2024	31/12/2023
4.9.2.0.00.00.00 - Resultado Positivo de Participações	680.096	617.576
3.9.2.0.00.00.00 - Resultado Negativo de Participações	194.032	284.569
DIFERENÇA	486.064	333.008

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

37. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NAS DEMONSTRAÇÕES

A disponibilidade financeira é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa correspondem às aplicações financeiras de alta liquidez, assim como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro (contabilizados como arrecadação indireta).

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois tais recursos não são

utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos ou financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos de terceiros e as cauções recebidas, que devem ser devolvidas após a finalização dos contratos.

Diferentemente do saldo de caixa e dos equivalentes de caixa apresentados na DFC, no Balanço Financeiro (BF) os valores da fonte de recursos extraorçamentários são incluídos no cálculo de caixa e equivalentes de caixa.

Dos valores considerados como caixa e equivalentes de caixa na DFC, R\$ 745,43 milhões estão aplicados em fundos de investimentos pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais (RPPS), tendo restrições de uso imediato por parte desse regime.

Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R\$ milhares

BALANÇO PATRIMONIAL/ BALANÇO FINANCEIRO	VALOR	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	VALOR
		Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária)	10.532.370
		Aplicações em Renda Fixa - RPPS - Fundo em Capitalização	10.661
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.540.296	Aplicações em Renda Fixa - RPPS - Fundo em Repartição	686.868
		Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	47.897
TOTAL	18.540.296	TOTAL	11.277.796

38. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS/OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

A linha Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais engloba transferências resultantes da execução orçamentária entre os órgãos e as entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (conforme entram e saem, respectivamente), como cotas, repasses e sub-repasses, a exemplo das transferências ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios. Também inclui movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, como a antecipação de repasses constitucionais aos municípios, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

39. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Para se obter a geração líquida de caixa a partir do resultado orçamentário do exercício, determinadas informações devem ser consideradas para fins de exclusão ou inclusão. Mesmo que algumas operações afetem o resultado orçamentário, isso não significa, necessariamente, que tenham influenciado na geração líquida de caixa. Um exemplo dessa situação são os restos a pagar inscritos no período que, embora tenham sido despesas consideradas no ano para fins orçamentários, ainda não foram pagos e, portanto,

não reduziram o caixa. Operação inversa ocorre com os restos a pagar pagos no exercício e que foram despesas orçamentárias de exercícios anteriores. A conciliação do resultado orçamentário com a geração líquida de caixa será detalhada a seguir.

Conciliação do Resultado Orçamentário com a Geração Líquida de Caixa

R\$ milhares

ITEM	31/12/2024	31/12/2023
1. Resultado orçamentário (ver Nota Explicativa nº 45)	1.631.442	1.728.781
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)	1.962.830	1.888.454
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	(1.434.855)	(1.277.617)
4. Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	(54.292)	(55.244)
5. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	1	1
6. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.105.126	2.284.374

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

40. VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO PERÍODO

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	2023	VARIAÇÃO
Patrimônio Social e Capital Social	5.395	5.395	0,0%
Capital Social Realizado	5.395	5.395	0,0%
(-) Capital Social a Realizar	(275)	(275)	0,0%

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	2023	VARIAÇÃO
Capital Social Subscrito	5.670	5.670	0,0%
Reservas de Capital	368	368	0,0%
Outras Reservas de Capital	368	368	0,0%
Demais Reservas de Capital	118	118	0,0%
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	250	250	0,0%
Demais Reservas	6.671.195	6.006.297	11,1%
Reserva de Reavaliação	6.632.959	6.004.023	10,5%
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	6.625.018	5.996.019	10,5%
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	7.941	8.004	-0,8%
Reservas Atuariais	35.962	-	100,0%
Reservas Atuariais - Fundo em Capitalização	35.962	-	100,0%
Outras Reservas	2.274	2.274	0,0%
Outras Reservas - Consolidação	2.274	2.274	0,0%
Resultados Acumulados	(53.969.326)	(95.099.599)	43,2%
Superávits ou Déficits Acumulados	(47.306.233)	(89.128.661)	46,9%
Ajustes de Exercícios Anteriores	133.168.603	149.201	89154,8%
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(102.241.538)	(90.323.460)	-13,2%
Superávits ou Déficits do Exercício	(91.346.175)	(12.238.232)	-646,4%
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	13.112.877	13.283.830	-1,3%
Lucros e Prejuízos Acumulados	(6.663.093)	(5.970.938)	-11,6%
Ajustes de Exercícios Anteriores	17.482	10.108	73,0%
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(5.970.938)	(5.293.925)	-12,8%
Lucros e Prejuízos do Exercício	(709.637)	(687.121)	-3,3%
TOTAL	(47.292.367)	(89.087.539)	46,9%

O patrimônio líquido do Estado aumentou 46,9%, resultando no valor negativo de R\$ 47,29 bilhões ao final de 2024 (em 2023 esse valor era de R\$ 89,09 bilhões negativos).

Os resultados acumulados encerraram o exercício de 2024 com o saldo de -R\$ 53,97 bilhões (-R\$ 95,1 bilhões em 2023).

O resultado patrimonial consolidado (excluídas as operações intraorçamentárias) foi negativo no valor de R\$ 92,06 bilhões, sendo impactado, principalmente, pelo ajuste do valor atual das insuficiências financeiras do Fundo de Repartição, com o objetivo de atender a Lei Complementar nº 848/2023 (ver Nota Explicativa nº 28 - Provisões Matemáticas Previdenciárias). No entanto, houve contrapartida de lançamentos na conta Ajustes de Exercícios Anteriores, além de lançamentos na conta Reservas Atuariais - Fundo em Capitalização. Esses ajustes contribuíram para o aumento do patrimônio líquido.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

41. RECEITAS

Santa Catarina adota como política contábil o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta do Poder Executivo na unidade gestora que representa o Tesouro do Estado. Além disso, os Poderes e órgãos autônomos, os fundos especiais, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes também realizam o registro de suas receitas orçamentárias.

42. DESPESAS DEMONSTRADAS NA LOA E DOTAÇÃO INICIAL

O valor total autorizado para a execução das despesas em 2024 foi de R\$ 59,52 bilhões, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA) e demais instrumentos que regem a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

Esse montante é composto pela despesa fixada inicialmente na LOA, no total de R\$ 48,03 bilhões, acrescidos dos créditos adicionais²⁵ ao orçamento, no valor de R\$ 11,49 bilhões.

43. DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As receitas intraorçamentárias líquidas arrecadadas, sendo em sua totalidade receitas correntes, somaram R\$ 2,18 bilhões em 2024, o que indica um aumento de 0,6% quando comparadas a 2023 (R\$ 2,17 bilhões).

Do total das receitas intraorçamentárias, 79,8% são contribuições previdenciárias do RPPS arrecadadas pelo Fundo em Repartição - SC SEGURO (R\$ 1,73 bilhão) e pelo SC FUTURO (R\$ 5,22 milhões). Destaque também para as receitas de serviços do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, que representaram 17,4% das receitas auferidas.

25 Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses créditos podem ser:

- I. suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;
 - II. especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou
 - III. extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.
- A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:
- I. superávit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;
 - II. excesso de arrecadação;
 - III. operações de crédito; ou
 - IV. anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

Já as despesas intraorçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 2,19 bilhões, 0,3% a mais que o valor registrado no exercício de 2023 (R\$ 2,18 bilhões). Desse valor, R\$ 2,18 bilhões referem-se às despesas correntes e R\$ 5,92 milhões correspondem a despesas de capital. Destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 1,85 bilhão, representando 84,4% do total de despesas intraorçamentárias empenhadas no exercício.

R\$ milhares

PODER/ÓRGÃO	DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA			TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	
Executivo	1.328.415	290.814	2.183	1.621.412
Legislativo	83.393	10.478	-	93.870
Judiciário	341.624	18.349	-	359.973
Ministério Público	94.892	15.156	3.739	113.787
CONSOLIDADO GERAL	1.848.323	334.796	5.922	2.189.042

44. SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA FINANCIAR AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO CORRENTE

Do total das despesas executadas no ano de 2024, o valor de R\$ 3,63 bilhões foi custeado com o superávit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa de receitas arrecadadas em outros exercícios.

R\$ milhares

DESPESAS	2024
Despesas Correntes	2.122.235
Juros e Encargos da Dívida	134.385
Pessoal e Encargos Sociais	797.788
Outras Despesas Correntes	1.190.062
Despesas de Capital	1.512.481
Investimentos	1.292.927
Inversões Financeiras	99.656
Amortização da Dívida	119.898
TOTAL	3.634.716

45. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Apuração do Resultado

O resultado orçamentário foi apurado de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. As despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar.

Em 2024 o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 1,63 bilhão, obtido pela diferença entre a receita líquida arrecadada (R\$ 51,34 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 49,71 bilhões). Parte dessa despesa (R\$ 3,63 bilhões) foi custeada com superávit financeiro de exercícios anteriores, conforme a Nota Explicativa nº 44.

Por outro lado, compromissos assumidos em exercícios anteriores - com despesas que não foram empenhadas à época ou tiveram os seus empenhos anulados ou cancelados - demandaram a utilização de recursos do orçamento vigente. Em 2024 essas despesas totalizaram R\$ 995,61 milhões, o equivalente a 2% das despesas empenhadas no ano.

Mais informações sobre o resultado orçamentário estão detalhadas no capítulo Gestão Orçamentária deste Balanço.

R\$ milhares

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Receita Corrente	50.842.049
Despesa Corrente	44.088.481
Resultado Corrente	6.753.567
Receita de Capital	501.621
Despesa de Capital	5.623.746
Resultado de Capital	(5.122.125)
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1.631.442

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Orçamentariamente a parcela retida da despesa é considerada paga quando ocorre a retenção, uma vez que se entende que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando apenas uma obrigação com terceiros. Essa prática está alinhada com o MCASP, que faculta aos entes definirem suas próprias regras para o registro orçamentário de retenções.

Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados, quando liquidados e não pagos em exercício anterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar processados.

Desde 2020, Santa Catarina passou a considerar as retenções de restos a pagar como pagas no momento da retenção para fins de controle contábil-orçamentário.

Além disso, conforme política implementada a partir de 2017, os restos a pagar processados não pagos ou não cancelados até o encerramento do exercício permanecem registrados no passivo financeiro, garantindo transparência nas obrigações pendentes.

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

46. RESULTADO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidenciou um resultado financeiro superavitário de R\$ 2,11 bilhões, correspondendo à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 18,54 bilhões) e no início do ano (R\$ 16,43 bilhões).

A conciliação do resultado financeiro a partir do resultado orçamentário demonstra os valores que devem ser deduzidos e acrescentados para alcançar o valor do impacto financeiro real do ente no exercício.

R\$ milhares

CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM O RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2024
1. Resultado Orçamentário (ver Nota Explicativa nº 45)	1.631.442
2. Restos a Pagar Inscritos no Período, Inclusive Serviços da Dívida a Pagar (Despesas Empenhadas e não Pagas)	1.962.830
3. Restos a Pagar Pagos no Período (Despesas Empenhadas em Anos Anteriores)	(1.434.855)
4. Saldo de Transações Extraorçamentárias (Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e, Variação de Bloqueio/Desbloqueio de Caixa)	(57.635)
5. Resultado Extraorçamentário das Aplicações do RPPS	4.778
6. Outros Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários	1
7. RESULTADO FINANCEIRO (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	2.106.561

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

47. RENÚNCIA DE RECEITA

R\$ milhares

RENÚNCIA/ESPÉCIE	PREVISÃO NA LDO	ANÁLISE VERTICAL	RENÚNCIA EFETIVA JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024	ANÁLISE VERTICAL
Crédito Presumido	16.864.860	77,1%	19.897.323	75,0%
Alteração de Alíquota	3.044.451	13,9%	3.302.915	12,4%
Isenção	1.679.751	7,7%	1.954.097	7,4%
Remissão	51.830	0,2%	1.774	0,0%
Anistia	-	0,0%	1.091.923	4,1%
Outros Benefícios Tributários	246.924	1,1%	283.537	1,1%
TOTAL	21.887.817	100%	26.531.569	100,0%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária/Secretaria de Estado da Fazenda

O montante estimado da renúncia de receita referente ao crédito presumido de 2024 foi inicialmente projetado em R\$ 21,84 bilhões pela Lei nº 18.674/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024), o qual subsidiou os registros contábeis da projeção da renúncia. Posteriormente, o valor foi ajustado em R\$ 47,80 milhões para inclusão do crédito presumido da Celesc, visando a aplicação em programas e projetos de ampliação do acesso à energia elétrica. Essa atualização foi formalizada por meio da republicação do Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas, constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (Lei nº 19.039/2024).

A renúncia de receita efetiva do Estado no exercício totalizou R\$ 26,53 bilhões²⁶. Esse montante equivale a 21,2% acima do projetado na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 já ajustada e representa 22,6% a mais do que a renúncia efetiva de 2023 (R\$ 21,65 bilhões).

O Crédito Presumido foi o principal benefício tributário, com R\$ 19,90 bilhões (75% do total da renúncia efetiva da receita), registrando 18% acima do previsto. O setor de importação foi o que recebeu o maior benefício tributário em 2024 (52% do total da renúncia do Crédito Presumido), seguido da indústria (37,4%).

Os valores de projeção de renúncia e de renúncia efetiva do benefício Crédito Presumido por setor em 2024 estão apresentados na tabela a seguir.

26 Conforme o Relatório de Desempenho da Arrecadação Tributária, constante no Volume 2 deste Balanço Geral.

R\$ milhares

CRÉDITO PRESUMIDO	RENÚNCIA EFETIVA EM 2024	ANÁLISE VERTICAL
Importação	10.336.785	52,0%
Indústria	7.442.883	37,4%
Comércio	861.603	4,3%
Medicamentos e equipamentos para a saúde	513.971	2,6%
Agropecuária e pesca	343.880	1,7%
Transportes	241.911	1,2%
Diversos	94.025	0,5%
Política social e cestas básicas	55.065	0,3%
Comunicação	7.200	0,04%
TOTAL	19.897.323	100,0%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária/Secretaria de Estado da Fazenda

Os benefícios tributários foram registrados nas contas contábeis do grupo 8.6 - Controles Fiscais e encerraram o ano com os seguintes valores:

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS DE REGISTROS DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS	VALOR
8611100000 - Benefícios Tributários - A Conceder	(4.691.556)
86111010000 - Anistia	(1.091.923)
86111020000 - Remissão	50.055
86111030000 - Crédito Presumido	(3.080.267)
86111040000 - Isenção	(274.345)
86111050000 - Alteração de Alíquota	(258.464)
86111990000 - Outros Benefícios Tributários	(36.613)
8611200000 - Benefícios Tributários - Concedidos	26.531.569
86112010000 - Anistia	1.091.923
86112020000 - Remissão	1.774
86112030000 - Crédito Presumido	19.897.323
86112040000 - Isenção	1.954.097
86112050000 - Alteração de Alíquota	3.302.915
86112990000 - Outros Benefícios Tributários	283.537
TOTAL	21.840.013

No Volume 2 deste Balanço, no Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária, são detalhadas as renúncias de receitas no exercício.

48. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em atendimento à NBC TSP 22 - Divulgação sobre Partes Relacionadas e visando melhorar o padrão de divulgação das informações financeiras do Estado, apresentam-se as principais transações financeiras ocorridas em 2024 entre o Estado, ente controlador, e suas empresas controladas:

- a. BADESC
- b. BRDE
- c. BESCOR
- d. CASAN
- e. Celesc
- f. CIASC
- g. CODISC²⁷
- h. Hidrocaldas
- i. lazpe
- j. INVESC
- k. Sapiens Parque S.A.
- l. SCPar Invest SC

Aumento de Capital

Durante o exercício de 2024, o Estado repassou R\$ 73,21 milhões para aumento de capital da Hidrocaldas, INVESC, Sapiens Parque e SCPar Invest SC. Todos os aumentos de capital foram registrados nos Encargos Gerais do Estado (UG 520002).

Mais detalhes sobre as operações de aumento de capital são apresentados na Nota Explicativa nº 21 - Adiantamento para Aumento de Capital.

Ressarcimento de Salários de Pessoal Cedido ao Governo

Em 2024 as despesas com ressarcimento de salários de pessoal cedido ao Governo totalizaram R\$ 1,20 milhão em despesas liquidadas e tiveram uma redução de 63,0% em relação a 2023.

Do total dessas despesas liquidadas, 48,5% referem-se a ressarcimento de salários de pessoal cedido da CASAN, 33,3% do CIASC e 18,2% da SCPar Invest SC.

27 Em 1989 a Lei nº 7.724/1989 autorizou a extinção da CODISC, cujo processo de liquidação foi concluído em setembro de 2022.

R\$ milhares

EMPRESA	2024	2023
CASAN	583	1.313
CIASC	401	440
Celesc	-	423
SCPar Invest SC	219	1.078
TOTAL	1.203	3.254

(Valores liquidados no subelemento de despesa 31.90.96.01 para as partes relacionadas, acumulados até dezembro)

Subvenções Econômicas

Durante o exercício de 2024, o Governo repassou R\$ 62,61 milhões como subvenção econômica para as partes relacionadas, sendo R\$ 45,60 milhões ao BADESC e R\$ 17,02 milhões ao BRDE.

R\$ milhares

EMPRESA	2024	2023
BADESC	45.599	26.661
BRDE	17.015	35.157
TOTAL	62.614	61.818

(Valores liquidados nos subelementos de despesa 33.60.45.05 e 33.60.92.45 para as partes relacionadas, acumulados até dezembro)

O valor de R\$ 45,60 milhões destinado ao BADESC é decorrente de ressarcimentos vinculados aos programas Pronampe Emergencial SC (Decreto nº 382/2023), Microcrédito Juro Zero (Lei nº 15.570/2011), Emergencial Covid-19 (Lei nº 17.935/2020) e Recomeça SC (Lei 18.096/2021).

Já os R\$ 17,02 milhões repassados ao BRDE referem-se ao ressarcimento do Programa Emergencial Covid-19 (Lei nº 17.935/2020), que autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio parcial da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito a micro e pequenos empreendedores sediados em Santa Catarina. O objetivo é mitigar os prejuízos econômicos advindos da emergência de saúde pública provocada pela Covid-19.

Prestação de Serviços de Partes Relacionadas

Em 2024 Santa Catarina consumiu R\$ 305,77 milhões em serviços contratados de suas empresas controladas.

Os serviços tomados do CIASC foram os mais representativos (49,1% do total), e a maior parte deles englobou serviços de tecnologia da informação e comunicação. A Celesc, responsável pelo fornecimento de energia elétrica, foi a segunda maior fornecedora entre as partes relacionadas do Estado (35,7% do total). Os serviços de água e esgoto, fornecidos pela CASAN, representaram 15,2% do total contratado.

R\$ milhares

EMPRESA	2024	2023
CIASC	150.198	144.693
Celesc	109.160	98.735
CASAN	46.416	38.406
TOTAL	305.774	281.833

(Valores liquidados, elementos de despesa 33.90.35, 33.90.39, 44.90.39 e subelementos de despesa 33.90.40.03, 33.90.40.12, 33.90.40.32, 33.90.40.97, 44.90.40.32 e 44.90.40.94 para os respectivos credores)

Além dos serviços consumidos no exercício (R\$ 305,77 milhões), foram liquidados R\$ 663,75 mil em serviços prestados no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores (44.90.92.40, 33.90.92.39 e 33.90.92.40), totalizando R\$ 306,44 milhões em despesas liquidadas com serviços em 2024.

Juros sobre o Capital Próprio

Em 2024 o Estado contabilizou R\$ 80,80 milhões em juros sobre o capital próprio das empresas Celesc e BADESC. O valor foi registrado na conta contábil de variação patrimonial ativa 4.9.2.2.1.02 - Juros sobre o Capital Próprio, sob responsabilidade da Unidade Gestora 520002 - Encargos Gerais do Estado.

Dividendos

Ao final de 2024, o Estado possuía no seu ativo R\$ 31,68 milhões de dividendos a receber.

R\$ milhares

EMPRESA	2024	2023
CASAN	20.628	20.628
SCPar Invest SC	9.255	9.255
Celesc	1.800	2.076
TOTAL	31.683	31.959

No ano de 2024, o Estado recebeu o montante de R\$ 516,53 mil referente a dividendos da Celesc, registrado na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 520002).

Valores a Pagar

Santa Catarina tem os seguintes valores reconhecidos como restos a pagar inscritos em 2024 pelas partes relacionadas:

R\$ milhares

EMPRESA	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	TOTAL
CIASC	25.403	0,01	25.403
Celesc	15.664	64	15.728
CASAN	4.187	1.443	5.630
TOTAL	45.254	1.507	46.761

Destaque para os Restos a Pagar registrados no CIASC e na Celesc, que somados representam 88% do total de Restos a Pagar referentes às partes relacionadas inscritas em 2024.

Avais e Garantias Concedidas

O Estado é garantidor de operações internas e externas da CASAN, da Celesc e do BRDE, como mostrado a seguir:

R\$ milhares

AVAIS E GARANTIAS DO ESTADO	2024	2023
Celesc	1.308.800	1.303.170
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.308.800	1.303.170
CASAN	328.363	362.802
Caixa Econômica Federal	166.444	175.953
Agence Française de Développement	161.918	186.850
BRDE	8.617	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	8.617	-
TOTAL	1.645.780	1.665.973

Os valores de Avais e Garantias referentes às partes relacionadas foram registrados na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 520002).

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

Do período entre o fechamento do exercício (31/12/2024) até a data de autorização para publicação destas demonstrações contábeis, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda não identificou quaisquer eventos enquadrados como subsequentes pelas normas de contabilidade aplicáveis.

BELEZAS E ENCANTOS DE SANTA CATARINA



Lages
Foto: James Tavares/arquivo SECOM



Serra do Rio do Rastro
Foto: Thiago Kauê/SECOM



Vista aérea do Complexo Turístico Jardim do Imigrante, em Timbó
Foto: Jonatã Rocha/SECOM



Porto de Imbituba
Foto: SCPar Invest SC



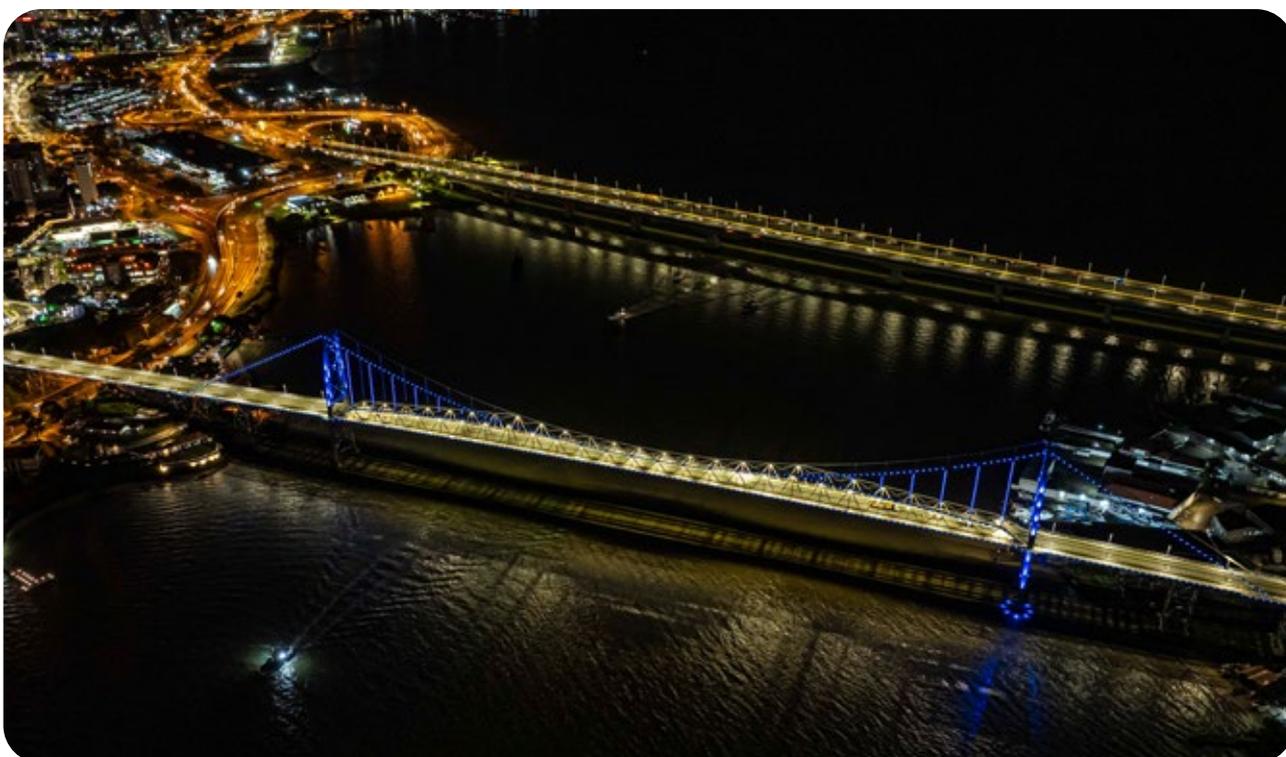
Vila Germânica em Blumenau
Foto: Ricardo Wolffenbüttel/arquivo SECOM



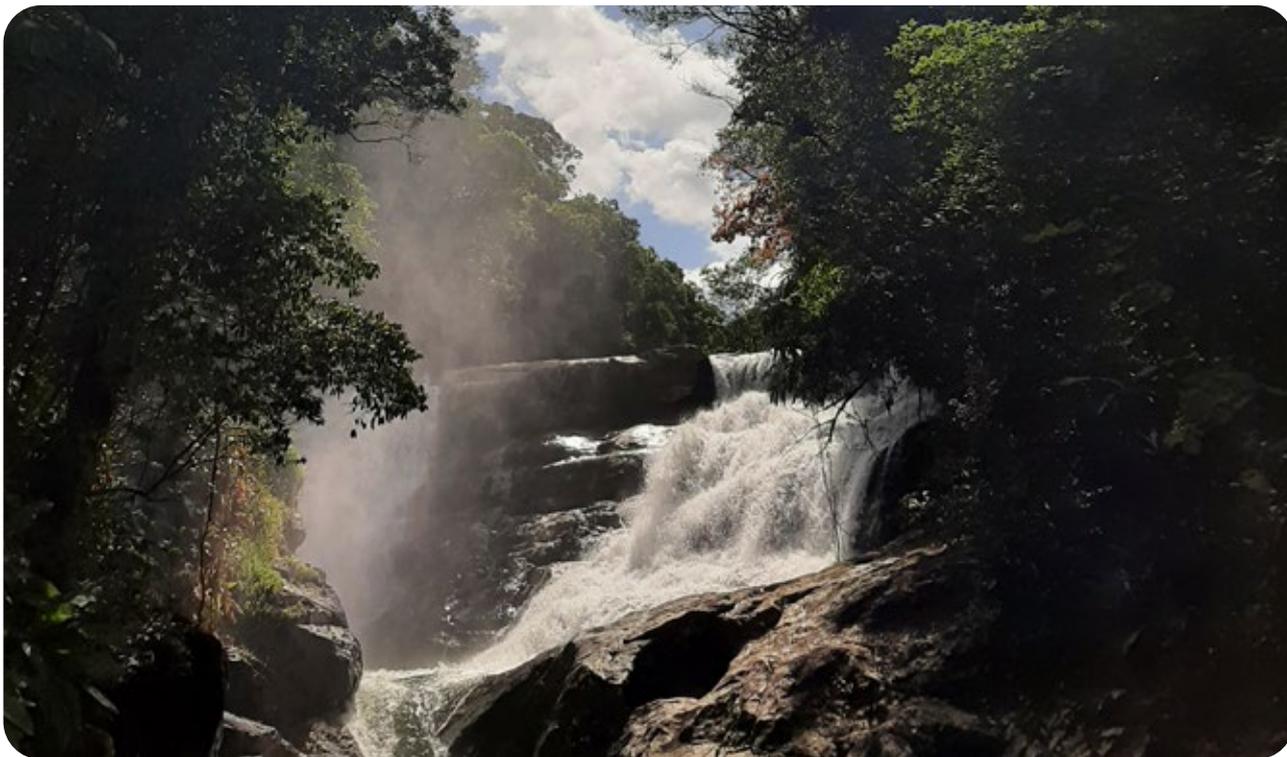
Plantação de arroz em Turvo
Foto: Rosangela Della Vechia



Balneário Camboriú
Foto: Eduardo Valente/SECOM



Ponte Hercílio Luz em Florianópolis
Foto: Eduardo Valente/SECOM



Cachoeira do Amâncio em Biguaçu
Foto: Janice Silveira



Plantação de araucárias em Urubici
Foto: Ricardo Wolffenbüttel/arquivo SECOM



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**

SECRETARIA DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

